

RCCG

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

I – Relatório

Índice

Índice	1
Nota de Abertura	3
Organização Municipal	5
Estrutura Política	5
Estrutura Organizativa	10
Orçamento	13
Análise Geral	16
Receita	19
Receita Corrente	21
Receita de Capital	25
Outras Receitas	26
Despesa	27
Despesa Corrente	29
Despesa de Capital	30
Alterações ao Orçamento	31
Situação Patrimonial	33
GOP – Grandes Opções do Plano	41
Execução por Classificação Funcional	43
Execução por Unidade Orgânica	49
Relatório de Actividades	53
Gabinete da Presidência	55
Gabinete Municipal de Auditoria	59
Gabinete de Desenvolvimento Municipal	59
Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico	63
Gabinete de Comunicação	67
Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia	73
Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil	74
Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica	79
Direção Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional	85
Direção Municipal de Planeamento e Gestão Financeira e Patrimonial	113
Direção Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação	143
Direção Municipal de Obras e Ambiente	153
Direção Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural	179
PDE - Plano de Desenvolvimento Estratégico	191

Nota de Abertura

Submete-se à aprovação do Órgão Executivo o Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Oeiras, relativa ao ano económico de 2013, conforme determina o disposto no n.º 1 da alínea j) do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que as contas dos Municípios são apreciadas pelo Órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, no mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro. A organização e documentação das contas segue as instruções da Resolução n.º 4/2001 - 2ª secção do Tribunal de Contas de 12 de Julho de 2001, alterada pela Resolução nº 6/2013 do Tribunal de Contas, de 21 novembro, que obriga a remeter informação adicional sobre as entidades participadas, decorrentes da aplicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

O relatório foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do POCAL. Dos conteúdos tratados destacam-se os dados relativos à execução Orçamental, sendo disponibilizadas informações relativas à receita e despesa previstas no Orçamento de 2013, com especial relevância para a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos.



Recorreu-se à elaboração de quadros e gráficos para melhor evidenciar os dados tratados em cada capítulo. Para uma melhor percepção e comparação das variáveis mais significativas da gestão Municipal apresentam-se também elementos relativos à execução de anos anteriores.

São ainda apresentadas as declarações relativas aos compromissos anuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro de 2013, conforme estabelecido no artigo 15º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Os documentos de prestação de contas consolidados apenas serão submetidos à apreciação do órgão deliberativo em junho, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

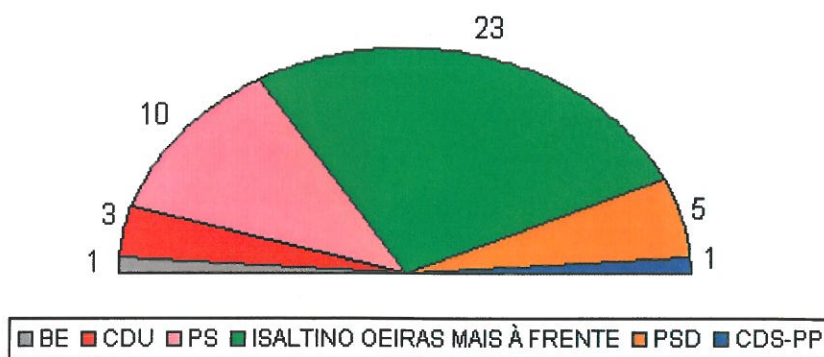
Organização Municipal

A Organização do Município de Oeiras caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

Estrutura Política

A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.

A Assembleia Municipal é composta por 43 deputados, dos quais 33 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e 10 indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Oeiras, verificando-se a seguinte distribuição:



A Câmara Municipal é constituída por 11 membros – 1 Presidente e 10 Vereadores, a quem compete, um quadro de delegações previamente estabelecido, que tem o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

No quadro seguinte apresentam-se os membros do órgão executivo, até 23 de Abril, com a indicação das competências que lhe estão delegadas:

	Presidente Dr. Isaltino Moraes - Planeamento e Ordenamento do Território - Educação - Polícia Municipal e Protecção Civil		
	Vice-Presidente Dr. Paulo Vistas - Finanças; - Património (mobiliário e imobiliário); - Edificação e Habitação (Promoção e Reabilitação Habitacional, Gestão Social, AUGI e Centros Históricos); - Actividades Económicas (Comércio e Restauração); - Desporto; - Turismo.		Vereadora Dra. Maria Madalena Castro - Obras Municipais (Infra-Estruturas e Equipamentos Municipais) - Trânsito - Transportes - Ambiente (Espaços Verdes)
	Vereadora Sra. Elisabete Oliveira - Acção Social; - Saúde; - Cultura.		Vereador Eng. Ricardo Barros - Administração, Modernização Administrativa e Qualidade; - Recursos Humanos; - Tecnologias e Sistemas de Informação; - Higiene Pública e Abastecimento; - Oficinas, Viaturas e Máquinas; - Saúde Pública e Veterinário; - Educação / Sensibilização Ambiental; - Ambiente: Resíduos Sólidos Urbanos.
	Vereador Dr. Marcos Perestrello - Sem Pelouros		Vereadora Dra. Anabela Pedroso - Sem Pelouros
	Vereadora Prof. Doutora Luísa Carrilho - Sem Pelouros		Vereador Sr. Ricardo Lino Rodrigues - Parques Infantis, Iluminação Pública, Empresas Concessionárias e Cemitérios
	Vereador Ricardo Júlio de Jesus Pinho - Juventude; - Contra-ordenações e Notificações.		Vereador Eng. Amílcar Campos - Sem Pelouros

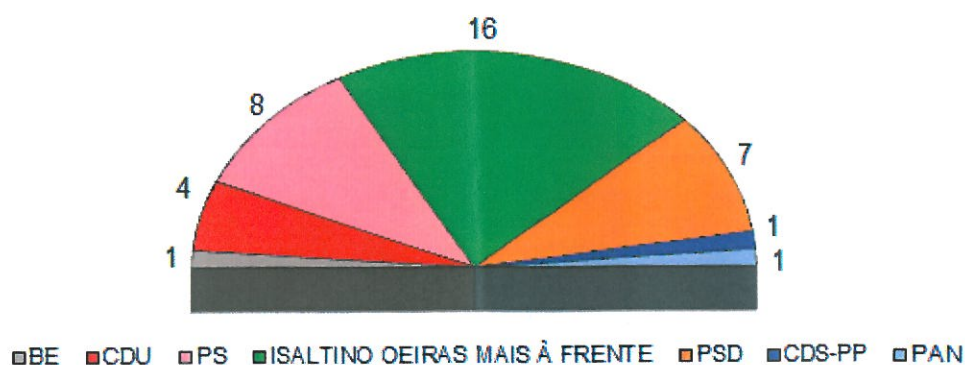
No quadro seguinte apresentam-se os membros do órgão executivo, desde 24 de Abril até 28 de Setembro de 2013, com a indicação das competências que lhe estão delegadas:

	Presidente Dr. Paulo Vistas Educação; Urbanismo; Urbanismo / atividades económicas; Edificação / licenciamento obras particulares; Habitação; Reabilitação urbana; Centros históricos; AUGI; Desporto; Turismo; Juventude; Finanças / Património / Contratação Pública.		
	Vereadora Dra. Maria Madalena Castro Obras Municipais (infraestruturas e equipamentos municipais); Trânsito; Transportes; Mobilidade; Espaços Verdes.		Vereadora Sra. Elisabete Oliveira Acção Social, Cultura e Saúde
	Vereador Eng. Ricardo Barros Tecnologias e Sistemas de Informação; Modernização Administrativa / Qualidade; Recursos Humanos; Licenciamentos Diversos; Ocupação do Espaço Público; Publicidade; Ambiente (higiene pública, resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana); Sensibilização Ambiental; Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária; Promoção do bem-estar animal; Oficinas; Viaturas e Máquinas.		Vereador Dr. Nuno Neto Contraordenações; Cemitérios; Iluminação Pública; Empresas Concessionárias de Serviços Públicos.
	Vereadora Dra. Anabela Pedrosa Sem Pelouros		Vereadora Prof. Doutora Luísa Carrilho Sem Pelouros
	Vereador Eng. Jorge Manuel Jacob Sem Pelouros		Vereador Sr. Ricardo Lino Rodrigues Sem Pelouros
	Vereador Ricardo Júlio de Jesus Pinho Sem Pelouros		Vereador Eng. Amílcar Campos Sem Pelouros



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left.

Com as eleições Autárquicas de 29 de Setembro de 2013 verificou-se a alteração da composição da Assembleia Municipal, que passou a ser composta por **38** deputados, dos quais **33** são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e **5** indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Oeiras, verificando-se a seguinte distribuição:



A Câmara Municipal é constituída por 11 membros, tendo-se registado o seguinte resultado:

IOMAF - Isaltino Oeiras Mais à Frente	5 mandatos;
PSD - Partido Social Democrata	3 mandatos;
PS - Partido Socialista	2 mandatos;
CDU - Coligação Democrática Unitária	1 mandato.

No quadro seguinte apresentam-se os membros do órgão executivo, com a indicação das competências que lhe estão delegadas:

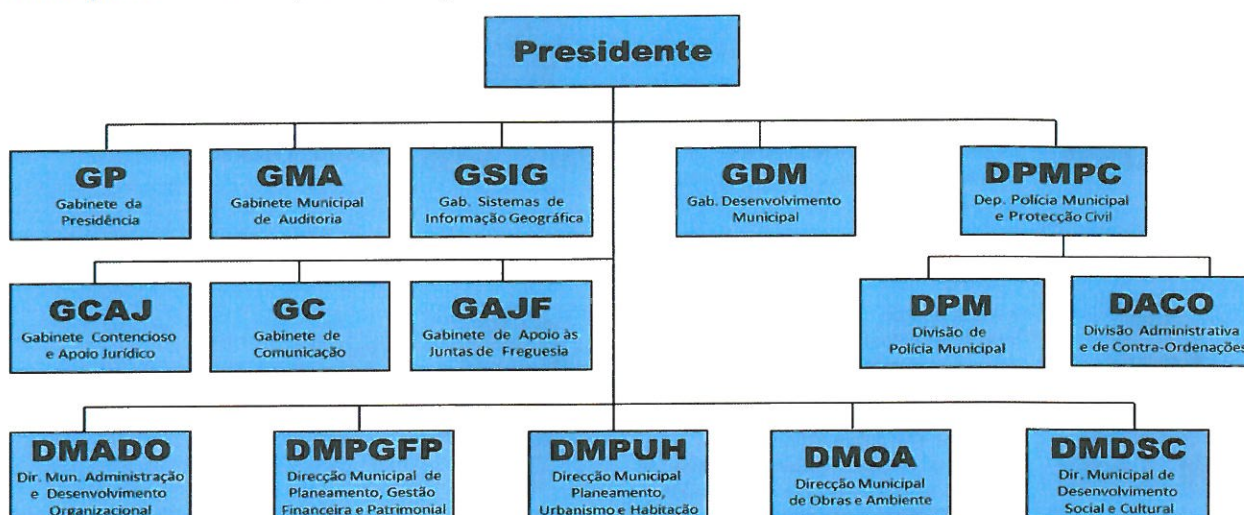
	Presidente Paulo Vistas » Planeamento e Gestão Urbanística » Habitação » Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil		
	Vice-Presidente Carlos Morgado » Finanças » Património e Contratação Pública » Atividades Económicas (Urbanismo) » Edificação (Urbanismo) » Desporto » Educação » Contraordenações e Notificações » Prevenção de Ruído e Controlo de Poluição Sonora		Vereadora Maria Madalena Castro » Obras Municipais » Trânsito e Transportes » Espaços Verdes » Iluminação Pública » Controlo das Intervenções dos Concessionários de Serviços Públicos
	Vereador Ricardo Barros » Administração » Licenciamentos Diversos » Recursos Humanos » Tecnologias e Sistemas de Informação » Sensibilização Ambiental » Viaturas e Máquinas (Oficinas) » Higiene Pública, Ambiente (Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos) e Abastecimento » Saúde Pública e bem-estar animal » Cemitérios		Vereadora Marlene Rodrigues » Ação Social e Saúde » Cultura
	Vereador Alexandre Luz » Sem Pelouros		Vereador Ângelo Pereira » Modernização Administrativa e Qualidade » Turismo » Juventude » Emprego e Empreendedorismo
	Vereador Ricardo Lino Rodrigues » Sem Pelouros		Vereador Marcos de Sá Rodrigues » Sem Pelouros
	Vereadora Alexandra Moura » Sem Pelouros		Vereador Daniel Branco » Sem Pelouros



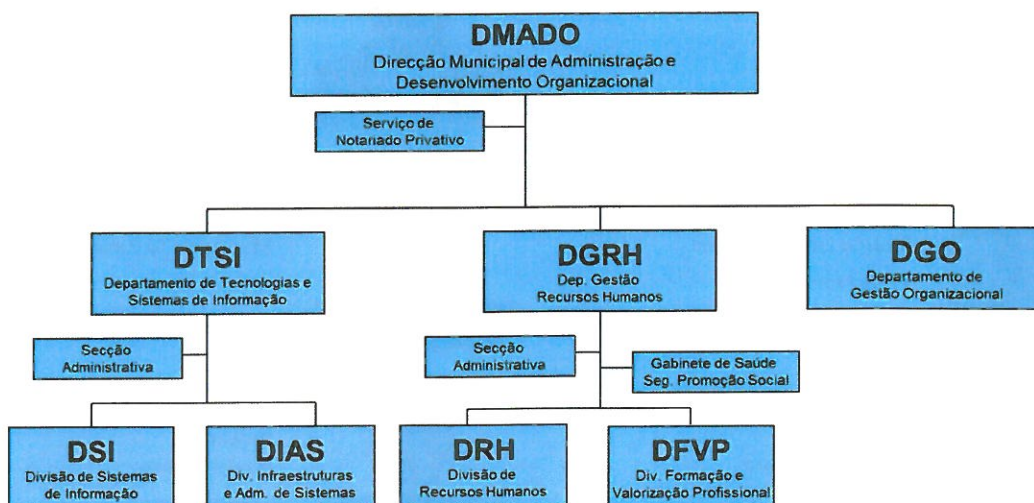
Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

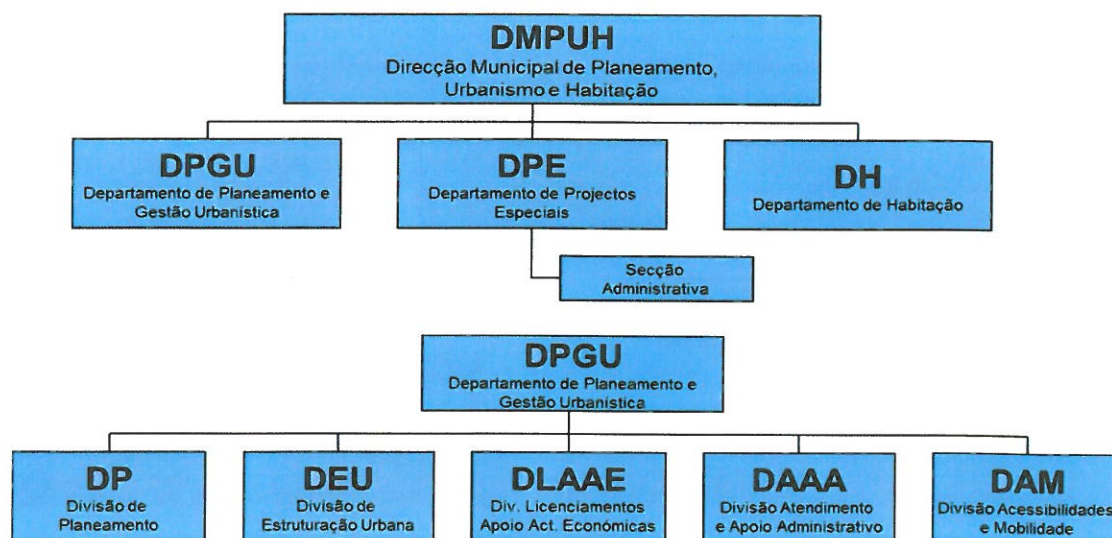
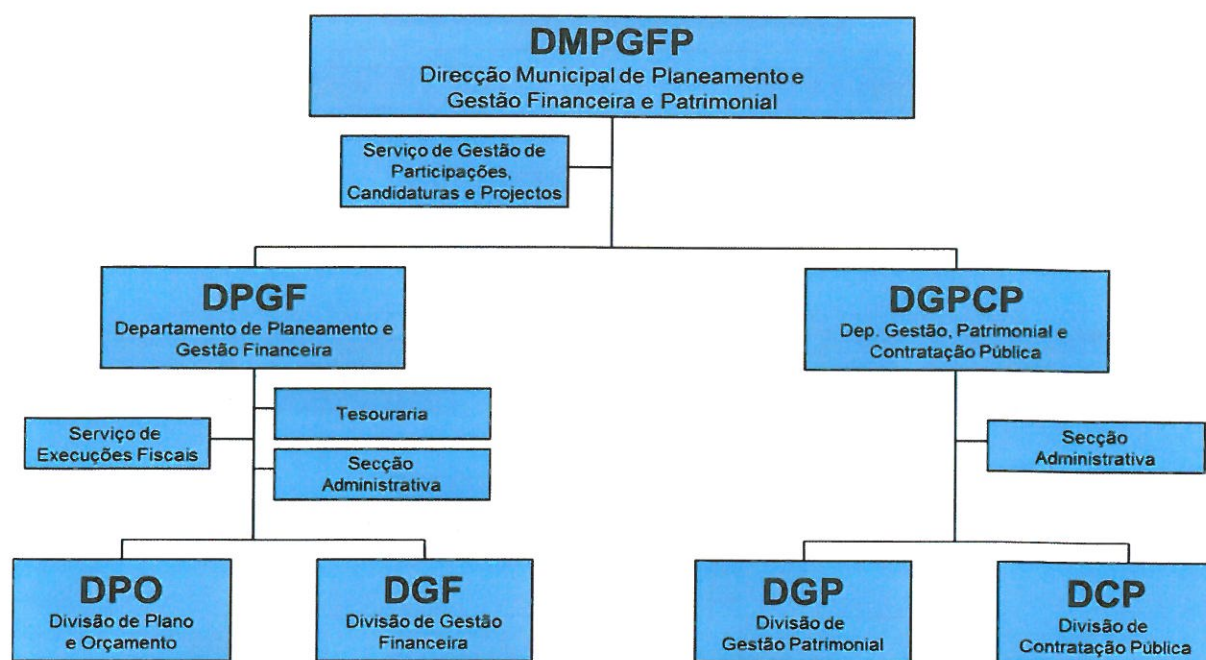
Estrutura Organizativa

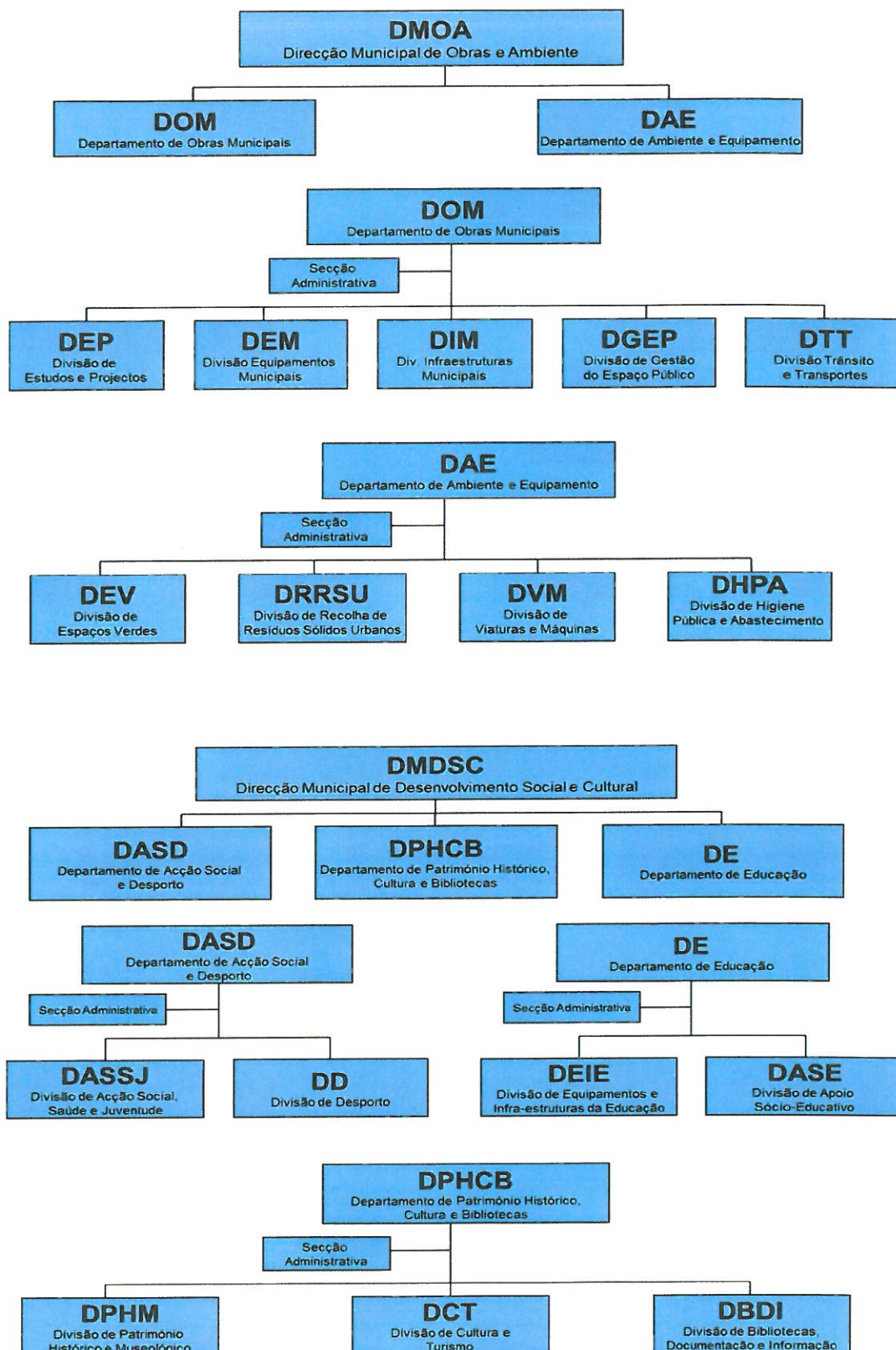
Visando responder aos desafios que se nos colocam em consequência da reorganização dos serviços, o Regulamento Orgânico em vigor foi aprovado na Assembleia Municipal em reunião realizada a 13 de Dezembro de 2010, que se traduz num novo modelo mais ajustado aos novos desafios e exigências desta organização e publicado em Diário da República Despacho n.º 19354/2010, de 30 de Dezembro de 2010 - Regulamento Orgânico do Município de Oeiras – o qual tem a seguinte estrutura:



De forma mais detalhada temos:







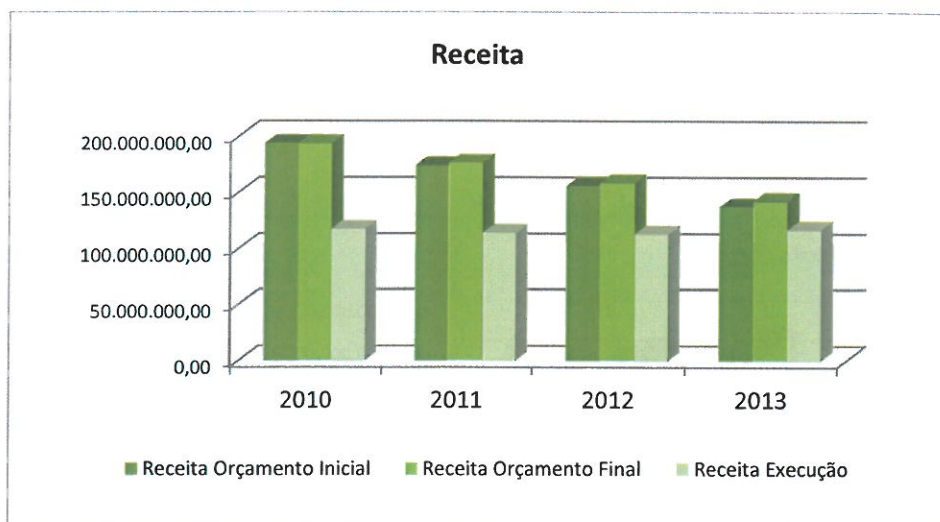
Orçamento

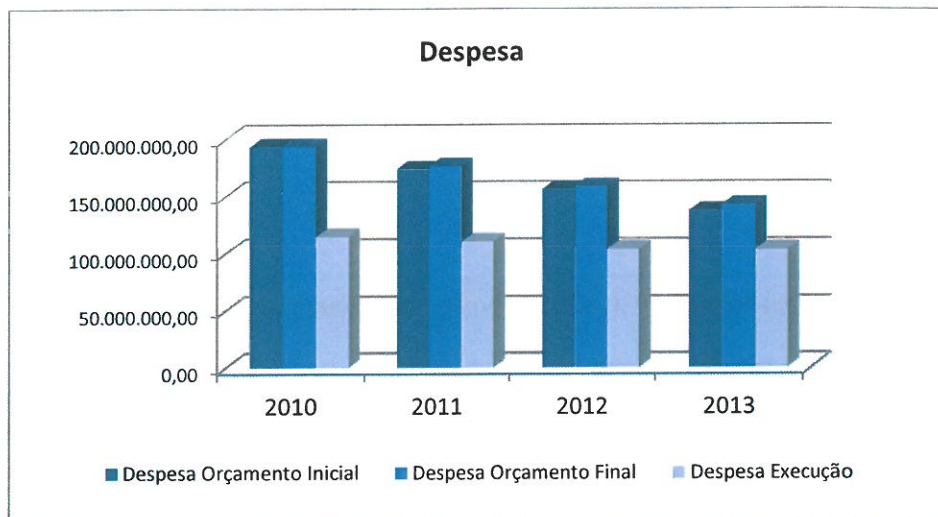
Os montantes orçados e realizados de 2010 a 2013 apresentam a seguinte evolução:

	Receita				Despesa			
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec.	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec.
2010	193.679.886,00	193.720.650,68	117.327.737,57	60,57%	193.679.886,00	193.720.650,68	114.936.238,47	59,33%
2011	173.990.270,00	176.384.930,34	113.556.853,51	64,38%	173.990.270,00	176.384.930,34	110.331.787,89	62,55%
2012	155.987.354,00	158.505.603,49	112.809.787,37	71,17%	155.987.354,00	158.505.603,49	103.392.069,62	65,23%
2013	137.185.587,00	142.371.488,90	116.929.250,83	82,13%	137.185.587,00	142.371.488,90	103.054.125,42	72,38%

Nos valores de execução estão considerados os montantes referentes à utilização do saldo da gerência do ano anterior, estando em 2013 considerado o montante da gerência de 2012, de € 9.419.901,90.

De salientar a evolução positiva das taxas de execução de receita ao longo do período em análise.



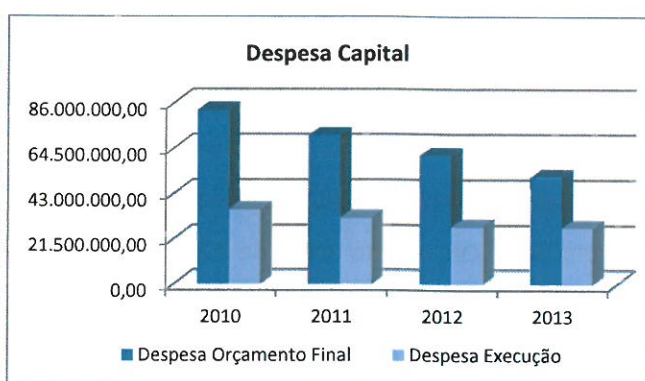
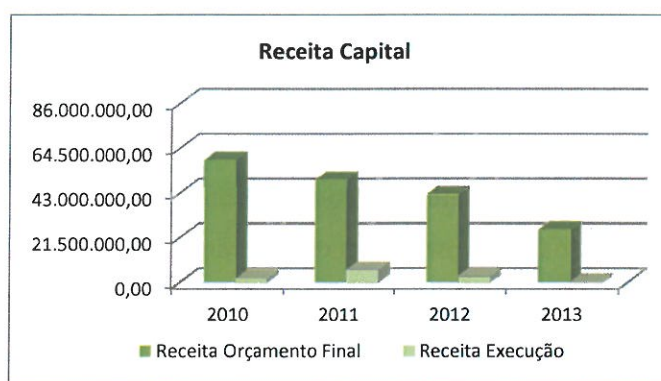


Tendo em conta a principal separação, do ponto de vista económico, capital e corrente, que se aplica tanto à receita como à despesa, verificou-se a seguinte evolução:

	Receita Corrente				Despesa Corrente			
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec.	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec.
2010	130.768.249,00	130.768.249,00	111.305.129,34	85,12%	110.965.649,00	111.006.413,68	79.406.881,75	71,53%
2011	124.478.074,00	124.478.074,00	103.362.821,94	83,04%	103.407.134,00	105.801.794,34	78.989.755,42	74,66%
2012	112.224.370,00	112.934.140,00	106.433.413,28	94,24%	93.964.927,00	97.328.162,49	76.033.952,12	78,12%
2013	107.618.221,00	107.618.221,00	106.964.294,07	99,39%	88.859.476,00	91.391.520,76	76.219.682,02	83,40%



	Receita Capital				Despesa Capital			
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec.	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec.
2010	62.866.717,00	58.841.117,00	1.889.275,45	3,21%	82.714.237,00	82.714.237,00	35.529.356,72	42,95%
2011	49.454.553,00	49.454.553,00	6.132.864,29	12,40%	70.583.136,00	70.583.136,00	31.342.032,47	44,40%
2012	43.712.984,00	42.281.998,00	2.929.792,47	6,93%	62.022.427,00	61.177.441,00	27.358.117,50	44,72%
2013	29.524.766,00	25.290.766,00	356.930,79	1,41%	48.326.111,00	50.979.968,14	26.834.443,40	52,64%



O quadro seguinte apresenta as rubricas 15 – Reposições não abatidas nos pagamentos e 16 – Saldo da gerência anterior.

	Outras Receitas					
	Rubrica 15			Rubrica 16		
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução
2010	44.920,00	44.920,00	66.968,10	0,00	4.066.364,68	4.066.364,68
2011	57.643,00	57.643,00	1.666.506,94	0,00	2.394.660,34	2.394.660,34
2012	50.000,00	50.000,00	207.116,13	0,00	3.239.465,49	3.239.465,49
2013	42.600,00	42.600,00	188.124,07	0,00	9.419.901,90	9.419.901,90

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including "MBR", "BA", and others.

Análise Geral

A análise da execução da receita e da despesa, face ao orçamento definido, bem como a sua comparação com os valores atingidos em anos anteriores, representa o principal objetivo deste relatório.

Em 2013, o valor da receita foi de € **116.929.250,83** e a despesa € **103.054.125,42**. No total da despesa está incluído o valor de € **59.206.840,82**, referente à execução das GOP - Grandes Opções do Plano.

Os quadros e gráficos apresentados seguidamente procuram facilitar a leitura da situação financeira atual e da sua evolução. O Orçamento inicial de 2013, comparativamente a 2012, representa um decréscimo de 12,05%, tendo-se verificado as seguintes alterações, em valor absoluto e percentual:

	Receita				Despesa			
	Orçamento		Variação		Orçamento		Variação	
	2012	2013	Valor	%	2012	2013	Valor	%
Corrente	112.224.370,00	107.618.221,00	-4.606.149,00	-4,10%	93.964.927,00	88.859.476,00	-5.105.451,00	-5,43%
Capital	43.762.984,00	29.567.366,00	-14.195.618,00	-32,44%	62.022.427,00	48.326.111,00	-13.696.316,00	-22,08%
Total	155.987.354,00	137.185.587,00	-18.801.767,00	-12,05%	155.987.354,00	137.185.587,00	-18.801.767,00	-12,05%

Quanto à execução do Orçamento, comparando com 2012, registaram-se os seguintes valores:

	Receita				Despesa			
	Execução		Variação		Execução		Variação	
	2012	2013	Valor	%	2012	2013	Valor	%
Corrente	106.433.413,28	106.964.294,07	530.880,79	0,50%	76.033.952,12	76.219.682,02	185.729,90	0,24%
Capital	2.929.792,47	356.930,79	-2.572.861,68	-87,82%	27.358.117,50	26.834.443,40	-523.674,10	-1,91%
Outras Receitas	3.446.581,62	9.608.025,97	6.161.444,35	178,77%				
Total	112.809.787,37	116.929.250,83	4.119.463,46	3,65%	103.392.069,62	103.054.125,42	-337.944,20	-0,33%

Do total da receita e despesa previstas para o Orçamento de 2013 verificaram-se os seguintes valores e taxas de execução:

	Receita				Despesa			
	Orçamento		Execução		Orçamento		Execução	
	Inicial	Final	Valor	%	Inicial	Final	Valor	%
Corrente	107.618.221,00	107.618.221,00	106.964.294,07	99,39%	88.859.476,00	91.391.520,76	76.219.682,02	83,40%
Capital	29.524.766,00	25.290.766,00	356.930,79	1,41%	48.326.111,00	50.979.968,14	26.834.443,40	52,64%
Outras Receitas	42.600,00	9.462.501,90	9.608.025,97	101,54%				
Total	137.185.587,00	142.371.488,90	116.929.250,83	82,13%	137.185.587,00	142.371.488,90	103.054.125,42	72,38%

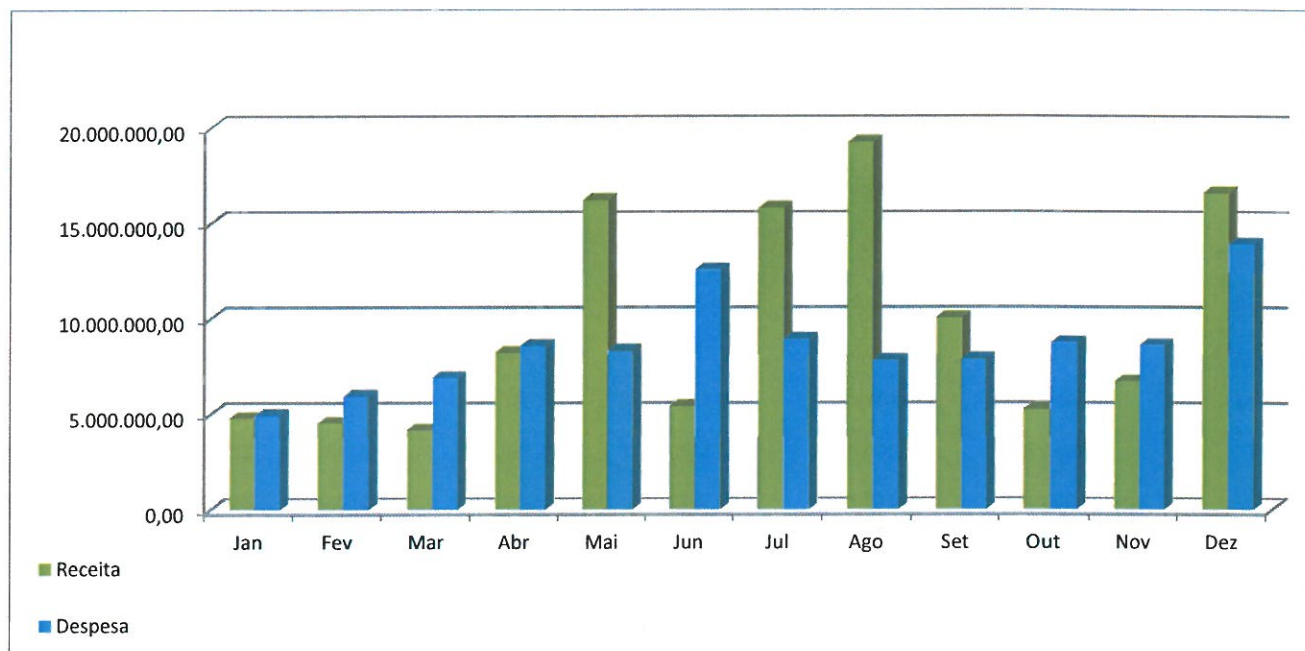
O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano.

Mês	Receita				Despesa		
	Corrente	Capital	Outras Rec.	Total	Corrente	Capital	Total
Janeiro	4.769.072,36	5.660,20	2.415,12	4.777.147,68	3.890.223,85	1.025.662,96	4.915.886,81
Fevereiro	4.480.382,71	7.200,55	37.383,56	4.524.966,82	4.639.615,61	1.289.930,08	5.929.545,69
Março	4.062.724,61	81.894,88	15.462,47	4.160.081,96	5.932.007,91	966.972,23	6.898.980,14
Abril	8.203.870,15	20.160,74	1.319,71	8.225.350,60	6.763.118,96	1.814.903,93	8.578.022,89
Maiο	16.083.124,87	72.249,71	69.818,20	16.225.192,78	5.802.968,00	2.537.716,48	8.340.684,48
Junho	5.400.966,38	12.064,63	2.113,45	5.415.144,46	11.542.058,38	1.019.782,10	12.561.840,48
Julho	6.373.680,56	7.574,60	9.422.784,61	15.804.039,77	6.717.296,28	2.194.736,68	8.912.032,96
Agosto	19.218.397,39	7.017,50	1.691,96	19.227.106,85	6.114.022,21	1.695.350,91	7.809.373,12
Setembro	10.025.725,18	26.572,91	955,24	10.053.253,33	6.241.752,51	1.645.132,66	7.886.885,17
Outubro	5.211.446,41	20.295,68	9.725,83	5.241.467,92	5.596.881,26	3.125.984,22	8.722.865,48
Novembro	6.644.024,57	23.252,40	15.256,57	6.682.533,54	3.707.124,46	4.887.983,36	8.595.107,82
Dezembro	16.490.878,88	72.986,99	29.099,25	16.592.965,12	9.272.612,59	4.630.287,79	13.902.900,38
	106.964.294,07	356.930,79	9.608.025,97	116.929.250,83	76.219.682,02	26.834.443,40	103.054.125,42

Destacam-se, na receita, os meses de maio, julho, agosto e dezembro:

- Maio – IMI = 11.546.999,97 €;
- Julho – Saldo Gerência = 9.419.901,90 €;
- Agosto – IMI = 5.554.887,28 € e Derrama = 8.077.317,01 €;
- Dezembro – IMI = 7.353.132,55 € e Derrama = 4.836.028,98 €;

Em relação à despesa, os meses de junho e dezembro refletem o pagamento das duas parcelas conforme sentença homologatória da transação judicial da PPPI Oeiras Primus, SA., nos valores de 3.579.514,67 € e 3.855.240,70 € respectivamente.



Receita

O nível de execução dos vários capítulos que constituem a receita é apresentado com base nos valores acumulados ao longo do ano, face ao Orçamento.

Rubricas da Receita	Receita			
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec.
01 - Impostos Directos	63.945.645,00	63.945.645,00	69.218.318,95	108,25%
02 - Impostos Indirectos	3.329.125,00	3.329.125,00	2.086.889,03	62,69%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.617.777,00	1.617.777,00	1.501.493,09	92,81%
05 - Rendimentos de Propriedade	5.141.829,00	5.141.829,00	78.172,54	1,52%
06 - Transferências Correntes	19.860.498,00	19.860.498,00	19.867.779,93	100,04%
07 - Venda Bens e Serviços Correntes	13.478.199,00	13.478.199,00	13.938.599,31	103,42%
08 - Outras Receitas Correntes	245.148,00	245.148,00	273.041,22	111,38%
Receita Corrente	107.618.221,00	107.618.221,00	106.964.294,07	99,39%
09 - Venda de Bens Investimento	24.583.608,00	23.449.608,00	93.743,84	0,40%
10 - Transferências de Capital	438.641,00	438.641,00	247.513,83	56,43%
11 - Activos Financeiros	1.310.141,00	1.310.141,00	0,00	0,00%
12 - Passivos Financeiros	3.100.000,00	0,00	0,00	0,00%
13 - Outras Receitas de Capital	92.376,00	92.376,00	15.673,12	16,97%
Receita Capital	29.524.766,00	25.290.766,00	356.930,79	1,41%
15 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos	42.600,00	42.600,00	188.124,07	441,61%
16 - Saldo da Gerência Anterior	0,00	9.419.901,90	9.419.901,90	100,00%
Outras Receitas	42.600,00	9.462.501,90	9.608.025,97	101,54%
Total da Receita	137.185.587,00	142.371.488,90	116.929.250,83	82,13%

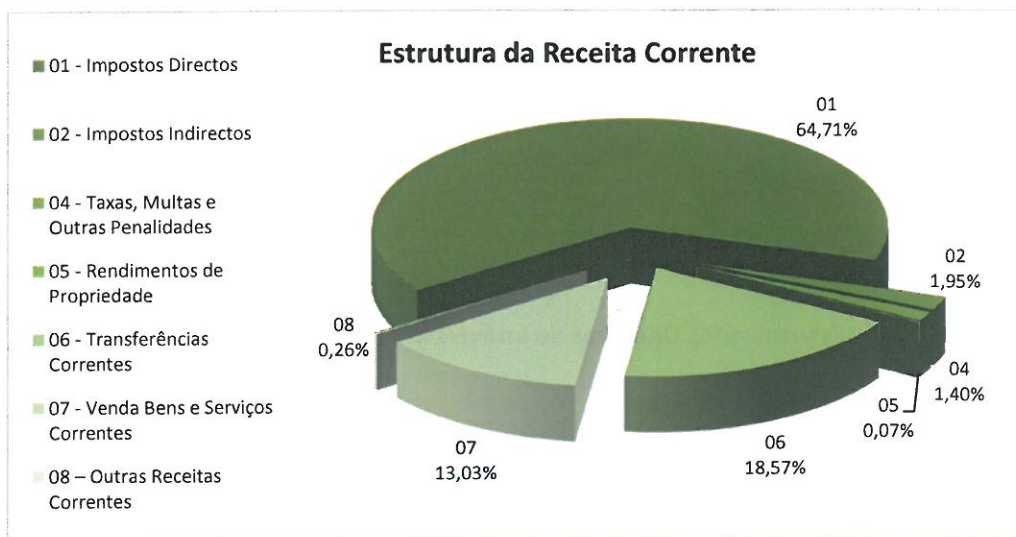
O valor apurado no capítulo **01 - Impostos Directos**, com uma taxa de realização de 108,25%, representa 64,71% da receita corrente e 59,20% da receita total arrecadada. Para o montante alcançado destaca-se o IMI com € 28.376.284,38, a Derrama com € 22.185.869,68 e o IUC com € 10.735.837,72.

Apresenta-se de forma detalhada a variação da execução da receita em relação ao ano anterior, onde se destaca um crescimento de 3,65%.

Rubricas da Receita	Execução		Variação	
	2012	2013	Valor	%
01 - Impostos Directos	63.424.444,72	69.218.318,95	5.793.874,23	9,14%
02 - Impostos Indirectos	3.259.734,55	2.086.889,03	-1.172.845,52	-35,98%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	807.650,52	1.501.493,09	693.842,57	85,91%
05 - Rendimentos de Propriedade	3.824.153,16	78.172,54	-3.745.980,62	-97,96%
06 - Transferências Correntes	19.488.656,66	19.867.779,93	379.123,27	1,95%
07 - Venda Bens e Serviços Correntes	15.339.804,26	13.938.599,31	-1.401.204,95	-9,13%
08 – Outras Receitas Correntes	288.969,41	273.041,22	-15.928,19	-5,51%
Receita Corrente	106.433.413,28	106.964.294,07	530.880,79	0,50%
09 – Venda de Bens Investimento	258.379,82	93.743,84	-164.635,98	-63,72%
10 – Transferências de Capital	1.637.059,65	247.513,83	-1.389.545,82	-84,88%
11 - Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
12 - Passivos Financeiros	1.034.353,00	0,00	-1.034.353,00	-100,00%
13 - Outras Receitas de Capital	0,00	15.673,12	15.673,12	0,00%
Receita Capital	2.929.792,47	356.930,79	-2.572.861,68	-87,82%
15 – Reposições não Abatidas nos Pagamentos	207.116,13	188.124,07	-18.992,06	-9,17%
16 – Saldo da Gerência Anterior	3.239.465,49	9.419.901,90	6.180.436,41	190,79%
Outras Receitas	3.446.581,62	9.608.025,97	6.161.444,35	178,77%
Total da Receita	112.809.787,37	116.929.250,83	4.119.463,46	3,65%

Receita Corrente

Rubricas da Receita	Orçamento Final	Execução	Peso (Exec.)
01 - Impostos Directos	63.945.645,00	69.218.318,95	64,71%
02 - Impostos Indirectos	3.329.125,00	2.086.889,03	1,95%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.617.777,00	1.501.493,09	1,40%
05 - Rendimentos de Propriedade	5.141.829,00	78.172,54	0,07%
06 - Transferências Correntes	19.860.498,00	19.867.779,93	18,57%
07 - Venda Bens e Serviços Correntes	13.478.199,00	13.938.599,31	13,03%
08 – Outras Receitas Correntes	245.148,00	273.041,22	0,26%
Total da Receita Corrente	107.618.221,00	106.964.294,07	100,00%



01 – Impostos Directos

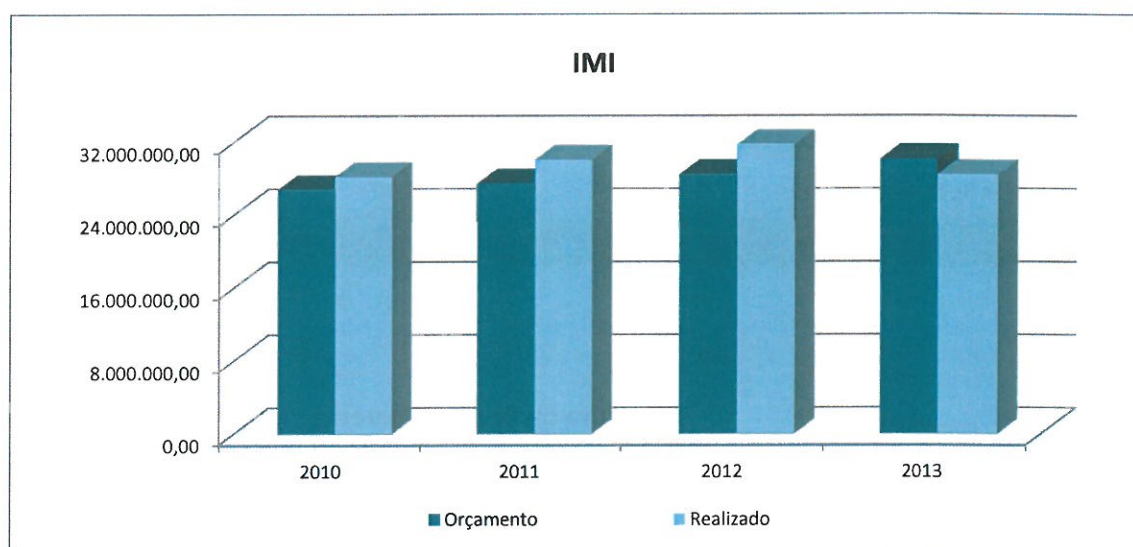
Devido à importância deste capítulo no total da receita apresenta-se seguidamente a análise detalhada dos Impostos nele incluídos.

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

O Imposto Municipal sobre Imóveis, em 2013, teve uma diminuição de 10,39% face ao valor cobrado no ano anterior, e um decréscimo 5,66% em relação ao orçado.

IMI	2010	2011	2012	2013
Orçamento	26.728.977,00	27.408.593,00	28.372.198,00	30.083.680,00
Realizado	28.176.970,19	30.018.243,43	31.671.424,20	28.382.035,17

Inclui valor residual de Contribuição autárquica

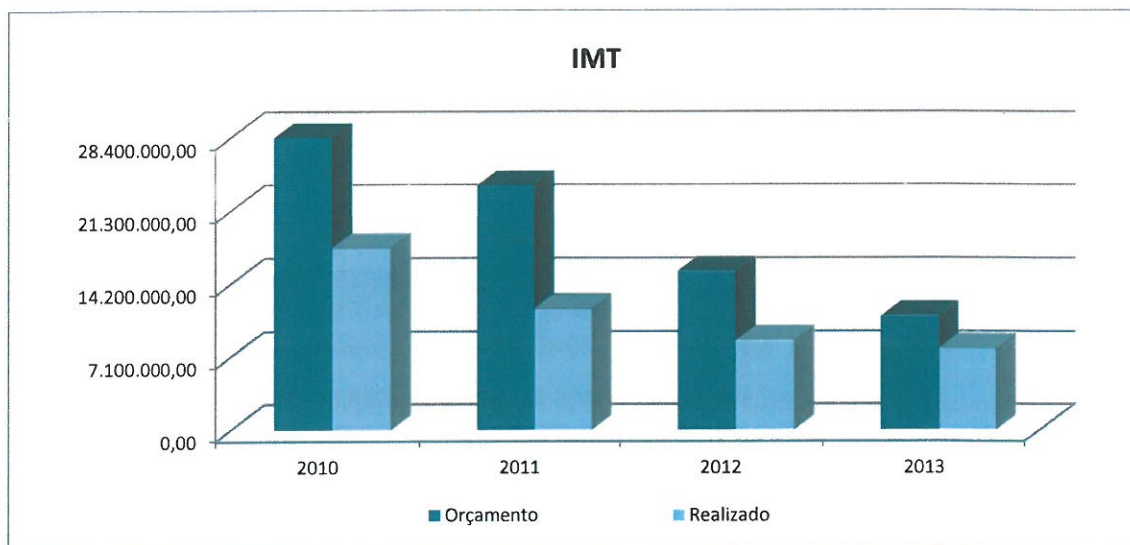


Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)

O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, em 2013, registou um decréscimo de 8,81% sobre o valor cobrado no ano anterior, e uma diminuição em 28,63% em relação ao orçado.

IMT	2010	2011	2012	2013
Orçamento	28.382.769,00	23.746.700,00	15.389.914,00	11.021.001,00
Realizado	17.683.750,59	11.745.904,41	8.624.559,72	7.865.154,21

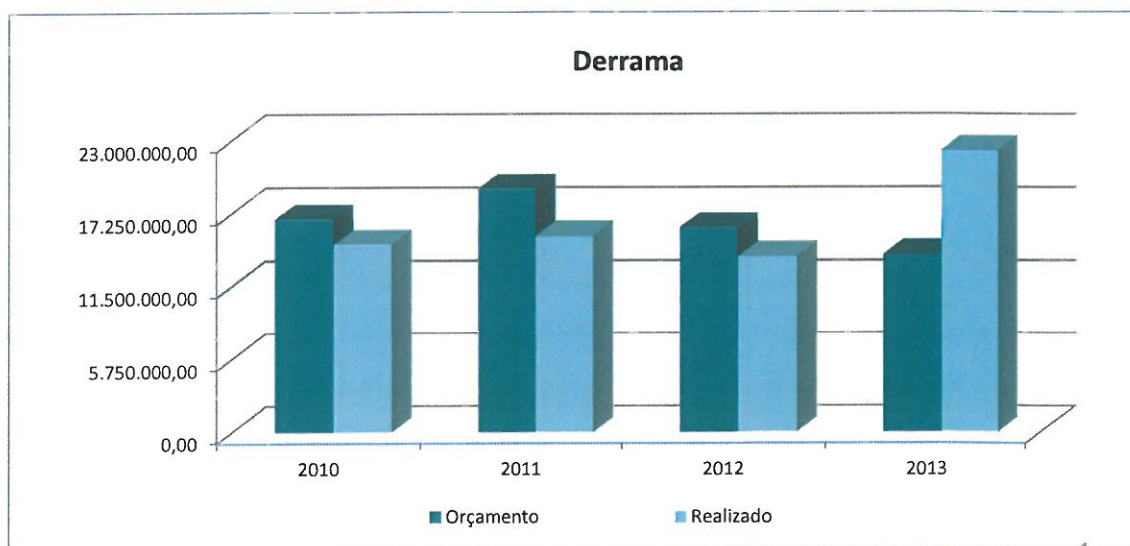
Inclui valor residual de SISA



Derrama

Verifica-se um aumento de execução de 60,53% em relação ao ano anterior, e mais 58,74% em relação ao orçamento.

Derrama	2010	2011	2012	2013
Orçamento	16.787.358,00	19.177.976,00	16.093.451,00	13.976.421,00
Realizado	14.769.874,40	15.418.320,21	13.820.446,94	22.185.869,68



MBP

X

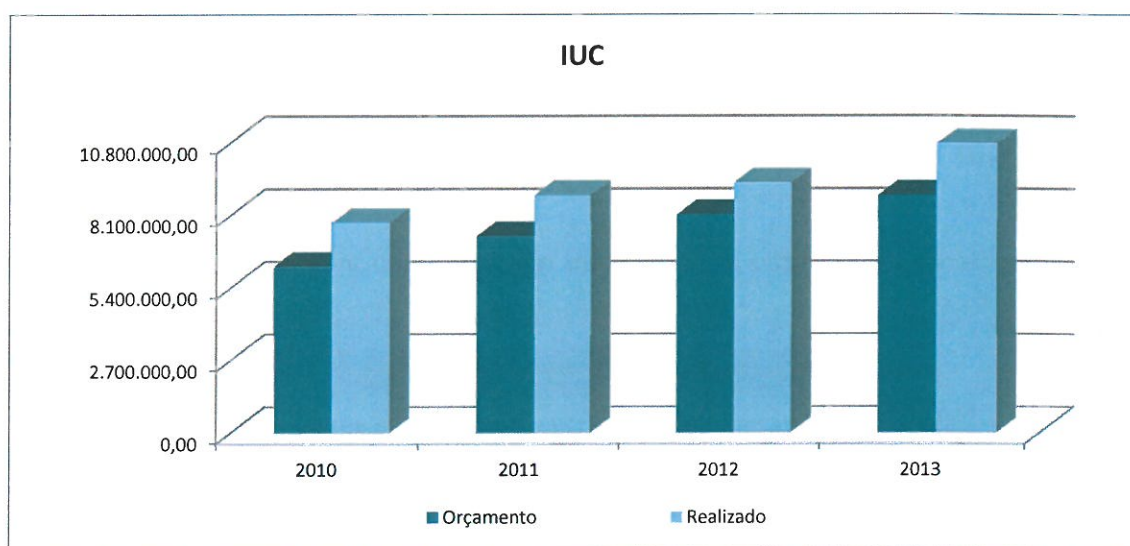
3

Imposto Único de Circulação

O Imposto Único de Circulação registou um crescimento de 15,75% em relação ao ano anterior, e a nível orçamental um acréscimo em 21,78%.

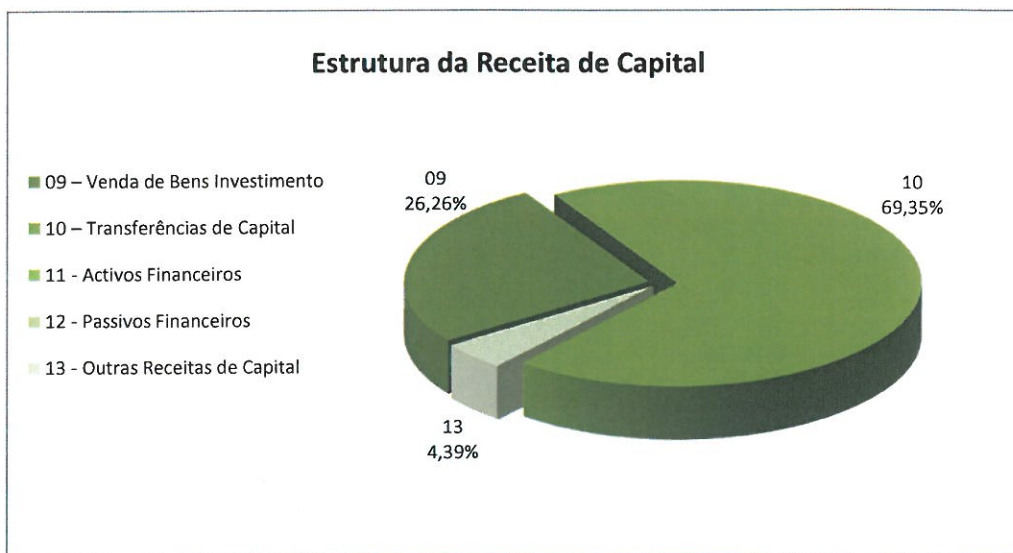
IUC	2010	2011	2012	2013
Orçamento	6.175.798,00	7.296.694,00	8.097.055,00	8.815.805,00
Realizado	7.810.632,40	8.826.225,82	9.275.218,84	10.735.837,72

Inclui valor residual de Imposto Municipal sobre Veículos



Receita de Capital

Rubricas da Receita	Orçamento Final	Execução	Peso (Exec.)
09 – Venda de Bens Investimento	23.449.608,00	93.743,84	26,26%
10 – Transferências de Capital	438.641,00	247.513,83	69,35%
11 - Activos Financeiros	1.310.141,00	0,00	0,00%
12 - Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00%
13 - Outras Receitas de Capital	92.376,00	15.673,12	4,39%
Total da Receita de Capital	25.290.766,00	356.930,79	100,00%



10 – Transferências de Capital

As transferências de capital ao nível orçamental representaram uma execução de 56,43% o que corresponde a 69,35% da receita de capital, destacando-se 201.096,66 € do QREN.

13 – Outras Receitas de Capital

Registaram 4,39% de toda a receita de capital e obteve uma taxa de realização de 16,97% em relação ao orçamento.

Outras Receitas

Rubricas da Receita	Orçamento Final	Execução	Peso (Exec.)
15 – Reposições não Abatidas nos Pagamentos	42.600,00	188.124,07	1,96%
16 – Saldo da Gerência Anterior	9.419.901,90	9.419.901,90	98,04%
Total de Outras Receitas	9.462.501,90	9.608.025,97	100,00%



Despesa

À semelhança da análise efetuada na Receita apresenta-se ao nível dos vários capítulos que constituem a Despesa, a percentagem de execução face aos valores previstos em Orçamento.

Rubricas da Despesa	Despesa			
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec.
01 - Despesas com o Pessoal	32.407.250,00	33.845.487,00	33.460.085,27	98,86%
02 - Aquisições de Bens e Serviços	47.146.907,00	43.769.061,36	32.476.256,75	74,20%
03 - Juros da Dívida Pública	811.878,00	2.953.920,00	2.636.265,93	89,25%
04 - Transferências Correntes	8.132.441,00	7.810.195,26	6.527.890,22	83,58%
06 - Outras Despesas Correntes	361.000,00	3.012.857,14	1.119.183,85	37,15%
Despesa Corrente	88.859.476,00	91.391.520,76	76.219.682,02	83,40%
07 - Aquisição de Bens de Capital	41.772.343,00	44.317.483,51	22.187.369,45	50,06%
08 - Transferências de Capital	3.092.220,00	3.199.936,63	1.781.191,04	55,66%
09 - Activos Financeiros	600.000,00	584.000,00	0,00	0,00%
10 - Passivos Financeiros	2.861.548,00	2.876.548,00	2.865.508,08	99,62%
11 - Outras Despesas de Capital	0,00	2.000,00	374,83	18,74%
Despesa de Capital	48.326.111,00	50.979.968,14	26.834.443,40	52,64%
Total da Despesa	137.185.587,00	142.371.488,90	103.054.125,42	72,38%

A despesa total observa uma execução de 72,38%, em que a execução da despesa corrente se situa nos 83,40% e a de capital nos 52,64%.

O capítulo **01 – Despesas com o Pessoal** e **02 – Aquisição de Bens e Serviços** apresentam o maior valor de execução dentro das despesas correntes, com € 33.460.085,27 e € 32.476.256,75 respectivamente. Quanto à despesa de capital, destaca-se o capítulo **07 - Aquisição de Bens de Capital** com um valor de realização de € 22.187.369,45.

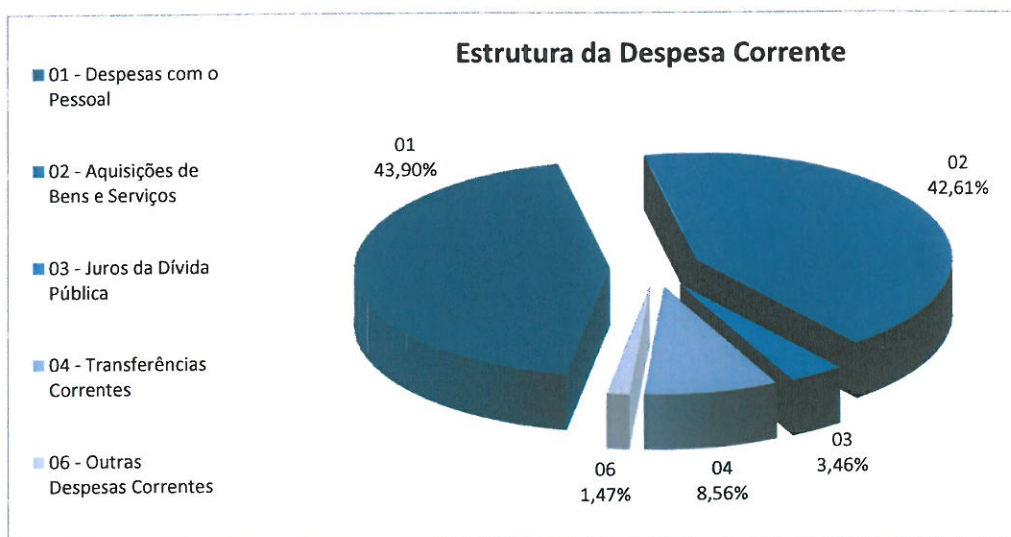
Segue-se a análise detalhada da variação de execução da despesa comparativamente ao ano anterior.

Rubricas da Despesa	Execução		Variação	
	2012	2013	Valor	%
01 - Despesas com o Pessoal	30.822.273,62	33.460.085,27	2.637.811,65	8,56%
02 - Aquisições de Bens e Serviços	37.087.552,18	32.476.256,75	-4.611.295,43	-12,43%
03 - Juros da Dívida Pública	728.736,62	2.636.265,93	1.907.529,31	261,76%
04 - Transferências Correntes	6.929.369,15	6.527.890,22	-401.478,93	-5,79%
06 - Outras Despesas Correntes	466.020,55	1.119.183,85	653.163,30	140,16%
Despesa Corrente	76.033.952,12	76.219.682,02	185.729,90	0,24%
07 - Aquisição de Bens de Capital	22.722.878,63	22.187.369,45	-535.509,18	-2,36%
08 - Transferências de Capital	1.798.743,58	1.781.191,04	-17.552,54	-0,98%
09 - Activos Financeiros	140.000,00	0,00	-140.000,00	-100,00%
10 - Passivos Financeiros	2.696.495,29	2.865.508,08	169.012,79	6,27%
11 - Outras Despesas de Capital	0,00	374,83	374,83	0,00%
Despesa de Capital	27.358.117,50	26.834.443,40	-523.674,10	-1,91%
Total da Despesa	103.392.069,62	103.054.125,42	-337.944,20	-0,33%

Verifica-se uma diminuição da despesa de € 337.944,20 o que representa um decréscimo de 0,33%.

Despesa Corrente

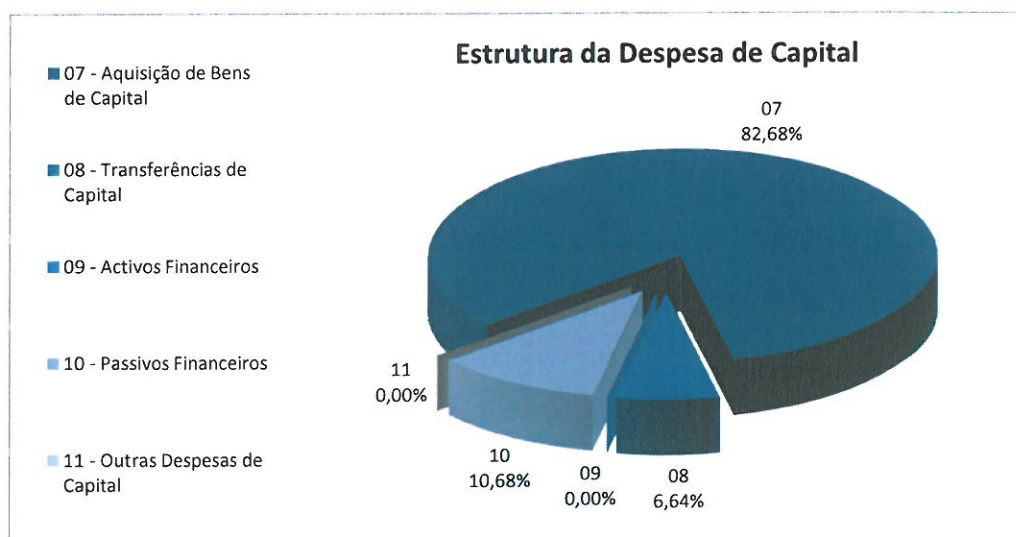
Rubricas da Despesa	Orçamento Final	Execução	Peso (Exec.)
01 - Despesas com o Pessoal	33.845.487,00	33.460.085,27	43,90%
02 - Aquisições de Bens e Serviços	43.769.061,36	32.476.256,75	42,61%
03 - Juros da Dívida Pública	2.953.920,00	2.636.265,93	3,46%
04 - Transferências Correntes	7.810.195,26	6.527.890,22	8,56%
06 - Outras Despesas Correntes	3.012.857,14	1.119.183,85	1,47%
Total da Despesa Corrente	91.391.520,76	76.219.682,02	100,00%



A Despesa Corrente é constituída por vários capítulos, dos quais se destacam as rubricas 01 - Despesas com Pessoal, com uma realização de € 33.460.085,27 e 02 – Aquisições de Bens e Serviços com € 32.476.256,75, correspondentes a uma taxa de execução relativamente ao orçado de 98,86% e 74,20%, e representam em relação ao total da despesa corrente 43,90% e 42,61%, respectivamente.

Despesa de Capital

Rubricas da Despesa	Orçamento Final	Execução	Peso (Exec.)
07 - Aquisição de Bens de Capital	44.317.483,51	22.187.369,45	82,68%
08 - Transferências de Capital	3.199.936,63	1.781.191,04	6,64%
09 - Activos Financeiros	584.000,00	0,00	0,00%
10 - Passivos Financeiros	2.876.548,00	2.865.508,08	10,68%
11 - Outras Despesas de Capital	2.000,00	374,83	0,00%
Total da Despesa de Capital	50.979.968,14	26.834.443,40	100,00%



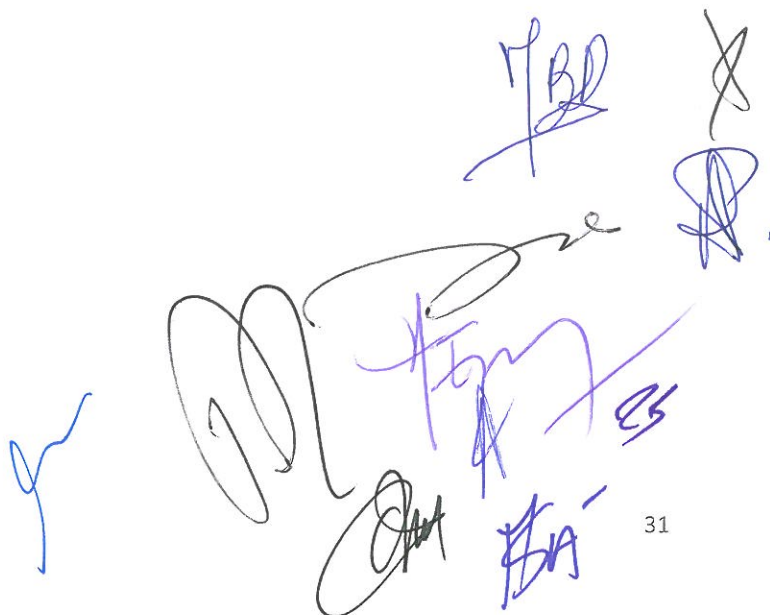
A Despesa de Capital atingiu o valor de € 26.834.443,40, que traduz uma execução de 52,64%, destacando-se a rubrica 07 – Aquisição de Bens de Capital, com uma realização de € 22.187.369,45.

Alterações ao Orçamento

Ao longo de 2013 foram efetuadas e aprovadas doze alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, nas componentes da despesa, no valor global de € 18.375.676,90.

As ações deduzidas refletem, na sua maioria, ações sobredotadas e/ou ações, que embora em curso, têm características diferenciadas de execução, no que respeita ao aspeto físico e financeiro.

Foram ainda efetuadas quatro revisões orçamentais, no valor de € 5.185.901,90, pela utilização do saldo da gerência 2012 na necessidade de aumentar algumas rubricas e de criar novos códigos que à data não tinham sido previstos nos termos do ponto 8.3.1.2. das modificações do orçamento e na modificação de valores de anos futuros.



Situação Patrimonial

Análise do Balanço - Balanço Sintético

Descrição	2013		2012		Desvio (€)	Variação
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)		
Imobilizado	489.753.596,30	92,46%	449.672.669,61	95,85%	40.080.926,69	8,91%
Existências	3.259.951,17	0,62%	3.426.710,58	0,73%	-166.759,41	-4,87%
Dívidas de Terceiros	2.468.664,00	0,47%	1.512.243,27	0,32%	956.420,73	63,25%
Disponibilidades	15.737.255,55	2,97%	10.885.219,30	2,32%	4.852.036,25	44,57%
Acréscimos e Diferimentos	18.470.184,34	3,49%	3.659.582,94	0,78%	14.810.601,40	404,71%
Ativo	529.689.651,36	100,00%	469.156.425,70	100,00%	60.533.225,66	12,90%
Património	325.781.147,30	61,50%	317.997.405,60	67,78%	7.783.741,70	2,45%
Reservas	11.559.911,13	2,18%	10.954.943,13	2,34%	604.968,00	5,52%
Doações	2.629.912,95	0,50%	2.540.793,89	0,54%	89.119,06	3,51%
Reservas Cedência Apropriação de Activos	54.947.428,97	10,37%	52.254.614,11	11,14%	2.692.814,86	5,15%
Resultados	34.682.804,89	6,55%	10.005.666,08	2,13%	24.677.138,81	246,63%
Fundos Próprios	429.601.205,24	81,10%	393.753.422,81	83,93%	35.847.782,43	9,10%
Provisões para riscos e encargos	16.298.563,29	3,08%	17.034.040,53	3,63%	-735.477,24	-4,32%
Dívidas a Terceiros M/L Prazo	54.630.772,07	10,31%	33.766.092,73	7,20%	20.864.679,34	61,79%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	21.678.584,92	4,09%	15.530.757,22	3,31%	6.147.827,70	39,58%
Acréscimos e Diferimentos	7.480.525,84	1,41%	9.072.112,41	1,93%	-1.591.586,57	-17,54%
Passivo	100.088.446,12	18,90%	75.403.002,89	16,07%	24.685.443,23	32,74%
Fundos Próprios e Passivo	529.689.651,36	100,00%	469.156.425,70	100,00%	60.533.225,66	12,90%

O aumento do Imobilizado está relacionado com o registo das duas escolas e dois centros geriátricos da PPPI Oeiras Primus. A variação das dívidas de terceiros deriva da alteração da política contabilística. Nos acréscimos e diferimentos a maior variação prende-se com o IMT referente a dezembro e apenas recebido em janeiro de 2014 no montante de 11.044.059,05€, valor que também se destaca na conta 72 – Impostos e Taxas da Demonstração de Resultados.

33

Demonstração de Resultados por Natureza

Descrição	2013		2012		Desvio (€)	Variação
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)		
Custos e Perdas						
Custos Merc. Vend. Mat. Consumidas	1.160.773,66	1,13%	785.399,58	0,80%	375.374,08	47,79%
Fornecimentos e Serviços Externos	38.492.002,20	37,31%	35.883.030,71	36,55%	2.608.971,49	7,27%
Custos com o Pessoal	33.840.371,84	32,80%	29.829.239,59	30,38%	4.011.132,25	13,45%
Transf. e Sub.Corr.Conc.Prest.Soc.	6.520.860,22	6,32%	6.939.462,15	7,07%	-418.601,93	-6,03%
Amortizações do Exercício	8.937.430,81	8,66%	11.266.360,63	11,48%	-2.328.929,82	-20,67%
Provisões do Exercício	5.788.629,04	5,61%	7.147.116,83	7,28%	-1.358.487,79	-19,01%
Outros Custos	8.435.912,22	8,18%	6.326.196,60	6,44%	2.109.715,62	33,35%
Total	103.175.979,99	100,00%	98.176.806,09	100,00%	4.999.173,90	5,09%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	13.899.057,99	10,97%	15.075.717,85	13,67%	-1.176.659,86	-7,81%
Impostos e Taxas	83.837.055,03	66,20%	66.515.308,18	60,32%	17.321.746,85	26,04%
Transferências e Subsídios Obtidos	20.010.499,03	15,80%	19.726.775,02	17,89%	283.724,01	1,44%
Proveitos e Ganhos Financeiros	4.282.201,36	3,38%	3.774.290,21	3,42%	507.911,15	13,46%
Outros Proveitos	4.616.442,21	3,65%	5.184.074,83	4,70%	-567.632,62	-10,95%
Total	126.645.255,62	100,00%	110.276.166,09	100,00%	16.369.089,53	14,84%
Resultados Operacionais	22.538.246,56		8.777.170,13		13.761.076,43	156,78%
Resultados Financeiros	1.643.915,21		3.142.145,07		-1.498.229,86	-47,68%
Resultados Correntes	24.182.161,77		11.919.315,20		12.262.846,57	102,88%
Resultados Extraordinários	-712.886,14		180.044,80		-892.930,94	-495,95%
Resultado Líquido do Exercício	23.469.275,63		12.099.360,00		11.369.915,63	93,97%

Proposta de Aplicação do Resultado Líquido

Nos termos do ponto 2.7.3. das Considerações Técnicas do POCAL previsto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro, face ao resultado positivo de **€ 23.469.275,63** apurado no ano de 2013, propõe-se a constituição da Reserva Legal obrigatória aplicando o restante Resultado Líquido do Exercício em Resultados Transitados dado que o valor contabilístico da conta 51 «Património» é superior a 20% do Ativo Líquido:

Reserva Legal (conta 571) € 1.173.463,78

Resultados Transitados (conta 59) € 22.295.811,85

Endividamento Líquido Municipal

Ativo	2013	2012	Δ €
Investimentos Financeiros	18.206.319,58	19.206.920,64	-1.000.601,06
Empréstimos Concedidos	1.434.744,06	1.434.744,06	0,00
Clientes c/c	761.958,56	0,00	761.958,56
Contribuintes c/c	75.465,64	0,00	75.465,64
Utentes c/c	135.567,88	0,00	135.567,88
Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	3.487.696,04	0,00	3.487.696,04
Estado e Outros Entes Públicos	2.991,91	27,64	2.964,27
Outros Devedores	57.935,95	77.471,57	-19.535,62
Acréscimos e Diferimentos	18.470.184,34	3.659.582,94	14.810.601,40
Depósitos em Instituições Financeiras	15.726.676,21	10.341.114,55	5.385.561,66
Caixa	10.579,34	544.104,75	-533.525,41
(A)	58.370.119,51	35.263.966,15	23.106.153,36
Passivo	2013	2012	Δ €
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	54.630.772,07	33.766.092,73	20.864.679,34
Empréstimos de Longo Prazo	27.530.215,18	30.406.165,48	-2.875.950,30
Fornecedores de Imobilizado c/c - Médio e Longo Prazo	22.742.821,15	3.359.927,25	19.382.893,90
Outros Credores - Médio e Longo Prazo	4.357.735,74	0,00	4.357.735,74
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	26.028.523,97	22.002.834,70	4.025.689,27
Empréstimos de Longo Prazo	2.886.201,37	2.861.547,52	24.653,85
Fornecedores c/c	1.201.570,97	1.405.195,16	-203.624,19
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	5.387.088,54	1.784.704,00	3.602.384,54
Clientes e Utentes com cauções	231.529,45	227.192,48	4.336,97
Fornecedores de Imobilizado c/c - Curto Prazo	9.397.875,73	6.504.857,26	2.893.018,47
Estado e Outros Entes Públicos	308.756,13	281.955,02	26.801,11
Outros Credores	2.258.862,40	2.394.805,86	-135.943,46
Fornecedores de Imobilizado - Leasing	6.700,33	70.499,92	-63.799,59
Acréscimos e Diferimentos	4.349.939,05	6.472.077,48	-2.122.138,43
(B)	80.659.296,04	55.768.927,43	24.890.368,61
Valor Base de Endividamento Líquido (C) = (B) - (A)	22.289.176,53	20.504.961,28	1.784.215,25
Empréstimos Excecionados (D)	26.275.882,63	28.918.809,88	-2.642.927,25
Endividamento Líquido (só CMO) (E) = (C) - (D)	-3.986.706,10	-8.413.848,60	4.427.142,50
Entidades Participadas (F)	-2.778.583,89	-2.067.888,29	-710.695,60
Endividamento Líquido (G) = (E) + (F)	-6.765.289,99	-10.481.736,89	3.716.446,90

De seguida, apresentam-se os limites de endividamento apurados para 2013:

	2013
Receitas previstas no âmbito da Lei das Finanças Locais	81.049.009,70
Impostos Municipais	49.571.202,76
Participações do Município no FEF e no IRS	17.657.360,00
Derrama	13.820.446,94
Limite Endividamento Curto Prazo (10%)	8.104.900,97
Limite Endividamento Médio e Longo Prazo (100%)	81.049.009,70
Limite Endividamento Líquido (125%)	101.311.262,13
Limite Endividamento Líquido (art.º 98.ºOE/2013)	5.265.714,40

Sendo o valor apurado de endividamento líquido negativo, o limite é evidentemente cumprido, existindo uma margem de 12.067.004,39€.

Endividamento Líquido	-6.765.289,99
Limite Endividamento Líquido (art.º 98.ºOE/2013)	5.265.714,40
Margem de Endividamento	12.031.004,39

Em 2014, com a entrada em vigor da Lei 73/2013, de 3 de setembro, existe uma profunda alteração da forma de cálculo do endividamento, sendo introduzido o conceito de Dívida Total.

A dívida total, a 31 de dezembro de 2013, é apurada de acordo com o seguinte mapa:

Dívida Total	Valor
Empréstimos	30.416.416,55
Contratos de locação financeira	6.700,33
Outras formas de endividamento	27.100.556,89
Débitos a terceiros	16.943.968,51
Dívida Total de operações orçamentais (só município)	74.467.642,28
Entidades Participadas	22.437.735,19
Dívida Total de operações orçamentais do município (engloba as entidades)	96.905.377,47

Segue o detalhe das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total:

Entidades	Dívida Total	Participação	Valor
OEIRAS VIVA	1.439.753,21	100%	1.439.753,21
HABITÁGUA	557.679,46	100%	557.679,46
LEMO	1.382.374,00	100%	1.382.374,00
SATU-OEIRAS	12.453.064,66	51%	6.351.062,98
MUNICÍPIA, SA	1.318.720,83	56,71%	747.846,58
AMTRES	1.239.594,94	20%	247.918,99
ISQ - Centro de Incubação de Empresas	9.400.084,15	16,5%	1.551.013,88
TAGUSPARK	16.645.595,27	19,16%	3.189.296,05
E.I.A.	2.726.227,00	41,31%	1.126.204,37
OEINERGE	76.577,28	72,46%	55.487,90
AITEC	31.725,74	50%	15.862,87
A.M.E.M.	159.881,36	66,66%	106.576,91
SIMAS	11.302.747,33	50%	5.651.373,66
Área Metropolitana de Lisboa	11.834,17	5,45%	644,96
ANMP _ Associação Nacional de Municípios Portugueses	*	*	539,00
Fundação Marquês de Pombal	78.863,92	12,50%	9.857,99
AMEGA	0,00	10,66%	0,00
Artemrede - Teatros Associados	43.053,90	8,22%	3.539,03
AMPV- Associação dos Municípios Portugueses do Vinho	26.049,46	2,70%	703,34
Total			22.437.735,19

* Informação não disponibilizada

O limite da dívida total, de acordo com o número 1 do artigo 52º da Lei 73/2013, é apurado com base em 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, conforme quadro seguinte:

Ano	Receita Corrente líquida cobrada	Média nos três exercícios anteriores	Limite da dívida total (1,5)
2010	111.305.129,34		
2011	103.362.821,94		
2012	106.433.413,28		
2013	106.964.294,07	107.033.788,19	160.550.682,28
2014		105.586.843,10	158.380.264,65

No entanto, é necessário conjugar este valor com o número 3 do referido artigo. Deste modo, estando na situação prevista na alínea b) podemos aumentar a dívida total em apenas 20% da margem disponível.

Considerando o valor da dívida total, em 31 de dezembro de 2013, de 96.905.377,47€, e o limite de 160.550.682,28€, teremos uma margem de 63.645.304,81€, da qual poderemos aumentar 20%, ou seja, 12.729.060,96€. **O limite da dívida total para 2014 fica assim reduzido a 109.634.438,44€.**

Limite da Dívida Total _ n.º1 artigo 52.º	160.550.682,28
Dívida Total a 31 de dezembro 2013	96.905.377,47
Margem disponível	63.645.304,81
20% da Margem	12.729.060,96
Limite da Dívida Total para 2014 _ alínea b) do n.º3 artigo 52.º	109.634.438,44

Pagamentos em Atraso

Em Janeiro de 2013 foram integralmente regularizados os pagamentos em atraso que transitaram do ano anterior, no montante de 1.170.607,35€.

Indicadores

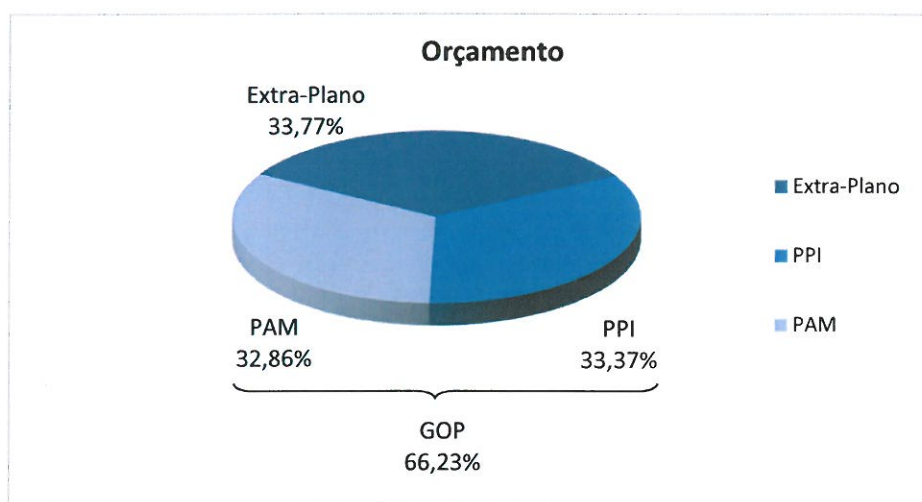
Indicadores	2013	2012
Ativo Fixo / Ativo Total	92,46%	95,85%
Ativo Circulante / Ativo Total	7,54%	4,15%
Estrutura do Passivo		
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	54,58%	44,78%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	21,66%	20,60%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	252,00%	217,41%
Rácios de Liquidez		
Liquidez Geral	0,99	1,02
Liquidez Reduzida	0,84	0,80
Prazo Segurança Liquidez	70	49
Rácios de Rendibilidade		
ROE	5,46%	3,07%
ROI	4,43%	2,58%
ROA	4,25%	1,87%
Rendimento do Investimento Total	23.469.275,63	12.099.360,00
Rendimento dos Fundos Próprios	19.034.597,09	10.154.746,16
Rendimento dos Fundos Alheios	4.434.678,54	1.944.613,84
Índice de Solvabilidade		
Fundos Próprios / Fundos Alheios	4,64	5,94
Índice de Autonomia		
Fundos Próprios / Ativo Total	81,10%	83,93%
Prazo Médio de Pagamentos		
PMP de acordo com DGAL_SIAL (Dív. Fornecedores / Aq. bens e serviços)	60	45



Handwritten signatures and initials in blue and black ink at the bottom of the page.

GOP – Grandes Opções do Plano

O valor das GOP corresponde a € 94.295.438,76, ou seja, a 66,23% do Orçamento de 2013.

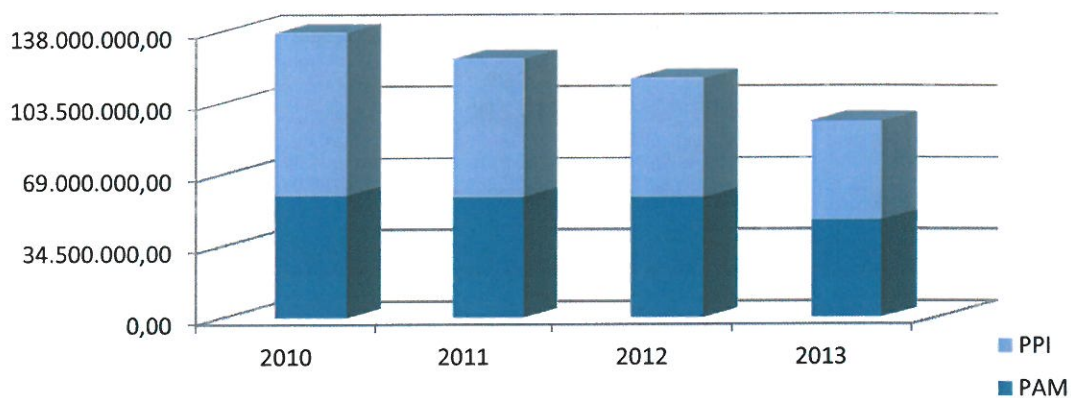


Ano _ 2013	Dotação Inicial	Dotação Final	%	Execução	%
Orçamento	137.185.587,00	142.371.488,90	100,00%	103.054.125,42	72,38%
Extra-Plano	41.274.444,00	48.076.050,14	33,77%	43.847.284,60	91,20%
GOP	95.911.143,00	94.295.438,76	66,23%	59.206.840,82	62,79%
PPI	44.864.563,00	47.517.420,14	33,38%	23.968.560,49	50,44%
PAM	51.046.580,00	46.778.018,62	32,86%	35.238.280,33	75,33%

Entre 2010 e 2013 as Grandes Opções do Plano registaram a seguinte evolução:

	2010		2011		2012		2013	
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação Inicial	Dotação Final
Orçamento	193.679.886,00	193.720.650,68	173.990.270,00	176.384.930,34	155.987.354,00	158.505.603,49	137.185.587,00	142.371.488,90
Extra-Plano	56.356.590,00	56.397.354,68	50.604.538,00	51.890.917,04	44.095.730,00	43.607.735,66	41.274.444,00	48.076.050,14
GOP	137.323.296,00	137.323.296,00	123.385.732,00	124.494.013,30	111.891.624,00	114.897.867,83	95.911.143,00	94.295.438,76
PAM	58.951.179,00	58.951.179,00	56.265.901,00	58.053.451,34	53.759.897,00	57.611.126,83	51.046.580,00	46.778.018,62
PPI	78.372.117,00	78.372.117,00	67.119.831,00	66.440.561,96	58.131.727,00	57.286.741,00	44.864.563,00	47.517.420,14

GOP - Dotação Final

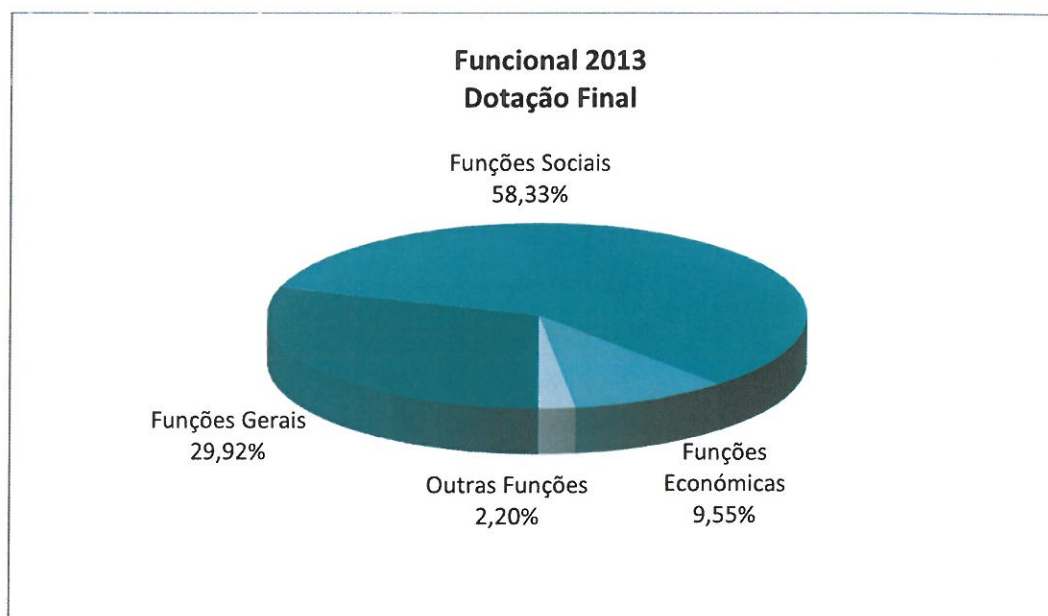
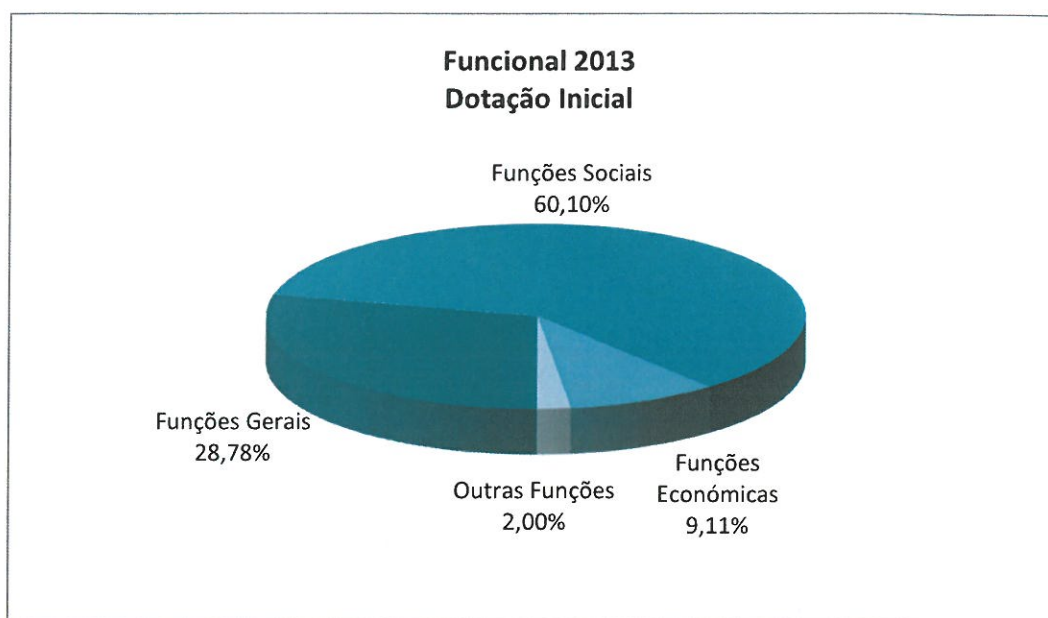


Execução por Classificação Funcional

Ao longo do ano de 2013 a atividade Camarária registou uma realização de € 59.206.840,82, correspondendo a uma taxa de realização de 62,79%. Na elaboração das Grandes Opções do Plano para 2013 foi aplicada a classificação funcional, de acordo com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o POCAL.

Funcional	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	Saldo	% Execução
1. Funções Gerais	27.602.597,00	28.212.494,79	16.771.927,39	11.440.567,40	59,45%
1.1.0. Serviços Gerais de Adm. Pública	25.595.219,00	26.181.992,79	15.487.835,63	10.694.157,16	59,15%
1.2.0. Segurança e Ordem Pública	2.007.378,00	2.030.502,00	1.284.091,76	746.410,24	63,24%
2. Funções Sociais	57.646.781,00	55.006.351,60	36.352.215,16	18.654.136,44	66,09%
2.1.0. Educação	10.399.123,00	9.231.170,99	6.732.394,25	2.498.776,74	72,93%
2.2.0. Saúde	1.936.654,00	1.905.872,49	856.602,37	1.049.270,12	44,95%
2.3.0. Segurança e Acção Sociais	4.913.637,00	5.619.279,35	3.651.429,00	1.967.850,35	64,98%
2.4.0. Habitação e Serviços Coletivos	20.150.466,00	21.788.975,80	16.733.015,37	5.055.960,43	76,80%
2.5.0. Serv. Culturais, Recreativos e Relig	20.246.901,00	16.461.052,97	8.378.774,17	8.082.278,80	50,90%
3. Funções Económicas	8.740.765,00	9.002.953,30	5.015.432,66	3.987.520,64	55,71%
3.2.0. Indústria e Energia	2.897.500,00	3.406.688,30	2.437.743,83	968.944,47	71,56%
3.3.0. Transportes e Comunicações	3.805.448,00	3.848.448,00	1.495.831,62	2.352.616,38	38,87%
3.4.0. Comércio e Turismo	937.817,00	647.817,00	495.659,78	152.157,22	76,51%
3.5.0. Outras Funções Económicas	1.100.000,00	1.100.000,00	586.197,43	513.802,57	53,29%
4. Outras Funções	1.921.000,00	2.073.639,07	1.067.265,61	1.006.373,46	51,47%
4.1.0. Operações da Dívida Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.2.0. Transf. entre Administrações	1.827.000,00	1.804.500,00	1.020.850,61	783.649,39	56,57%
4.3.0. Diversas não especificadas	94.000,00	269.139,07	46.415,00	222.724,07	17,25%
Total	95.911.143,00	94.295.438,76	59.206.840,82	35.088.597,94	62,79%

Os gráficos seguintes representam a dotação inicial, a dotação final e a execução por funcional das GOP.



(continuação)

Funcional	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	Saldo	% Exec.
3. Funções Económicas	8.740.765,00	9.002.953,30	5.015.432,66	3.987.520,64	55,71%
3.1.0. Agric., Pec., Silvíc., Caça e Pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.2.0. Indústria e Energia	2.897.500,00	3.406.688,30	2.437.743,83	968.944,47	71,56%
3.2.1.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.650.000,00	3.159.188,30	2.190.513,83	968.674,47	69,34%
3.2.1.2. OEINERGE	247.500,00	247.500,00	247.230,00	270,00	99,89%
3.3.0. Transportes e Comunicações	3.805.448,00	3.848.448,00	1.495.831,62	2.352.616,38	38,87%
3.3.1.1. REDE VIÁRIA	3.085.960,00	3.078.460,00	1.182.964,38	1.895.495,62	38,43%
3.3.1.2. SINALIZAÇÃO	307.558,00	358.058,00	177.968,66	180.089,34	49,70%
3.3.1.3. TRANSP., PARQUES E TERMINAIS	411.930,00	411.930,00	134.898,58	277.031,42	32,75%
3.4.0. Comércio e Turismo	937.817,00	647.817,00	495.659,78	152.157,22	76,51%
3.4.1.1. MERCADOS E FEIRAS	11.000,00	11.000,00	10.078,50	921,50	91,62%
3.4.2.1. TURISMO	926.817,00	636.817,00	485.581,28	151.235,72	76,25%
3.5.0. Outras Funções Económicas	1.100.000,00	1.100.000,00	586.197,43	513.802,57	53,29%
3.5.1.1. SMIAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.5.1.2. NÚCLEOS EMPRESARIAIS	1.100.000,00	1.100.000,00	586.197,43	513.802,57	53,29%
4. Outras Funções	1.921.000,00	2.073.639,07	1.067.265,61	1.006.373,46	51,47%
4.1.0. Operações da Dívida Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.1.1.1. ENCARGOS DA DÍVIDA - JUROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.1.1.2. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.2.0. Transfer. entre Administrações	1.827.000,00	1.804.500,00	1.020.850,61	783.649,39	56,57%
4.2.1.1. FREGUESIAS – TRANSF. COMPETÊNC	1.360.000,00	1.337.500,00	751.221,56	586.278,44	56,17%
4.2.1.2. FREGUESIAS - SUBSÍDIOS	467.000,00	467.000,00	269.629,05	197.370,95	57,74%
4.3.0. Diversas não especificadas	94.000,00	269.139,07	46.415,00	222.724,07	17,25%
4.3.1.1. PARTIC. CAPITAL SOCIAL EMPRESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.3.1.2. ATRIBUI. SUBSÍD. DIVER. ENTIDADES	94.000,00	269.139,07	46.415,00	222.724,07	17,25%
Total	95.911.143,00	94.295.438,76	59.206.840,82	35.088.597,94	62,79%

Execução por Unidade Orgânica

O seguinte quadro permite a análise, por unidade orgânica e Direção Municipal, do nível de execução alcançado, em valor e percentagem. A taxa de execução é apurada com base na dotação final, na qual estão incluídos os reforços e reduções efetuados, sendo ainda apresentado o valor da dotação inicial.

Orgânica	Dotação Inicial	Dotação Final	Cabimentos	Execução	% Cab.	% Execução
2 SA	11.630.316,00	11.339.466,00	8.163.032,97	6.762.537,94	71,99%	59,64%
211 GP	1.500.000,00	1.375.160,00	779.648,75	569.399,90	56,70%	41,41%
221 GMA	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
231 GDM	242.664,00	212.664,00	109.021,81	103.853,35	51,26%	48,83%
241 GCAJ	4.439.244,00	4.340.784,00	3.441.446,90	3.143.831,28	79,28%	72,43%
251 GC	1.274.834,00	1.279.160,00	727.482,00	564.716,47	56,87%	44,15%
261 GAJF	1.360.000,00	1.337.500,00	858.130,56	751.221,56	64,16%	56,17%
27 DPMPC	1.960.535,00	1.983.659,00	1.820.813,76	1.260.670,52	91,79%	63,55%
271 DPMPC	1.960.535,00	1.983.659,00	1.820.813,76	1.260.670,52	91,79%	63,55%
272 DPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
273 DACO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
281 GSIG	823.039,00	810.539,00	426.489,19	368.844,86	52,62%	45,51%
3 DMADO	4.631.727,00	4.477.278,44	3.699.281,74	3.001.836,01	82,62%	67,05%
31 DMADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
311 DMADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
32 DTSI	2.729.841,00	2.504.406,00	1.799.592,91	1.343.829,16	71,86%	53,66%
321 DTSI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
322 DIAS	1.747.655,00	1.641.375,00	1.053.714,01	845.889,81	64,20%	51,54%
323 DSI	982.186,00	863.031,00	745.878,90	497.939,35	86,43%	57,70%
33 DGRH	958.786,00	1.072.738,59	1.059.560,18	907.154,55	98,77%	84,56%
331 DGRH	167.000,00	197.662,65	196.484,85	140.686,94	99,40%	71,18%
332 DRH	636.786,00	760.023,35	749.853,68	697.227,56	98,66%	91,74%
333 DFVP	155.000,00	115.052,59	113.221,65	69.240,05	98,41%	60,18%
34 DGO	943.100,00	900.133,85	840.128,65	750.852,30	93,33%	83,42%
341 DGO	943.100,00	900.133,85	840.128,65	750.852,30	93,33%	83,42%

(continua)

(continuação)

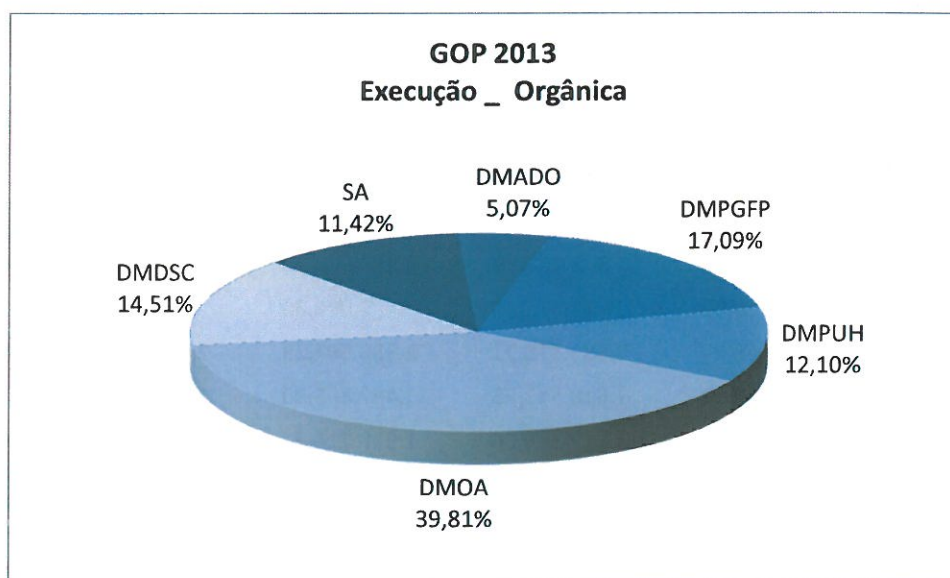
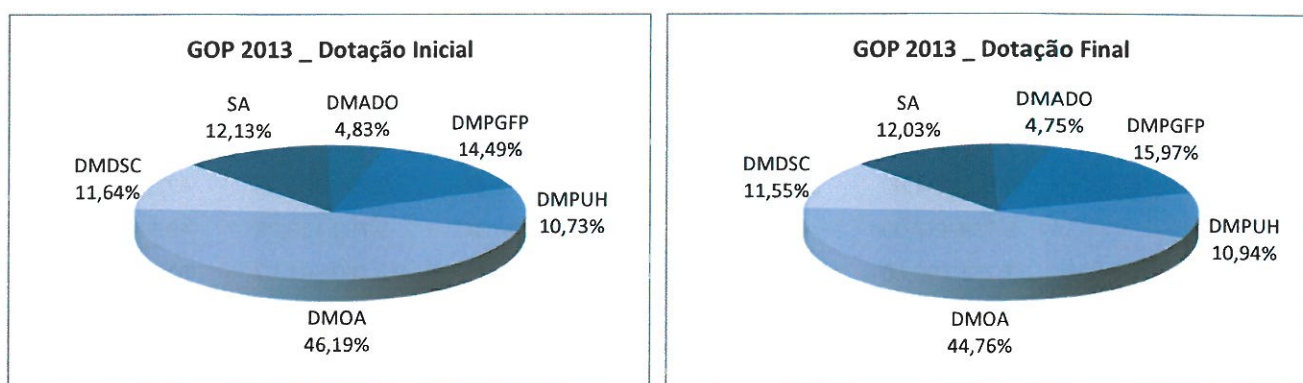
	Orgânica	Dotação Inicial	Dotação Final	Cabimentos	Execução	% Cab.	% Execução
4	DMPGFP	13.896.185,00	15.061.143,60	11.173.538,32	10.115.916,97	74,19%	67,17%
41	DMPGFP	592.300,00	432.868,86	127.167,31	105.027,31	29,38%	24,26%
411	DMPGFP	592.300,00	432.868,86	127.167,31	105.027,31	29,38%	24,26%
42	DPGF	1.820.000,00	2.025.139,07	1.505.188,54	1.069.502,57	74,33%	52,81%
421	DPGF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
422	DPO	1.100.000,00	1.100.000,00	987.901,83	586.197,43	89,81%	53,29%
423	DGF	720.000,00	925.139,07	517.286,71	483.305,14	55,91%	52,24%
43	DGPCP	11.483.885,00	12.603.135,67	9.541.182,47	8.941.387,09	75,70%	70,95%
431	DGPCP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
432	DGP	11.448.885,00	12.557.514,67	9.509.678,13	8.915.238,20	75,73%	71,00%
433	DCP	35.000,00	45.621,00	31.504,34	26.148,89	69,06%	57,32%
5	DMPUH	10.291.436,00	10.319.034,90	8.264.051,07	7.165.981,21	80,09%	69,44%
51	DMPUH	1.023.249,00	1.046.749,00	1.046.597,29	1.046.597,29	99,99%	99,99%
511	DMPUH	1.023.249,00	1.046.749,00	1.046.597,29	1.046.597,29	99,99%	99,99%
52	DPGU	569.944,00	640.070,00	468.185,57	409.053,17	73,15%	63,91%
521	DPGU	402.917,00	378.043,00	253.000,26	245.531,71	66,92%	64,95%
522	DP	26.550,00	26.550,00	24.753,80	24.753,80	93,23%	93,23%
523	DEU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
524	DLAAE	135.000,00	230.000,00	188.102,91	138.371,31	81,78%	60,16%
525	DAAA	5.477,00	5.477,00	2.328,60	396,35	42,52%	7,24%
526	DAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
53	DPE	6.617.873,00	6.572.747,00	5.080.726,04	4.406.932,37	77,30%	67,05%
531	DPE	6.617.873,00	6.572.747,00	5.080.726,04	4.406.932,37	77,30%	67,05%
54	DH	2.080.370,00	2.059.468,90	1.668.542,17	1.303.398,38	81,02%	63,29%
541	DH	5.000,00	1.500,00	1.499,37	1.499,37	99,96%	99,96%
542	DPRH	2.005.630,00	2.017.101,69	1.643.055,30	1.277.911,51	81,46%	63,35%
543	DGS	69.740,00	40.867,21	23.987,50	23.987,50	58,70%	58,70%

(continua)

(continuação)

Orgânica	Dotação Inicial	Dotação Final	Cabimentos	Execução	% Cab.	% Execução
6 DMOA	44.299.951,00	42.205.436,03	28.791.241,29	23.571.974,50	68,22%	55,85%
61 DMOA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
611 DMOA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
62 DOM	29.243.204,00	25.790.739,38	14.040.155,50	10.318.119,18	54,44%	40,01%
621 DOM	379.000,00	17.000,00	277,13	277,13	1,63%	1,63%
622 DEP	1.120.029,00	1.046.079,00	740.330,45	400.004,01	70,77%	38,24%
623 DEM	19.951.904,00	15.393.173,38	7.258.342,34	5.454.665,40	47,15%	35,44%
624 DIM	3.789.537,00	4.760.633,00	2.378.540,84	1.750.116,78	49,96%	36,76%
625 DGEP	3.251.490,00	3.772.110,00	3.090.339,33	2.400.584,97	81,93%	63,64%
626 DTT	751.244,00	801.744,00	572.325,41	312.470,89	71,39%	38,97%
63 DAE	15.056.747,00	16.414.696,65	14.751.085,79	13.253.855,32	89,87%	80,74%
631 DAE	5.684.488,00	6.444.653,00	6.202.009,63	6.061.524,92	96,23%	94,06%
632 DEV	4.677.719,00	4.272.973,09	4.195.476,36	3.581.745,32	98,19%	83,82%
633 DRRSU	421.341,00	421.341,00	280.721,90	285.347,60	66,63%	67,72%
634 DVM	4.223.699,00	5.226.229,56	4.030.509,70	3.308.151,93	77,12%	63,30%
635 DHPA	49.500,00	49.500,00	42.368,20	17.085,55	85,59%	34,52%
7 DMDSC	11.161.528,00	10.893.079,79	9.199.754,64	8.588.594,19	84,46%	78,84%
71 DMDSC	0,00	0,00	5.535,00	64.848,48	0,00%	0,00%
711 DMDSC	0,00	0,00	5.535,00	64.848,48	0,00%	0,00%
72 DASD	4.628.478,00	4.322.134,46	3.841.313,19	3.605.600,35	88,88%	83,42%
721 DASD	22.415,00	22.415,00	5.000,00	5.000,00	22,31%	22,31%
723 DASSJ	3.094.563,00	2.689.175,71	2.338.504,29	2.093.689,65	86,96%	77,86%
724 DD	1.511.500,00	1.610.543,75	1.497.808,90	1.506.910,70	93,00%	93,57%
73 DPHCB	2.159.504,00	2.213.294,00	1.938.714,72	1.794.148,07	87,59%	81,06%
731 DPHCB	110.100,00	110.100,00	85.126,55	68.495,03	77,32%	62,21%
732 DPHM	291.153,00	297.418,00	252.197,68	224.014,01	84,80%	75,32%
733 DCT	1.539.531,00	1.587.056,00	1.454.683,45	1.403.572,57	91,66%	88,44%
734 DBDI	218.720,00	218.720,00	146.707,04	98.066,46	67,08%	44,84%
74 DE	4.373.546,00	4.357.651,33	3.414.191,73	3.123.997,29	78,35%	71,69%
741 DE	189.361,00	189.174,15	73.744,79	73.587,29	38,98%	38,90%
742 DEIE	274.487,00	250.235,51	209.060,48	198.829,32	83,55%	79,46%
743 DASE	3.909.698,00	3.918.241,67	3.131.386,46	2.851.580,68	79,92%	72,78%
Total	95.911.143,00	94.295.438,76	69.290.900,03	59.206.840,82	73,48%	62,79%

A análise do quadro anterior tem a seguinte leitura, no que respeita ao acumulado do investimento realizado por Serviços de Assessoria e Direções Municipais:



Apresenta-se, de seguida, a análise do investimento realizado.

Relatório de Atividades

O exercício de 2013 decorreu ainda marcado por uma conjuntura económica, nacional e internacional, restritiva, com o indicador de clima económico e orçamental a manter a contenção que têm caracterizado os últimos anos, e de continuidade na implementação de medidas de austeridade com impacto nos níveis de consumo e de bem-estar geral, num contexto de forte incerteza.

Nesta conjuntura cabe igualmente relevar as medidas inscritas no Orçamento de Estado para 2013, em matéria de consolidação das finanças públicas e de redução da despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010/2013. Contudo o quadro tributário que dele decorre não pode tornar-se o novo paradigma, pois é claramente insustentável, isto significa que a par da garantia da difícil qualidade de execução, a redução sustentada da despesa pública é fundamental, assim como a promoção ativa do crescimento económico.

Cabe desde logo, mencionar uma disciplina Orçamental e de Tesouraria extremamente rigorosa às entidades do subsector local, agravada pela diminuição das transferências do OE e a forte contratação da Economia com consequências gravosas para as receitas próprias, na atual conjuntura de maior exigência, impõe-se um elevado esforço e empenho, bem como, uma capacidade de adaptação constante, à produção de demasiada legislação de difícil interpretação, sem diretivas e apoio dos organismos de reporte e/ou Tutela.

Entenda-se as consequências das Lei n.º 73 e Lei n.º 75, publicadas em 3 e 12 de Setembro de 2013, respetivamente. A primeira coincide com um novo ciclo autárquico decorrente das eleições realizadas no dia 29 de setembro, sendo inevitável assistir-se, em consonância, a um ciclo de mudança na gestão dos municípios e das freguesias. Vem introduzir algumas modificações num conjunto de matérias, em parte por via dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, através do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que prevê expressamente a revisão da Lei das Finanças Locais (LFL) com o objetivo de promover a adaptação aos processos orçamentais definidos na Lei de Enquadramento Orçamental. A segunda (Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) vem alterar o cenário em matéria de delegação de competências, estabelecendo uma delegação automática de competências das câmaras municipais nas juntas de freguesia, em matérias como a gestão de espaços verdes, a limpeza das ruas e espaços públicos, a gestão de feiras e mercados, a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, entre outras.



E ainda a Lei n.º 64/2013, de 27 de Agosto que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição de subvenções públicas, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, que regulamenta a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares.

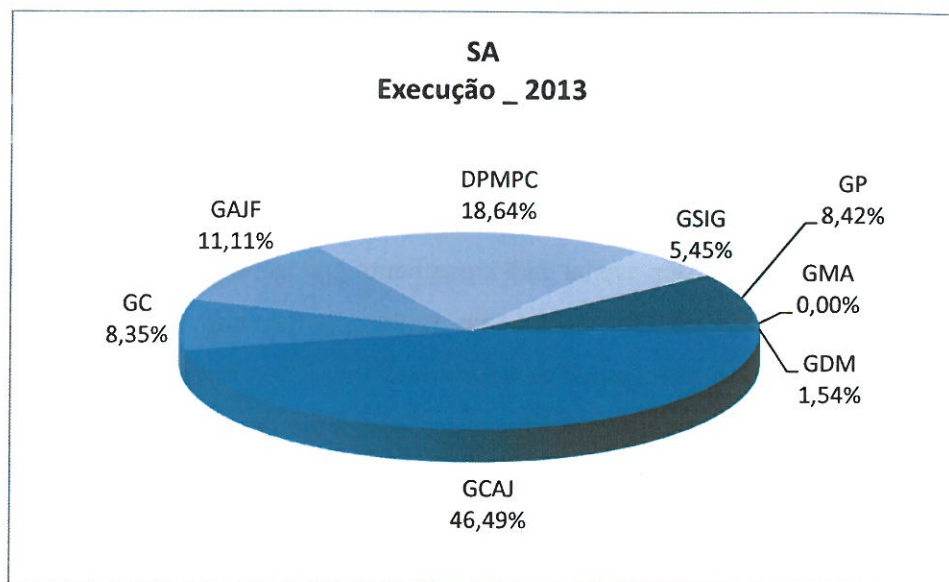
Ao nível Autárquico verifica-se uma redução da receita disponível, nomeadamente resultantes da aplicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro com a introdução de normas que promovem alterações substantivas ao nível de matérias como os impostos municipais, as transferências do Orçamento de Estado ou o endividamento municipal. Relativamente aos impostos municipais, a principal modificação introduzida tem que ver com a extinção do IMT, que irá ocorrer em 2018, através de um processo de redução gradual de um terço da taxa do imposto, a iniciar em 2016, do qual resultará um benefício substantivo para os contribuintes e o afastamento dos municípios das receitas provenientes do imobiliário.

Também o IMI sofre alterações, embora nesta matéria exista apenas uma "deslocação" de receitas dos municípios para as freguesias, na medida em que é introduzida a afetação da totalidade receita do IMI rústico e de 1% da receita do IMI dos prédios urbanos para as juntas de freguesia.

Salienta-se o crescimento das carências sociais, situação que cria dificuldades acrescidas e lança novos desafios à gestão financeira dos Municípios. É neste contexto que o Orçamento de 2013, apresenta o Fundo de Emergência Social reforçado, acautelando uma possível degradação da situação económica das famílias.

O presente relatório, relativo ao exercício de 2013, está apresentado de acordo com a estrutura orgânica existente. A informação aqui prestada foi produzida sob a responsabilidade dos respetivos dirigentes municipais, procurando dar conta das atividades mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano.

Serviços de Assessoria ou na direta dependência do Presidente da Câmara



Gabinete da Presidência

Nos últimos anos vimos falando da necessidade de reformar profundamente as instituições da Democracia portuguesa. Afirmámos que “o Estado português não necessita de refundação, foi refundado em 1640 após ter estado sob domínio estrangeiro durante 6 décadas, mas necessita urgentemente – e como vimos dizendo há muito tempo – de uma refundação de regime”. Essa necessidade de reforma é um dado objetivo, devendo começar, desde logo, pela própria refundação dos partidos políticos, aos quais se exige outra abertura à sociedade civil e outra transparência na ação política.

[Handwritten signatures and marks in blue ink, including a large signature and several initials, located at the bottom right of the page.]

Lamentavelmente, e apesar dos discursos afirmando das reformas realizadas, a verdade é que pouco se fez, quando tanto poderia ter sido feito. Dificilmente haverá condições análogas às dos últimos anos para reformar Portugal. Perante a continuada conjuntura de austeridade sobre pessoas, empresas e instituições, deixou provavelmente de haver condições para um consenso sobre as reformas para passar a haver condições para um consenso sobre terminar com a austeridade. Isto é, 3 anos de sacrifícios substanciais conduziram-nos à casa da partida, à necessidade de reformar o País, como se a casa que vimos construindo com sacrifício tivesse paredes e teto, mas não tivesse as devidas fundações.

Sem reformas estruturais, continuando a democracia portuguesa com as instituições bloqueadas e a sua economia anémica, com setores protegidos e sem capital para crescimento endógeno, corremos o risco de continuarmos a resvalar para um regime democrata na escolha dos representantes mas plutocrata na governação e na ponderação de poderes. Aliás, as alterações realizadas ao nível laboral, conducentes a dar mais poder a quem está já em posição de poder fá-lo, concentrando poder nos poderosos e desarmando legalmente os mais frágeis. Nestas condições a Justiça não terá condições para ser, como deve, o reduto do fraco contra a prepotência do poderoso.

O drama do liberalismo promotor do Estado fraco e tecnicamente desarmado é não apenas criar uma “economia que mata”, como tão bem resumiu o Papa Francisco, mas também promover uma grave falha na ponderação dos poderes entre instituições públicas, que são de todos, e instituições privadas, que são de alguns. Perante a crise financeira internacional do final da década de ‘2000, era de supor que teria de haver um certo recuo nesta contínua fragilização do Estado, mas em pouco tempo o sistema da “porta-rotativa” (quando rotativa, muitas vezes os indivíduos praticantes do sistema não estão ora no privado ora no estado, muitas vezes estão em ambos os lugares, numa incompreensível esquizofrenia profissional) tratou de impedir que o poder dos que detêm o poder recuasse.

O problema da captura das instituições não é apenas português, ou sequer apenas europeu. Eisenhower avisou para esta questão no seu discurso de despedida quando deixou a Presidência dos EUA, quando referiu para a “questão” do complexo militar-industrial. As reformas estruturais serão o garante da democracia. A República não pode governar-se com o que não tem mas não pode ter condições de pagamento de dívida que lhe aprisionem o futuro, particularmente quando essas condições de pagamento são inclusivamente mais graves do que as impostas à Alemanha pós-nazi.

Deste modo, afirmamo-nos defensores da causa pública como um bem maior e do Estado enquanto o garante da justiça social. Esse tem sido o percurso do Concelho de Oeiras nas últimas décadas, criando as condições para o desenvolvimento livre da economia privada e promovendo justiça e bem-estar social. A nossa preocupação central é a da promoção de um modelo de desenvolvimento local socialmente justo e equilibrado e, paralelamente, a construção da comunidade justa, solidária, integradora e fraterna.

O ano de 2013 foi marcado pela normalidade dinâmica que todos conhecemos. Entre os momentos mais marcantes destacamos a inauguração da 2ª Fase-B do Parque dos Poetas, em Fevereiro, e do Parque das Perdizes, em Agosto. Do Parque dos Poetas pouco mais podemos acrescentar, senão dizer que, tão breve quanto possível, quem reside, visita ou trabalha em Oeiras terá ao seu dispor toda a extensão deste equipamento. O Parque das Perdizes é um parque que está integrado numa lógica de corredor verde no nosso Concelho, isto é, para além de permitir a fruição própria de um equipamento desta natureza, permite também a sua utilização para deslocações pedonais dentro do Concelho. Dentro de alguns anos será possível caminhar nos corredores verdes em toda a extensão de Oeiras.

No que respeita a eventos, a novidade é a consistência com que os eventos sazonalmente aqui realizados. As festas de Oeiras realizaram-se, como sempre, durante a primeira quinzena de Junho, mostrando o melhor de Oeiras. Também como é hábito, o “Cool Jazz Fest” teve lugar ao longo de todo o mês de julho, nos Jardins do Palácio dos Marqueses de Pombal, e trouxe a Oeiras nomes como Ana Moura, Luísa Sobral, Djavan, Maria Gadú, Diana Krall, Rufus Wainwright, Jamie Cullum ou John Legend. Também no mês Julho, o “Optimus Alive Oeiras” arrastou multidões para o Passeio Marítimo de Algés. Sucessivamente considerado um dos melhores festivais de música da Europa, o Alive internacionalizou-se, contando com uma larga percentagem de estrangeiros entre os seus visitantes, que assim assistem aos espetáculos e aproveitam para conhecer não apenas Oeiras, mas toda a nossa região.

No que respeita às áreas de intervenção social do Município, continuámos também a exercer o nosso importante papel social, em áreas tão díspares quanto sejam a política de medicamento municipal, no apoio a alunos carenciados na educação (em material escolar ou nas refeições), na política de habitação municipal – cujo êxito é universalmente reconhecido, ou no enquadramento das situações socialmente mais frágeis pelo SIMAS – que alargou consideravelmente os casos de tarifa social.



57

Por fim, e não menos importante, no que respeita à área institucional, lembrar a adesão por parte do nosso Município, desde a primeira hora, à Rede Intermunicipal para a Cooperação e Desenvolvimento, um esforço conjunto de diversos municípios portugueses para, com o apoio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, promover uma lógica de funcionamento em rede da cooperação descentralizada portuguesa, superando o paradigma da ajuda bilateral tradicional, para uma realização de projetos por atores diversos e, também de natureza diversa, isto é, alargando também os projetos municipais à sociedade civil, ganhando novas competências e nova escala e, também, contribuindo para um outro tipo de política externa, que não seja apenas de Governo, mas também de Estado.

A nossa intervenção nestas múltiplas dimensões, na gestão e qualificação do território e no reforço dos laços da comunidade, tem como objetivos ser a pedra-toque do desenvolvimento e a pedra de fecho do arco da justiça social; atuamos a montante, criando as condições para a economia funcionar, e atuamos a jusante, corrigindo as assimetrias sociais. Por isso continuamos a investir nos equipamentos e nas pessoas e em constituir políticas estratégicas, com incidência a longo prazo, políticas nas quais acreditamos e pelas quais lutamos. Ainda que todo o País tenha a sensação de estar a atravessar um longo inverno, em Oeiras recusamos deitar a toalha ao chão e desistir do nosso futuro. O futuro será, sobretudo, aquilo que fizermos dele.

Gabinete Municipal de Auditoria

Apesar dos escassos recursos humanos, o Gabinete Municipal de Auditoria (doravante, GMA) conseguiu desenvolver um conjunto de ações, projetos e atividades que se pautaram pelos seguintes objetivos:

- Aumentar o esforço de controlo; e
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados, acrescentando valor à organização.

Nestes termos, no âmbito da sua área de missão, destaca-se a realização de 17 auditorias e outras ações de controlo, bem como o trabalho desenvolvido no acompanhamento e relato do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, desta feita com um especial enfoque nos conflitos de interesse, na sequência da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção n.º 5/2012, de 7 de novembro. Além disso, realizaram-se vários trabalhos de assessoria técnica de apoio à decisão, a solicitação do Senhor Presidente.

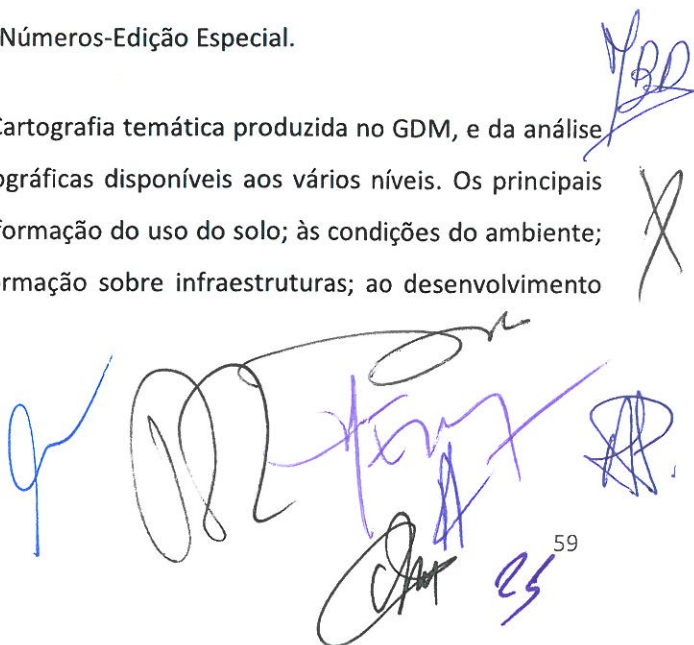
No âmbito da área instrumental de missão, o GMA desenvolveu 9 ações visando a otimização do seu desempenho, nomeadamente através do aperfeiçoamento e atualização de um conjunto de base de dados de suporte à sua atividade.

Gabinete de Desenvolvimento Municipal

A atividade do Gabinete de Desenvolvimento Municipal durante o ano de 2013, centrou-se em três eixos principais: Processo de Revisão do PDM, com a entrega da segunda versão da Proposta do Plano; Processo de Agenda 21+; Monitorização da dinâmica empresarial do Concelho de Oeiras.

Destaque-se ainda a realização da publicação Oeiras, Factos e Números-Edição Especial.

Os trabalhos desenvolveram-se a expensas da base SIG e da Cartografia temática produzida no GDM, e da análise temática de múltiplas fontes bibliográficas, estatísticas, cartográficas disponíveis aos vários níveis. Os principais produtos resultantes referem-se a análises efetuadas: à transformação do uso do solo; às condições do ambiente; à evolução dos equipamentos e respetivas respostas; a informação sobre infraestruturas; ao desenvolvimento económico; às questões da demografia e acessibilidades.



1º Eixo Estratégico - Processo de Revisão do PDM

- Continuação dos trabalhos inerentes à elaboração da Proposta de revisão do PDM de Oeiras, com nova versão entregue à CCDRLVT no segundo trimestre de 2013;
- Análise e ponderação de todos os contributos recebidos no período de discussão pública da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal, que decorreu de 30 de Julho a 17 de Dezembro de 2013, na sequência da decisão tomada pela Câmara Municipal de Oeiras em 12 de Junho de 2013 e da publicação do Aviso nº 9393/2013 na 2ª Série do Diário da República;
- Realização de uma sessão pública de apresentação da nova proposta, que decorreu no auditório da Escola Secundária Sebastião e Silva, em Oeiras;
- Continuação da elaboração da cartografia digital temática para planeamento no GDM e REVPMO.

2º Eixo Estratégico - Sustentabilidade Ambiental

- Continuação dos trabalhos de atualização da informação sobre disponibilidade/uso dos recursos ambientais no âmbito do processo de REVPMO, designadamente: Ar, Recursos Biológicos, Estrutura Ecológica Municipal, Energia, REN, RAN, Ruído;
- Elaboração e aprovação dos Mapas Estratégicos de Ruído:
 - Aprovação dos Mapas Estratégicos de Ruído: Proposta de Deliberação CMO Nº 669/13 de 24 de Julho e Deliberação da Assembleia Municipal Nº 117/13 de 27 de Dezembro de 2013;
 - Aprovação dos Mapas Estratégicos de Ruído na sua versão corrigida: Proposta de Deliberação CMO Nº 876/13 de 18 de Novembro de 2013 e Deliberação da Assembleia Municipal Nº 118/13 de 27 de Dezembro de 2013.
- O Grupo Oeiras 21+, equipa de trabalho interdepartamental com a missão de acompanhar, promover e monitorizar a implementação da Oeiras 21+, sob coordenação e apoio logístico do GDM, desenvolveu as seguintes ações:
 - Aprovação do Regulamento das “Hortas Comunitárias do concelho de Oeiras” pela PD Nº 1/2013 de 9/1/2013, desenvolvida pela DEV em sequência de uma proposta do Grupo Oeiras 21+. O Regulamento foi aprovado pela Assembleia Municipal pela Deliberação Nº 45/2013 em 27/3/2013;
 - Apreciação do Relatório do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável de Oeiras pela Assembleia Municipal em 29/1/2013;
 - Elaboração do parecer “Análise Técnica da Proposta de Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social” para a DMADO – 15/2/2013;

- Realização de um “Pequeno-Almoço com a Sustentabilidade”: Empreendedorismo à Escala Local (11/4/2013);
- Aprovação do Plano Estratégico Municipal para as Pessoas Idosas – PEMPI - pela PD Nº 331/2013 de 24/4/2013, resultante de uma proposta do Grupo Oeiras 21+ desenvolvida pela DMDSC; aprovado por maioria na Assembleia Municipal pela Deliberação nº 59/2013 em 4/6/2013;
- Organização e realização do Fórum Oeiras 21+ “Futuros Sustentáveis”, em 31/5/2013, com 97 participantes, promovendo o debate sobre boas práticas de sustentabilidade à escala local, preparando a reflexão para a revisão da Oeiras 21+;
- Acompanhamento da implementação dos projetos aprovados no 1º processo de Orçamento Participativo de Oeiras:
 - Colaboração na preparação e participação na cerimónia de entrega da viatura de transporte de doentes não urgentes à Associação Humanitária dos Bombeiros de Linda-a-Pastora, no dia 2 de Junho de 2013;
 - Realização de uma visita aos locais para implantação do projeto da Quinta Pedagógica em Linda-a-Velha, no dia 24/7/2013, com o Sr. Presidente Paulo Vistas, Sr. Vereador Ricardo Costa Barros, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Linda-a-Velha, proponente Sr. Tiago Beirão Reis, DP, DMOA, DEV e DEP.
- Elaboração do Relatório de Avaliação 2008/2013 da implementação da Oeiras 21+:
 - Caracterização da Agenda e das ações desenvolvidas no âmbito do Grupo Oeiras 21+;
 - Balanço da implementação dos objetivos da Oeiras 21+ através do tratamento de um questionário respondido pela Unidade Orgânica responsável pela coordenação de cada Projeto-Motor;
 - Caracterização do nível de conhecimento e expectativas relativas à Oeiras 21+ através do tratamento dos dados de um inquérito online – aplicado de 4 a 18/11/2013, a um universo de 5.630 endereços de e-mail, obtendo-se 254 respostas válidas.
- Representação da Oeiras 21+ em 2 eventos nacionais: Conferência “Cidadania para a Sustentabilidade” de 3 a 5 de Julho de 2013 em Cascais; Seminário “DEMOCRACIA EM ACÇÃO” - 9 e 10 de Dezembro de 2013, em Lisboa;
- Aprovação da proposta de realização da 2ª edição do processo de Orçamento Participativo 2014/2015 – pela PD Nº 1011/2013 de 18/12/2013;
- Publicação de 5 números da Newsletter Oeiras 21+, distribuída a 386 endereços de correio eletrónico exteriores à CMO e a todos os contactos internos à instituição – 4 números trimestrais e um número especial, em Julho de 2013, sobre a sessão pública de apresentação da nova proposta do Plano Diretor Municipal de Oeiras;
- Manutenção do Blogue Oeiras 21+ (<http://oeiras21mais.blogspot.com>).

- Projeto Oeiras E- city (projeto aprovado no âmbito de candidatura ao QREN/2011, no eixo “Competitividade, Inovação e Conhecimento”) – Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela equipa da FCT para a realização do projeto e pela empresa Município, SA para a realização da plataforma *online* de disponibilização dos dados.

3º Eixo Estratégico - Desenvolvimento Económico

- Acompanhamento e avaliação das dinâmicas empresariais do concelho de Oeiras;
- Análise aos dados respeitantes ao Desemprego no concelho de Oeiras, com base nos elementos disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Esta análise é feita trimestralmente e sempre comparativa a igual período homólogo e à situação da Grande Lisboa e ao país;
- Sistematização de indicadores socioeconómicos do concelho de Oeiras;
- Análise às fontes disponíveis (INE, Informa D&B, Centro de Estudos do IIC - Instituto Informador Comercial, entre outras) de dados relativos ao tecido empresarial instalado em Oeiras, à sua estrutura económica, bem como às Insolvências, Empregadores e Mercado de Trabalho.

Inerentes ao desenvolvimento dos trabalhos nestes eixos estruturantes da atividade do GDM destaque-se ainda a disponibilização de informação estruturada e atualizada em consonância com outros organismos e instituições, cujas implicações ultrapassam o processo de Revisão do PDM:

- SIG para planeamento territorial e monitorização do PDM;
- Base de Indicadores Multisectorial;
- Base de Cartografia Temática.

Decorreram ainda trabalhos relativos:

- Ao Programa Rede Social: Participação nos trabalhos do Núcleo Executivo da Rede Social de Oeiras, com destaque para a elaboração do Diagnóstico Social de Oeiras, que será apresentado e colocado à votação em sede de CLAS no início 2014;
- À organização da Candidatura Global Green City, atribuído pelo Global Forum for Human Settlements e apoiado pelos seguintes organismos da ONU: UNEP – United Nations Environment Programme e UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs. O prémio foi atribuído a Oeiras como forma de distinguir as cidades que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico

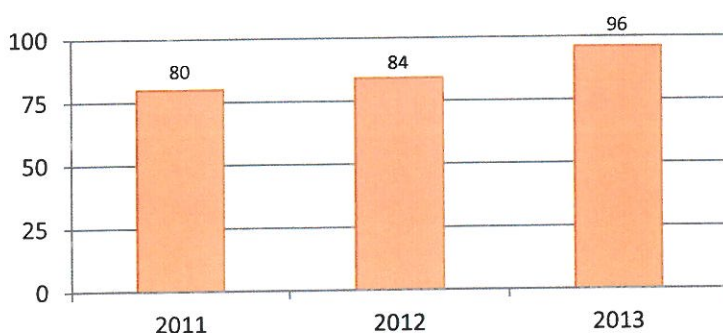
Nos termos do art.º 29º do Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras, publicado na 2ª Série do Diário da República, N.º 252 de 30 de Dezembro de 2010, o Gabinete de Contencioso e apoio Jurídico, como unidade orgânica de staff que é, elencou no seu Plano Estratégico Municipal um conjunto de ações, projetos e atividades que se desenrolaram no ano de 2013 de acordo com as grandes orientações político – estratégicas superiormente definidas.

O presente relatório encontra-se dividido em quatro partes. A primeira, incide sobre a descrição dos processos judiciais, a segunda sobre os processos de acidente, a terceira sobre o trabalho administrativo do Gabinete, e a quarta e ultima parte, conclusões.

Processo Judiciais

As Ações judiciais serão, por natureza, uma das faces mais visíveis do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, junto dos Tribunais, em defesa dos superiores interesses deste Município.

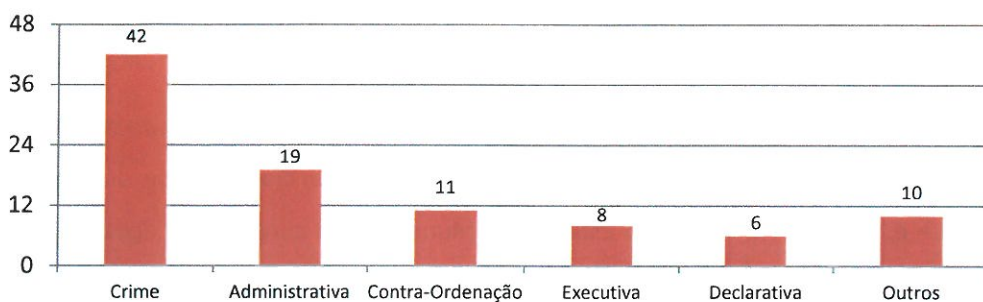
Gráfico 1 – Número de Ações Judiciais (2011-2013)



Analisando a relação de novos processos judiciais instruídos no ano económico de 2013 (Gráfico 1) verificamos a tendência de um ligeiro aumento quando comparado com anos anteriores, cerca de mais 13% quando comparado com 2012 e de 17% quando comparado com 2011.

[Assinaturas manuscritas em azul e preto]

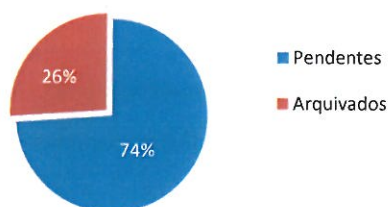
Gráfico 2 – Tipologia das Ações Judiciais, 2013



Relativamente à tipologia dos novos processos judiciais abertos no ano de 2013 (Gráfico 2) predominam os processos-crime (42), seguidos das ações administrativas (19) e recursos de Contraordenação (11). Ações Executivas e Declarativas são as que representam menor volume.

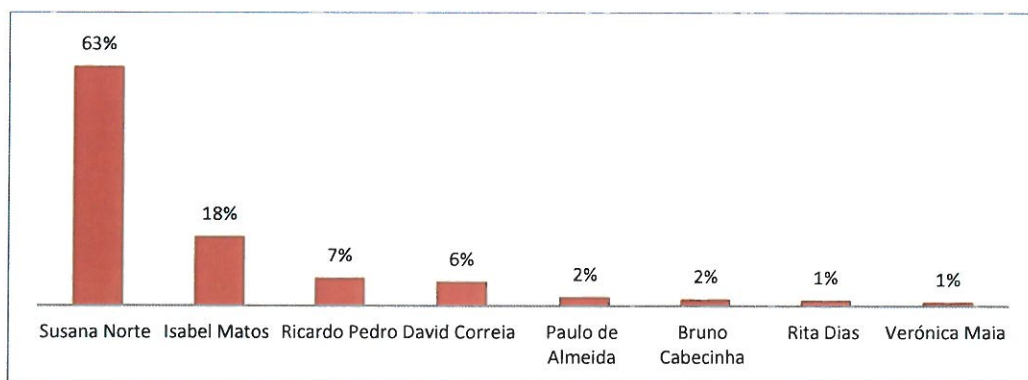
Fase processual dos processos de 2013

Gráfico 3 – Pendência Processual (2013)



Relativamente à pendência dos novos processos judiciais verifica-se que 26% já se encontram arquivados.

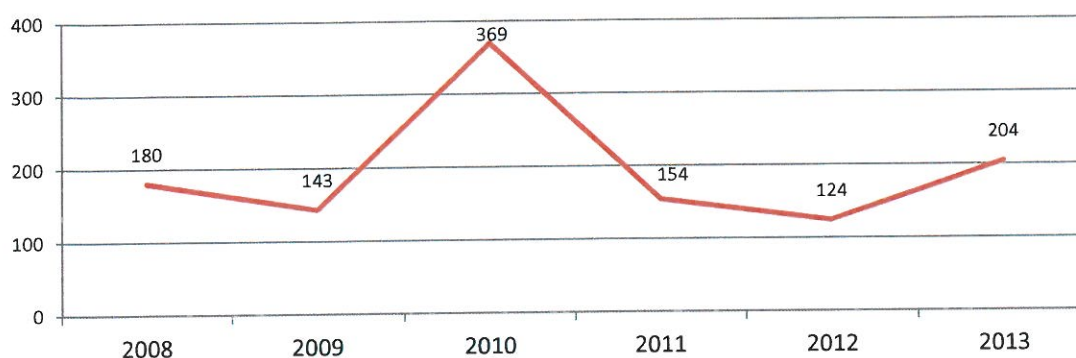
Gráfico 4 – Distribuição dos Judiciais Pendentes (2013)



Relativamente à distribuição da totalidade dos processos judiciais pendentes por mandatários (Gráfico 4) é elucidativo a preponderância da Dra. Susana Norte com maior número de processos (63% dos 377). De seguida, a Dra. Isabel Abalada Matos com 68 e o Drs. Ricardo Miranda Pedro e David Correia com 27 e 23 processos respetivamente (7 e 6%). Paulo de Almeida, Bruno Cabecinha, Rita Dias e Verónica Maia completam os restantes 6%.

Processos de Acidente

Gráfico 5 - Processos Acidentes Novos / Ano (2008-2013)



Relativamente ao número de processos de Acidente (PA's) em 2013 (204), verifica-se, conforme o Gráfico 5, um aumento de cerca de 39% face ao período homólogo. Contudo, a estabilização do número de novos processos, quando comparado com o ano de 2010 (369), confirma aquele como ano atípico, por força de um Inverno extremamente rigoroso verificado na altura.

Valores indemnizatórios processo de acidente (2013)

Quadro 1 - Valores indemnizatórios – quadro comparativo (-2013)

Ano	Processos Arquivados	Valores Reclamados	Valores Pagos pela CMO	Valores Pagos pela Seguradora	Valores Recebidos pela CMO	Valores Indeferidos	Fora da jurisdição da CMO	Nº de PA's que não são da responsabilidade da CMO
2013	134	180.968,62 €	2.014,72 €	11.118,87 €	13.157,48 €	56.606,20 €	13.243,04 €	19

Quadro 2 - Responsabilidade administrativa (2012-2013)

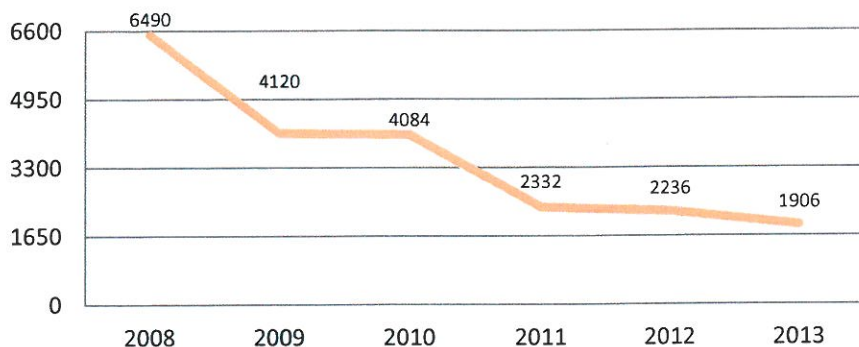
Ano	Responsabilidade da CMO - Deferidos		Não são da Responsabilidade da CMO - Indeferidos		CMO Lesada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2013	18	26%	34	48%	18	26%	74	100%

Dos processos concluídos em 2013, 48% não são da responsabilidade da CMO contra 26% da sua responsabilidade. Estes valores afastam-se um pouco do ano anterior: 56% dos processos não são da responsabilidade da CMO contra 27 % em que a responsabilidade foi imputada à CMO. Temos ainda como percentagem de processos em que a Autarquia é a lesada os seguintes valores: 26 % em 2013 e 17% em 2012.

[Assinaturas manuscritas]

Serviços Administrativos

Gráfico 6 - Volume expediente GCAJ 2008-2013



O volume de expediente representa o número de documentos, processos e outra documentação, registada na base de dados do expediente do GCAJ durante os anos económicos. Com base no Gráfico 9 verifica-se um acentuado decréscimo a partir de 2011, justificando-se pela transferência dos serviços do RJUE e antiga Divisão de Contra-ordenações para a orgânica do Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil.

Relativamente ao volume de expediente registado durante 2012 e 2013 (Gráfico 16), verifica-se uma ligeira redução em 2013.

Como síntese conclusiva é de referir que:

- Em 2013 foram instruídos 96 novos processos judiciais;
- Em dezembro de 2013 verifica-se uma pendência processual de 377 ações em que o Município é Autor ou Réu nos Tribunais Administrativos, Judiciais, Tribunal de Contas ou Tribunais Criminais;
- O Município de Oeiras obteve ganho de causa em 90% dos casos, sendo importante referir que sobre os processos perdidos (na sua maioria recursos de contraordenação) tal se deveu à sua má instrução administrativa decorrente de erro na apreciação factual e erro de Direito (Processos da DACO);
- Regista-se um crescente número de pedidos indemnizatórios deduzidos contra o Município decorrentes de danos causados por mau estado das vias públicas, queda de árvores ou causas naturais (inundações), em sede de responsabilidade civil administrativa, num conjunto de 204 processos (2013);
- Raros no entanto têm sido os processos judiciais movidos pelos lesados contra o Município em virtude da sustentabilidade jurídica apresentada pelo GCAJ ao negar tais pretensões ressarcitórias.

Gabinete de Comunicação

Atividades/ações desenvolvidas e recursos utilizados

Para a área da comunicação contribuíram, no decurso de 2013, recursos humanos distribuídos pelas áreas de conteúdos editoriais, design, multimédia e audiovisual (10), projetos (4), informação, divulgação e distribuição (6), administrativa (3) e direção (1).

Conteúdos Editoriais

Publicações de âmbito histórico-patrimonial | GC | 80%

De entre as publicações com relevância histórica e patrimonial destacam-se o volume 20 dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, da autoria do Professor João Cardoso, o livro de homenagem ao ator e encenador Armando Caldas “Teatro como quem respira”, a edição de prestígio “Oeiras Factos e Números” e, por último, o património imaterial que representa a compilação em livro do que de mais expressivo existe em três das freguesias do concelho, respetivamente Algés, Caxias e Cruz Quebrada, em particular num contexto de reorganização administrativa, em complemento das editadas em 2012: Paço de Arcos e Oeiras e São Julião da Barra. Estão em preparação as edições alusivas às demais cinco freguesias, as quais, no seu conjunto, vêm contribuir significativamente para a preservação da memória coletiva dos oeirenses. Foi ainda preparada a maquetagem dos livros das freguesias de Barcarena, Carnaxide, Linda-a-Velha, Porto Salvo e Queijas.

Publicações não periódicas: Livros, Coletâneas, Coleções e Folhetos de cariz institucional | GC - Todos os serviços | 100 %

Foram editados em 2013 e dezassete obras (6 livros e 11 catálogos), dos quais se destacam os catálogos das exposições: “João Feijó - Campo de Cor” no CCPE; “Provas Dadas – Centro Português de Serigrafia” no CCPE; “Luís Vieira Baptista - Oroboro” no CCPE; “Mário Rocha - Ares da Serra” no CCPE; “Jaime Silva – Exposição Antológica - Pintura e Desenho” no CCPE_ “Noronha da Costa” no CAMB;

Esta produção envolveu globalmente um valor total de 59.611,73 €. No que diz respeito a coleções, folhetos de cariz institucional e outros materiais de divulgação foram produzidos 731.713 exemplares de diversos materiais. A maioria dos trabalhos foi concebida e/ou adaptados internamente.



Publicações periódicas e distribuição: Boletim Oeiras Atual, 30 dias, Oeiras em Revista e Páginas de Encontro | GC - Todos os serviços | 100 %

O Gabinete de Comunicação procede regularmente à edição de 4 publicações municipais, respetivamente Oeiras Atual, Oeiras em Revista, Roteiro Cultural 30 Dias e publicação Interna Páginas de Encontro que, no decurso do ano de 2013, envolveram um valor global de 189.116,49 €, incluindo a paginação, impressão e distribuição de 555.600 exemplares.

Articulação com os media – Acompanhamento e relatórios de impacto | GC - Todos os serviços | 100%

Articulação com o Gabinete da Presidência que tem a cargo a preparação e disseminação de comunicados de imprensa, sendo assegurada internamente a gestão dos Critérios de Apoio à Imprensa Regional, a gestão publicitária, o controle do *clipping* diário e a preparação de relatórios de impacto. Em 2013 foram elaborados internamente 346 comunicados de imprensa, para além do envio semanal da agenda das reuniões de Câmara e dos editais da Assembleia Municipal e do apoio a eventos entre os quais conferências de imprensa, inaugurações, assinatura de protocolos e visitas de trabalho. No conjunto de meios que integram o CAIR foram publicados 36 anúncios Já no âmbito da monitorização dos OCS, foram selecionadas 12.021 notícias (3.789 na imprensa, 2.161 na TV, 454 na rádio e 5.617 na internet).

Conteúdos Multimédia

Gerir e manter atualizado o Canal Oeiras, alargando-o a outros locais | GC | 100%

Foi efetuada a gestão e atualização quotidiana de conteúdos noticiosos vídeo, fotografia e texto no Canal Oeiras, instalado no átrio do edifício dos Paços do Concelho e na loja de informação e divulgação municipal do Oeiras Parque onde se estima um número mínimo de visualizações únicas superiores a 3.500.000 por ano.

Registo audiovisual, catalogação e promoção de eventos decorridos no concelho | GC - Todos os serviços | 100%

Cabe à área audiovisual dar cobertura e apoiar, com recurso a meios fotográficos e audiovisuais, as iniciativas organizadas pelo município e pelos seus serviços, e promover a sua divulgação. Foram realizadas em 2013 a cobertura de 420 iniciativas e eventos organizados ou apoiados pela Câmara Municipal. Foram também realizados 184 trabalhos vídeos (reportagens, spots ou conteúdos específicos para internet).

Site institucional – Disponibilizar informação de qualidade, de forma simples, acessível, transparente e interativa, garantindo a promoção pública das iniciativas da autarquia | GC - Todos os serviços | 100 %

Disponibilização de informação de qualidade, de forma simples, acessível, transparente e interativa, garantindo a promoção pública das iniciativas da autarquia. Implica a gestão de conteúdos e atualização diária do portal

institucional. Registaram-se 635.970 visitas (média de 52.997,5 visitas/mês) de 443.572 visitantes únicos (média de 36.964 visitantes únicos/mês) que acederam a mais de 1.834.254 páginas visitadas (média de 152.854,3 páginas/mês) em 2013. Estamos seguros que a nossa presença nas redes sociais tem contribuído para uma maior adesão aos conteúdos do portal para onde são sistematicamente encaminhados.

Desenvolvimento da área do munícipe na página institucional do município de Oeiras aumentando as suas funcionalidades | GC – DTSI | 16 %

Projecto em curso. Decorre do pleno funcionamento das plataformas de gestão de conteúdos em backoffice, em implementação faseada. Foi adquirida e colocada em funcionamento a plataforma sharepoint para integração e gestão dos conteúdos no Portal Institucional do Município de Oeiras na Internet. Não foi até à data possível integrar intranet e internet, tendo sido lançada, em dezembro de 2013 a nova plataforma de gestão de conteúdos da intranet, com uma arrumação renovada, apelativa e intuitiva, totalmente por administração direta, envolvendo GC e DMADO.

Ações de Comunicação e informação

Publicidade nos órgãos de comunicação social | GC - Todos os serviços | 100 %

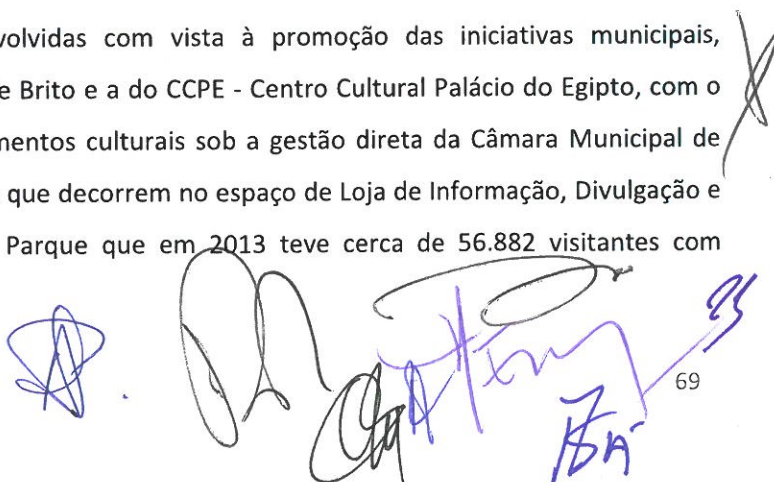
Engloba a inserção de anúncios e spots relativos a campanhas promocionais do concelho na imprensa local, regional e nacional, cinemas, rádios, televisões e meios de transporte, num investimento global de 118.989,65€.

Comunicação Urbana – Divulgação em mupis, outdoors, painéis, faixas, lonas, pendões, cinemas, rádios, meios de transporte ou outros meios que se venham a revelar mais adequados à adequada promoção da iniciativa | GC - Todos os serviços | 100 %

Os investimentos em comunicação urbana distribuíram-se pelos diversos meios (telas, mupis, mupis GT, diretórios chronos, painéis de obra, outdoors, painéis expositivos, acrílicos, pop up, sinalética, vinil e meios de transporte), num investimento total de 67.168,55 €.

Promoção de ações de informação e sensibilização pública designadamente através de exposições temáticas | GC - Todos os serviços | 100 %

No âmbito das campanhas promocionais desenvolvidas com vista à promoção das iniciativas municipais, destacamos a do CAMB – Centro de Arte Manuel de Brito e a do CCPE - Centro Cultural Palácio do Egipto, com o objetivo principal de divulgar os principais equipamentos culturais sob a gestão direta da Câmara Municipal de Oeiras. De referir ainda as campanhas permanentes que decorrem no espaço de Loja de Informação, Divulgação e Promoção Municipal no Centro Comercial Oeiras Parque que em 2013 teve cerca de 56.882 visitantes com



69

interações diretas, resultando na aquisição de produtos, serviços ou disponibilização de informação sobre a atividade municipal com uma faturação de 469.567,30€, em grande parte devido à venda de senhas escolares e prolongamento de horário no valor de 445.292,88€.

Relações Institucionais

Comemorações e Condecorações Municipais | GC | 100 %

Foram adquiridas medalhas de mérito, bons serviços e tempo de serviço com vista à distinção de trabalhadores ao serviço do município e, bem assim, entidades cuja ação ao serviço do município assim o justifique e que são habitualmente distinguidos nas cerimónias do 25 de Abril e na sessão comemorativa do 7 de Junho, no valor global de 17.349,97 €.

Representação institucional - Atribuição de patrocínios, apoio institucional e ofertas institucionais e protocolares | GC/GP | 100 %

Foram produzidos materiais para oferta no valor de 37.563,18€, sendo de destacar a produção de peças genéricas para oferta sob o tema Oeiras marca (t-shirts, bonés, fitas de pescoço e sacos de pano) de suporte às iniciativas promovidas no município. Na Campanha de Natal houve lugar à conceção e desenvolvimento de todos os materiais relacionados com a época festiva e editados pela Autarquia tendo sido gastos 54.273,69€.valor que inclui a aquisição do bolo rei do Cabaz de Natal.

Contexto organizativo

Mudanças introduzidas na gestão interna

No ano de 2013 foi definida como prioridade à gestão dos conteúdos multimédia, designadamente nos jornais eletrónicos que estão instalados em 8 localizações privilegiadas no concelho, a aposta na comunicação viral, tendo sido criados canais nas principais redes sociais:

Facebook | www.facebook.com/municipiodeoeiras;

Twitter | <http://twitter.com/oeiras250anos>

Youtube | www.youtube.com/municipiodeoeiras;

Issue | <http://issue.com>;

Flickr | <http://www.flickr.com/photos/municipiodeoeiras>. Esta aposta implicou ganhos significativos na promoção e difusão da imagem externa, bem como no tempo e valor associado à comunicação, dado tratarem-se de canais de acesso livre, sem custos e atualizáveis a todo o tempo independentemente do lugar onde os recursos se encontram. O município está também representado no instagram e no linkedin <http://pt.linkedin.com/in/municipiodeoeiras>.

Dificuldades surgidas a nível de recursos humanos e materiais

A área de conteúdos multimédia cresceu em conteúdos e visibilidade mas permanece sem substituição do colaborador que rescindiu contrato. No ano de 2013 foi efetuada uma redistribuição de funções que permitiu reforçar a equipa responsável pela gestão de projetos.

Alterações legislativas

A entrada em vigor do novo código da contratação pública e as consequentes adaptações na organização processual interna geraram alguns constrangimentos, designadamente atrasos e dificuldade no controlo e acesso à informação.

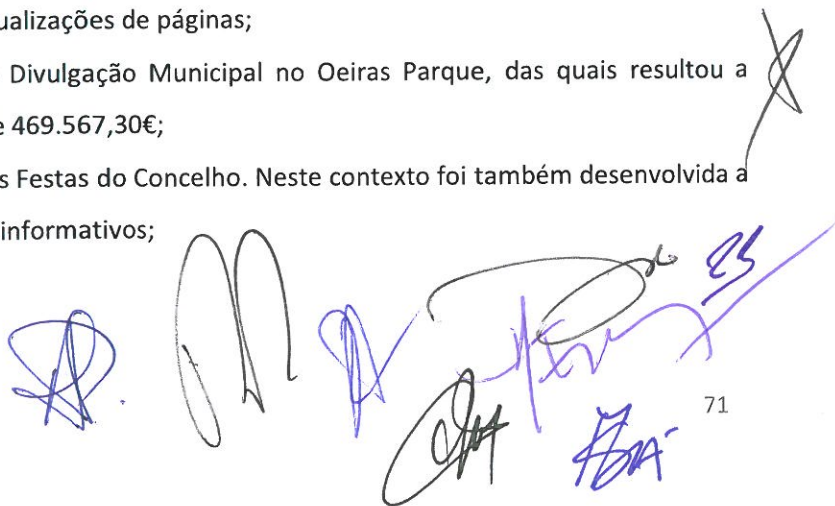
Fatores internos condicionantes da atuação do serviço

De referir a gestão quotidiana de conteúdos do Portal institucional do Município de Oeiras na Internet cujo processo tem exigido um acompanhamento cuidadoso e resolução de lacunas e erros de instalação e desenvolvimentos.

Avaliação final do desempenho do serviço**Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados**

Foi dada visibilidade às iniciativas e investimento municipal em todas as áreas de intervenção da autarquia, das quais se destacam as ações que melhor projetam e promovem a imagem pública do município:

- Publicação de 25 edições de revistas e boletins periódicos, correspondendo a 555.600 exemplares distribuídos a nível local regional, nacional e internacional, através de correspondência endereçada e não endereçada;
- 731.713 Exemplares de materiais de informação e divulgação produzidos e distribuídos por ocasião das iniciativas;
- Mais de um milhar de suportes publicitários concebidos e/ou adaptados internamente;
- No total foram enviados mais de 346 comunicados de imprensa para os órgãos de comunicação social, tendo sido publicadas cerca de 12.021 notícias sobre Oeiras ao longo do ano;
- 420 Trabalhos fotográficos, 184 vídeos, 227 trabalhos criativos;
- 635.970 Visitas, correspondendo a 1.834.254 visualizações de páginas;
- 56.882 Visitas no ano à Loja de Informação e Divulgação Municipal no Oeiras Parque, das quais resultou a prestação de um serviço e uma receita gerada de 469.567,30€;
- Conceção e produção de materiais no âmbito das Festas do Concelho. Neste contexto foi também desenvolvida a imagem gráfica das Festas e respetivos suportes informativos;



- Na Campanha de Natal a conceção e desenvolvimento de todos os materiais relacionados com a época festiva e editados pela Autarquia (Cabaz de Natal; a conceção e produção de cartões de boas festas e cartas de natal; a conceção e produção de diretórios, mupis e mupis GT; a aquisição de ofertas de natal - brindes de prestígio).

Afetação real e prevista dos recursos utilizados, procedendo à análise e justificação dos respetivos desvios, mediante a utilização de indicadores de gestão

De entre os projectos previstos para o ano de 2013 e cuja realização financeira apenas ocorre em 2014, destaque para a edição do livro de discursos.

Descrição dos mecanismos de participação e auscultação dos clientes internos e externos

Foram publicadas 12 edições e distribuídos 15.600 exemplares da publicação interna periódica “Páginas de Encontro”, através da qual se entrevistaram colaboradores e se estimulou o conhecimento interpessoal. Foi também lançada a nova intranet. Neste renovado e apelativo instrumento de comunicação interna existiu um esforço concreto na simplificação dos acessos (à distância de um clique), na arrumação lógica de conteúdos em menus, na criação de acessos rápidos às áreas mais utilizadas na intranet atual (salão nobre digital, Nexus, pooling de viaturas, heldesk, consultas médicas, formação e contatos).

Foi um trabalho colaborativo (GC, DTSI, DGO, DRH, sem o qual não seria possível apresentar o produto final). A nível externo foram publicadas na página institucional na Internet sondagens sobre a atividade desenvolvida no concelho, estimulando todos aqueles que acedem a opinar sobre a pertinência e oportunidade dos temas tratados.

Apresentação de sugestões de melhoria quanto à operacionalidade/desempenho dos processos do serviço

Sensibilização aos serviços para o cumprimento de prazos e previsão mais realista dos trabalhos a produzir a fim de melhor permitir a definição de prioridades e a seleção de áreas de investimento em termos de comunicação. Há que comunicar cada iniciativa de acordo com os seus timings, targets e objetivos específicos. Tem-se por meta, conseguir, em cada ano, a definição das campanhas prioritárias e as de gestão corrente em função das prioridades do executivo antecipando, assim, os momentos de comunicação.

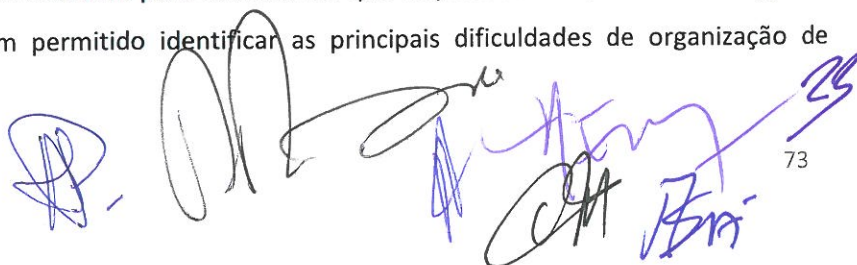
Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia

Numa perspectiva global, as ações desenvolvidas pelo GAJF continuam a concretizar a proposta apresentada no que respeita às grandes orientações político-estratégicas - a descentralização de competências nas Juntas de Freguesia. Do conjunto das iniciativas propostas: acompanhamento da operacionalização da Delegação de Competências; acompanhamento das comemorações e pequenas festividades das Juntas de Freguesia, o encaminhamento de documentação e o tratamento e análise de informação, podemos afirmar que mais uma vez foram cumpridos os objetivos propostos.

Ação a ação, os dados revelam o seguinte:

- Apoio às Juntas de Freguesia para obras de beneficiação a realizar na freguesia (PDE: no âmbito da operacionalização do Protocolo de Delegação de Competências foi executado a quase totalidade prevista em despesa corrente e despesa de capital);
- Elaboração de diagnósticos por freguesia (PDE), com vista à abordagem de temáticas várias relacionadas com o protocolo de Delegação de Competências: foram construídos e analisados diversos indicadores que permitiram a elaboração de análises mais aprofundadas sobre questões relacionadas com a operacionalização do protocolo;
- Elaboração de relatórios de execução financeira e física (PDE): foram preparados relatórios sobre a evolução da execução financeira, no final de cada Bimestre;
- Levantamento e organização dos vários pedidos e necessidades das várias entidades em articulação com os vários serviços da CMO (PDE): foi feito o acompanhamento da operacionalização das 53 iniciativas operacionalizadas em 2013; estas iniciativas não têm expressão financeira no plano e orçamento desta unidade orgânica, mas sim noutras, quer ao nível do apoio financeiro, quer do apoio logístico: palco, divulgação, impressão de folhetos e cartazes, equipamento técnico variado, som, apoio técnico, auditórios, limpeza, autocarros, mesas, cadeiras, gambiarras, mastros, entre outros; v) elaboração de relatório para conhecimento das despesas efetuadas, quer ao nível do apoio logístico quer do apoio financeiro (PDE): foi elaborado relatório relativo ao acompanhamento das festividades do ano de 2013; vi) deu-se continuidade à preparação da desmaterialização do protocolo de Delegação de Competências, em articulação com DTSL.

Face aos resultados dos indicadores para o ano de 2013, a apreciação feita é bastante positiva, existe um conhecimento e um controlo financeiro da despesa apresentada pelas juntas de freguesia, bem como da execução financeira e física; por outro lado o controlo efetuado pelo Gabinete no que respeita ao cumprimento de regras e procedimentos, por parte das juntas tem permitido identificar as principais dificuldades de organização de



algumas Juntas de Freguesia, sugerindo, no que respeita aos Relatórios, medidas de correção, sempre que necessário. Tem sido efetuado o controlo nos pedidos apresentados pelas Juntas de Freguesia, nomeadamente no que respeita às festividades, tanto que atualmente são conhecidos os valores associados aos apoios logísticos e financeiros, distinguindo-se os tipos de iniciativas bem como os tipos de entidade.

No final do ano foi ainda efetuada auscultação aos presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, no que às dinâmicas das Juntas de Freguesia diz respeito, contudo dos 10 apenas 4 responderam. Numa apreciação global, a apreciação feita pelas JF's é positiva.

Foi preparada a continuidade do atual Protocolo em vigor até a finalização de novo Protocolo (atualmente com a designação de acordo de execução ou contrato administrativo), em colaboração com o GCAJ.

Em resultado da LAL nº75/2013, de 12 de Setembro de 2013, deu-se início à preparação da nova Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia com acompanhamento do GCAJ.

Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil

O relatório das atividades prosseguidas pelo DPMPC em 2013, que, ora se submete a apreciação superior, decorre do determinado no despacho em referência.

Atividades/Ações desenvolvidas e recursos utilizados

Em 2013, o DPMPC desenvolveu, no âmbito das suas funções, entre outras, as atividades constantes no PDE, superando, de uma forma geral, os objetivos a que se propôs, em particular no tocante:

- Às ações de prevenção, de fiscalização e de sensibilização no espaço público urbano;
- Ao reforço do policiamento, nomeadamente o policiamento de proximidade junto dos cidadãos, em especial sobre a população escolar e idosa, e nas zonas históricas e ao património público municipal (edifícios escolares, parques, arruamentos, bairros municipais, etc...);
- Ações de sensibilização e formação nas áreas da prevenção e segurança rodoviária, do ambiente e da segurança na internet;
- Às ações de prevenção e de sensibilização de proteção civil.

No âmbito da proteção e socorro, é de referir que o plano municipal de emergência de proteção civil encontra-se atualizado e que vamos dar início ao processo de aprovação, colocando-o para consulta pública. Presentemente, encontra-se em análise e aprovação, por parte das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho.

Esta atualização foi feita tendo em conta a diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, o disposto nas Leis de Bases da Proteção Civil - Lei nº 27/2006 e na que define o enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no âmbito municipal - Lei nº 65/2007 e no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro - Decreto-Lei nº 134/2006.

As Equipas de Intervenção Permanente (EIP), que constam das GOP's, ainda não foram criadas nos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, nos termos da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, porquanto a sua implementação e funcionamento passa pela congregação de esforços entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil/ANPC, as Câmaras Municipais e as Associações Humanitárias de Bombeiros e, presentemente, o processo de criação e implementação das EIP para o distrito de Lisboa encontra-se suspenso, por parte da ANPC.

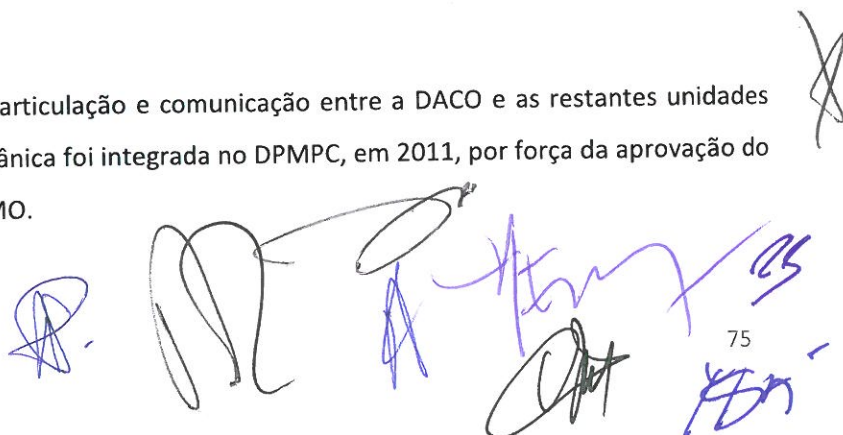
No entanto, e até à criação das EIP, entendeu-se que havia necessidade de reforçar a capacidade operacional dos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município; pelo que, em 2013 foi tomada a decisão, aprovada já em 2014 pelo executivo municipal, de criar e manter um Grupo de Primeiro Socorro (GPS) composto, no mínimo, por 2 elementos, por cada um dos Corpos de Bombeiros do Concelho.

Para a prossecução dos objetivos do DPMPC foram promovidas reuniões com todos os atores da segurança do concelho, principalmente com as entidades policiais e Corpos de Bombeiros, e utilizados além dos meios materiais e humanos deste departamento, dos Corpos de Bombeiros do Concelho e demais unidades orgânicas da CMO, os recursos constantes nas GOP's, o que nos permitiu aumentar a segurança, bem-estar e a qualidade do espaço público.

Melhorámos também a qualidade e inovação dos serviços administrativo e de contraordenações.

Contexto organizativo

Em 2013, foram ultimados os mecanismos de articulação e comunicação entre a DACO e as restantes unidades orgânicas da CMO, porquanto esta unidade orgânica foi integrada no DPMPC, em 2011, por força da aprovação do novo Regulamento Orgânico dos Serviços da CMO.



75

Foi ainda consolidado o organigrama da DPM, face à nova organização administrativa do Concelho e à experiência adquirida, a saber:

- 3 Setores Operacionais (Urbanismo e Atividades Económicas; Ambiente e Património Municipal e Policiamento e trânsito) – 1.º critério em razão da matéria, e a afetação de áreas de responsabilidade - 2.º critério em razão do território;
- Setores com uma dupla dependência, dado que o enquadramento técnico e operacional aumenta a eficácia e eficiência do serviço prestado; e a
- Criação em todos os turnos de um Serviço de Piquete, para dar resposta imediata às solicitações – 1.ª intervenção e evitar a especialização, ou seja, a intervenção do pessoal de cada setor tende a resumir-se à matéria à qual está afeto.

Com o intuito de melhorarmos a qualidade do nosso serviço e de mantermos com o munícipe um contacto próximo, no âmbito de uma administração que se pretende cada vez mais participada, melhoramos o serviço para rececionar e dar resposta a todas as solicitações/reclamações que nos são dirigidas.

É de referir que, desde a sua criação, um dos fatores condicionantes da atividade da DPM é a saída constante e imprevisível de Agentes municipais do seu quadro, essencialmente para organismos do Estado.

A Polícia Municipal de Oeiras desde a sua criação (2001) perdeu 49 Agentes, o que se traduz numa redução de aproximadamente 40% do efetivo, e, por conseguinte, da capacidade de resposta do serviço face ao aumento das solicitações.

Outro dos fatores condicionantes da atividade da Polícia Municipal é o número elevado de horas que despende com atividades de outras unidades orgânicas, com prejuízos óbvios para o desempenho das suas funções prioritárias (fiscalização e vigilância) e, por consequência, para a implementação da sua própria estratégia.

A não revisão da carreira, do estatuto e do sistema remuneratório da polícia municipal gera nos seus agentes alguma desmotivação, fator determinante para quem exerce funções policiais, porquanto detêm o poder discricionário no exercício das suas funções, que influi negativamente na eficácia e eficiência da polícia.

Em contrapartida, este departamento tem sido dotado dos meios materiais e equipamento necessários, adequados e proporcionais ao desempenho das suas funções.

Avaliação final do desempenho do serviço

No tocante às polícias municipais, como sabemos são serviços municipais especialmente vocacionados para o exercício de funções de polícia administrativa dos respetivos municípios, prioritariamente nos domínios da fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais, das normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou de fiscalização caiba ao município e das decisões das autoridades municipais, relativas ao urbanismo, à construção, à defesa e proteção da natureza e do ambiente e ao estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, entre outros.

Nesta matéria poder-se-á dizer que, a polícia municipal aumentou em 5,3% as ações de prevenção e de fiscalização ativa face ao ano de 2012 e conseguiu dar resposta às solicitações dentro dos prazos estipulados. Além destas funções de polícia administrativa, a lei estatui que as polícias municipais cooperam com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e na proteção das comunidades locais.

Neste âmbito, exerceu também funções em matéria de segurança, basicamente funções de vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, sempre em coordenação com as forças de segurança, e guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais, o que tem tido um impacto positivo junto da população, dado o seu efeito dissuasor sobre a prática de incividades e factos que consubstanciam a prática de contraordenações e crimes (atos de vandalismo), fatores geradores de insegurança.

No tocante aos índices de criminalidade e insegurança do concelho, esta polícia tem tido uma atitude ativa no tocante a situações que contribuem para um aumento da segurança objetiva e subjetiva (sentimento de insegurança) dos munícipes, nomeadamente: a comunicação de factos à PSP que consubstanciam a prática de crimes, uma melhor colaboração e articulação no policiamento e o aumento da visibilidade de agentes policiais vocacionadas para a segurança das pessoas e dos seus bens.

Das reuniões tidas com todos os atores da segurança do concelho, principalmente com as entidades policiais, resultaram Planos Estratégicos de Policiamento e Vigilância para os diversos eventos promovidos e alguns pontos/zonas do concelho, entre outros para a época balnear, instrumentos essenciais para a prevenção da criminalidade e aumento da segurança. Convém realçar que, nos últimos anos, Oeiras tem sido considerado o concelho mais seguro da área metropolitana de Lisboa.



Dado que os Agentes de Polícia Municipal recebem formação específica para o exercício das suas funções, as quais são, essencialmente, funções operacionais, e com o intuito de reforçar o policiamento, é intenção deste departamento dar continuidade à política de substituição dos Agentes de polícia municipal que neste momento ainda exercem funções administrativas por assistentes técnicos.

A Câmara Municipal de Oeiras, através do Serviço de Proteção Civil, aprofundou no plano pedagógico e informativo a sua ação em termos de segurança – proteção e socorro, sensibilizando os munícipes para situações de risco, e assegurou a prontidão dos agentes de proteção civil.

A política de apoio às corporações de bombeiros foi mantida no intuito de aumentar a sua prontidão e desempenho, dotando-as de formação e equipamentos adequados e com níveis de manutenção ajustados às suas necessidades.

A estreita colaboração, a todos os níveis, com os corpos de bombeiros do Concelho permitiu uma melhor prevenção, emergência e resposta, aumentando desta forma a sua eficiência e eficácia nas ações de proteção e socorro.

O Serviço de Proteção Civil manteve o apoio interno às diversas solicitações de outras unidades orgânicas, zelando pelo cumprimento das normas de segurança dos espaços e equipamentos, e no apoio à realização de diversos eventos, alguns com projeção nacional e internacional, disponibilizando meios próprios e/ou das corporações de bombeiros (meios humanos e materiais), colaborando assim, na valorização e plena fruição dos espaços e equipamentos públicos.

Assegurou a avaliação das vulnerabilidades municipais perante situações de risco, em estreita colaboração com entidades locais e nacionais, bem como a elaboração e execução de treinos e simulacros.

A DACO melhorou a qualidade e inovação dos serviços administrativo e de contraordenações que vinham sendo prestados.

Face ao exposto, poder-se-á dizer que o desempenho do departamento foi bastante positivo, não obstante as dificuldades e os constrangimentos supramencionados, que urge ultrapassar, e da perda constante do seu efetivo, contribuindo desta forma para o aumento da segurança e bem-estar no Município e da qualidade do espaço público.

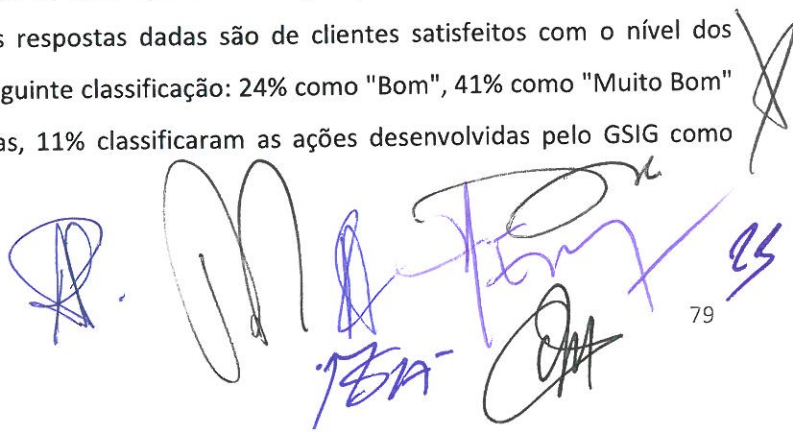
Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica

O GSIG tem como principais competências conceber, desenvolver e implementar um sistema de informação geográfica (SIG) de âmbito municipal integrado com o Enterprise Resource Planning (ERP); implementar uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE); dotar toda a informação geográfica, em ambiente SIG, de metadados; assegurar a manutenção de bases de dados de informação cartográfica de âmbito municipal e promover a criação de condições para a sua divulgação aos serviços; assegurar a manutenção do cadastro predial do município em articulação com as entidades competentes; desenvolver e manter o sistema municipal de endereços em articulação com os serviços de toponímia e números de polícia; criar um banco de dados estatísticos em articulação com o Instituto Nacional de Estatística (INE); analisar as necessidades de informação geográfica na autarquia; promover e articular a partilha de informação geográfica relevante com a Proteção Civil e Forças de Segurança e dar apoio a todos os serviços na utilização da informação geográfica, promovendo a formação dos respetivos funcionários em articulação com a Divisão de Formação e Valorização Profissional.

No quadro das competências do GSIG e tendo em conta o programa de gestão definido para 2013, foram estabelecidos cinco objetivos em PDE tendo-se obtido os seguintes resultados.

Em termos genéricos, durante o ano de 2013 foram feitas, por parte de outros serviços, empresas ou munícipes, 358 solicitações ao GSIG, das quais 108 corresponderam a "Pedidos de Informação Geográfica", onde se incluem a produção de mapas e tabelas, 79 referem-se a pedidos de "Apoio a aplicações/Esclarecimento de dúvidas" para explicar como se acede à informação geográfica e como funcionam os diversos softwares utilizados, 40 à integração de "Conteúdos no GeoPortal", e 29 a pedidos de "Acompanhamento Local "on job"" com deslocação aos serviços para o apoio a projetos ou aplicações, a realização de sessões de esclarecimentos, o levantamento de requisitos, o registo de anomalias ou correções de forma a permitir que os serviços fiquem autónomos do GSIG. Os pedidos de apoio local no contexto da realização de projetos tiveram na sua maioria origem nas divisões do DPGU (35%), DAE (19%), DOM (18%), GDM (7%), DASD (3%), sendo os restantes provenientes de outras unidades orgânicas.

No âmbito das suas competências, e por forma a avaliar o nível de desempenho e o grau de satisfação dos serviços, o GSIG elaborou um Inquérito de Avaliação de Satisfação dos Serviços que incluiu 8 grupos de questões com 5 níveis de classificação diferentes. 88% das respostas dadas são de clientes satisfeitos com o nível dos serviços prestados pelo GSIG, correspondendo à seguinte classificação: 24% como "Bom", 41% como "Muito Bom" e 23% como "Excelente". Das restantes respostas, 11% classificaram as ações desenvolvidas pelo GSIG como "Satisfaz" e 1% como "Não satisfaz".



Atividades desenvolvidas pelo GSIG

A atividade do GSIG em 2013 teve como objetivo responder à missão e funções desta unidade orgânica, tendo em vista o aprofundamento da IDE, a capacitação técnica dos utilizadores, e a promoção e disseminação da utilização da informação geográfica dentro e fora do Município de Oeiras.

No que se refere à IDE, para além de dar continuidade ao trabalho em curso, o GSIG apostou no enriquecimento do GeoPortal, com a disponibilização de mais temas de informação geográfica, novos módulos ou serviços online (intranet e internet), sempre que possível numa lógica de integração com aplicações existentes, dando resposta às necessidades manifestadas quer internamente pelas unidades orgânicas, como externamente pelos Cidadãos.



Relativamente à capacitação técnica, o GSIG desenvolveu um conjunto de ações para a promoção da utilização da informação geográfica por um leque mais alargado de utilizadores, disponibilizando aos serviços ferramentas colaborativas de acesso, análise e gestão de dados, permitindo assim que estes participem no processo de atualização da informação. Referem-se concretamente, a realização de sessões de apoio locais dirigidas a projetos concretos, como complemento das atuais sessões de esclarecimento sobre a utilização do software e gestão de informação, e a divulgação da informação e funcionalidades do GeoPortal promovendo a sua utilização enquanto IDE.

Segue-se uma breve descrição das atividades realizadas pelo GSIG

Alvarás de Loteamento – conceção e desenvolvimento de uma solução webSIG para a gestão de informação dos Alvarás de Loteamento. Incluiu a georreferenciação das plantas síntese de 374 alvarás de loteamento emitidos desde 1984, e o preenchimento dos dados dos processos de loteamento numa aplicação. Para dar resposta às necessidades dos serviços, foi criada uma base de dados com uma estrutura semelhante ao SPO e desenvolvida uma aplicação web na perspetiva de vir a ser integrada com o SPO por via do webservice AIRC SPO P2 quando este estiver disponível. Até lá, os dados estão a ser preenchidos na base de dados réplica que está a servir a aplicação web disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Alvarás” (<http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/alvaras>), estando a edição reservada ao DPGU (DAAA e DP). O projeto está a ser desenvolvido em articulação com o GDM e o DPGU.

Gestão de Toponímia - conceção e desenvolvimento de uma solução webSIG para a gestão da toponímia dos arruamentos e numeração de polícia. Incluiu a criação dos temas SIG de suporte à aplicação (rede viária e numeração de polícia) e a migração dos dados da toponímia do Portal da DMPUH, para cerca de 1800 topónimos. No âmbito deste projeto foi desenvolvido um webservice de “Ruas” para garantir o fornecimento do serviço de dados da “Toponímia”, que se encontram num repositório único, a todas as aplicações em funcionamento no Município, que requeiram esta informação. A aplicação para a gestão da toponímia está disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Toponímia@Oeiras” (<http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/toponimia>), encontrando-se a edição reservada ao DPGU (DAAA). O projeto está a ser desenvolvido em articulação com a DAAA.

O Meu Bairro - conceção e desenvolvimento de uma solução webSIG para o registo georreferenciado de ocorrências no espaço público. Permite o reencaminhamento automático das situações reportadas pelos munícipes para os serviços competentes ou entidades externas, tendo por base a classificação da ocorrência, e ainda o envio da resposta dos serviços ao requerente, via email. A solução “O Meu Bairro” está disponível na homepage do website do Município e no GeoPortal (<http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/omeubairro>). O projeto foi desenvolvido em articulação com o DGO.



Oeiras, Factos e Números - edição especial: elaboração de publicação e conceção e desenvolvimento de um microsite disponível na homepage do website do Município de Oeiras e no GeoPortal (<http://factosenumeros.cm-oeiras.pt/>). O projeto foi desenvolvido em articulação com o GDM e GC.

Atividades económicas: criação do tema com o registo e caracterização das unidades funcionais de destinadas ao comércio e serviço no Município tendo como referência a CAE – Classificação portuguesa das Actividades Económicas - Rev3 do INE. A informação foi obtida através de um levantamento de campo, que foi posteriormente validado e completado em gabinete. Este tema, que inclui cerca de 6500 registos, encontra-se disponível para consulta no GeoPortal, nos módulos “Informação Geográfica Municipal” (<http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/infogeografica>) e “Informação Geográfica Municipal - Intranet” <http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/infogeo>).

Videografia - método expedito de recolha de dados (mobile Mapping), que permitiu o levantamento e caracterização da rede viária de Oeiras, incluindo, a localização de um conjunto de temas/entidades presentes na via pública e o registo dos dados em SIG. A informação vídeo está disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Videografia” (<http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/videografia>) e os temas geográficos encontram-se disponíveis em diversos módulos do GeoPortal. A definição da estrutura dos dados e a atualização da informação geográfica é da responsabilidade dos serviços, nas respetivas áreas de competência (DTT, DIM, DRRSU, DGEP, DHPA, DEV, GC e GSIG).

No âmbito deste levantamento foram criados os seguintes temas geográficos:

- Cadastro da Sinalização Viária – inclui lombas, semáforos, paragens de autocarro e táxis, separadores, guardas rodoviárias, pilaretes, sinalização horizontal, lugares de estacionamento, prumos de sinalização com sinais de trânsito e painéis adicionais. Disponível no GeoPortal, no módulo “Trânsito e Transportes” (<http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/transito>) (DTT);
- Passeios, bermas e valetas (DIM);
- Equipamentos de recolha de RSU (DRRSU);
- Papeleiras (DHPA);
- Armários de iluminação pública (DGEP);
- Bancos de jardim (DEV);
- Mobiliário urbano: cabines telefónicas, marcos de correio, sanitários públicos e quiosques (GSIG);
- Comunicação urbana: bandeiras, mupis, colunas, outdoors, jornal eletrónico, tela e abrigo de publicidade (GC).

Mapas Estatísticos - tratamento e disponibilização da informação estatística produzida pelo INE no âmbito do “XV Recenseamento Geral da População” e “V Recenseamento Geral da Habitação”, no GeoPortal, como atualização do módulo “Mapas Estatísticos” (<http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/estatisticos>).

Processos de Obras - criação do tema geográfico com a localização dos Processos de Obras, a partir da integração, compatibilização e atualização dos dados dispersos pelos serviços (DEU e DAAA) e a migração de dados do Portal da DMPUH. Prevê-se o desenvolvimento de uma solução que permita a integração com a aplicação SPO, através da implementação do webservice AIRC SPO P1, e deste modo possibilitar a consulta dos dados dos processos de obras em ambiente SIG. O projeto está a ser realizado em articulação com a DEU e DAAA.

Habitação Municipal - criação do tema geográfico contendo Bairros e Edifícios Municipais e desenvolvimento de um webservice que permita a integração com a solução de gestão de Habitação do DH em desenvolvimento pela DTSI/DSI. A informação geográfica encontra-se publicada no GeoPortal, no módulo “Habitação” (<http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/habitacao>). A solução final ficará disponível logo que a integração com a solução da DSI esteja concretizada. A edição de dados ficará reservada ao DH. O projeto está a ser realizado em articulação com a DSI e o DH.

Espaços Verdes - criação de um tema geográfico com o limite dos Espaços Verdes que constituem o domínio público e domínio privado do Município. O projeto está a ser realizado em articulação com a DAE/DEV.

Obras municipais - criação do tema com a localização de Obras Municipais. Este tema encontra-se disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Investimento Municipal” (<http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/im>), estando a edição dos dados reservada à DMOA.

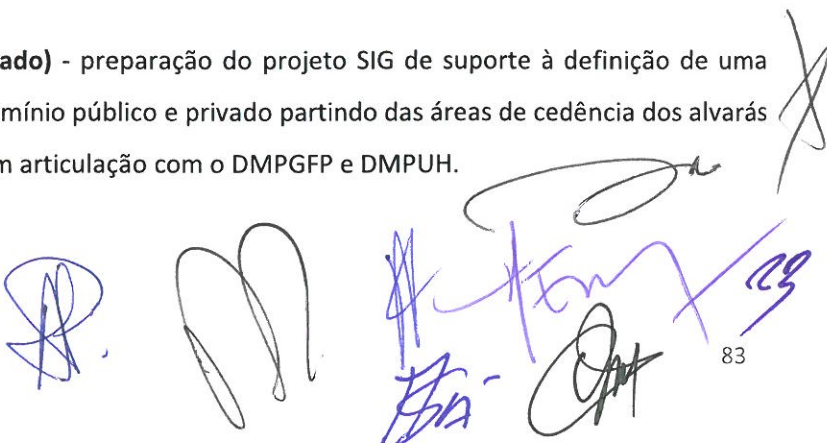
Órgãos de drenagem pluvial (sargetas, sumidouros e grelhas) - apoio ao levantamento das sargetas e sumidouros feito pela DIM, estando o carregamento dos dados em SIG a ser assegurado pelo GSIG. O projeto está a ser realizado em articulação com a DIM.

Acidentes Rodoviários - produção de um mapa mensal com o registo e a caracterização dos acidentes rodoviários ocorridos no concelho de Oeiras, partindo da informação enviada pela Divisão Policial de Oeiras, do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, desde 2009.

Plataforma online do Projecto E-City - acompanhamento da implementação de uma solução webSIG para disponibilização dos dados do projeto E-City no GeoPortal. O projeto está a ser realizado em articulação com o GDM.

Gestão de monos e verdes - estudo para a integração da solução de gestão de Monos e Verdes desenvolvido pela DTSI/DSI, com “O Meu Bairro”. O projeto está a ser realizado em articulação com a DSI e a DHPA.

Património Municipal (domínio público e privado) - preparação do projeto SIG de suporte à definição de uma metodologia para a delimitação das áreas de domínio público e privado partindo das áreas de cedência dos alvarás de loteamento. O projeto está a ser realizado em articulação com o DMPGFP e DMPUH.



Obstruções de via - preparação de solução para a DGEP proceder à georreferenciação das Obstruções na Via Pública, estando prevista a sua integração com a informação publicada no website do MO. O projeto está a ser realizado em articulação com a DGEP.

Levantamento de requisitos - definição das especificações técnicas e funcionais das seguintes aplicações, em articulação com os serviços competentes: “Sistema integrado de recolha de RSU” (DRRSU), “Gestão de Espaços Verdes e Cadastro Arbóreo” (DEV), “Mapa Cultural” (DCT/DSI/GC) e “Cadastro da Restauração” (DCT).

Disponibilização de outros temas geográficos, para além da informação de suporte às aplicações atrás referida, criados com base em dados provenientes de diferentes fontes de informação:

- Agrupamentos Escolares 2013-2014" (CMO);
- Locais de voto (CMO);
- Circuito ou Espaço Ciclável novo e atualização (CMO);
- Equipamentos desportivos (CMO);
- Contentores porta-a-porta (CMO);
- Arte Urbana (CMO);
- Movimentos Pendulares (Instituto Nacional de Estatística);
- Atualização dos limites administrativos e CAOP (Direção-Geral do Território);
- Zonas tarifárias de transporte intermodal - AML (AMTL – Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa)
- Sítios Arqueológicos e respetivas ZPE (Zona Especial de Proteção) (IGESPAR).

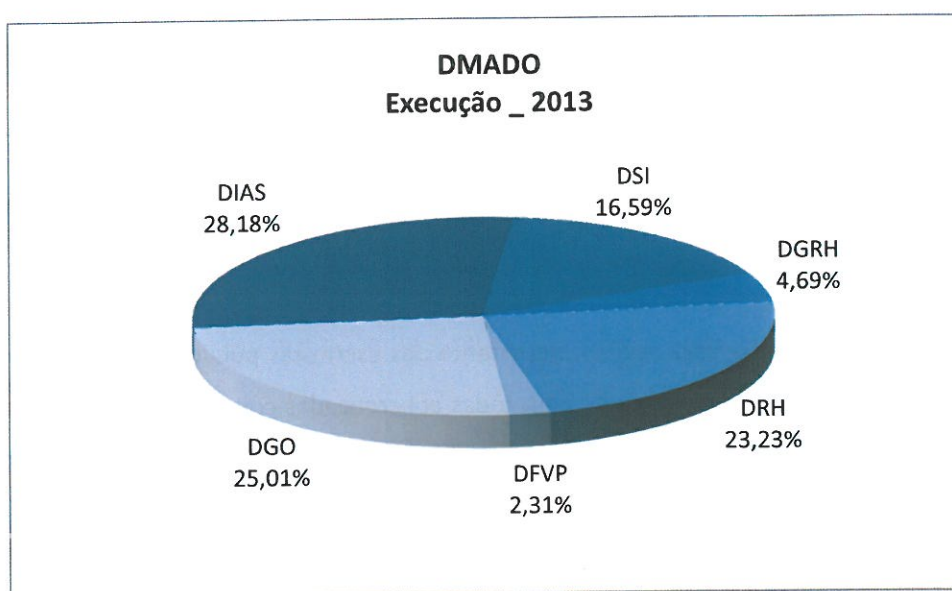
Georreferenciação de 26 cartas da DEU, digitalizadas pelo Serviço de Arquivo Municipal.

Resposta a pedido de cedência de dados - o GSIG concedeu 15 licenças de utilização de dados geográficos, correspondendo 9 a pedidos de alunos (licenciatura, mestrado e doutoramento) e 6 a entidades externas. Os temas de informação mais solicitados foram os seguintes: ortofotomapas, elementos do “Estudo Hidrológico e Hidráulico” e levantamentos topográficos.

Integração transversal do módulo “Plantas de Localização” nos serviços online do website do MO - análise dos procedimentos disponíveis que requerem a emissão de plantas.

Manual QGIS - atualização constante do Manual de QGIS, criado em 2010.

Direção Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional



Direção Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional

Serviço de Notariado Privativo

O Serviço de Notariado Privativo (abreviadamente SNP), serviço de natureza instrumental, tem por principal missão a titulação dos actos e contratos escritos em que o Município seja parte outorgante, mediante, designadamente, a instrução dos respectivos processos, formalização dos contratos, registo (quando aplicável) e arquivo dos mesmos, nos respetivos livros de notas, quando se tratem de escrituras públicas ou do exemplar reservado ao Município, no caso de contratos celebrados por documento particular.

Em ambas as formas contratuais o SNP procede igualmente ao arquivo digital na respectiva aplicação informática de gestão de processos - Sistema de Gestão do Notariado, cujo acesso para consulta e até impressão do próprio contrato é facultado a todos os Serviços, através da intranet.

Relativamente ao ano de 2013 e comparativamente com os indicadores dos anos anteriores (25 em 2012), verificou-se um aumento do número de contratos com fé pública notarial (outorgados perante a Notária Privativa), em resultado do término do pagamento prestacional de diversos contratos promessa de compra e venda referentes ao processo de regularização do Bº 25 de Abril, em Linda-a-Velha. Em resultado, no ano transato foram outorgadas 53 escrituras.

No que respeita ao número de contratos, celebrados por documento particular e da responsabilidade do Oficial Público, de entre um universo de contratos de empreitadas de obras públicas, prestações/aquisições de bens e serviços, comodatos, arrendamentos e bem assim diversos protocolos firmados entre o Município e diferentes entidades, o número de contratos titulados (302) é muito aproximado do verificado em anos anteriores (295 em 2012 e 353 em 2011).

No que concerne à competência para registo, decorrente das escrituras públicas outorgadas, foram promovidas 49 apresentações a registo predial, as quais foram todas concretizadas com sucesso, para além da promoção de alguns atos de registo comercial. Para efeitos de instrução dos respetivos processos (contratos/escrituras) foram efetuadas diversas pesquisas, requeridas diversas certidões e bem assim submetidas diversas declarações para inscrição ou atualização de prédios na matriz (vulgo Modelo 1 do IMI), quer nas Conservatórias de Registo Predial, quer junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (Serviços de Finanças).

Ainda no âmbito dos respetivos processos de contratos/escrituras, para efeitos de fiscalização prévia e concomitante do Tribunal de Contas, foram instruídos e acompanhados pelo SNP, designadamente no que se refere aos inúmeros e sucessivos pedidos de esclarecimentos daquele órgão, 30 processos, verificando-se aqui um aumento do número de processos fiscalizados por este órgão de soberania, designadamente, em resultado das alterações legislativas preconizadas e bem assim do aumento do âmbito de abrangência de fiscalização do referido Tribunal.

Tendo ainda em conta que o Serviço de Notariado Privativo, possui uma natureza eminentemente jurídica, cabendo-lhe, nesta sede apreciar da legalidade subjacente à titulação dos actos e contratos da sua responsabilidade, quer no âmbito da instrução dos respetivos processos, quer ainda na resposta a cada vez mais frequentes tomadas de posição sobre matérias da sua competência, foram elaboradas diversas informações técnicas, pareceres e memorandos, num total de 66 documentos, e bem assim elaboradas algumas propostas de deliberação.

De referir ainda a participação do SNP em diferentes tarefas específicas, das quais se destaca o processo respeitante aos Centros Geriátricos, designadamente no que se refere ao estudo, preparação e elaboração das respetivas peças contratuais referentes ao Concurso Público Internacional de Concessão de Exploração destes equipamentos., modelo jurídico que entretanto, deu lugar ao estudo e preparação do Arrendamento com publicação de anúncio.

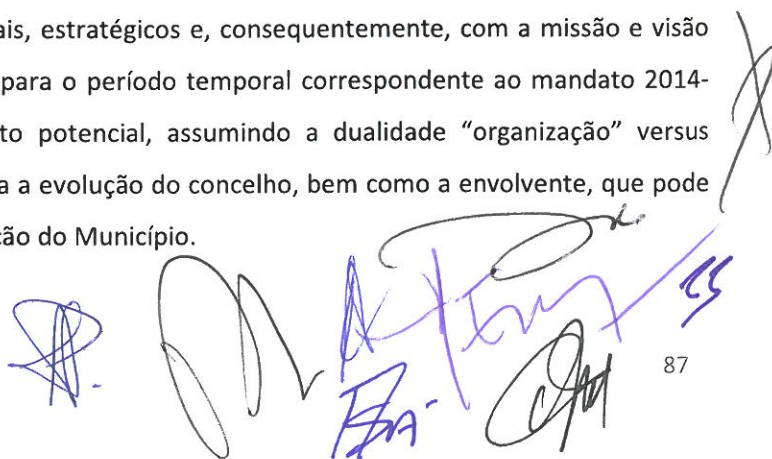
Em cumprimento dos Despachos 9/2011 e 63/2011, no âmbito do estabelecimento das regras de elaboração, instrução e submissão das propostas de deliberação a aprovação do executivo municipal, manteve-se e foi até mesmo aperfeiçoada a articulação entre o SNP, o Departamento de Gestão Organizacional e as restantes unidades orgânicas, no âmbito da apreciação prévia da conformidade legal das propostas de deliberação relativas a contratos/escrituras/protocolos e respetivas minutas destes, relativamente aos quais o SNP é o serviço titular, num total de 53 pareceres.

O fim do exercício das funções de Notário Privativo Municipal, implicou ainda a preparação de todos os procedimentos administrativos e técnicos pelo Serviço de Notariado com vista à formalização dos contratos com fé pública em Notário Privado, na Casa Pronta e por advogados da autarquia a partir de 1 de Janeiro de 2014.

Departamento de Gestão Organizacional

Findo 4 anos de aplicação do **Modelo Integrado de Gestão** (MIG) e demais instrumentos de planeamento estratégico e de gestão do desempenho, tem sido garantido o alinhamento das orientações estratégicas com as GOP e com o SIADAP e estabelecidos mecanismos de controlo da atividade organizacional. No essencial, os serviços têm materializado as orientações estratégicas e operacionais, através da definição de um conjunto de ações/projetos estruturantes, sua calendarização, definição de métricas, de indicadores de desempenho, de recursos financeiros e seus responsáveis/intervenientes.

Após o ato eleitoral em 2013, o exercício do MIG centrou-se na adequação dos instrumentos estratégicos às novas orientações político-estratégicas. Numa primeira fase, procedemos à análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) porque permite realizar o diagnóstico da organização, com a definição de ações devidamente alinhadas com os objetivos operacionais, estratégicos e, conseqüentemente, com a missão e visão da organização. O diagnóstico SWOT foi concebido para o período temporal correspondente ao mandato 2014-2017. Centrou-se nas questões com maior impacto potencial, assumindo a dualidade “organização” versus “concelho”, pois a atuação da organização determina a evolução do concelho, bem como a envolvente, que pode constituir uma ameaça ou oportunidade para a atuação do Município.



O exercício evoluiu com a construção dos Mapas Estratégicos (ME's) e Balanced ScoreCard (BSCs) quer para o estabelecimento da estratégia do Município alinhado com o programa eleitoral, quer para o seu desdobramento para as Direções Municipais e Unidades Orgânicas (UOs) na direta dependência do Executivo. Primeiro foi construído o ME 'corporativo' do Município onde constam as Orientações Estratégicas e os Objetivos Estratégicos da Autarquia para o período 2014-2017, decorrentes do Programa Eleitoral da força vencedora. Para que fosse possível medir e monitorizar os objetivos estratégicos definidos no ME, construiu-se o Balanced Scorecard (BSC) municipal.

No âmbito da iniciativa **Licenciamento Zero (LZ)**, em matéria de simplificação administrativa e de e-governement, continuámos a privilegiar a aplicação do Licenciamento Zero (DL nº48/2011 de 1 de Abril) e da Diretiva de Serviços (DL n.º 92/2010, de 26 de julho), que estabelece a redução dos encargos administrativos sobre o cidadão e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações e outros atos permissivos. O DGO é gestor/interlocutor junto da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), para a implementação da iniciativa Licenciamento Zero e da Diretiva de Serviços. Até 31/12/2013, foram submetidas 146 formalidades no backoffice do Balcão do Empreendedor (BdE), que foram aprovadas e publicadas no frontoffice do BdE, pela Agência para a Modernização Administrativa.

No âmbito do **Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)**, decorreu, no passado mês de outubro de 2013, a Auditoria de Acompanhamento (Auditoria Externa) ao SGQ do Município de Oeiras.

A auditoria foi realizada por uma equipa auditora da APCER – Associação Portuguesa de Certificação, da qual resultou a Manutenção da Certificação do SGQ implementado na Divisão de Desporto, na Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação, no Departamento de Ambiente e Equipamento e no Departamento de Habitação, sendo que na Auditoria não foram registadas Não Conformidades.

De acordo com os Processos identificados no SGQ, foram auditadas as atividades desenvolvidas, os objetivos, indicadores e metas, os requisitos aplicáveis, a monitorização, dados e resultados obtidos, bem como a parte documental.

Como atividades de suporte ao SGQ foram abrangidas pela auditoria a Divisão de Formação e Valorização Profissional, responsável pelo procedimento interno "Formação", e a Divisão de Contratação Pública com o Procedimento "Avaliação de Fornecedores", a par dos Processos "Gestão" e "Medição e Melhoria", coordenados pelo Departamento de Gestão Organizacional/Núcleo de Gestão da Qualidade.

Como pontos fortes do Sistema de Gestão da Qualidade, foram identificados pela Equipa Auditadora os seguintes aspetos:

- O grau de cumprimento do suporte documental apresentado;
- Boas práticas implementadas;
- Os Responsáveis e os Colaboradores contactados revelaram elevado conhecimento técnico, empenho e envolvimento na implementação do SGQ;
- Elevada taxa de satisfação de Clientes/Municípios;
- Aplicações informáticas de controlo de gestão;
- Implementação do Modelo Integrado de Gestão que integra as GOP's, SIADAP, SGQ e BSC;
- Metodologia de avaliação da eficácia da formação, cuja implementação foi consolidada em 2012.

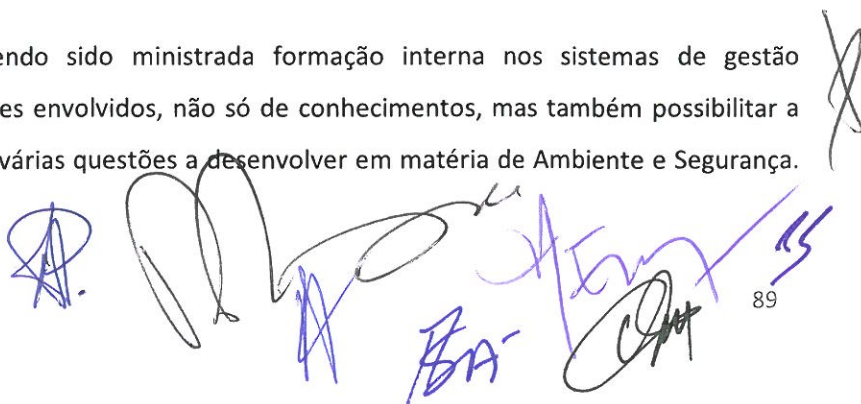
Neste sentido, a Equipa Auditadora recomendou a Manutenção da Certificação Qualidade, tendo em consideração o referencial aplicável (norma NP EN ISO 9001:2008).

Assim, terminada mais uma etapa do Ciclo de Certificação obtém-se o reconhecimento de que o desempenho do SGQ do Município de Oeiras continua a assegurar a melhoria contínua e o cumprimento continuado dos requisitos da norma de referência.

Em 2013, a aposta continuou, também, a recair na implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST), no Departamento de Ambiente e Equipamento (DAE), de acordo com os referenciais normativos NP EN ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007, respetivamente.

Para além da melhoria contínua que se pretende empreender no desenvolvimento organizacional do Município, a implementação do SGA e do SGSST visam dar cumprimento e assegurar a conformidade da Autarquia com o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto - aprova o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Ao mesmo tempo pretende-se habilitar o DAE a obter o reconhecimento da sua capacidade, por meio da Certificação, através da implementação de um Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS), de acordo com as normas NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007.

Este projeto foi principiado em 2012, tendo sido ministrada formação interna nos sistemas de gestão referenciados, visando dotar os colaboradores envolvidos, não só de conhecimentos, mas também possibilitar a sua sensibilização e empenhamento para as várias questões a desenvolver em matéria de Ambiente e Segurança.



89

Finda esta etapa, deu-se início ao projeto propriamente dito de implementação do SIGQAS no DAE. Deste modo, em maio de 2013, decorreu a reunião de apresentação e arranque do projeto, na qual foram definidos aspetos relacionados com a metodologia de trabalho a implementar, planeamento das fases/etapas de trabalho e cronograma.

Em julho de 2013, foi concluída a Fase I – Diagnóstico, com a entrega do Relatório de Diagnóstico direcionado para as áreas do Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, a Fase II – Plano de Ações, com a apresentação do Plano de Ações para o SGA e para o SGSST e iniciada a Fase III – Conceção/Elaboração de Documentação dos Sistemas de Gestão, ainda em curso, de modo a dar cumprimento aos vários requisitos das normas. Em 2014, será dado continuidade ao SIGQAS visando a sua consolidação durante o ano e Certificação em 2015.

Importa também referir que, embora a implementação do SIGQAS tenha a colaboração de uma empresa consultora, a sua coordenação tem estado a cargo do DGO, através do Núcleo de Gestão da Qualidade, e do DAE, a par dos Gestores designados para os Sistemas de Gestão.

No domínio do atendimento genérico, é da responsabilidade do DGO o atendimento genérico presencial, online, o atendimento telefónico geral, a gestão do canal do email Geral, a gestão de reclamações, o atendimento dos Balcões Multisserviços (extensão da Loja do Cidadão), as portarias e receções.

O atendimento presencial nos Paços do Concelho, teve a seguinte evolução nos últimos 7 anos:

Atendimento presencial Paços do Concelho (DGO + SEF + Urbanismo)	Resultados globais						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	61.162	52.581	39.039	29.970	31.916	38.764	27.615

O atendimento em análise, obteve em 2013 um valor total de 57900 atendimentos. A maioria dos atendimentos ocorreu nos Postos de Atendimento Municipal – PAM e Balcões Multisserviços – BMS de Carnaxide e de Linda-a-Velha – 30280 munícipes atendidos.

Atendimentos por canal (2013)

Canal	N.º de Atendimentos	Percentagem
DGO/PAM e BMS	30.280	52,20%
DGO/Atendimento Genérico	13.534	23,30%
DPGU/DAAA	9.640	16,80%
DMPGFP/SEF	4.441	7,70%
Total	57.895	

O canal de atendimento mais utilizado foram os PAM's e BM's (Carnaxide e Linda-a-Velha), com 52,2% dos atendimentos, seguido do atendimento genérico nos Paços do Concelho, com 23,3%.

Os PAM's e BM's de Carnaxide e de Linda-a-Velha, nos últimos anos registaram a seguinte evolução no atendimento:

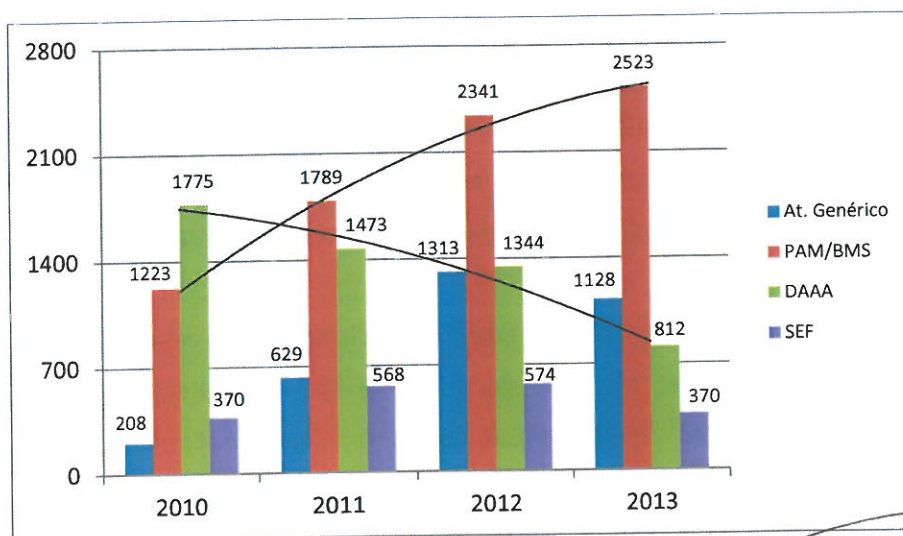
Atendimento presencial Postos de Atendimento e Balcão Multisserviços de Carnaxide e Linda-a-Velha	Resultados globais						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	9.205	14.670	14.543	18.714	21.469	28.087	30.280

Como é possível constatar, o número de atendimentos nos PAM's + BMS superou o número de atendimentos nos Paços do Concelho.

De 2009 para 2010 o aumento no número de munícipes/cidadãos atendidos deveu-se ao facto de no ano de 2010 os Postos começarem a efetuar cobranças, logo este fator levou a que fossem descentralizados alguns serviços que implicassem cobrança, como foi o caso das atividades seniores (com o pagamento dos seguros e das inscrições). Por outro lado, de 2011 para 2012 o grande aumento deveu-se ao facto da conversão dos PAC em BMS e ao aumento do número de serviços disponíveis.

O número de atendimentos em 2013 divide-se entre 7.429 atendimentos nos PAM e 22.851 nos BMS (75%), sendo este serviço o grande responsável pelo aumento no número de atendimentos. A proporção de atendimentos nos PAM tem vindo tornar-se residual.

No gráfico seguinte é nítida a evolução positiva sustentada no atendimento dos PAM's e BM's e o contraste com a evolução negativa sustentada no atendimento das restantes áreas.



Evolução do atendimento (2010-2013) – médias mensais

O Atendimento municipal nos Paços do Concelho, como vimos, encontra-se dividido por sectores/áreas funcionais: Atendimento do Urbanismo (DAAA), Execuções Fiscais (SEF) e Atendimento Genérico.

Verifica-se que a afluência ao atendimento genérico mais do que quintuplicou em quatro anos (verificou-se uma pequena quebra em 2013), o atendimento do urbanismo sofreu uma quebra superior a 50% e ao atendimento das Execuções Fiscais apresenta valores iguais a 2010, depois de se ter verificado um aumento apreciável em 2011 e 2012. Todos os canais sofreram uma quebra em 2013.

Taxa de evolução dos atendimentos (2010-2013)

Anos	At. Genérico	DAAA	SEF
2010-2011	+202%	-21%	+54%
2011-2012	+109%	-10%	+1%
2012-2013	-16%	-65%	-55%
Δ (2010-13)	+442%	-54%	-

Em maio de 2013, entrou em funcionamento o **Portal dos Serviços Online**. Através deste canal o munícipe pode aceder, em qualquer local e momento a uma série de serviços relativos à atividade municipal e submetê-los via eletrónica. Foram desenvolvidos cerca de 180 formalidades em estreita articulação com o DTSI/DSI e o DPGU/DAAA.

Já o **Atendimento Telefónico Geral** teve um acréscimo de 85% no ano de 2013 relativamente ao ano transato, registando-se 118.025 chamadas telefónicas rececionadas e atendidas com sucesso. Assegurou-se, igualmente, o registo e envio ao DAE de 3.255 fichas de intervenção, menos 787 que no ano de 2012.

No ano de 2013, de todos os email's que deram entrada na caixa de correio do endereço eletrónico Geral, só foram contabilizados os email's que não foram considerados spam ou duplicações, o.s., aos remetentes destes email's foram enviadas respostas diretas, respostas a acusar a receção, a informar sobre o reencaminhamento ou de tomada de conhecimento, num total de 15.456, menos 1.769 que no ano transato (17.225).

Quanto às **Reclamações**, em 2013 foram rececionadas 1049 reclamações. Os canais disponibilizados para reclamar foram os Livros de Reclamações; o E-mail geral do Município, O Requerimento Geral, o Formulário Sugestão/Opinião, o Atendimento Telefónico Call Center Ambiente; o Formulário On-line de Sugestões e Reclamações; a Rede Social Facebook; o Expediente geral – Correio; o SMS/MMS, o Portal A Minha Rua que a partir de 8 de Maio foi substituído pelo Portal O Meu Bairro. Os canais privilegiados para reportar as reclamações

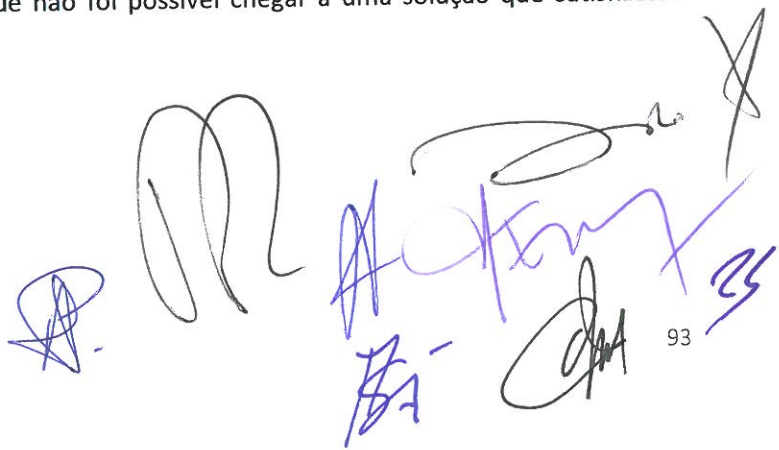
foram O Meu Bairro, o Email Geral e o Call Center Ambiente. As áreas com um maior número de reclamações estão no âmbito da DMOA. Em 2013, garantimos a resposta de 52.2% das reclamações da exclusiva responsabilidade do Município, no prazo máximo de 15 dias. Analisando com mais pormenor, as UO com um maior número de reclamações são a DMOA e o DPMPC, é possível verificar que especificamente, na DMOA, 75% do total das reclamações encontram-se arquivadas.

À semelhança dos anos anteriores o DGO-NAG não dispõe de uma ferramenta dedicada e eficaz para a gestão das reclamações. Assim, o registo e controlo das reclamações continuam a ser efetuados através de uma tabela que permite - quase de forma automática- obter a percentagem de reclamações que cumpriam o requisito legal de dias de resposta. E foi através desta ferramenta que mensalmente foi apurada para o Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) – Ferramenta de monitorização do desempenho organizacional, a percentagem de reclamações respondidas dentro prazo de 15 dias.

Em matéria de **gestão de conteúdos e comunicação**, o DGO em colaboração com o GC e a DSI, procedeu a uma reestruturação/redefinição do portal Intranet continuando a garantir a gestão do mesmo (até ao final do ano de 2013) e continuou a colaborar com o GC na publicitação/divulgação de conteúdos na Internet. Durante o ano de 2013, o DGO foi também o responsável pela elaboração e cumprimento do Plano de Comunicação Externa da DMADO, tendo divulgado 5 artigos das unidades orgânicas que integram esta Direção Municipal. Tem, ainda, assegurado em articulação com a DRH e o GC, a conceção, produção e redação do Páginas de Encontro.

Em colaboração com a DPO, o GDM, o GC, o GMA e o DASSJ procedeu à elaboração do segundo processo do Orçamento Participativo para o biénio 2014/2015.

Vocacionado para informar sobre os direitos e deveres dos consumidores e para apoiar na mediação de conflitos de consumo, o **Serviço Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor** (SMIAC) prosseguiu a sua atividade de atendimento aos nossos munícipes, quer presencialmente, quer por telefone ou pelo correio eletrónico. Das mais de três centenas de pedidos de informação e de casos apresentados a este Serviço Municipal, durante o ano de 2013, cerca de 70 deram origem a processos de reclamação que contaram com a mediação do SMIAC, tendo sido encaminhados para outras instituições aqueles a que não foi possível chegar a uma solução que satisfizesse o consumidor.



93

Além disso, o SMIAC promoveu e organizou ações de formação e de informação do consumidor, destinadas a alunos do ensino secundário, a munícipes acompanhados por instituições de caráter social, aos próprios Técnicos de Ação Social da nossa Autarquia e ao público em geral, contando, para isso, com a colaboração do GOEC – Gabinete de Orientação para o Endividamento dos Consumidores, do Crédito Responsável e da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.

Assim, em 2013, realizaram-se duas sessões intituladas «Educação Financeira – dez dedos de conversa», para alunos da Escola Secundária Luís de Freitas Branco, em Paço de Arcos; duas sobre «Gestão do Orçamento Familiar», uma no Centro Comunitário do Alto da Loba, em Paço de Arcos, e outra na Residência Madre Maria Clara, na Portela de Carnaxide; um workshop designado «Economia Doméstica», no Centro Social Paroquial de Barcarena; uma sessão relativa às «Finanças Pessoais e Familiares», no Centro de Apoio Social de Oeiras do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, em Oeiras; duas sessões de esclarecimento sobre «As Novas Regras do Arrendamento Urbano», uma em Oeiras e outra em Algés, e uma sessão subordinada ao tema «Questões Financeiras e Atendimento», realizada em Oeiras e destinada aos Técnicos de Ação Social da Câmara Municipal de Oeiras.

No âmbito do protocolo que o DGO celebrou com o GOEC – Gabinete de Orientação para o Endividamento dos Consumidores, além de algumas destas sessões de formação e informação aos consumidores, o SMIAC proporciona o atendimento pessoal dos munícipes que enfrentem dificuldades financeiras e que careçam de apoio especializado e confidencial para procurar resolver casos de endividamento, ou mesmo de sobreendividamento, muitas vezes relacionados com crédito(s) ao consumo contraído(s).

Quer através das ações de formação e de informação destinadas aos consumidores, quer através do atendimento personalizado e confidencial nos casos de endividamento e de sobreendividamento, o SMIAC tem desenvolvido uma colaboração cada vez mais próxima e estreita, quer com as instituições de caráter social, quer com as Juntas de Freguesia do nosso Município.

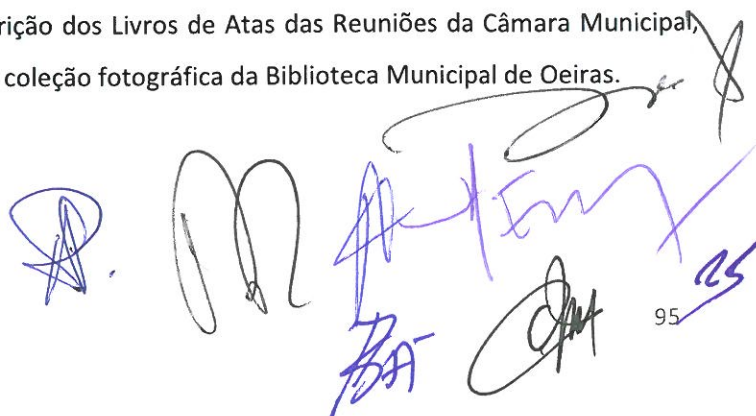
Destinadas especialmente aos funcionários do nosso Município, o SMIAC divulgou, ao longo do ano, diversas informações, recomendações e guias através da intranet.”

O **Serviço de Arquivo Municipal - SAM**, no ano de 2013, continuou a sua participação no projeto de elaboração de um **Plano de Classificação** para a Informação Arquivística da Administração Local, tendo sido estabilizada e concluída, no final do ano transato, a versão do Plano de Classificação que servirá de base à segunda fase do

projeto, a produção de uma portaria de gestão de documentos. É objetivo deste constituir-se como um instrumento de classificação dos documentos e informação produzidos ou recebidos pela organização, agilizar a sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência e acesso, para além de ser uma base fundamental para o desenvolvimento de uma Portaria de Avaliação Documental e de um Plano de Preservação Digital. Este projeto está a decorrer com o apoio da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e da Biblioteca (DGLAB) e conta com a colaboração dos Municípios de Alenquer, Amadora, Beja, Cascais, Lisboa, Lourinhã, Santarém, Sintra e Torres Vedras (membros permanentes) e de mais 64 municípios do país como membros observadores.

Foi consolidada a implementação do **Sistema de Gestão Documental (SGD)**, numa lógica de processos, nos serviços da DMADO e do DAE, com a produção de materiais de apoio específico de acordo com as especificidades dos serviços e com o reforço de conhecimentos através da realização de ações de formação e de acompanhamento on job. Foi ainda fornecido apoio à implementação da produção de ofícios através do SGD nos vários serviços do Município, na sequência da descontinuação da utilização da aplicação Kavis, antes utilizada para o registo da correspondência expedida. Em colaboração com a DSI, após a realização de exaustiva de testes que levaram à identificação dos principais problemas e constrangimentos decorrentes da utilização das aplicações MyNet e SGD, foi elaborada uma lista de requisitos (funcionais e técnicos) tidos como essenciais para que o desempenho dessas aplicações fosse melhorado. Este trabalho constituiu um importante ponto de partida para elaboração de um caderno de especificações para uma solução de Gestão Documental e BPM, com base em normas e orientações nacionais e internacionais, que foi concluído e apresentado no mês de março. O Município continuou a participar, através do SAM, num grupo de trabalho denominado Gestão Documental da Rede TIC, da Agência para a Modernização Administrativa, tendo em vista a elaboração de uma Resolução do Conselho de Ministros que oriente a implementação de sistemas de gestão documental.

No que respeita o **Arquivo Histórico**, o ano de 2013 ficou marcado pela incorporação, no Serviço de Arquivo Municipal, e início da descrição do espólio do Conde de Arrochela e Castelo de Paiva proveniente do Palácio dos Arcos. Prosseguiu-se também com o tratamento e divulgação da documentação histórica e das coleções fotográficas, assim como das coleções de material promocional do município e de ofertas à Presidência, através do **Arquivo Online** e da **Pesquisa Integrada de Conteúdos**. A série Reunião dos Órgãos Executivos foi alvo de especial atenção, com o início do tratamento e descrição dos Livros de Atas das Reuniões da Câmara Municipal, bem como dos Livros de Registo de Testamentos e da coleção fotográfica da Biblioteca Municipal de Oeiras.



95

Ainda em 2013, deu-se início a um conjunto de iniciativas com que se pretende divulgar o património à guarda do SAM, quer através da publicação de artigos nos canais de comunicação, internos e externos, do Município, quer através da criação de um ciclo de exposições, tendo a primeira decorrido nas instalações do Arquivo Municipal, durante o mês de dezembro.

Em colaboração com o Município de Cascais, a Parceria António Maria Pereira e a DPHM deu-se por concluída a compaginação do material fotográfico, revisão dos textos e concluiu-se o processo de aquisição e a publicação da obra **“Memórias da Linha de Cascais”**, tendo a apresentação pública da obra sido feita no dia dos dois Municípios, 7 de junho, na adegas e jardins do Palácio do Marquês de Pombal.

O ano de 2013 ficou ainda marcado pela conclusão da atualização do cadastro urbano do concelho no âmbito da Avaliação Geral de Prédios Urbanos (imposta pela aplicação dos artºs 5 e 6 da Lei n.º 6-A/2011) com vista à atualização do imposto municipal sobre imóveis. A colaboração do SAM consistiu na **digitalização dos processos de obra** para dar resposta aos pedidos de avaliação formulados pelas Finanças.

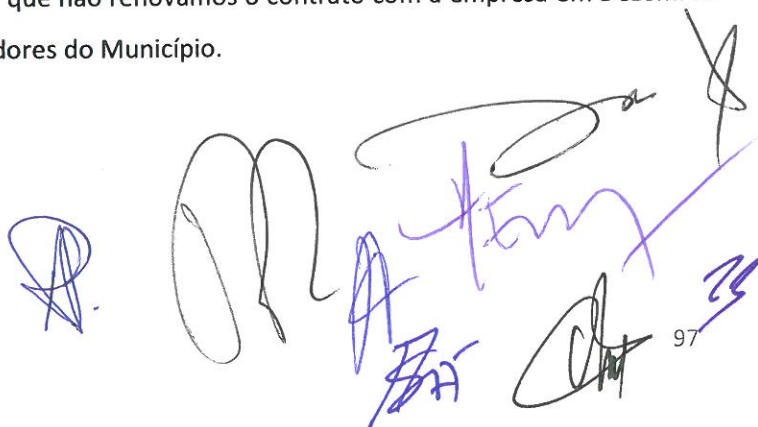
Prosseguimos com digitalização da série “Processos de Obra Particular” - projeto estruturante iniciado em Maio de 2008, que visa transferir para suporte digital a série mais movimentada e volumosa do Arquivo. Até dezembro de 2013, foram digitalizados, descritos e indexados 8412 processos de obra; só no ano transato foram digitalizados 914 processos de obra, num total de 314.374 documentos, possibilitando a resposta imediata a mais de 30% dos pedidos dirigidos ao Arquivo. Procedeu-se ainda ao tratamento (que consistiu no expurgo de duplicados e na remoção de todos os elementos metálicos como agrafes e ferragens), à descrição, indexação de dados, digitalização e controlo de qualidade de 2309 processos de obra, compostos por 88.355 documentos e ainda ao tratamento e digitalização de cerca de 300 volumes de processos para envio a Tribunal.

Durante o último semestre do ano de 2013 foi disponibilizado no Portal Institucional a plataforma de Serviços Online que permite a qualquer cidadão em qualquer altura e em qualquer lugar, aceder à atividade municipal e submeter os pedidos via eletrónica. O Arquivo em articulação com os Serviços de Urbanismo passaram a disponibilizar informação dos processos de licenciamento através de um link, tendo sido já dada satisfação a 52 pedidos, num total de 73 processos compostos por 183 volumes, num prazo máximo de 72 horas. Alguns dos processos requeridos, encontrando-se já digitalizados aquando da formulação do pedido, foram disponibilizados de imediato resultando desta ação uma otimização de recursos materiais e humanos na não disponibilização do processo físico.

No âmbito da **avaliação e seleção documental** foi dada continuidade à análise e avaliação dos documentos cujos prazos de conservação haviam terminado. Esta tarefa de avaliação e eliminação de documentos afigura-se para nós essencial para uma gestão racional do espaço em depósito, sem a qual não seria possível garantir as incorporações de documentação por parte dos serviços, devido às taxas de crescimento criadas. Foram avaliados e eliminados mais de 200 metros lineares de documentos relativos a diversas unidades orgânicas como a Gestão Financeira, Tesouraria, Recursos Humanos, Formação e Valorização Profissional, Contratação Pública, Serviços Gerais, Polícia Municipal, Contra Ordenações, Execuções Fiscais, Obras e Edificações Municipais, Gabinete da Presidência, Desporto, Gabinete de Eleições, Cultura e Turismo, Ação Social, foi feito o expurgo dos duplicados e triplicados dos requerimentos não licenciados existentes nos processos de obra de particulares. Este trabalho permitiu receber, tratar, organizar e acondicionar documentação proveniente de várias unidades orgânicas, reunindo assim condições para ser disponibilizada quando requisitada internamente.

Na área do **Expediente e Licenciamentos Diversos**, durante o ano de 2013, geramos uma receita na ordem €2.500.000,00, referentes a licenciamentos diversos, rendas de casa, mercados, resíduos sólidos e outros. O Expediente durante o ano de 2013 consolidou a utilização do Sistema de Gestão Documental – SGD, mediante o registo das entradas e saídas, tendo sido contabilizados cerca de 50.464 registos de entrada e 34.457 ofícios de saída. Foram, ainda, numerados 430 editais e emitidas cerca de 4.100 licenças. O Expediente e Licenciamentos Diversos prosseguiu com o processo de notificação a todos os titulares de licença, com vários anos de taxas em atraso e emitiu 867 certidões de dívida.

Nos **Serviços Gerais**, em 2013, reduzimos os custos de atividade em 34,65%. Esta redução deveu-se à renegociação dos preços contratuais na área da Reprografia e a aplicação de regras mais restritivas quanto à reprodução de cópias, gerando uma poupança na ordem dos 24,34%; à otimização na prestação do serviço de vigilância com a redução do número de horas contratualizadas nalgumas instalações (Quinta Real de Caxias, Fábrica da Pólvora, Núcleo de Juventude e Jardim Municipal) e retiramos a vigilância em algumas instalações, designadamente no Palácio Ribamar e Departamento de Habitação, permitindo uma diminuição de 19,04% na despesa; à redução da despesa, em cerca de 10,22%, nos serviços de restauração e bebidas, resultante de uma seleção criteriosa dos pedidos para o serviço de beberetes; à redução da despesa na área da limpeza em 85%, comparativamente ao ano anterior, tendo em conta que não renovamos o contrato com a empresa em Dezembro de 2012, sendo a mesma assegurada pelos trabalhadores do Município.



Na área do **Apoio aos Órgãos Municipais**, durante o ano de 2013, foram elaboradas 58 atas das reuniões da CM e da AM, estando acessíveis na Internet e Intranet. Foram, ainda, elaboradas 8 atas dos diferentes Conselhos/Comissões Municipais pelo apoio à AM.

Relativamente à atividade de análise administrativa e jurídica das PD - Propostas de Deliberação, foram elaborados 168 memorandos técnicos e prestadas informações a cerca de 683 pedidos de análise prévia num universo de 1045 PD aprovadas pela câmara municipal, sendo que os assuntos maioritariamente tratados nos memorandos técnicos dizem respeito à contratação pública, a atribuição de subsídios, ao setor empresarial local, à tributação autárquica, à reabilitação urbana, ao regime jurídico-laboral, à habitação social, à regulamentação municipal, ao urbanismo, entre outros.

A taxa de execução do Plano de Desenvolvimento Estratégico – PDE do DGO, foi de 72,7%. Foram superados oito objetivos: “Avaliação da satisfação dos munícipes com o serviço de atendimento ao público nos Postos de Atendimento (PAC's e PAM's) e no Expediente e Licenciamentos Diversos”; “Disponibilização de serviços no Portal dos Serviços Online, Redução dos encargos administrativos sobre o cidadão e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações, e outros atos permissivos - Licenciamento Zero (DL nº 48/2011, de 1 de Abril); Disponibilização de serviços no Balcão do Empreendedor (BdE)”; “Otimização da contratação das atividades operacionais”; “Resposta/resolução de reclamações, legítimas e da exclusiva atribuição do Município”; “SGQ - Coordenar o projeto do SGQ com vista à manutenção da certificação em articulação com as unidades orgânicas envolvidas”; “SGQ - Coordenar e acompanhar a implementação no DAE do Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (OHSAS 18001) e Integração de Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança”; “Monitorizar o Acordo de Nível de Serviço (OLA) estabelecido com o DTSI/DIAS”. Não foram cumpridos três objetivos: “Avaliação da satisfação dos clientes internos”, pois o questionário aos dirigentes e coordenadores formais das várias unidades orgânicas, o DGO obteve um grau de satisfação de 68%, abaixo da meta de 80%; “Divulgação de conteúdos relativos aos projetos estruturantes da DMADO (Comunicação externa) em articulação com o Gabinete de Comunicação”; “Elaborar e aplicar o Manual de Gestão Documental (Plano de Classificação Documental; Regulamento Municipal do Arquivo; Regras de classificação, controlo e circulação de documentos) ”.

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano - GOP, ao nível dos compromissos, foi de 89%, essencialmente nas áreas dos serviços operacionais da limpeza, vigilância e reprografia, bem como a aquisição de consumíveis.

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

Gabinete de Saúde Segurança e Promoção Social (GSSPS)

O Gabinete de Saúde Segurança e Promoção Social (GSSPS) está inserido no Departamento de Gestão de Recursos Humanos.

As ações desenvolvidas para assegurar a nossa Missão, são divididas e monitorizadas em dois grandes Programas - O Prevenir Mais o Acolher Mais.

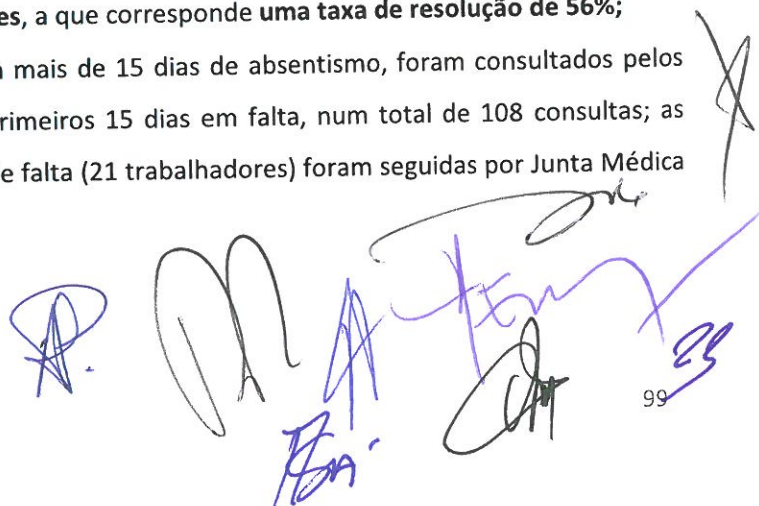
O **Programa Prevenir Mais**, tem por objetivo primordial, a prevenção do risco e do acidente, bem como, da doença do trabalhador. Neste programa englobamos toda a atividade conjunta do GSSPS com a Comissão de Higiene e Segurança, o Plano Anual de Medicina do Trabalho e a monitorização/acompanhamento, de todas as situações de acidente de trabalho.

O **Programa Acolher Mais**, procura pelo conjunto de ações, o incremento da Responsabilidade Social do Município para com o seu trabalhador e seu núcleo familiar.

Neste programa está incluída toda a atividade inerente à consulta de Medicina Geral e Familiar dirigida ao trabalhador no ativo, aposentados e familiares.

Salientamos, os resultados obtidos nas seguintes ações:

- No **Plano Anual de Medicina do Trabalho** estava previsto, serem consultados 1.100 trabalhadores. Foram consultados 1.130, o que significa que a taxa de cumprimento do plano foi de 100%, tendo o mesmo sido superado em 30 consultas;
- Todos os **190 acidentes de trabalho**, que ocorreram entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2013, foram monitorizados e acompanhados pela equipa médica e de enfermagem do GSSPS, tendo transitado para 2014, 51 episódios ativos dos quais só 24 permanecem em ITA (Incapacidade Temporária Absoluta);
- No âmbito da **Higiene e Segurança**, foram realizadas 29 visitas a diversos locais de trabalho (mais 7 do que em 2012). No início de 2013, estavam registadas **161 não conformidades**, detetadas no decorrer de visitas a diversos locais de trabalho, sendo que a meta prevista era a de resolver 30% (a que corresponde a resolução de 48 não conformidades). Foram resolvidas **27 não conformidades**, a que corresponde **uma taxa de resolução de 56%**;
- Todos os trabalhadores em situação de doença, com mais de 15 dias de absentismo, foram consultados pelos Médicos do GSSPS, em média ao 2º dia depois dos primeiros 15 dias em falta, num total de 108 consultas; as situações de doença prolongada com mais de 60 dias de falta (21 trabalhadores) foram seguidas por Junta Médica da ADSE, no próprio Município;



- Foram efetuadas **2.966 consultas** de Clínica Geral e Familiar, solicitadas pelo trabalhador no ativo, Aposentados e seus familiares;
- Foram **vacinados contra a Gripe, 261** trabalhadores;
- No que diz respeito ao **Apoio Psicológico**, foram efetuados **1.337 atendimentos**, mais 305 em relação a 2012, distribuídos pelos **142** processos ativos;
- O **Complemento de Medicação**, atribuído a trabalhadores com comprovada carência económica, foi atribuído a 23 famílias. Esta ação é partilhada com o DRH- Núcleo de Promoção Social.

Em 2013, todas as ações dos programas foram monitorizadas mensalmente, tendo sido obtida uma taxa de realização de 89% (8% acima da meta definida no PDE).

No que respeita à taxa de execução das Grandes Opções do Plano, atendendo ao compromisso, a mesma foi de 99%, representando 196.484,85 €, referentes a despesas inerentes ao custo de atividade do GSSPS.

Em 2013, não foi conseguida a redução em 5% dos dias perdidos por acidente de trabalho, em relação a 2012. Este facto está diretamente relacionado com o aumento do número de acidentes de trabalho registados. Em 2012 foram registados 153 e em 2013, 190 A.T. O número dias perdidos é também resultado da crescente falta de resposta do Serviço Nacional de Saúde no tratamento e recuperação dos acidentados.

Relativamente à satisfação dos trabalhadores, foi aplicado um inquérito de satisfação dos mesmos, para com os serviços prestados. O resultado obtido, reflete uma taxa de satisfação de 86%.

Divisão de Recursos Humanos

Na senda dos constrangimentos socioeconómicos que vivenciamos e respetivas repercussões na Administração Pública, designadamente no que concerne ao recrutamento de novos trabalhadores, à redução da despesa com pessoal, à aplicação de reduções remuneratórias, à proibição de valorizações remuneratórias, ao congelamento das progressões na carreira e ao aumento das contribuições fiscais para os trabalhadores, a Divisão de Recursos Humanos focou-se, ao longo dos últimos anos e também no ano de 2013, na implementação de medidas de gestão integrada, conjunta e partilhada de recursos humanos.

Assim, no decurso do ano de 2013, dedicámo-nos à melhoria da eficiência dos processos, procurando assegurar a satisfação dos clientes internos, procurámos contribuir para a melhoria da performance das unidades orgânicas, reforçando a motivação dos colaboradores e desenvolvemos iniciativas no âmbito da responsabilidade social do Município.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, em 2013, foram **implementadas as reengenharias** propostas em 2012, que previam a otimização de alguns processos técnico administrativos de recursos humanos, relacionados com a atividade de processamento de salários, designadamente, as participações para a ADSE, contribuições fiscais e regimes de proteção social, doença e gratificados.

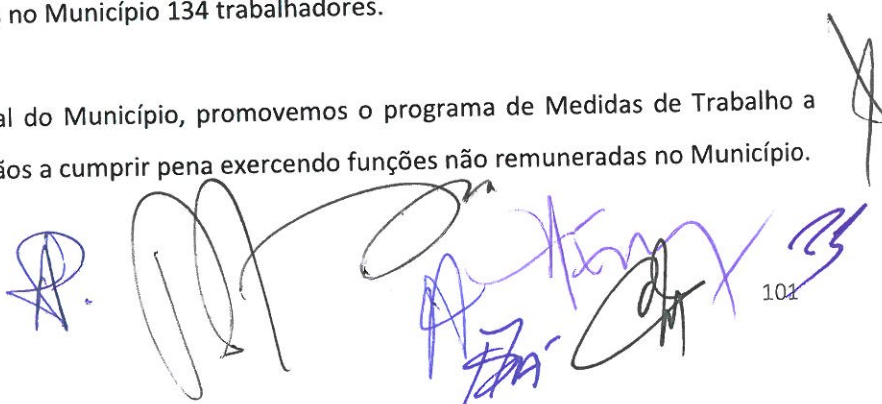
Foram também efetuados avanços ao nível do **desenvolvimento da aplicação SAD** – Sistema de Avaliação de Desempenho, especificamente no que respeita à implementação do SIADAP 1 através do ERP, assegurando a correta interligação entre os 3 níveis de SIADAP, necessitando ainda de desenvolvimentos para garantir o respeito pelos princípios do Modelo Integrado de Gestão.

No âmbito do apoio à **integração social e profissional dos colaboradores**, a Divisão de Recursos Humanos, através do seu Núcleo de Promoção Social, desenvolveu um conjunto de medidas de integração e inclusão socioprofissional, visando promover o bem-estar dos trabalhadores do município, em situação de vulnerabilidade e precarização social. Foi dada uma especial relevância, no ano 2013, ao acompanhamento social dos trabalhadores, que se encontram mais expostos a situações de exclusão e de risco social, tendo sido abertos 35 processos de atendimento social. O apoio social prestado aos trabalhadores foi, em alguns casos extremos consolidado através do Fundo de Emergência Social (FES) com um apoio financeiro pontual a 12 colaboradores em condições de carência económica e social.

Valorizamos cada vez mais a **mobilidade interna** como instrumento de gestão de recursos humanos, considerando-o com elevado potencial para a otimização humanos, para a integração profissional e consequente aumento da motivação e produtividade, com a necessária adequação dos perfis e competências às exigências dos postos de trabalho. Foram conduzidos, no ano de 2013, 33 processos de mobilidade interna, tendo-se constatado um grau de satisfação na ordem dos 93,23%.

O Município nunca descarta o seu papel de **responsabilidade social**, na vertente da promoção da empregabilidade, apostando na implementação de programas de integração, combatendo desta forma, a exclusão social. Assim, a Divisão de Recursos Humanos, formalizou candidaturas aos Programas de Emprego Inserção e Emprego Inserção +, visando a integração ao serviço do Município de cidadãos que se encontram em situações de desemprego. Foram ao abrigo deste programa integrados no Município 134 trabalhadores.

Ainda no âmbito da responsabilidade social do Município, promovemos o programa de Medidas de Trabalho a Favor da Comunidade, integrando 41 cidadãos a cumprir pena exercendo funções não remuneradas no Município.



Em parceria com a Casa Pia de Lisboa, Centro de Educação e Desenvolvimento (CED) de Pina Manique foi desenvolvido o Projeto “Educar para o Voluntariado” – destinado a educandos que se encontram a cumprir medidas disciplinares de suspensão das atividades letivas, visando uma melhor integração dos mesmos na sociedade civil e escolar. Trata-se de um recente protocolo tendo sido ao abrigo do mesmo abrangidos três jovens.

Fundamental para o apoio à tomada de decisão em matérias de recursos humanos, foi elaborado o **Relatório Anual de Recursos Humanos**, que coligiu num só documento vários indicadores, permitindo um maior conhecimento da nossa realidade ao nível da caracterização dos efetivos, nomeadamente, formação profissional, segurança, saúde e higiene no trabalho, absentismo, despesas com pessoal, entre outros.

Por último, importa ainda referir que em 2013 os objetivos operacionais previstos no Plano de Desenvolvimento Estratégico obtiveram, na sua maioria, concretização acima do esperado. A taxa de execução das Grandes Opções do Plano, ao nível dos compromissos, situou-se nos 91,74 %, respeitando concretamente a despesa com consultoria jurídica, atribuição de subsídios sociais e educacionais, programas de empregabilidade em parceria com o IEFP.

De salientar que atenta a exigência atual na melhoria da eficiência e da eficácia na análise, acompanhamento e controlo da execução do orçamento de pessoal, a Divisão de Recursos Humanos conseguiu atingir uma taxa de execução de 99%, no valor de 33.517.364,17 €, o que comprova o rigor e o esforço depositado na gestão das despesas correntes com o pessoal.

Divisão de Formação e Valorização Profissional

A Divisão de Formação e Valorização Profissional, em 2013, deu continuidade aos projetos no âmbito da melhoria da eficácia dos processos de gestão de recursos humanos, bem como em matéria de valorização profissional dos trabalhadores da Autarquia.

No que respeita à melhoria dos processos de gestão de recursos humanos, foi iniciado em 2011 o projeto **Modelo de Gestão por Competências**, com o levantamento de competências por função organizacional, que resultou na publicação do Catálogo de Competências do Município de Oeiras, constituído por 13 meta-funções e 78 funções organizacionais. Em 2013, foram promovidas medidas para implementação do Modelo de Gestão por Competências, com vista ao alinhamento dos processos de GRH (Recrutamento e Seleção, Gestão de Carreiras, Desenvolvimento de Competências, Formação Profissional e Avaliação de Desempenho) com os objetivos estratégicos da Autarquia. Estas medidas contemplam, em parceria com a DSI, o desenvolvimento de uma

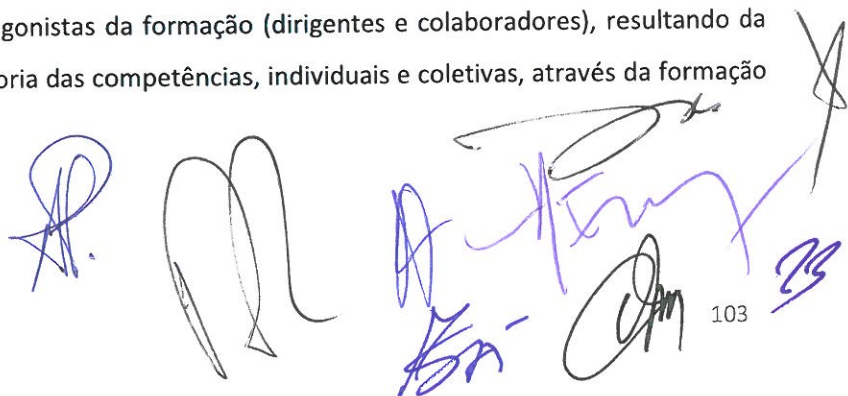
plataforma de Diagnóstico de Necessidades de Formação e a adaptação da Plataforma Sistema Gestão da Avaliação (SAD), integrando a informação do Catálogo de Competências.

Em matéria de valorização profissional dos trabalhadores, foram elaborados **Planos de Desenvolvimento Profissional**, concebidos para os trabalhadores que obtiveram a menção qualitativa de inadequado em sede de SIADAP 3.

A formação profissional é a via indicada pelo diploma legal, para o desenvolvimento de competências do trabalhador, no entanto, o desempenho do trabalhador é influenciado por múltiplas circunstâncias, pelo que entendemos que, para além da formação profissional, outras alternativas poderiam ser equacionadas, tais como a mobilidade interna ou o a aplicação de planos de mentoring ou tutoria, enquanto processos de intervenção pedagógica. Assim, a DFVP efetua o acompanhamento do trabalhador durante todas as fases do ciclo anual do plano de desenvolvimento profissional, traçando o plano em conjunto com o avaliador e o avaliado, facilitando e monitorizando o compromisso acordado entre todos no referido planeamento. Definidos casuisticamente, os PDP têm possibilitado um efetivo desenvolvimento de competências e um maior ajustamento ao posto de trabalho, tendencialmente resultando em apreciações favoráveis a nível das avaliações de desempenho.

No domínio da integração socioprofissional, no ano de 2013 deu-se continuidade ao **Plano de Estágios** do Município, que, à semelhança dos anos anteriores, englobou o programa de Estágios Curriculares, dirigidos a estudantes de cursos que integram no seu plano curricular um estágio obrigatório em contexto de trabalho. No decurso do ano de 2013, foram acolhidos 69 estagiários curriculares (35 do ensino superior, 31 do ensino secundário e 2 de ensino básico). Para além destes, também foram desenvolvidos 14 estágios para ingresso nas ordens profissionais de Arquitetura, Psicologia e Engenharia com uma duração que variou entre os 9 e os 12 meses.

A **Formação Profissional**, uma das atividades nucleares da DFVP, constitui um dos instrumentos mais relevantes de melhoria dos níveis de qualificação dos trabalhadores. O planeamento da formação baseia-se na antecipação de necessidades formativas, em articulação com o Plano de Desenvolvimento Estratégico, sendo sustentado por um diagnóstico que é concretizado pelos protagonistas da formação (dirigentes e colaboradores), resultando da negociação entre estes, no que respeita à melhoria das competências, individuais e coletivas, através da formação profissional.



Em termos globais, e não obstante os cortes financeiros ocorridos no 1º semestre, a Formação Profissional desenvolvida alcançou valores bastante significativos, tendo sido frequentadas 15.891 horas de formação por um total de 1022 formandos em 139 ações de formação. Verifica-se ainda que a distribuição das participações (número de formandos) abrangeu todos os grupos profissionais, destacando-se a predominância das seguintes áreas de formação: Gestão e Administração, Qualidade, Direito, Informática / Novas Tecnologias e Protecção do Ambiente. De modo a assegurar a formação profissional dos colaboradores do Município, independentemente das restrições orçamentais, foi procurada alternativa junto de centros de formação certificados, para a realização de ações de Formação Modular Certificada financiadas, tendo sido efetuado um grande investimento nesta modalidade de formação, que não acarretou custos diretos para o Município, representando 33,5 % do plano de formação interna.

Através da aplicação do **Modelo de Avaliação da Eficácia da Formação**, foi possível verificar que, de forma transversal, existiu uma elevada satisfação dos participantes em relação aos diferentes aspetos dos cursos, constatando-se também uma elevada eficácia da formação, em termos da adequação às necessidades dos formandos e de aplicabilidade e melhoria do desempenho no posto de trabalho.

Finalmente, e em termos genéricos, os 10 objetivos previstos no **Plano de Desenvolvimento Estratégico**, da responsabilidade da DFVP, resultaram, na sua maioria, numa concretização acima do esperado. Atendendo ao impacto das restritivas orientações financeiras, no que respeita à taxa de execução das Grandes Opções do Plano, atendendo ao compromisso, a mesma foi da ordem dos 69%, representando 78.925,40 Euros referentes a despesas efetuadas com as rubricas da formação profissional.

Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação

O Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI), no âmbito das suas competências durante o ano de 2013, através da Divisão de Sistemas de Informação (DSI) e da Divisão de Infraestruturas e Administração de Sistemas (DIAS), apesar do período marcado por dificuldades, que resultam do atual contexto de profunda crise económica, promoveu e deu continuidade a um conjunto de projetos estruturantes e inovadores, evidenciados na estratégia de modernização administrativa.

Divisão de Sistemas de Informação

No âmbito do **Projeto ERP (Enterprise Resource Planning)**, durante este período, foi dado especial apoio à área financeira nos processos operacionais suportados por este sistema, acrescido da implementação de melhorias

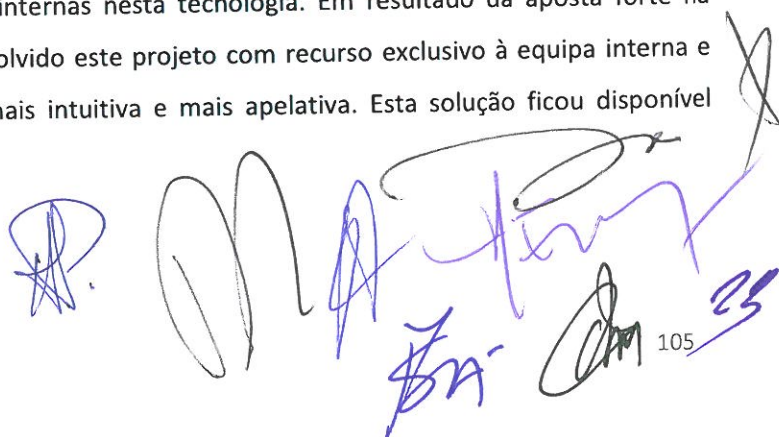
funcionais de que é exemplo a Gestão dos Fundos Disponíveis e na implementação de obrigações legais como foi a preparação do novo **Standard Europeu SEPA para transferências bancárias**. Ainda relativo a este projeto, há que relevar o apoio que a DSI manteve ao longo de 2013 nos **módulos da área de Recursos Humanos**, e nas constantes adaptações ao quadro legal tributário em constante alteração, decorrente das medidas do Governo na redução de vencimentos da Função Pública.

Com relação direta com o projeto anteriormente referido, durante o período em análise, foi dado início ao processo de **Migração de Versão Máximo** para nova versão aplicacional (7.5), aportando maior funcionalidade e assegurando maior estabilidade técnica aos procedimentos que suportava. Foi assegurada a integração com soluções externas à mesma, nomeadamente com a Solução de Gestão dos Combustíveis e Solução de Gestão da Via Verde.

O **Projeto de Gestão Documental** do Município de Oeiras foi alavancado em 2013 com a implementação no serviço de gestão de expediente da **numeração única de registo de ofícios de Saída**, descentralizando este tipo de processo de registo, permitindo a algumas unidades orgânicas a autonomia há muito ambicionada neste tipo de tarefa administrativa e de rotina. Tal só foi possível via solução SGD – Sistema de Gestão Documental que de forma automática garante a unicidade da numeração criada em pontos fisicamente distintos. Complementarmente, foi implementado em **novas unidades orgânicas o procedimento que permite visar faturas via Cartão de Cidadão**, desmaterializando o mesmo a partir do momento em que o documento dá entrada no Município.

No âmbito do **Projeto “RISE” (Rede Integrada de Serviços de Educação)**, foi dada continuidade à implementação da nova solução de gestão de refeições em mais escolas públicas EB1/JI, nomeadamente o Agrupamento Miraflores (EBI de Miraflores; EB1/JI Alto de Algés; JI Luísa Ducla Soares).

No contexto das soluções de sistemas de informação desenvolvidas internamente relevam-se os projetos de maior impacto na organização, nomeadamente o **Projeto Nova Intranet**, assente em plataforma de gestão de conteúdos transversal a outras soluções disponibilizadas pelo Município mas que tinham sido desenvolvidas por entidades externas em razão do fraco domínio das equipas internas nesta tecnologia. Em resultado da aposta forte na aquisição dessas competências técnicas, foi desenvolvido este projeto com recurso exclusivo à equipa interna e que se traduz na criação de uma nova Intranet mais intuitiva e mais apelativa. Esta solução ficou disponível internamente no dia 19 de Dezembro 2013.



105

Ainda no âmbito dos projetos desenvolvidos internamente, foi assumido pela equipa da DSI o desafio de criação de solução aplicacional de suporte ao **Projeto 55+** que se caracteriza pela disponibilização pelo Município de conjunto de **atividades lúdicas/desportivas focalizadas na faixa etária sénior do Concelho de Oeiras**. A respetiva gestão encontra-se sob competência da Divisão de Desporto e a complexidade das tarefas inerentes tem obrigado esta unidade orgânica nos últimos anos a recorrer a processos manuais de registo de turmas, inscrições e assiduidade, entre outras operações de rotina. A ausência de processo automático condicionava a informação prestada ao munícipe, nomeadamente a conta corrente atualizada de cada inscrito (informação disponível nos vários pontos de atendimento), a assiduidade registada pelos professores, preenchimento célere das vagas resultantes de desistências de inscrições e que têm como fonte a lista de espera, entre outras. A complexidade deste processo ficou simplificada com a implementação de nova solução desenvolvida pela DSI, centralizando o repositório de dados e tornando acessível a informação a qualquer dos intervenientes no processo de gestão despectivo (Aluno, Professor, Atendimento Municipal, Divisão de Desporto) e em qualquer lugar, pela possibilidade de acesso externo que foi integrada.

Paralelamente, e com especial foco na urgência de redução de custos financeiros, foi implementado o **Projeto KOHA – Gestão de Bibliotecas Municipais**. Esta solução de licenciamento livre e de código aberto (OpenSource), foi implementada com o objetivo de integrar mais funcionalidades à solução que se encontrava implementada (Millenium/InnoPac), assim como permitir abdicar dos serviços de manutenção demasiado onerosos para o Orçamento da DSI. A migração entre soluções foi assegurada apenas com recurso às equipas internas, articulando para o efeito de forma permanente, a DSI e DBDI. Esta tarefa, entre as várias tarefas macro de implementação da solução Koha, foi de facto a mais crítica, integrando a migração dos dados dos registos dos utilizadores, de autoridades, bibliográficos, de exemplares e empréstimos.

Outro projeto de desenvolvimento interno de grande importância para a organização e que decorreu no final de 2013 foi a **Preparação Orçamento Participativo 2014/2015**, tratando-se da segunda edição do processo de Orçamento Participativo em 2014/2015, e que surge em razão do reconhecimento da qualidade da participação e o interesse das propostas submetidas na primeira edição, em 2012. A solução desenvolvida pela DSI não limita a participação do Município ao ato de votar para eleger o poder executivo, envolvendo-se, simultaneamente, no processo de decisão sobre o investimento municipal, garantindo, desta forma, que este corresponde melhor às necessidades e expectativas da população.

Ainda durante este período foi dada continuidade ao desenvolvimento da solução tecnológica de **adaptação da Gestão de Habitação Municipal**, assente em solução técnica antiga e limitativa na respetiva evolução. Foi também desenvolvida a solução de **Gestão da Rede Sem Abrigo**, assim como dado o apoio ao processo de apuramento de resultados das **Eleições Autárquicas de 2013**, através de aplicação desenvolvida pela DSI e acedida externamente, via web, permitindo aos colaboradores das dez Juntas de Freguesia o carregamento dos resultados eleitorais, obtidos nas várias sessões de voto.

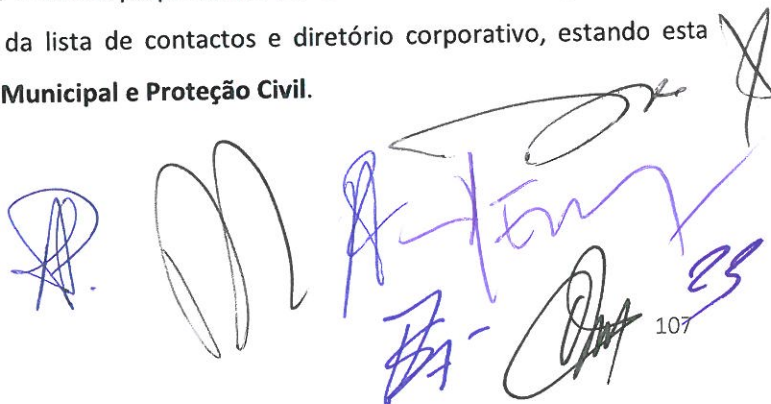
Relativamente à **satisfação dos serviços disponibilizados pela DSI**, em questionário de satisfação direcionado às diferentes unidades orgânicas, nomeadamente pela aferição das vertentes de **inovação ao nível dos sistemas de informação, adequação do software aplicacional às necessidades do serviço, proactividade na implementação de soluções aplicacionais de suporte aos serviços e apoio na utilização das soluções informáticas**, este serviço assumiu principal destaque ao nível da direção municipal, sendo a segunda unidade orgânica com a melhor classificação média, com 3,48 valores entre 1 e 5 valores.

Divisão de Infraestruturas e Administração de Sistemas

Relativamente às Infraestruturas e Administração de Sistemas a operacionalização categoriza-se essencialmente por duas áreas de intervenção distintas: estudo, implementação e acompanhamento de projetos, suporte e manutenção da atual infraestrutura.

Na **componente de armazenamento de informação** salienta-se a ampliação do espaço disponibilizado nos equipamentos centrais de armazenamento na ordem dos 50%, incluindo assim uma satisfação das necessidades previstas, o que permitiu um **aumento da dimensão das caixas de correio eletrónico de 0,5GB para 15GB** bem como **maior capacidade nas áreas de partilha de rede** dos diversos serviços.

Atendendo à necessidade de uniformização do **atendimento telefónico do município**, foi otimizado o sistema de IPCC (IP Contact Centre)/ACD (Automatic Call Distribution) que permite uma triagem das chamadas e encaminhamento automático consoante o tema que o munícipe pretende ver tratado. Esta otimização permitiu um melhor atendimento através da uniformização da lista de contactos e diretório corporativo, estando esta funcionalidade estendida ao **atendimento da Polícia Municipal e Proteção Civil**.



Ciente das crescentes **necessidades de mobilidade**, e limitado que está o ambiente aplicacional em algumas das situações a tecnologia não passível de ser utilizada via Internet, a DIAS procurou uma solução que permita colmatar esta dificuldade. Assim **foi encontrada e disponibilizada uma plataforma** que permite **disseminar via Internet qualquer aplicação** em forma de **“Portal Aplicacional”**, com as devidas questões de segurança e fiabilidade asseguradas, necessitando apenas para o efeito de um acesso à Internet, um computador e as devidas credenciais de acesso (nome de utilizador e palavra-passe). Esta **plataforma está já a ser utilizada na partilha de aplicações “core” do negócio** para entidades externas, como é caso do registo de aquisições de senhas de refeições escolares nas juntas de freguesia diretamente no ERP do Município, garantindo assim um posto de trabalho em qualquer lugar.

Ainda no seio da mobilidade, **surge o serviço Oeiras Drive**, sendo um serviço de partilha de ficheiros online que integra linha de **serviços Oeiras Cloud do Município de Oeiras**. Com este serviço torna-se possível partilhar arquivos de grande dimensão, usando uma conta de utilizador do domínio da rede do Município ou definindo arquivos públicos (qualquer pessoa poderá aceder à pasta definida como pública desde que conheça a palavra-passe definida). O serviço oferece a cada utilizador 1GB de espaço disponível para a partilha.

A DIAS, enquanto prestadora de serviços, **prima por garantir um serviço de disponibilização de websites e aplicações**, permitindo assim a presença e existência nas mesmas em ambiente Internet. As aplicações publicadas vão desde as aplicações mais simples, como sejam blogs ou sites temáticos, como é caso do catálogo online das bibliotecas de Oeiras, o blog “Olhos de Gigante”, sites de eventos do Desporto como a “Corrida do Tejo”, “Salão Nobre Digital”, “Salão Nobre Municipal”, até ao “Site Municipal” que tem um cariz de visitas diários bastante superior, entre outros. O ambiente disponibilizado garante uma disponibilidade acima de 99,99% e débitos de acesso bastante confortáveis, o que faz com que seja uma solução fiável e robusta.

No âmbito das **comunicações sem fios** destaca-se o projeto Oeiras WIFI, projeto que dotou diversos locais de equipamentos de rede wireless permitindo a qualquer munícipe aceder à Internet de forma simples e segura. Neste momento o acesso é possível na Praia da Torre, Fábrica da Pólvora, Porto Recreio, jardins do Palácio do Marquês e bibliotecas municipais, prevendo-se em breve a extensão a mais locais. **Este projeto foi concebido e conseguido em exclusividade com elementos das equipas internas da DIAS**. Ainda neste âmbito, foram implementadas redes wireless para acesso gratuito dos munícipes à Internet nas três bibliotecas municipais, tendo sido também criadas as condições técnicas para dotar os principais edifícios municipais de rede wireless, permitindo assim uma maior mobilidade a quem disponha de equipamento informático portátil.

Durante o ano de 2013 foi garantida a **manutenção da infra-estrutura de suporte aos diversos projetos em curso dos Sistemas de Informação** (destacando-se o Site Institucional, o ERP e a partilha e armazenamento de informação através da rede informática), nomeadamente através da expansão da capacidade disponível de armazenamento centralizado de informação, bem como a adequação dos equipamentos adstritos aos colaboradores das diversas unidades orgânicas às necessidades demonstradas. Sobre a disponibilidade dos ambientes mantidos a mesma foi de 99,7% para o Site Institucional, 99,98% para correio eletrónico, 100% para acesso à Internet e 99,5% (no horário de expediente) para as comunicações de voz e solução de atendimento.

No âmbito da **vídeo segurança foram otimizadas e uniformizadas as infraestruturas existentes**, tendo sido substituídos equipamentos obsoletos e que não permitiam a integração em solução de visualização única. Desta forma, o projeto previu a troca e otimização dos locais que já dispunham de vídeo-segurança, tendo **sido estendido a novos locais como o edifício Atrium**. A melhoria mais visível deste investimento ocorreu na central de visualização do DPMPC, sendo agora possível controlar todos os locais através de alerta configuráveis, **permitindo que a atenção dos agentes seja solicitada apenas em situação de alarme**, ao contrário do cenário anterior que obrigava à visualização permanente das imagens.

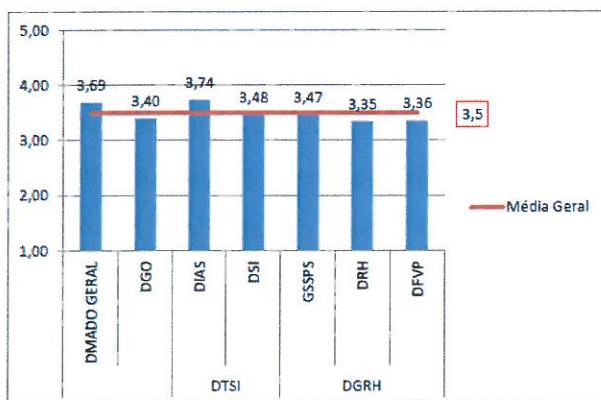
Tendo presente os objetivos do PAESO (Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras) continuamos a promover a **substituição gradual de equipamentos consumidores de energia**, nomeadamente servidores, computadores, impressoras, etc., por outros mais eficientes de forma a ser obtida uma **poupança de energia de 546 MWh** no ano 2020.

Do ponto de vista de aplicações de suporte à infra-estrutura, mantém-se a **estratégia de adoção de software tipo freeware**, onde a mais-valia se traduz na ausência de custos de aquisição e manutenção. Neste âmbito foram reforçadas as competências e usabilidade dos softwares freeware instalados no ano transacto para a monitorização e gestão dos equipamentos de rede informática, e colocado com sucesso em utilização um software de gestão de pedidos de intervenção e de parque informático, orientado e adaptado às recomendações do ITIL - (Information Technology Infrastructure Library). É também nos sistemas operativos servidor que esta aposta surge, dispondo o município atualmente de **cerca de 16% dos seus servidores suportados por sistemas operativos Linux**. Curiosamente, as equipas revêm-se nesta aposta, permitindo não só um acréscimo de flexibilidade de evoluir livremente sem dependências contratuais, mas também e sobretudo, o impacto positivo na motivação pessoal que estas alterações proporcionam.



Na **vertente mais operacional de suporte e manutenção** da atual infraestrutura, destacam-se como tarefas principais desenvolvidas: a gestão do diretório de utilizadores, o suporte contínuo aos utilizadores e serviços, manutenção do centro de dados, manutenção de equipamentos e serviços informáticos, nomeadamente correio eletrónico, internet, telefones, sistemas de atendimento, sistemas de segurança, administração de sistemas e bases de dados, bem como a gestão do parque informático, tarefas essas que contam com um sistema de atendimento centralizado (Service Desk) baseado nas melhores práticas ITIL, traduzindo-se na criação de ponto único de contacto (Single Point of Contact). Ainda na vertente aplicacional, salienta-se o suporte aos projetos em curso, nas componentes de comunicações e sistemas, nomeadamente na disseminação das novas funcionalidades do ERP (ex: Intranet, MyNet, ePaper, gestão documental, etc.). É de realçar também o suporte presencial disponibilizado às escolas, nomeadamente através do apoio técnico para resolução de incidentes relacionados com a infra-estrutura tecnológica.

Relativamente à **satisfação dos serviços disponibilizados pela DIAS** salienta-se o índice de satisfação global atribuído através da média das respostas dos utilizadores em formulários de satisfação, tendo a mesma sido **de 4,2 valores numa escala de 1 a 5**. Também em questionário de satisfação direcionado às diferentes unidades orgânicas, mas num âmbito mais lato, nomeadamente pela aferição das vertentes de **inovação das infraestruturas, eficácia dos serviços, fiabilidade dos recursos disponibilizados e segurança da informação**, a **DIAS obteve também pelo 3º ano consecutivo a melhor classificação da direção municipal**, com uma classificação média de 3,74 valores entre 1 e 5 valores.



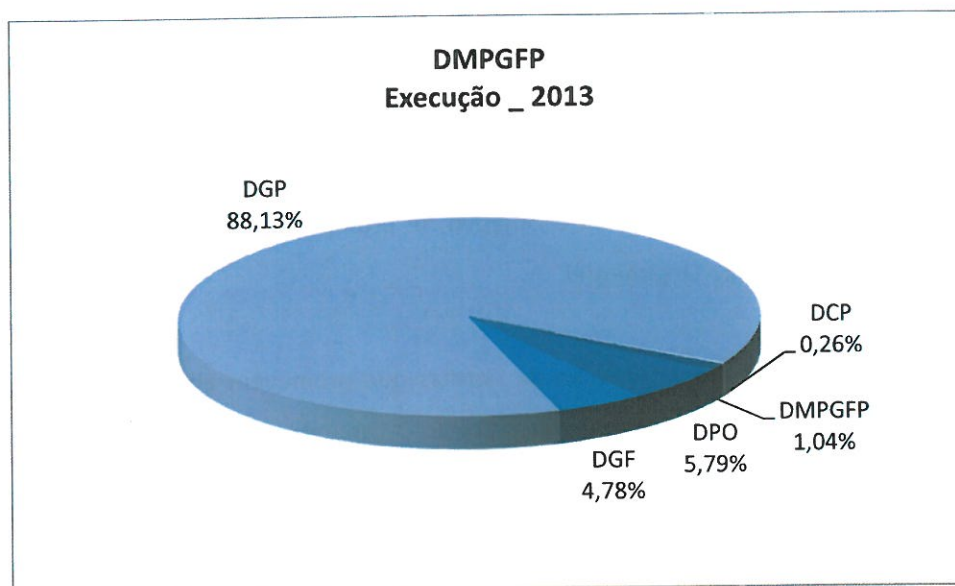
No que respeita à **avaliação final do desempenho do Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação** das 20 ações e projetos que integravam o PDE - Plano de Desenvolvimento Estratégico, foram cumpridas 15, correspondendo a uma realização de 75%, face às metas definidas.

Relativamente à execução orçamental das GOP 2013 o Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação, ao nível dos compromissos, alcançou 81%, correspondendo a uma realização física e a um investimento de 1.799.593 €, para um financiamento definido de 2.504.406 €, do qual foram preteridos projetos (dotação de escolas de quadros interativos) no valor de 356.197 €, sendo que do valor comprometido foram efetuados 77,2% pagamentos, resultados estes fortemente condicionados pelas restrições legais, decorrentes da aplicação da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro.



Handwritten signatures in black and blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Direção Municipal de Planeamento e Gestão Financeira e Patrimonial



Direção Municipal de Planeamento e Gestão Financeira e Patrimonial

O exercício de 2013 decorreu num contexto marcado pela continuação de um importante conjunto de restrições e clima de contenção orçamental que tem caracterizado o funcionamento os últimos anos, tendo como base o actual enquadramento macro económico e estrutural em que vivemos.

No que concerne às medidas de política estas continuam a visar sobretudo a contenção da despesa pública, continuando a merecer destaque a redução das remunerações totais ilíquidas nomeadamente do sector público, o pagamento dos subsídios de Natal será reposto por duodécimos, pelo que passa a ser apurado mensalmente e corresponde à remuneração base após a redução remuneratória acima referida, persiste o congelamento das progressões e promoções, o congelamento nas admissões, a redução do número de contratados, horas extraordinárias trabalho, a proibição de revalorizações remuneratórias e de acumulação de salários e pensões.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A par da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que veio impor uma disciplina Orçamental e de Tesouraria extremamente rigorosa às entidades do subsector local, agravada pela diminuição das transferências do OE e a forte contratação da Economia com consequências gravosas para as receitas próprias.

Em 3 e 12 de Setembro de 2013, são publicadas respetivamente a lei n.º 73 e a Lei 75. A primeira coincide com um novo ciclo autárquico decorrente das eleições realizadas no dia 29 de setembro, sendo inevitável assistir-se, em consonância, a um ciclo de mudança na gestão dos municípios e das freguesias. Vem introduzir algumas modificações num conjunto de matérias, em parte por via dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, através do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que prevê expressamente a revisão da Lei das Finanças Locais (LFL) com o objetivo de promover a adaptação aos processos orçamentais definidos na Lei de Enquadramento Orçamental.

Neste contexto, importa destacar a introdução de normas que promovem alterações substantivas ao nível de matérias como os impostos municipais, as transferências do Orçamento de Estado ou o endividamento municipal. Relativamente aos impostos municipais, a principal modificação introduzida tem que ver com a extinção do IMT, que irá ocorrer em 2018, através de um processo de redução gradual de um terço da taxa do imposto, a iniciar em 2016, do qual resultará um benefício substantivo para os contribuintes e o afastamento dos municípios das receitas provenientes do imobiliário.

Também o IMI sofre alterações, embora nesta matéria exista apenas uma "deslocação" de receitas dos municípios para as freguesias, na medida em que é introduzida a afetação da totalidade receita do IMI rústico e de 1% da receita do IMI dos prédios urbanos para as juntas de freguesia.

A principal reforma introduzida por esta nova LFL tem que ver com o endividamento municipal, na medida em que passa a estabelecer novos limites para a contração de empréstimos, sem qualquer possibilidade de exceção e tomando em linha de conta para esses limites, todas as entidades que pertencem à esfera do município, ou seja, contempla para além da autarquia, os serviços municipalizados, as empresas municipais e intermunicipais, as fundações e demais entidades participadas ou controladas pelas câmaras municipais. Esta alteração acontece porque, apesar de a legislação publicada em 2007 já ter dado passos importantes em matéria de consolidação das contas dos municípios, não ter tido a abrangência suficiente ao possibilitar que algumas entidades pertencentes ao grupo autárquico não relevassem para efeitos de endividamento, podendo constituir um fator de risco para a solvabilidade financeira dos respetivos municípios.

Este novo regime, é suscetível de colocar em incumprimento vários municípios que até então respeitavam os limites de endividamento por via dos excecionamentos de que haviam beneficiado, razão pela qual está considerada na lei uma norma que exclui os empréstimos excecionados do regime sancionatório aplicável. Esta medida suscita alguma justiça perante os municípios, que durante anos foram incentivados pelos sucessivos governos a recorrer a empréstimos, para construção de habitação social, de escolas ou de projetos financiados por fundos comunitários e que, não poderiam ficar agora sujeitos às mesmas sanções impostas aos incumpridores.

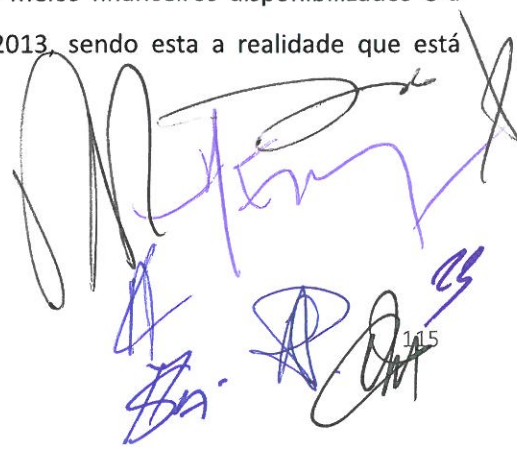
Não deixa, porém, de ser recomendável uma atenção redobrada a tais financiamentos que, para efeitos de pagamento do serviço da dívida aos bancos, são exatamente iguais aos restantes. Para acautelar eventuais agravamentos de desequilíbrios financeiros, a nova LFL consagra ainda a criação de um Fundo de Apoio Municipal (FAM), destinado a apoiar os municípios que se entrarem em situações de saneamento ou recuperação e que será financiado por verbas provenientes do Estado e dos municípios.

A segunda (lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) vem alterar o cenário em matéria de delegação de competências, estabelecendo uma delegação automática de competências das câmaras municipais nas juntas de freguesia, em matérias como a gestão de espaços verdes, a limpeza das ruas e espaços públicos, a gestão de feiras e mercados, a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, entre outras.

Por força desta lei, a competência para agir nestas e noutras matérias passa a estar automaticamente delegada nas juntas de freguesia, deixando de depender do tal consenso com as câmaras. A decisão sobre delegar não é mais pertença das câmaras municipais. A delegação está feita pela lei e é automática.

A atual conjuntura é ainda de maior exigência e, por isso, impõe-se um elevado esforço e empenho, bem como uma capacidade de adaptação constante, à produção de demasiada legislação de difícil interpretação, sem diretivas e apoio dos organismos de reporte e/ou Tutela.

O esforço de racionalização interna em curso, a aplicação rigorosa dos meios financeiros disponibilizados e a procura de alternativas permitiram um exercício equilibrado durante 2013, sendo esta a realidade que está espelhada nas demonstrações financeiras apresentadas neste relatório.



115

Esta Direção Municipal, ciente das responsabilidades pretendeu colocar em evidência alguns aspetos que, pela sua natureza, condicionam a sua atuação, bem como, questionar sobre se estão reunidas as condições para que os dirigentes responsáveis pela área financeira possam assumir as responsabilidades previstas no articulado desta lei e da regulamentação da mesma, quer no que respeita à sua aplicação prática, quer no que se refere à sua operacionalização no domínio da informação a prestar. Efetuou um acompanhamento cíclico e permanente das receitas e despesas de modo a adequar os orçamentos às realidades da receita cobrada.

Foi necessário um esforço acrescido para clarificar conceitos e aspetos práticos que permitissem, sem equívocos e constrangimentos, implementar as “regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso”, sem que seja posto em causa o regular funcionamento dos serviços municipais e consequentemente o serviço público.

Desde o início da aplicação da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e do Dec. Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, temos vindo por sistema, a dar ênfase semanalmente na folha de situação financeira, e periodicamente por informação presencial, informações escritas, reuniões com a Presidência e Executivo, bem como, no persistente diálogo com os serviços, informando e esclarecendo, a situação dos cabimentos, compromissos e procedimentos que a estes conduz, no sentido de acautelar o cumprimento da Lei e concomitantemente da necessidade de se estabelecerem prioridades

Foi uma vez mais, reiterada e explicitada a necessidade de em tudo o que diz respeito aos cabimentos solicitados, e bem assim, aos compromissos e/ou procedimentos em fase de concretização e que não obrigassem a indemnização por parte do Município estes devem ser repensados/negociados, reprogramados, com vista ao cumprimento do objetivo, “não assumir despesa superior à receita a arrecadar”, no estrito cumprimento da legislação em vigor.

A implementação deste sistema de controlo pressupõe a existência de uma componente informática preparada para dar resposta quer ao processo de execução, quer ao processamento de informação a fornecer para a “base de dados centralizadora” ainda com lacunas, até pelas discrepâncias de entendimento dos organismos públicos que tutelam estas matérias.

No contexto de crise económica temos consciência da necessidade de prudência na definição de investimento mas estamos também convictos da necessidade de diminuir a despesa corrente. As medidas contempladas nos orçamentos 2012 e 2013, correspondem a um esforço assinalável de consolidação, atuando, claramente, pelo lado da redução da despesa, num contexto de contenção e de moderação do consumo, medidas que serão sequência dos alertas e contenções já expressas no último semestre de 2010, e que desde então, os orçamentos já sofreram um corte de €56.494.299,00, que corresponde a cerca de 30%.

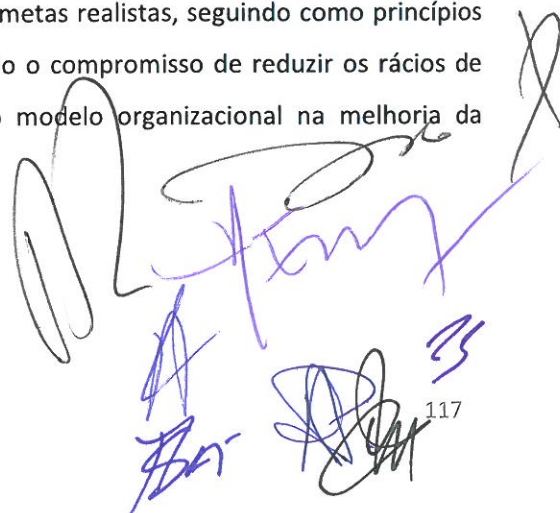
Têm-se vindo a efetuar os ajustes necessários e possíveis, de modo a configurar a receita a arrecadar com a despesa a efetuar, sendo por todos conhecida as razões que levaram a esta situação a coberto da legislação em vigor.

Conscientes dos constrangimentos da prática existente, paulatinamente estão a corrigir-se os erros do passado, não podendo ser abruptamente os ajustamentos, pelas incongruências daí resultantes no que alude a compromissos já efetuados com repercussões em orçamentos futuros. Também é do conhecimento de todos, onde se registava o empolamento, tratando-se de uma decisão fora do contexto técnico.

A Lei do Orçamento do Estado para 2013 foi fortemente condicionada pela necessidade de dar cumprimento aos compromissos assumidos.

Em tempos desafiantes como os que enfrentamos, é premente tomar decisões e avançar com medidas, muitas vezes difíceis – têm que ser feitas escolhas. Nos dois últimos anos, assistimos a grandes alterações devido a uma constante necessidade de adaptação às condicionantes e em resposta à crise.

Os trabalhos de encerramento contabilístico do ano de 2013 decorreram em tempo considerado oportuno, refletindo o esforço desenvolvido no sentido de dar continuidade e aprofundar o trabalho de consolidação desta Direção Municipal, sendo que, com fatores externos cada vez mais adversos, e os riscos redobrados, foi necessário avaliar internamente a nossa atividade e estratégia, procurando traçar metas realistas, seguindo como princípios orientadores um enfoque, numa situação financeira robusta, assumindo o compromisso de reduzir os rácios de endividamento, que cumprimos, e uma estratégia de adequação do modelo organizacional na melhoria da eficiência operacional.



Contexto organizativo _ Mudanças introduzidas na gestão interna Princípios orientadores do compromisso com a Gestão:

A implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da nossa missão, traduzida em objetivos ambiciosos (mas atingíveis) e mensuráveis anual e plurianualmente (mandato);

A adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de “bom governo” da Administração Pública;

O desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas de referência, que possibilitem o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade do Município, assente, numa filosofia de gestão que contemple o reconhecimento da importância das instituições locais no desenvolvimento das melhores condições de proteção social e aproveitando as estruturas e as sinergias dos recursos existentes na comunidade, pretendendo -se dar maior segurança e estabilidade às entidades que participam na área da economia social e ambiental.

Para o efeito concorrerá um modelo de articulação com o Estado que lhes confira maior flexibilidade e autonomia na estruturação das suas atividades, na definição dos recursos necessários e na reafecção eficiente dos meios disponíveis.

Orientações estratégicas _ A DMPGFP procurou observar as seguintes orientações estratégicas destinadas a todas as orgânicas que a compõe:

Proceder à definição de objetivos de natureza financeira, alinhados com as melhores práticas através de indicadores apropriados, aferindo o grau de cumprimento dos mesmos;

Os contratos devem ser equilibrados e estabelecer direitos e obrigações recíprocos entre a CMO e as empresas, bem como as correspondentes penalizações em caso de incumprimento;

A adoção de metodologias que lhe permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes/utentes/Munícipes, analisando o perfil e variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria;

Proceder nos casos em que tal não haja sucedido, à segregação das responsabilidades a todos os níveis;

Implementar procedimentos consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos processos e novas abordagens, em benefício do cumprimento da nossa missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, o e de controlo interno adequados à nossa dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes assumidos (nem que seja recorrendo ao Excel), suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente, a Inspeção-Geral de Finanças, IGAL e o Tribunal de Contas.

Principais linhas de orientação específica

Assegurar a prestação do serviço, garantindo o acesso dos cidadãos a serviços de qualidade a preços compatíveis com o serviço prestado e em condições de equidade, universalidade e continuidade;

As variáveis chave de atuação são: qualidade de serviço; imagem CMO/confiança; produtividade e controlo de custos;

Gerar crescimento através da inovação, promovendo o uso das novas tecnologias e recorrendo às oportunidades viabilizadas pelo desenvolvimento/ inovação no mundo das comunicações eletrónicas. São disso exemplo, todas as formas de comunicação que tendem a evoluir do físico para o digital, fatura eletrónica projeto que urge e que continuamos a apostar, certificação eletrónica, sistemas de informação geográficos, lojas virtuais, todos eles serviços mais “limpos” em matéria de impacto ambiental;

Novas Tecnologias: o correio físico tem vindo a ser substituído progressivamente pelas formas de comunicação eletrónica (e-mail, internet, etc.), em paralelo com o aumento dos conteúdos nos serviços e a otimização dos fluxos, assumem maior relevância em termos de oportunidade de desenvolvimento respondendo às expectativas de qualidade.

Fatores condicionantes da atuação dos serviços

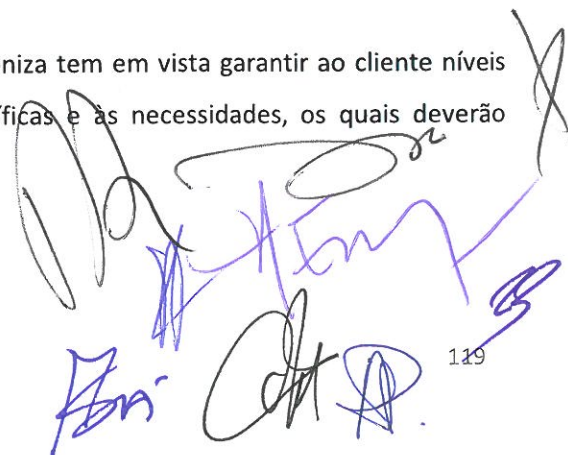
Constituem fatores críticos de sucesso:

Qualidade de serviço percebida pelos clientes: a disponibilização de uma qualidade de serviço de alto nível, correspondendo às expectativas do Município/cliente, dependerá sobretudo da capacidade em assegurar liderança, quando estes são cada vez mais confrontados com a possibilidade de comparar entre serviços oferecidos por outros Municípios.

Imagem de confiança transmitida pela CMO, pela sua antiguidade de séculos de bem servir as populações e proximidade dos cidadãos, auferem de uma imagem de confiança, que constitui um fator distintivo relevante, diferenciada da transmitida por outros prestadores de serviço público, a qual urge capitalizar e potenciar.

Pessoas qualificadas e motivadas: o processo produtivo da CMO envolve nas diferentes fases da cadeia de valor uma elevada participação dos activos humanos; no seu contacto direto com os clientes, os trabalhadores são simultaneamente funcionários, conselheiros, garantes da fiabilidade do serviço, pelo que se requer processos de desenvolvimento socioprofissional contínuo e de motivação para o serviço ao cliente, que na conjuntura atual é difícil.

Satisfação do cliente: o desenvolvimento organizacional que se preconiza tem em vista garantir ao cliente níveis de serviço satisfatório, serviços adequados às características específicas e às necessidades, os quais deverão reconhecer a CMO como parceiro privilegiado.



Sistemas de informação flexíveis: a informação relativa à segmentação de clientes, aos serviços fornecidos, de apoio à tomada de decisão e de registo histórico, deve ser fiável, atempada e evolutiva face ao progresso dos processos.

Cultura de Grupo: o sistema de valores comum a todos que compõem o tecido humano deve pautar-se por regras de conduta ética, de abertura, de equidade, de respeito da integridade humana e de bem servir o Município/cliente.

Redes, sistemas e tecnologias: o processo produtivo da CMO desenrola-se ao longo de uma cadeia de valor a partir do Município/cliente que faz uso de redes, sistemas e tecnologias que se querem permanentemente atualizadas, o que se alcança, quer por processos evolutivos, quer, designadamente no que respeita à inovação tecnológica. Para além da promoção da inovação requer-se a modernização das ferramentas de produção.

Eficiência e rendibilidade: obtém-se pela procura permanente da maximização da dupla vertente eficácia/produktividade; eficácia no sentido de grau de cumprimento dos objetivos e produtividade entendida como o resultado obtido por unidade de recurso utilizado.

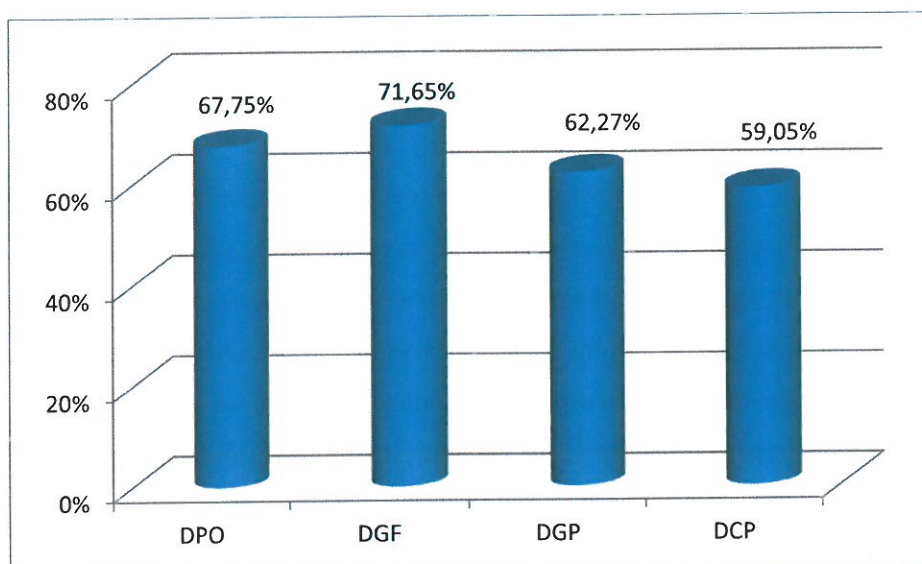
Avaliação final do desempenho dos serviços

Apesar das dificuldades, decorrentes do aplicativo informático, do acompanhamento constante, das incongruências do sistema, das propostas de melhoria e ajustamentos da aplicação, que surgem em simultâneo com o desenvolvimento da atividade real da Autarquia, e da necessidade de assegurar todas as tarefas diárias e necessárias ao funcionamento e resposta das unidades orgânicas envolvidas, aos outros Serviços internos e externos, os objetivos estipulados foram, com esforço dos Serviços envolvidos desta Direção Municipal, atingidos, tendo sido respeitados os prazos de execução. Os níveis de execução do Plano de Desenvolvimento Estratégico atestam o desempenho alcançado.

Cumpre-nos a todos diligenciar pela alteração da situação atual, de modo a congregarmos esforços visando dar continuidade na prossecução dos objetivos deste município, que são ambiciosos, que visam exceder as expectativas dos nossos cidadãos/municípios, mediante políticas públicas inovadoras, e sustentáveis. Sendo também clara a aposta na consolidação e continuidade de ações de simplificação, racionalização e automatização dos procedimentos. Efetivamente, importa que, com a maior brevidade, sejam ultimadas e rentabilizadas as parcerias em matéria de integração de sistemas informáticos e troca de dados, nomeadamente no que se refere à receita (questão que se vai protelando ao longo dos anos).

Não se descarta a necessidade de reorganização e de adequação à dinâmica de gestão, e o reforço dos meios necessários, para com sucesso atingir este objetivo.

Em Julho de 2013, foi aplicado um inquérito na DMPGFP, ao grupo dos dirigentes, de acordo com o relatório dos resultados dos inquéritos de satisfação, os resultados obtidos aplicados a duas populações com base em amostras representativas das mesmas, ao grupo dos dirigentes, e utentes do SEF, com vista a fornecer dados de referência e de análise/intervenção relativos ao grau de satisfação dos mesmos, na ótica da gestão da qualidade da DM



Para o primeiro obtiveram-se 23 respostas, este inquérito continha questões gerais válidas para toda a Direção Municipal e algumas questões direcionadas a cada uma das suas divisões, com um resultado global de 68,70%.

O segundo inquérito por questionário aplicado ao atendimento do SEF tendo obtido o resultado de 84,40%.

O resultado global desta metodologia de avaliação apresenta o valor médio de 76,55%.O resultado obtido tem vindo a melhorar, o que consideramos ter sido um ponto forte daquele trabalho.

Quanto à relevância dos resultados dos inquéritos de satisfação (entendida como a conformidade da atividade relativamente aos objetivos e resultados pretendidos), é de notar que os pontos de convergência dos objetivos com os resultados obtidos são positivos. Contudo, é de registar alguns aspetos negativos repetidamente referenciados em algumas atividades internas na avaliação de algumas divisões afetas a esta DM, a pedir, por esse facto, uma intervenção futura adequada, indicando-se nomeadamente a necessidade de uma atuação conjunta e conforme entre os Órgãos e Dirigentes, na determinação relevante e efetiva, que vise combater e ultrapassar a inércia e “não atuação de alguns”.

Não obstante a melhoria, importa referir alguns constrangimentos sentidos no decorrer deste processo, a saber:

- O elevadíssimo número de processos que atualmente é instaurado no Serviço de Execuções Fiscais, tendo neste ano, sido instaurados 46.960 processos;
- Os constrangimentos manifestos que resultam da dependência de informação externa (Finanças, Segurança Social, Entidades Bancárias e Patronais) para a regular tramitação das execuções;
- O número diminuto de recursos humanos disponível para a regular tramitação dos processos;
- Os constrangimentos resultantes das insuficiências dos/nos aplicativos informáticos;
- A taxa de absentismo de parte dos trabalhadores;
- Ao supra referido, acresce salientar os constrangimentos evidentes resultantes da conjuntura económica do País e dos Portugueses, com situações de carência manifestos, os níveis social e económico, que obstem ao cumprimento voluntário das obrigações e, bem assim, que seja elevadíssimo o número de processos de execução fiscal onde só a penhora de bens se afigura suficiente à arrecadação dos créditos, sendo deveras evidente, o número de processos pendentes neste Serviço, que tramitados até final, se encontram declarados em falhas ou simplesmente sustados, atenta a ausência de bens penhoráveis com as insolvências decretadas judicialmente;
- Existe uma perspetiva muito individualista e também muito limitada;
- Apatia generalizada, atual crise, pública e privada para a necessidade de integração/partilha de informação das organizações;
- A falta de mecanismos que obrigam à coordenação estratégica entre iniciativas de promoção da inovação levando ao aparecimento simultâneo de propostas redundantes cuja seleção foi onerosa, sem resultados práticos e consequências;
- Produção de demasiada legislação de dificuldade interpretação, sem diretivas e apoio dos organismos de reporte e/ou Tutela;
- A capacidade de absorção de novos processos é dificultada por decisão aleatória sem fundamento das vantagens financeiras para a organização, e bem assim, o prazo e/ou a necessidade de implementação não é definida pela necessidade de uma logica coerente de apresentação de resultados e/ou de facilitar os dados para a gestão, numa congruência credível e sustentada, mas de acordo com uma visibilidade imediata;
- Não há uma eficiente ligação entre as diferentes unidades orgânicas, com uma estratégia de atuação concertada, para um objetivo comum;
- Falta de uniformização de suportes de trabalho (recursos) de apoio.

Por último, e apesar das contingências apontadas destaca-se o contributo e o envolvimento de todos os funcionários desta DM e o empenho nas diversas atividades desenvolvidas que como é sabido são transversais.

Serviço de Execuções fiscais

No balanço do ano 2013, para além do presente, perspectivamos um futuro em que continuemos a constituir valência para o Município na recuperação da receita, e bem assim, no contributo para a prestação de um serviço público com relevante eficiência, eficácia e qualidade, defendendo, sempre que caso disso, a cobrança coerciva no interesse municipal, de modo legítimo e equitativo, constituindo uma referência de excelência entre os vários serviços municipais de execuções fiscais, tentando adaptar-nos às constantes exigências da nossa missão.

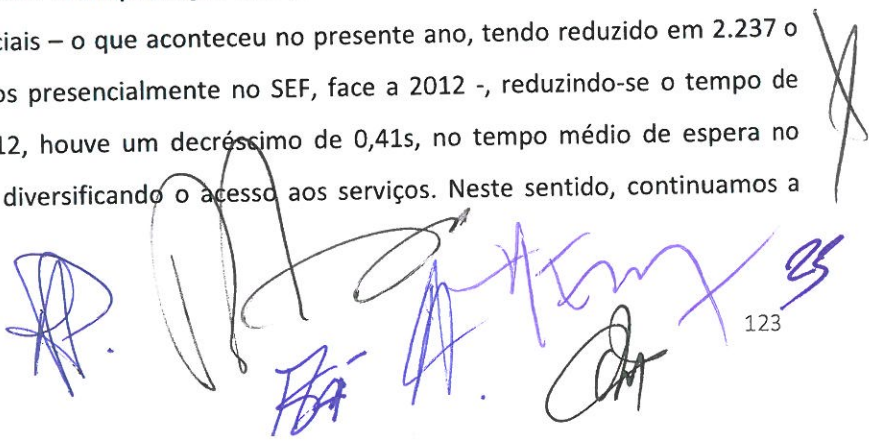
Os resultados alcançados, em 2013, afiguram-se-nos ter sido alcançados, no presente e difícil contexto sócio-económico, fundamentalmente, pela responsabilidade, relevante dedicação e dinâmica de atuação de todos os que colaboram neste Serviço, cujo contributo tem sido decisivo para a construção de um Serviço de qualidade, com a adoção de boas práticas, e pelo rigor, não obstante a natureza dos processos tramitados.

No referido contexto, na arrecadação de receita, impõe-se um grandioso esforço e empenho, bem como uma capacidade de adaptação constante face às dificuldades/constrangimentos vários, que sucessivamente se nos colocam.

No ano 2013, e tendo em conta que neste período, e apesar das demais contingências, o SEF, contou com a colaboração de mais 6 colaboradores, através de um protocolo celebrado entre a CMO e o IEF, dividiram-se os processos por colaborador ou grupo de trabalhadores e deu-se primazia à tramitação dos mesmos até final (extinção, declaração em falhas, sustados e/ou pendentes de informação de entidades externas), estabelecendo-se circuitos e procedimentos uniformes para todos os processos que correm termos no Serviço.

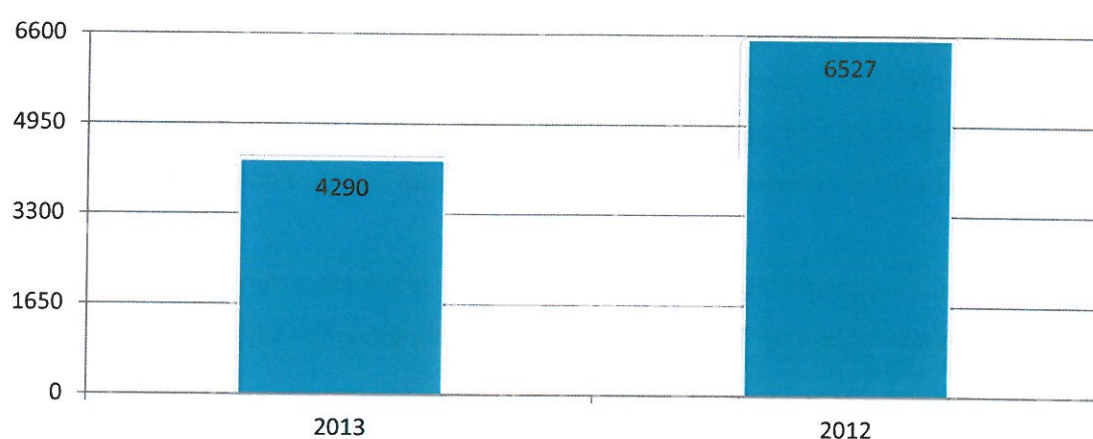
No presente ano, foram instaurados trinta e cinco mil e noventa e sete (35.097), processos de execução fiscal, no valor de €1.399.447,29 (um milhão trezentos e noventa e nove mil quatrocentos e quarenta e sete euros e vinte e nove cêntimos), tendo sido, neste período, cobrado €935.324,08 (novecentos um milhão duzentos e setenta e nove mil setecentos e dez euros e trinta cêntimos).

Foi, e continua a ser, nosso propósito promover a simplificação dos procedimentos administrativos, procurando diminuir o número de atendimentos presenciais – o que aconteceu no presente ano, tendo reduzido em 2.237 o número de munícipes/interessados atendidos presencialmente no SEF, face a 2012 -, reduzindo-se o tempo de espera – comparativamente com o ano 2012, houve um decréscimo de 0,41s, no tempo médio de espera no atendimento presencial - e facilitando-se e diversificando o acesso aos serviços. Neste sentido, continuamos a

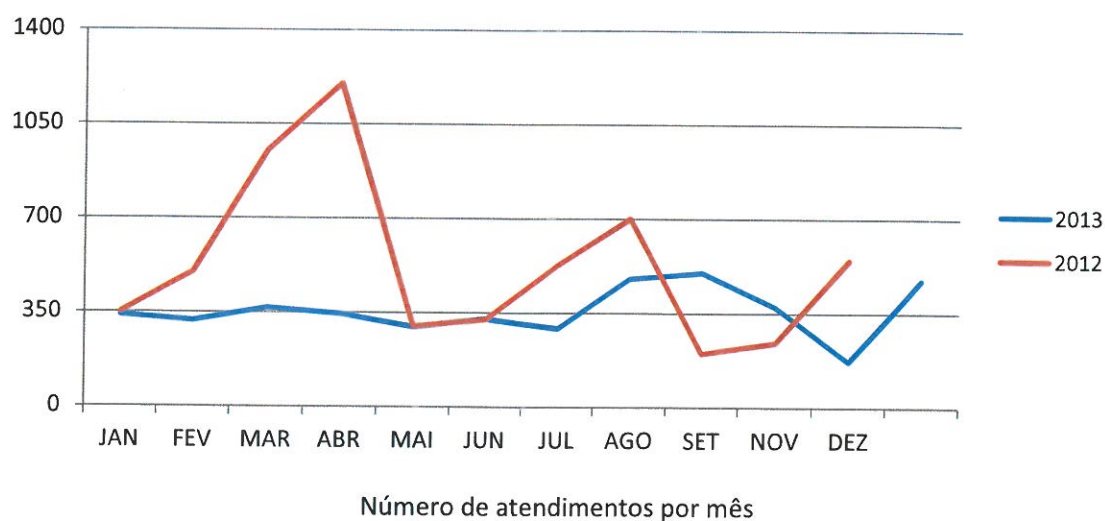


melhorar tecnicamente a possibilidade de utilizar canais de atendimento “virtual”, nomeadamente o atendimento municipal via telefone e/ou via Email, e potenciando a comunicação com os munícipes via SMS, tendo em consideração a desburocratização dos procedimentos, ambicionando-se simplificar e evitar, ainda mais, as filas de espera, pretendendo-se dar mais dignidade ao atendimento dos munícipes, num espaço que se pretende ser cada vez mais moderno, prático e, acima de tudo, organizado, constituído por uma equipa preparada para tratar/encaminhar todos os assuntos de forma célere, mais profissional, mais eficaz e mais justa.

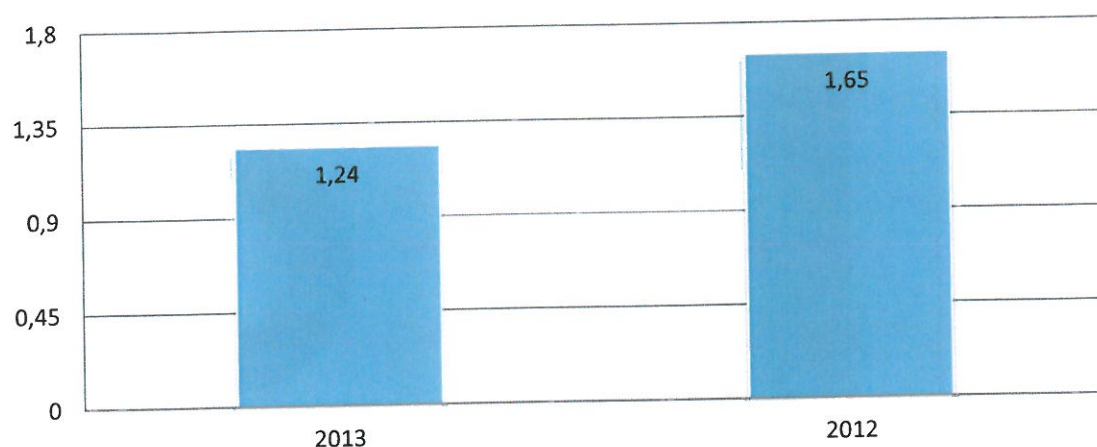
Número de munícipes/interessados no atendimento presencial no SEF



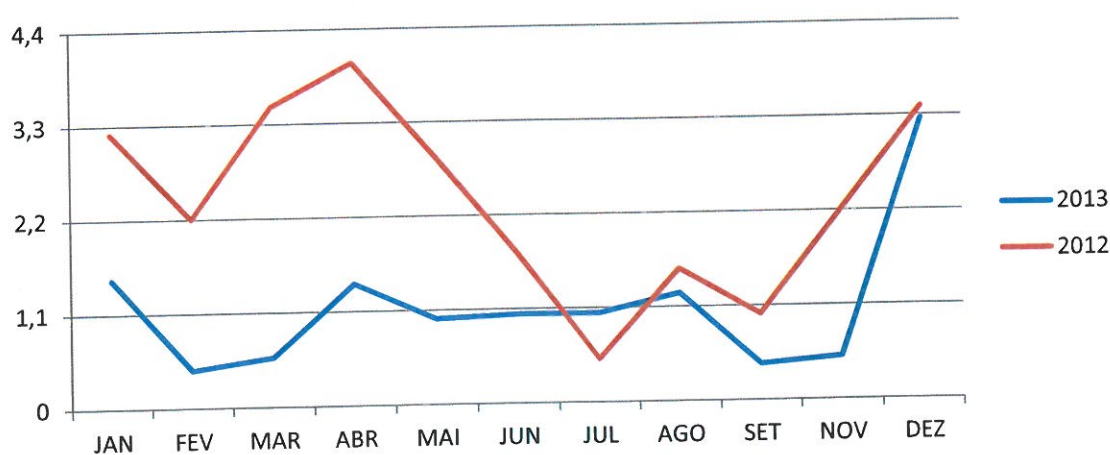
Durante o ano de 2013 foram atendidos, presencialmente, 4.290 (quatro mil duzentos e noventa) munícipes / interessados. Comparativamente com o ano de 2012, houve um decréscimo de 2.237 no número de munícipes/interessados atendidos.



Média do tempo de espera no atendimento presencial (minutos e segundos)

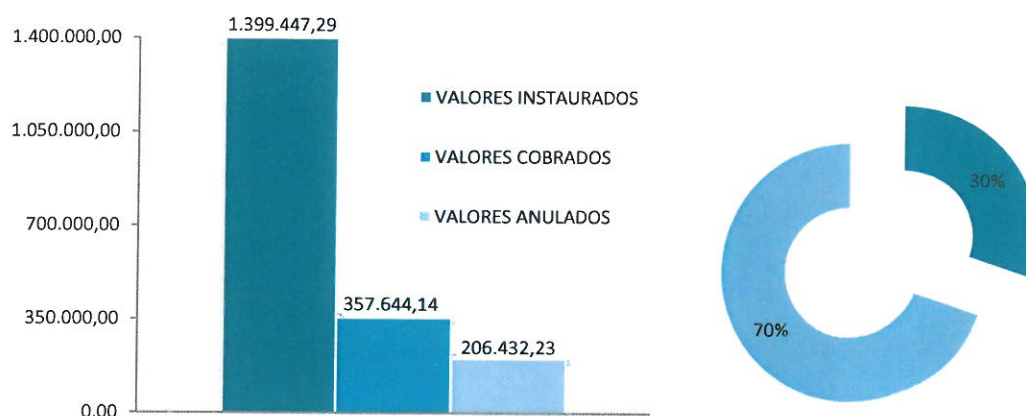


Durante o ano de 2013, o tempo de espera do munícipe/interessado, no atendimento presencial foi de 01:24 (um minuto e vinte e quatro segundos). Comparativamente com o ano de 2012, houve um decréscimo de 0,41% do tempo médio de espera no atendimento presencial.



Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

Valor de Processos/Certidões - Instaurados, Pagos, Anulados em 2013



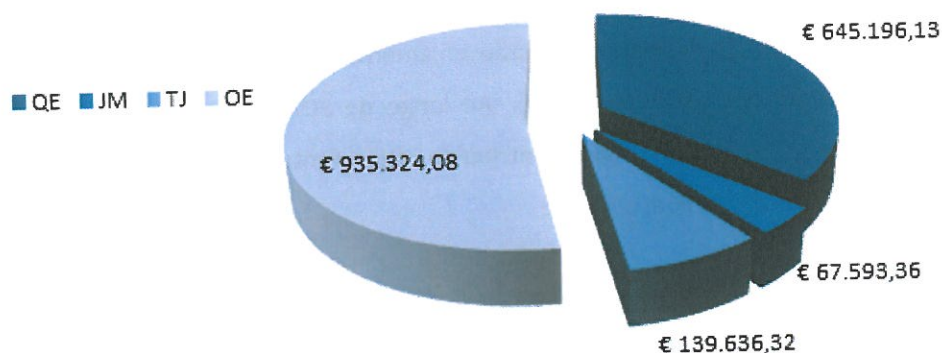
Do valor de € 1.399.447,29 (um milhão trezentos e noventa e nove mil quatrocentos e quarenta e sete euros e vinte e nove cêntimos), foi recuperado em 2013, €357.664,14 (trezentos e cinquenta e sete mil seiscentos e sessenta e quatro euros e catorze cêntimos) correspondente a 30%.

Valor de Processos/Certidões – Dívida pendente até 31/12/2012 (Pagos/ Anulados)



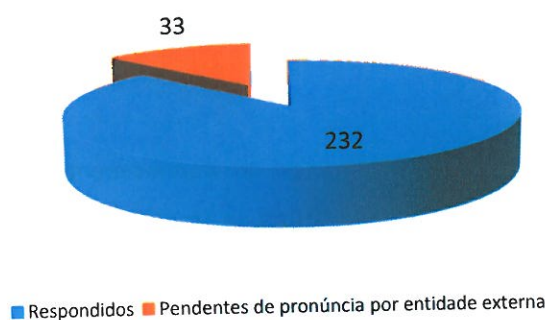
Considerando que até 31/12/2012, encontravam-se pendentes 178.303 processos/certidões, no valor de €7.136.155,30 (sete milhões cento e trinta e seis mil cento e cinquenta e cinco mil e trinta cêntimos), e o valor correspondente aos processos anulados em 2013, €310.530,18 (trezentos e dez mil quinhentos e trinta euros e dezoito cêntimo), foi recuperado, neste período 5% do valor em dívida, que corresponde a quantia de €287.531,96 (duzentos e oitenta e sete mil quinhentos e trinta e um euros e noventa e seis cêntimos).

Resultados Obtidos no Exercício



2013				
Quantia Exequenda	Juros Mora	Taxa Justiça	Outros Encargos	TOTAIS
€645.196,13	€67.593,36	€139.636,32	€82.898,27	€935.324,08

Total de requerimentos/reclamações no SEF



Durante o ano de 2013, dos 253 Requerimentos/Reclamações apresentadas no SEF, foram respondidos 198, mantendo-se pendentes de pronúncia/decisão de entidades externas (Serviços Liquidadores, Serviço de Finanças, Tribunais) 33 considerando a data de 31/12/2012.

(Handwritten signatures and initials)

Divisão de Plano e Orçamento

Com a publicação da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a gestão orçamental e a gestão de tesouraria ganharam um papel fulcral na gestão financeira das autarquias locais. Ao longo de 2013 a DPO consolidou os procedimentos de apuramento de Fundos Disponíveis tendo contribuído ativamente para a melhoria da própria aplicação informática, em colaboração direta com a AIRC.

A redução dos pagamentos com atraso superior a 90 dias, princípio fundamental da LCPA, foi plenamente atingido em janeiro de 2013, mês a partir do qual não existe qualquer ocorrência.

A publicação da Lei 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, vem introduzir várias alterações, destacando aqui a nova forma de apuramento do endividamento, que passa a ser designado de Dívida Total, com o limite a ser calculado com base na média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, existindo também um já esperado alargamento das entidades a considerar para este limite.

Na sequência da publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, foram introduzidas novas regras a aplicar às entidades participadas, nomeadamente, adaptação de estatutos, as regras de viabilidade económico – financeira, o equilíbrio de contas e a própria dissolução das empresas locais.

O ajustamento às novas regras é um processo exige um conhecimento profundo da Lei e da realidade da cada entidade participada, tendo sido constituído um Grupo de Trabalho para o efeito, através do Despacho 3/2014, de 6 de janeiro. O Despacho 82/2013, de 13 de novembro, renova o Despacho 82/2008, de 28 de outubro, definindo a Dra. Maria de Lurdes Vaz como interlocutora entre o município e as entidades participadas, elemento que também integra o grupo de trabalho acima referido.

O enquadramento das entidades participadas face à legislação referida, bem como a confirmação, ou não, da existência de controlo ou presunção de controlo sobre as mesmas, é imprescindível, não só, para o correto apuramento da dívida total, como também para a necessidade de proceder à transferência financeira de equilíbrio de contas ou para efeitos de consolidação de contas, entre outras obrigações.

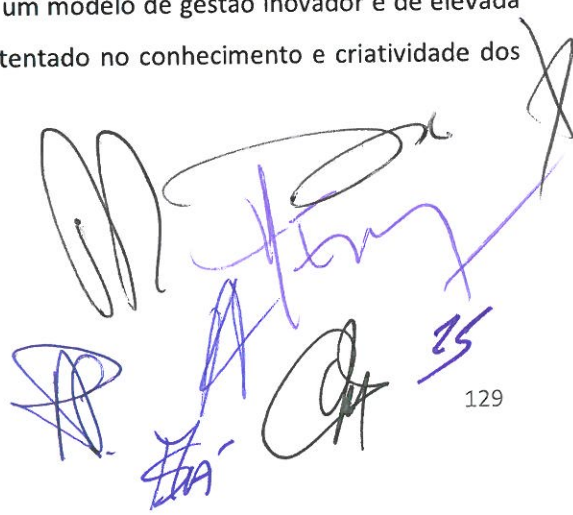
O primeiro ano de produção da Contabilidade de Custos registou um conjunto de constrangimentos que resultaram no atraso acentuado do início dos trabalhos de lançamento dos movimentos de mão-de-obra e de máquinas e viaturas, por parte dos serviços. Durante o 1º trimestre ocorreu em simultâneo o encerramento de 2012 e a respetiva abertura de 2013.

O processo de operacionalização da Contabilidade de Custos, caracterizou-se, nessa medida, por ser uma realidade em constante evolução, sempre numa perspetiva de otimização contínua e sistemática das metodologias, bases e ferramentas de trabalho e, conseqüentemente, da qualidade da informação produzida por esta nova ferramenta de gestão.

Na sequência da 1.ª edição do processo de Orçamento Participativo de Oeiras foi entregue à Associação Humanitária de Bombeiros de Linda-a-Pastora, durante a semana da Proteção Civil, no dia 2 de junho, a viatura para transporte de doentes não urgentes. Esta viatura surge como importante reforço do serviço que é prestado por aquela associação permitindo assegurar, em paralelo, um conjunto de situações de apoio social de manifesto interesse público.

Os restantes projetos que completam as 3 propostas mais votadas, integradas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, Passagem pedonal na Terrugem e Quinta Urbana/ Pedagógica, encontram-se ainda em fase de implementação.

As atividades regularmente desenvolvidas pela DPO têm por base um modelo de qualidade e método de trabalho, assente no recurso intensivo de tecnologia (e não de mão-de-obra), situação que permite atingir elevados níveis de produtividade com uma estrutura de pessoal reduzida. Procura-se a excelência em todas as atividades em que está envolvida, tendo assumido desde o início o desígnio de garantir um modelo de gestão inovador e de elevada qualidade, assente na colaboração e na partilha de informação, sustentado no conhecimento e criatividade dos seus colaboradores e na utilização de meios tecnológicos adequados.



A DPO desenvolve atividades no âmbito do planeamento estratégico, nas vertentes económica e financeira, nomeadamente:

- Participar no projeto MIG (aplicação do Mapa Estratégico e BSC);
- Participar na elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico;
- Elaborar as Grandes Opções do Plano e Orçamento;
- Acompanhar a execução das GOP e Orçamento;
- Elaborar relatórios periódicos de avaliação;
- Participar na elaboração do Relatório e Conta de Gerência;
- Participar no Projeto de implementação do ERP;
- Prestar informação a entidades externas;
- Acompanhar a evolução das Entidades Participadas;
- Divulgar e apoiar as Candidaturas a Financiamento.
- Participar no Projeto de implementação da Contabilidade de Custos;
- Prestar esclarecimentos e apoiar os serviços.

Projeto MIG (Mapa Estratégico e BSC)

O Modelo Integrado de Gestão (MIG) é um exercício ambicioso que assenta na definição de Mapas Estratégicos, que incluem os objetivos estratégicos e operacionais, seguindo a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) com a definição de métricas e indicadores de desempenho por ação/atividade nas perspetivas de clientes, processos, desenvolvimento organizacional e financeira. O MIG disponibiliza ainda um conjunto de instrumentos/ferramentas de gestão que visam satisfazer os requisitos legais aplicáveis e contribuir para a melhoria da *performance*.

No âmbito do projeto MIG, foram desenvolvidos os Mapas Estratégicos de cada Direcção Municipal, que incluem os objetivos estratégicos e operacionais, seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*.

Plano de Desenvolvimento Estratégico

O Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) é um dos instrumentos/ferramentas de gestão que resulta da aplicação do modelo acima referido e garante o alinhamento das orientações estratégicas com as GOP, introduzindo novos mecanismos de controlo da atividade organizativa. No essencial, os serviços a partir das orientações estratégicas e operacionais, definiram um conjunto de ações/atividades estruturantes e para cada uma identificaram as datas previstas de realização, as métricas, os indicadores de desempenho, os recursos financeiros e os responsáveis/intervenientes.

Grandes Opções do Plano e Orçamento

Nas GOP e Orçamento, procurou-se simplificar, agilizar e adaptar o documento à estrutura orgânica e às orientações estratégicas traçadas, reforçando a tendência da redução global do valor de Orçamento. O modelo de Reporting utilizado disponibiliza informação sobre os níveis de realização obtidos por cada serviço, em forma de quadros e gráficos, com destaque para a evolução da dotação, cabimentos, compromissos e pagamentos ao longo do ano.

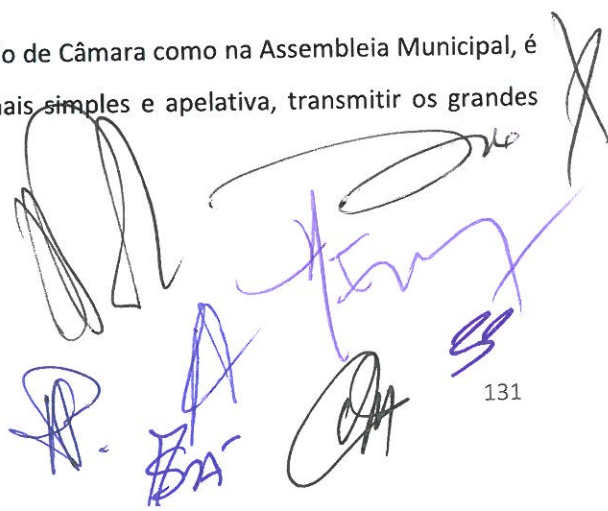
A elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento constitui a face mais conhecida e visível desta orgânica. Apesar da participação de toda a organização, cabe-nos a organização do processo, concebendo as matrizes que compilam a informação de recolha e desenvolvimento, para dar resposta consolidada à gestão, colmatando as ausências de uma informação integrada das finanças do município.

Procurando facilitar o processo de elaboração das GOP e Orçamento, além do envio do ficheiro contendo as ações de cada serviço, é elaborado um documento de apoio com toda a informação e tabelas necessárias.

A separação do valor de dotação pretendido pelos serviços, para cada rubrica GOP, em três grupos (necessidades do ano seguinte, despesa de funcionamento e despesa nova) procurou criar um critério de prioridade nas dotações a considerar, face à necessidade de obter um plano e orçamento mais próximo da realidade. Esta abordagem tem sido dinâmica, tendo contado com os contributos internos e externos à DM.

Fomenta-se cada vez mais a participação e responsabilidade de todos os serviços, garantindo-lhes o suporte técnico indispensável ao cumprimento de todos os preceitos legais aplicáveis, existindo disponibilidade, como vem sendo prática na DM, na realização de reuniões de apoio à elaboração e esclarecimentos e/ou cumprimento das regras estabelecidas quer na elaboração das GOP e Orçamento, bem como, de todos os mapas ou elementos necessários de suporte à decisão e/ou gestão, quer por iniciativa da DM como acima se refere quer por solicitação dos serviços.

Para facilitar a apresentação das GOP e Orçamento, tanto na reunião de Câmara como na Assembleia Municipal, é produzido um ficheiro PowerPoint que permite, de uma forma mais simples e apelativa, transmitir os grandes números e os principais elementos em destaque.



Execução das GOP e Orçamento

Tendo em vista o acompanhamento da execução das GOP e Orçamento procedeu-se à atualização mensal de ficheiros Excel com diversa informação sobre a execução (por classificação económica, funcional e orgânica). É assegurado o acompanhamento, controlo e avaliação da execução das GOP e Orçamento, bem como, a verificação das demonstrações financeiras.

Relatórios Periódicos de Avaliação

Os principais documentos realizados são a informação à Assembleia Municipal, o Relatório trimestral de execução orçamental, a folha semanal sobre a situação financeira e o mapa de acompanhamento mensal do PDE.

A resposta, por parte dos serviços, através dos mapas que acompanham mensalmente a evolução do PDE, conjuntamente com a informação financeira, constitui a base da informação à Assembleia Municipal.

O mapa de acompanhamento mensal do PDE representa um instrumento de avaliação do desempenho da organização, e permite aprofundar as rotinas de gestão e de controlo da respectiva atividade.

Desta forma foi obtida uma significativa redução do esforço despendido pelos serviços, dado que o mapa de acompanhamento mensal do PDE é o mesmo que permite elaborar a informação à AM. Todo o procedimento foi ajustado e simplificado, sendo a informação disponibilizada na Intranet, permitindo uma consulta alargada a todos os colaboradores.

O relatório trimestral de execução orçamental tem como objetivo a disponibilidade e divulgação de informação. O seu conteúdo é idêntico ao que integra a informação à AM, tendo a vantagem de corresponder a períodos regulares de tempo, sendo de igual modo disponibilizado na Intranet a todos os colaboradores.

A folha semanal sobre a situação financeira, contém informação abrangente sobre as disponibilidades, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento, comparativamente ao ano anterior. Este modelo é atualizado semanalmente de forma manual, com base na recolha de dados da aplicação.

A consulta das GOP e Orçamento e do Relatório e Conta de Gerência, na Intranet como na Internet, responde à legislação em vigor e a uma tendência crescente para uma sociedade de informação desmaterializada e transparente.

Relatório e Conta de Gerência

A elaboração do Relatório e Conta de Gerência depende do esforço desenvolvido por todas as Divisões da DMPGFP, contando ainda com a colaboração dos restantes serviços.

É elaborada ainda, uma versão digital do Relatório e Conta de Gerência que se encontra disponível na Intranet e na Internet, dando cumprimento à legislação, assegurando-se também, o envio, por via eletrónica, do RCG para o Tribunal de Contas.

A existência de um auditor externo (ROC) que verifica e emite parecer sobre as contas do exercício, obrigação decorrente da Lei, representa um esforço acrescido para os serviços, na prestação de informação e colaboração necessária, compensado pelo aumento da fiabilidade e qualidade do trabalho final apresentado e contribuindo para um processo de melhoria contínua do mesmo.

As constantes alterações ao cálculo do endividamento, agora dívida total, criam a necessidade de um controlo apertado e constante sobre as contas, não só do próprio município como também das entidades participadas.

Projeto de implementação do ERP

Este projeto, iniciado em 2007, continua em curso, existindo ainda lacunas ao nível dos desenvolvimentos pretendidos e da estabilidade dos módulos instalados. Sendo um projeto estruturante e transversal implica uma forte sobrecarga em todos os envolvidos, principalmente numa área tão sensível e crítica como a Financeira.

Informação a Entidades Externas

Na sequência da legislação em vigor procede-se ao envio de informação relativa às empresas participadas – SIPART, à execução do orçamento e endividamento, para a DGO e DGAL, através das aplicações disponíveis. Periodicamente são disponibilizados dados estatísticos, solicitados pelo INE, sobre diversos temas como as atividades culturais ou o ambiente.

A Lei 64/2013, de 27 de agosto, vem regular a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos. O reporte à IGF, implicou o envolvimento de vários serviços, sendo necessário ao longo do corrente ano definir critérios e procedimentos que facilitem e complementem a resposta a prestar no próximo ano.

Entidades Participadas

As entidades participadas assumem um destaque crescente na gestão da CMO, tornando-se fundamental acompanhar de perto todas as alterações que representem um impacto nas contas do município.

Candidaturas a Financiamento

Explorar todas as oportunidades de financiamento constitui, mais do que uma necessidade, uma obrigação, face ao grave quadro económico em que vivemos, mas representa também um enorme desafio para os serviços, num quadro em que o acesso a programas de financiamento é cada vez mais escasso e restrito.

Com o objetivo de alcançar uma divulgação generalizada das oportunidades de obtenção de financiamento aos nossos projetos, foi colocada informação na Intranet sobre as candidaturas a financiamento. Existem dois mapas, atualizados periodicamente, disponíveis em permanência na Intranet:

Acompanhamento das Candidaturas Divulgadas

Informação Financeira das Candidaturas Aprovadas

O primeiro permite identificar as oportunidades de candidatura divulgadas, os projetos submetidos e o resultado obtido, o segundo apresenta, para as candidaturas aprovadas, os montantes elegíveis, percentagem de financiamento, previsão de receita para o ano em curso e os valores recebidos.

Contabilidade de Custos

Em face dos resultados obtidos em 2012, objeto de relato no Volume III do Relatório e Conta de Gerência, foram tomadas, em 2013, várias diligências, ao nível dos diferentes agregados, em resultado das decisões tomadas pelo Grupo de Trabalho da Contabilidade de Custos:

- Máquinas e Viaturas – Alargamento do número de máquinas e de viaturas a tratar no OAD, algumas das quais em resultado da decisão de incluir neste agregado de equipamentos para efeito de imputação aos respetivos bens e serviços, as viaturas AOV;
- Mão-de-Obra Direta – Alargamento do número de funcionários categorizados como tal, em resultado da sensibilização dos vários serviços por via da experiência adquirida nesta matéria no decorrer do ano transato. Caracterizou-se igualmente pela otimização do tratamento de alguns dos MOD, suportada no sentido critico dos vários serviços e na adequação das respetivas bases de trabalho;
- Amortizações – Alteração da metodologia de tratamento, consubstanciada pela imputação às respetivas infraestruturas / orgânicas dos custos correspondentes;

• Tabela de Bens e Serviços – Erradicação dos SI (Serviços Internos) e criação de um conjunto de novos agregados, no essencial, ao nível da Função 111 – Administração Geral, visando a redução dos Custos Diretos a Função, por se refletirem no fim de cada exercício, nos termos que o POCAL estipula, como Custos Indiretos a Bem ou Serviço.

A título de balanço, registou-se, em 2013, face a 2012, uma melhoria substancial do desempenho, da capacidade crítica e de resposta por parte dos serviços, tendo culminado, no que às componentes OAD diz respeito, com um encerramento oportuno (meados de fevereiro) materializado com a Validação Definitiva da totalidade dos movimentos MOD e MAQ.

O presente período caracterizou-se, igualmente, pela continuidade do levantamento e reporte, à AIRC, de diversas anomalias e pedidos de novos requisitos, em matéria das aplicações informáticas, em particular, do OAD, cuja satisfação foi sendo pontualmente assinalada. Espera-se que tais melhorias venham a ter impacto na qualidade e rigor da informação produzida por esta nova ferramenta de gestão.

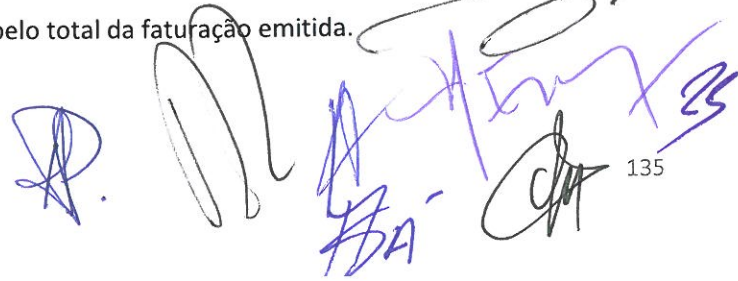
O processo decorreu dentro do expectável para um primeiro ano de produção, e foi pautado pelo espírito de compromisso e de partilha entre os vários intervenientes, assente numa preocupação contínua e sistemática de otimização da performance dos recursos logísticos, humanos e financeiros.

Aumentar a partilha de informação e a sua divulgação, na Intranet e Internet, trabalhar em rede com todos os serviços, internos e externos, produzir mais com menos recursos, aplicar maior rigor nas atividades desenvolvidas, são elementos de um novo paradigma, em crescimento na administração pública.

Divisão de Gestão Financeira

A Divisão de Gestão Financeira (DGF) prosseguiu a atividade que tem desenvolvido no âmbito das suas atribuições e competências, designadamente a contabilização dos factos patrimoniais e a realização das operações orçamentais, procurando sempre aumentar os níveis de eficiência e de eficácia nos pagamentos e na arrecadação da receita.

Deu-se início a uma rotina de verificação mensal de saldos com os serviços municipalizados ainda em Outubro de 2012 repercutindo resultados apenas em 2013 tendo sido possível refletir os mesmos valores nas contas correntes entre as duas entidades. O facto de os SMAS agora SIMAS, ainda não ter aderido à faturação eletrónica do Município implica constrangimentos ao nível dos registos contabilísticos devido ao elevado volume de faturação mensal obrigando a efetuar um registo único por mês pelo total da faturação emitida.



135

Apesar de ainda não termos uma aplicação de gestão de receita na perfeita aceção do termo, ou seja que possibilite a gestão de todos os tributos emitidos, as obrigações legais exigidas assim como informação imediata, a DGF com o apoio de alguns serviços analisou os dados extraídos do ERP conseguindo apurar o valor da dívida de Habitação social até 31 de Dezembro de 2013. Foi também possível criar provisões para cobrança duvidosa de acordo com a antiguidade do incumprimento. Igual tratamento foi dado às dívidas de cemitérios, resíduos sólidos, rendimentos de propriedade (direitos de superfície), mercados e feiras.

Foram emitidas 578 certidões de dívida, este número foi bastante superior aos anos transatos. A soma das certidões emitidas nos últimos 3 anos foi de 127.648,38 tendo sido cobrado 47.258,48.

- 2011 Foram emitidas 10 no valor de 669,72€;
- 2012 Foram emitidas 226 no valor de 42.525,26€;
- 2013 Foram emitidas 578 no valor de 84.453.40€.

Com a Lei nº66B/2012 de 31 Dezembro passou a ser obrigatório a entrega mensal de rendimentos de trabalho dependente. Esta nova obrigação trouxe-nos bastantes dificuldades nos primeiros meses repercutindo-se no final do ano na necessidade voltar a entregar as 12 declarações novamente por não coincidirem com as declarações anuais, tem sido uma tarefa partilhada com a DRH.

As dificuldades resultantes das diversas medidas de austeridade que se têm feito sentir nos últimos anos contribuíram para um aumento dos incumprimentos das obrigações mensais dos trabalhadores originando um aumento de processos de penhoras e descontos judiciais em vencimentos. Importa referir que o controle destes processamentos é feito manualmente.

Número de funcionários com descontos no vencimento

- 2010 - 90 Funcionários;
- 2011 - 115 Funcionários;
- 2012 - 126 Funcionários;
- 2013 - 140 Funcionários.

A Lei 64/2013 de 27 de Agosto veio alterar a forma e conteúdo a informar a IGF no que se refere aos apoios atribuídos obrigando ao preenchimento manual de um ficheiro complexo com informação contida na aplicação informática. Esta foi uma tarefa efetuada com a colaboração da DPO.

Divisão de Contratação Pública

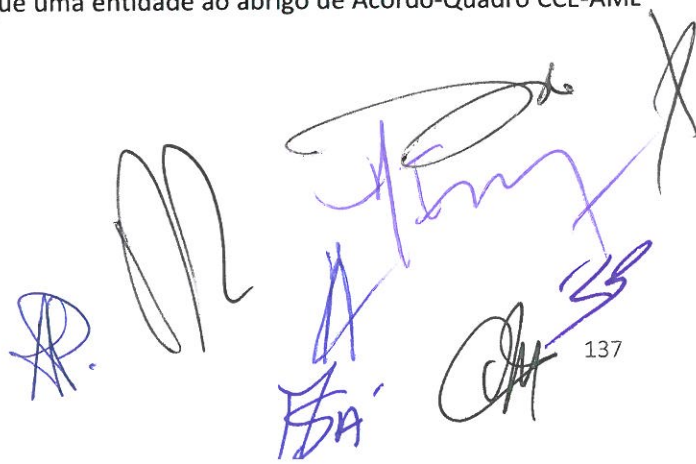
No ano de 2013 a DCP manteve a sua estrutura organizacional e funcional, pelo que, poderemos afirmar que houve uma continuidade de procedimentos, consolidado num conhecimento cada vez mais aprofundado das matérias de contratação pública.

Ocorreram algumas alterações legislativas com repercussões na contratação pública, nomeadamente a Lei de Orçamento de Estado para 2013, Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, dando-se especial destaque a este último diploma que veio estabelecer o regime jurídico das autarquias locais, aprovando o estatuto das entidades intermunicipais, estabelecendo o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovando o regime jurídico do associativismo autárquico.

A Divisão de Contratação Pública manteve, tal como contratualmente estabelecido, a utilização da plataforma Anogov, sedimentando também nesta área os seus conhecimentos, colaborando com a entidade gestora da plataforma para a sua melhoria, contribuindo com propostas e sugestões de forma continuada. Os referidos contributos tiveram como objetivo a produção de uma nova versão, versão essa com mais funcionalidades e melhores funcionalidades para entrar em vigor em 2014.

Em termos quantitativos e na globalidade, em 2013, a DCP iniciou a tramitação de 1951 processos de contratação pública, de acordo com as tipologias constantes no CCP e às quais se aplica a parte II do referido diploma legal, distribuindo-se da seguinte forma:

- Ajuste direto em regime simplificado – 1589;
- Ajuste direto em regime normal com convite a uma entidade – 183;
- Ajuste direto em regime normal – avença em nome coletivo – 18;
- Ajuste direto em regime normal – tarefa em nome individual – 74;
- Ajuste direto em regime normal – tarefa em nome coletivo – 22;
- Ajuste direto em regime normal com convite a mais do que uma entidade – 15;
- Ajuste direto em regime normal com convite a mais do que uma entidade ao abrigo de Acordo-Quadro ESPAP, IP (ANCP) – 4;
- Ajuste direto em regime normal com convite a mais do que uma entidade ao abrigo de Acordo-Quadro CCE-AML – 2;
- Concurso público – 41;
- Concurso público com publicidade internacional – 2;
- Concurso limitado por prévia qualificação – 1.



Desenvolveu ainda a tramitação administrativa dos seguintes contratos:

- Contratos excluídos – 3;
- Contratação excluída genérica – 13;
- Contratação excluída In-House – 31;
- Renovações de prazo contratual – 6.

Desta forma, em 2013, a DCP tramitou 2004 processos administrativos.

Sendo a Divisão de Contratação Pública a unidade orgânica responsável pela gestão de utilização da plataforma eletrónica de contratação pública, importa ainda destacar o número de procedimentos desenvolvidos através da plataforma de contratação pública.

Assim, da tipologia de procedimentos de contratação pública ao abrigo da parte II do CCP, incluindo procedimentos para contratação de empreitadas de obras pública e concessões, de acordo com informação prestada pela Ano, Lda, através da plataforma eletrónica Anogov, foram iniciados 138 procedimentos por ajuste direto em regime normal, com convite a uma entidade, 47 procedimentos por ajuste direto em regime normal com convite a mais do que uma entidade, 58 procedimentos por concurso público com publicidade nacional e internacional e 3 procedimentos por concurso limitado por prévia qualificação.

Considerando que também compete à DCP a validação de requisições internas elaboradas pelas demais unidades orgânicas da câmara municipal de Oeiras, é de mencionar que, em 2013, foram elaboradas 2029 requisições internas.

Em termos de despesa pública assumida em 2013, através de emissão de requisições externas, esta foi de €19.660.352,58, correspondendo a um total de 2076 requisições externas emitidas. Considerando que a atual aplicação informática GES não apresenta listagem disponível com valores sem IVA, o montante apresentado inclui o IVA às taxas legais em vigor.

Por último, informa-se que ao abrigo do parecer prévio vinculativo genérico, tramitado de acordo com a Proposta de Deliberação nº 127/2013, conforme Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, foram comunicadas ao Senhores Vereadores a contratação de 44 prestações de serviços.

Todas as demais contratações e/ou renovações de prazos contratuais de prestação de serviços foram sujeitas a parecer prévio vinculativo, bimensalmente ao longo do ano de 2013, com exceção do mês de agosto, mês em que não decorreram reuniões do órgão executivo.

Divisão de Gestão Patrimonial

Núcleo bens móveis

No âmbito do Núcleo de Bens Móveis foram registados na aplicação SIC, 2.903 bens móveis e bens incorpóreos, adquiridos ao longo do ano, representando um valor global de € 1.515.306,51. Procedeu-se à atualização dos dados mestres de 2.350 bens adquiridos em anos anteriores a 2013. Para efeitos de operacionalização da contabilidade de custos, procedeu-se à afetação de 22.889 bens aos respetivos serviços da contabilidade de custos.

Encontra-se sob a alçada deste Núcleo a gestão dos contratos de assistência técnica (CAT's) referentes a diversos equipamentos, que importaram o pagamento da quantia de € 35.430,20, conforme quadro infra:

Custo Global CAT's		
Tipo de Equipamento	Nº Equipamentos	Custo €
Multifunções Toshiba	71	30.824,56
Alarmes Bibliotecas Municipais	3	4.605,64
Total Global	74	35.430,20

No respeitante às reparações de equipamentos, os custos verificados em 2013 totalizaram o valor de € 839,49, distribuídos da seguinte forma:

Equipamento	Unidade Orgânica	Valor
Cadeiras	GCAJ	239,85
Impressora TDS 400	DAAA (IMI)	389,17
Plotter HP 4500	DAAA (IMI)	210,47
Total		839,49

Núcleo bens imóveis

O Núcleo de Bens Imóveis inventariou 162 bens imóveis (14 adquiridos em 2013 -sendo 4 empreitadas -, e os restantes 148 adquiridos em anos anteriores – sendo 2 deles empreitadas), e abateu 70 imóveis, conforme reflete de forma mais pormenorizada o quadro infra:

Tipo de Negócio	Bens Criados (Nº)	Bens Abatidos (Nº)
Compra	119	-
Venda	-	39
Devoluções ou reversão	1	-
Permuta	1	11
Cedência	15	-
Doação	3	1
Justificação Notarial	1	-
Empreitada	6	-
Desafetação do Domínio Público	3	-
Desanexação/Saída de Propriedade	12	-
Anexação	1	11
Outros	-	8
Total	162	70

Apesar da reorganização dos serviços que, em 2010, fez transitar a realização de registos junto das Conservatórias do Registo Predial para o Serviço de Notariado Privativo, a presente Divisão conservou algumas competências nessa área.

Neste contexto foram realizados 2 registos, bem como 2 averbamentos de anexação/desanexação antecededidos da respetiva submissão do modelo 1 do IMI, e 3 desafetações do domínio público para o privado.

Foi prosseguida a gestão dos condomínios implementados em Bairros Sociais e fora deles, com a realização de assembleias-gerais ordinárias e extraordinárias de condomínio e controlo do pagamento de quotas ordinárias e extraordinárias.

O número condomínios em Bairros Sociais são 133 (1 destes constituídos no presente ano), total da despesa de € 139.833,50 a título de quotas ordinárias de condomínio e € 3.124,08 a título de quotas extraordinárias (estes valores incluem também os condomínios localizados fora de Bairros Sociais).

A gestão corrente dos contratos de arrendamento, nos quais o Município assume a posição de senhorio, é gerida pela DGP, existindo atualmente 28 contratos em vigor (dos quais 15 correspondem a armazéns sitos no Alto dos Barronhos, em Carnaxide, e os restantes 13 a estabelecimentos de restauração e bebidas), que no ano em apreço a receita cobrada foi de € 478.087,93 a título de rendas.

A gestão das concessões de exploração – 10 no total - manteve-se, resultando numa arrecadação de receita de € 580.888,24, e das três (3) licenças de uso privativo a cobrança foi de € 37.716,78.

Em simultâneo, procedeu-se à gestão dos bens imoveis arrendados pelo Município, cuja despesa consubstanciou o valor de € 1.426.519,81.

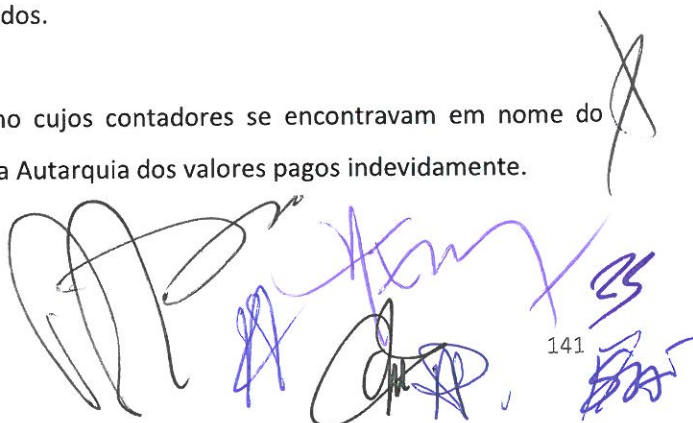
Na ótica de uma gestão eficiente do património municipal, a racionalização/redução da despesa municipal, a DGP iniciou um projeto de identificação e regularização dos contadores de água, luz e gás, podendo apontar como exemplo a identificação dos contadores que se encontravam indevidamente em nome do Município e que estavam a ser utilizados por terceiros, assumindo assim a Edilidade o pagamento indevido destes consumos (água, eletricidade e gás). Neste âmbito foram verificados cerca de 1.266 locais de consumo e detetadas cerca de 105 situações de irregularidade.

Como resultado do trabalho desenvolvido, e apurados os custos que a Autarquia suportou indevidamente, resultante das irregularidades encontradas, a saber:

Tipo de contrato	Valores pagos indevidamente
Eletricidade	1.368.884,15 €
Água	355.241,06 €
Gás	72.915,82 €
Total de gastos indevidos	1.797.041,03 €

Nota: O apuramento dos valores pagos indevidamente pela Autarquia remontam, em alguns casos, ao ano de 2005, não tendo sido possível apurar valores para anos anteriores em virtude da EDP e SIMAS terem mudado de sistema informático e não conseguirem disponibilizar esses dados.

A DGP tem notificado os utilizadores dos locais de consumo cujos contadores se encontravam em nome do Município, para que estes regularizem a situação e ressaciem a Autarquia dos valores pagos indevidamente.



Seguros

Através de uma gestão rigorosa da carteira de seguros, consegue-se uma recuperação anual de montantes significativos, dos quais:

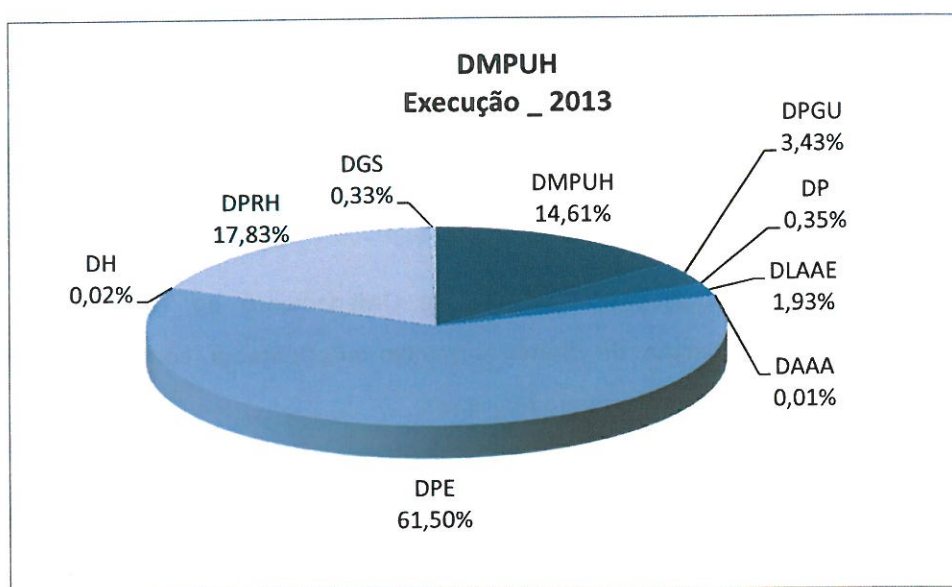
- € 46.558,04 - Montante anual que a Mapfre Seguros Gerais S.A. paga ao Município, nos termos do contrato assinado entre ambas, tendo por base a validação e pagamento atempado dos prémios de seguro no ano de referência, controlo de apólices, participantes, e de custos e controlo da sinistralidade existente nas diversas apólices;
- € 36.858,98 - Estornos;
- € 53.949,17 - Indemnizações.

No cômputo geral, a CMO recebeu da Seguradora € 137.366,19.

O quadro infra espelha o número de seguros colocados, bem como os encargos financeiros daí resultantes:

Ramo	Nº recibos de prémio / Validados por apólice	Prémios pagos por ramo 2013
Ramo Automóvel	227	300.642,32 €
Ramo Máquinas / Cascos	57	13.636,28 €
Ramo Multirriscos Geral	23	159.177,07 €
Ramo Multirriscos Exposições	21	12.007,16 €
Ramo Equipamento Eletrónico	5	3.286,29 €
Ramo Embarcação de recreio	3	1.496,67 €
Acidentes Pessoais	38	353.925,09 €
Acidentes Pessoais IEFP	32	11.872,46 €
Ramo Transportes – Mercadorias	7	8.486,79 €
Ramo Responsabilidade Civil Geral	2	9.006,80 €
Total	415	873.536,93 €

Direção Municipal de Planejamento, Urbanismo e Habitação



Direção Municipal de Planejamento, Urbanismo e Habitação

Os Departamentos que integram a Direção Municipal de Planejamento Urbanismo e Habitação contribuíram para a execução das políticas, planos e projetos municipais através da atividade desenvolvida em 2013, conforme adiante se sintetiza.

A conjuntura económica e financeira do país teve um reflexo óbvio na dinâmica de materialização de algumas metas programadas, afetando essencialmente o planeamento de obras novas e o ritmo do investimento privado de natureza estratégica.

Este contexto não só não afetou a atividade de planeamento e projeto, como permitiu o seu reforço com recurso às competências profissionais de que dispõe a Direção Municipal. Pretendemos e conseguiremos, com este reforço, continuar a preparar o Concelho para o futuro, recusando a passividade e prevenindo os impasses que sempre se sucedem a períodos de retração e incerteza.

A avaliação global da prestação dos Serviços permite afirmar que se envolveram de forma empenhada no cumprimento das metas que lhes foram traçadas. Satisfizeram as expectativas e nalguns casos superaram-nas – encarando os constrangimentos como desafios -, não tendo reflexo no resultado da apreciação global um ou outro caso de inadaptação.

Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

A atividade do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, em 2013, manteve os níveis de desempenho, de anos anteriores, no domínio do **Planeamento**, nas vertentes da capacitação do território para acolhimento de novos polos de desenvolvimento e da requalificação urbana de áreas habitacionais e empresariais existentes.

Neste âmbito, foram elaborados Planos Municipais de Ordenamento do Território e outros estudos e Instrumentos de Planeamento e Gestão, de carácter normativo ou orientador, com a intervenção das diferentes Divisões e Núcleos do Departamento, merecendo referencia:

- Continuação do apoio aos trabalhos de revisão do PDM, designadamente na programação, parametrização e normativos, nas áreas setoriais da rede de acessibilidade e mobilidade, estrutura territorial, modelo de desenvolvimento, áreas urbanas consolidadas e património construído e ambiental;
- Início dos procedimentos relativos aos Planos de Ordenamento das Áreas Empresariais da Zona Norte de Caxias (antigas Pedreiras) e Paço de Arcos (zona de expansão industrial no PDM94);
- Iniciaram-se igualmente, em pareceria com o GABTEC do ISA e o Mestre Escultor José de Guimarães, os estudos relativos ao Plano Geral de Ordenamento Paisagístico da Zona das Fontainhas, em Paço de Arcos;
- Constituição do Grupo de Trabalho DPGU/IPDJ e início dos trabalhos para o desenvolvimento do Plano de Gestão e Ordenamento do Complexo Desportivo Nacional do Jamor;
- Prosseguimento dos estudos de avaliação do programa do Plano de Urbanização da Serra de Carnaxide para proposta de revisão;
- Acompanhamento dos procedimentos finais relativos à aprovação dos seguintes Planos Municipais de Ordenamento do Território:
 - Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia (Alteração);
 - Plano de Pormenor da Quinta da Fonte – Carnaxide (Alteração);
 - Plano de Pormenor da Zona do Interface de Paço de Arcos (Alteração);
 - Plano de Pormenor da Margem Direita do Jamor.
- Início das fases seguintes das Áreas Piloto relativos aos Estudos de ordenamento para a Requalificação Urbana dos bairros das Biscoiteiras, em Linda-a-Velha, J. Pimenta, em Paço de Arcos, e Figueirinha, em Oeiras;

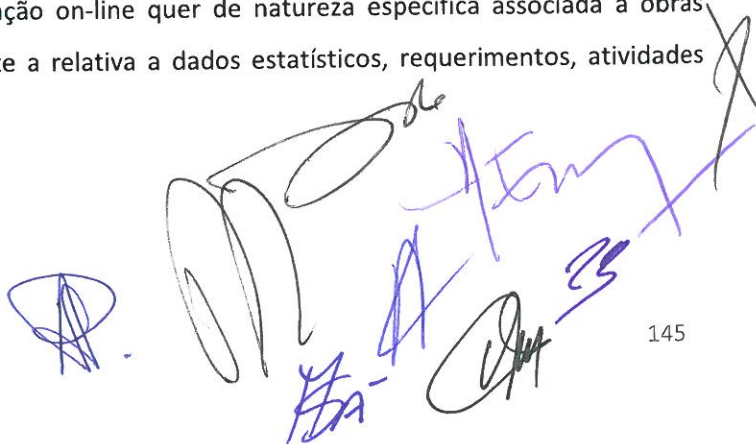
- Prosseguimento dos estudos para a reabilitação urbanística das antigas Zonas Industriais de Queluz de Baixo e Portela de Carnaxide;
- Prosseguimento da Caracterização para atualização do PSPCACO, na perspetiva da sua revisão;
- Elaboração de diversos estudos para a viabilização da instalação de equipamentos em terrenos municipais.

Em matéria de Acessibilidade e Mobilidade, a atividade do DPGU foi focalizada na elaboração de **Estudos Sectoriais de Circulação e Estacionamento e da Oferta de Transportes Coletivos**, destacando-se:

- Programação das redes para a cobertura das necessidades de resposta, para a instalação de atividades de natureza estratégica, em articulação com as diversas iniciativas de Planeamento e outras geradoras de impactos nos sistemas viários;
- Conceção da estrutura e condicionantes para a acessibilidade e mobilidade no âmbito da elaboração dos Planos e Estudos Urbanísticos e de requalificação, em articulação com a DP, DEU e NIPE;
- Apoio aos estudos da Parques Tejo para a melhoria contínua da oferta de estacionamento público, com destaque para as zonas das interfaces e áreas residenciais;
- Acompanhamento para a materialização de soluções geométricas no âmbito dos Estudos da rede viária municipal, designadamente nas áreas empresariais de Queluz de Baixo, Paço de Arcos, Caxias e Outurela/Portela;
- Continuação do desenvolvimento e acompanhamento, em articulação com a CML e Estradas de Portugal, das soluções viárias programadas para os nós do Alto do Duque e Miraflores.

Nos domínios da Atividade Administrativa, do Apoio às Atividades Económicas e do Relacionamento com Municípios e Empresas mantiveram-se as elevadas taxa de realização dos programas, sendo de assinalar:

- Continuação do alargamento dos conteúdos e do acesso à base de dados da atividade do Departamento, no âmbito da consulta de processos e da divulgação, criando uma Base de Dados das Atividades Económicas e dos Equipamentos Privados de Ensino, Saúde e Apoio Social, e manutenção do sistema de registo cartográfico digital sobre os pedidos de particulares e outros dados de natureza geográfica, estatística e económica;
- Promoção de medidas de facilitação da comunicação com os Municípios, desde o atendimento público ao acompanhamento dos processos, e a adesão a iniciativas no âmbito dos programas SIMPLEX e da implementação das aplicações SPO e e-paper;
- Manutenção do ritmo de crescimento da informação on-line quer de natureza específica associada a obras particulares quer de natureza geral, designadamente a relativa a dados estatísticos, requerimentos, atividades económicas e planeamento.



Com este conjunto de projetos concorre o acompanhamento da concretização dos seus **objetivos**, traduzido por toda a atividade de gestão que lhe está associada: da apreciação técnica de projetos, do controle e fiscalização de obras e dos competentes procedimentos administrativos, bem como da conciliação de interesses públicos e privados envolvidos, sendo de registar uma redução continua dos tempos de resposta às solicitações.

Apesar das contínuas incertezas do atual contexto organizativo interno e dos enquadramentos legislativos e financeiros, o balanço da execução do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística situou-se nos níveis esperados.

Continuou a registar-se, no ano de 2013, no que respeita aos recursos, para além das condicionantes físicas insanáveis das atuais instalações que temos recorrentemente vindo a assinalar, alguma instabilidade no quadro de pessoal do Departamento devido a saídas imprevistas de colaboradores que, por razões de natureza socio económica, cessaram a sua colaboração no Município.

Departamento de Projectos Especiais

Tendo por referência as orientações político estratégicas delineadas para o ano de 2013, cumpre informar que em face das restrições orçamentais houve necessidade de efetuar reajustamentos ao inicialmente previsto.

Não obstante as dificuldades, a atividade desenvolvida no Departamento foi alicerçada numa atitude pró-ativa e de significativo compromisso com os objetivos a atingir.

Das ações desenvolvidas pelo **Núcleo de Requalificação Urbana**, ao nível dos **Centros Históricos**, foram iniciadas as empreitadas para a recuperação dos Edifícios da Rua Costa Pinto nº 196 em Paço de Arcos e Rua Cândido dos Reis nº 174 em Oeiras, ambos no âmbito do Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos.

Ainda no que diz respeito a este Programa foi lançado o procedimento para a execução da empreitada de recuperação do edifício do Largo da Pátria Nova nº 8 em Carnaxide e concluídos os projetos de execução dos edifícios da, Rua Ivens nº 8 no Dafundo e Rua das Pedreiras em Leão.

No núcleo de **Paço de Arcos** foi concluída a obra de recuperação e reabilitação do Palácio dos Arcos no âmbito do processo de concessão deste edifício ao Grupo Vila Galé para Adaptação a Unidade Hoteleira, tendo esta ação sido acompanhada e coordenada por este Departamento.

Foi ainda concluída a obra de reformulação da escada da Av. Sr Jesus dos Navegantes em Paço de Arcos.

No Núcleo de **Algés**, foi concluído o procedimento para a adjudicação da empreitada de construção do edifício do futuro Centro de Saúde de Carnaxide – Extensão de Algés, tendo o mesmo tido visto favorável do Tribunal de Contas no passado dia 17 de Outubro de 2013.

No núcleo de **Carnaxide**, foi lançado o procedimento para a execução da empreitada de Requalificação do Largo da Pátria Nova encontrando-se o processo em fase de adjudicação, aguardando a aprovação pelo executivo.

Ao nível do Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos foi lançado o procedimento para a execução da empreitada de Reformulação do edifício do Largo da Pátria Nova nº 8 em Carnaxide.

Foi ainda concluído o Projeto para a Ampliação e Recuperação do edifício da Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide.

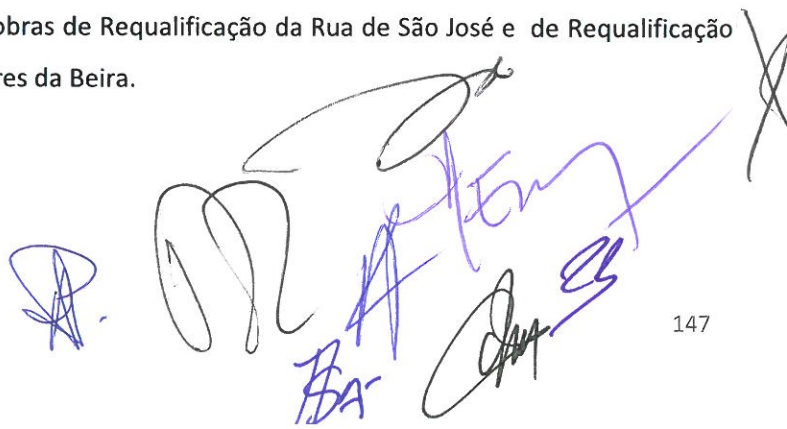
Deu-se continuidade à implementação do programa de financiamento P.R.E.D. com o apoio técnico e financeiro a diversas obras de recuperação de edifícios no concelho.

Foram igualmente desenvolvidas importantes ações de dinamização, nos Centros Históricos como a “Festa de São Martinho” de Oeiras, a IV Mostra Gastronómica em Paço de Arcos, a Mostra Gastronómica em Oeiras (Há Prova em Oeiras) e o Passeio de Automóveis Antigos em Oeiras, Paço de Arcos e Algés.

Nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal, foi dado início à empreitada da Fase II de Construção do Caminho Pedonal, Muro de Suporte e Reformulação do Largo de Itália na Pedreira Italiana.

Em **Leceia e Leião**, foi dado maior ênfase à fase de emissão dos alvarás de loteamento, tendo sido emitido o Alvará da 2ª fase do Bairro de Leião (artº 489) e construídas as respetivas infraestruturas. Foi iniciado o processo com vista à emissão do alvará dos artº 515, 516 e 517 em Leião bem como o do registo dos lotes da 3ª fase de Leceia (Bairro do Carrascal – artº 653).

No Bairro do **Casal da Choca** foram concluídas as obras de Requalificação da Rua de São José e de Requalificação do Palco Exterior na Sede do Rancho Folclórico Flores da Beira.



Em termos de projetos concluiu-se o Plano de Ordenamento da Zona Sul e o Projeto de Loteamento do artº 17 (fases I, II e III).

No Bairro da **Laje** foi iniciado o processo com vista à emissão do alvará referente à 1ª Fase da Zona A e iniciado o projeto de reformulação e ampliação da Rua das Furnas.

Paralelamente foram executadas uma série de pequenas intervenções que visam uma melhoria imediata das condições de vivência do bairro, designadamente, a demolição de uma construção devoluta na Rua da Alegria e consequente requalificação do espaço, a transferência da paragem do autocarro para uma localização mais funcional e o arranjo dos muros dos futuros lotes 5 e 6 da Rua da Ponte referente à 1ª fase do loteamento da Zona A.

No **Núcleo de Projetos**, está a desenvolver-se, na área da **Proteção Civil**, o Projeto para o novo Quartel Bombeiros Voluntários de Oeiras.

Nos **Equipamentos Sociais**, destacam-se o Centro de Saúde de Barcarena na Quinta das Lindas, cujo estudo prévio foi reformulado na sequência do parecer da ARSLVT; o ATL e Jardim de Infância das Irmãs Canossianas (projeto base de Arquitetura concluído, não havendo continuidade no projeto por desistência da entidade requerente).

Na área dos **Equipamentos Culturais** destacam-se o Centro Cultural José de Castro (o projeto está concluído e à semelhança de 2010, aguarda disponibilidade financeira para se efetuar a obra), Universidade Sénior de Oeiras (tendo sido, entretanto, anulado o processo concursal visando a obra de ampliação e novas acessibilidades devido á intensão de permutar o espaço com o gabinete médico sito no “Jardins dos Arcos”) Auditório dos Aciprestes (projeto de Arquitetura concluído), Estúdio de Dança de Carnaxide (Estudo Prévio de Arquitetura concluído).

Na área dos **Equipamentos Desportivos e de Lazer**, o DPE – Núcleo de Projetos prestou apoio técnico e financeiro à Cooperativa Nova Morada (elaboração do Projeto Base de Arquitetura e de Especialidades), ao Valejas Atlético Clube (elaboração do projeto e execução do procedimento para a realização da segunda fase da execução do fecho do recinto desportivo da reabilitação das Instalações Desportivas), à Associação Desportiva de Oeiras (Reformulação do Projeto do Pavilhão Desportivo), aos Unidos Caxienses (projeto da Cobertura do Polidesportivo), à Sociedade Columbófila de Algés, na elaboração do Projeto da Aldeia Columbófila e acompanhou e coordenou a execução da empreitada do Complexo Desportivo de Porto Salvo.

Na área dos **Equipamentos Escolares** destacam-se as intervenções no Pavilhão Joaquim de Barros (concluiu-se o a primeira fase de recuperação com a intervenção de recuperação da cobertura e pavimento do recinto desportivo); no Pavilhão S. Julião da Barra que mereceu obras de reabilitação ao nível da cobertura; o Pré-escolar das Dominicanas Irlandesas em Algés (projeto base concluído), assim como a reabilitação da escola Sofia de Carvalho (estudo prévio em curso).

No Setor de **Preservação e Valorização do Património** realizou-se da obra de recuperação da Biblioteca Operária Oeirense; Realizaram-se os projetos de restauro da Capela do Palácio dos Aciprestes; da Capela do Palácio da Flor da Murta; do Pombal da Quinta da Barreira; da Capela do Senhor Jesus dos Navegantes; da Capela Nossa Senhora do Cabo; da Igreja de S. Romão de Carnaxide.

Departamento de Habitação

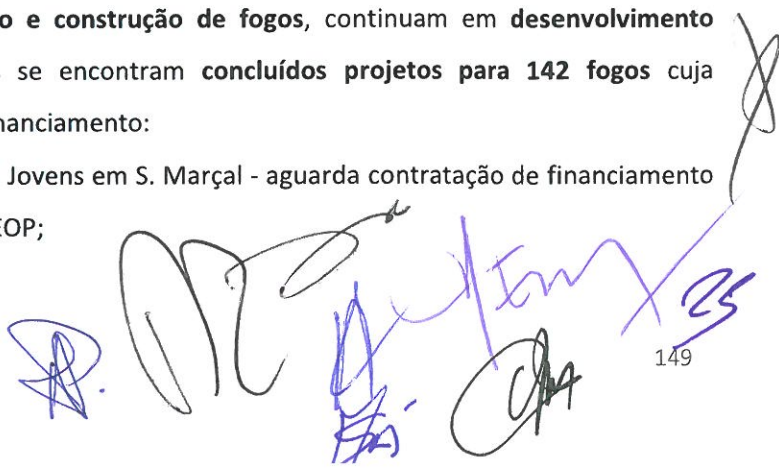
A atividade desenvolvida pelo Departamento de Habitação, em 2013, assumiu um incremento no conjunto de trabalhos de **manutenção e reabilitação** do parque habitacional municipal, no acompanhamento da **integração social** nas novas realidades urbanas e na avaliação e resposta a um número crescente e diverso de carências habitacionais registadas no **Observatório de Habitação / Levantamento de Carências**.

Em síntese, as linhas orientadoras da atuação do DH foram:

- Verificação das obrigações mútuas entre a Camara Municipal e os moradores seus arrendatários;
- Registo e estudo constante, no âmbito do OBSERVATÓRIO, das novas realidades e carências habitacionais emergentes;
- Trabalho técnico multidisciplinar no contexto das competências do Departamento;
- Manutenção, Requalificação e Gestão do Parque Habitacional Municipal e dos seus espaços públicos e equipamentos;
- Programação de novos conjuntos habitacionais, formas e modelos de habitar, adequados a casos especiais como idosos, isolados e jovens, em regime de arrendamento e venda.

No que respeita a novos programas de **promoção e construção de fogos**, continuam em **desenvolvimento projetos que contemplam 576 fogos**, dos quais se encontram **concluídos projetos para 142 fogos** cuja concretização está dependente da contratação de financiamento:

- Projeto do Conjunto Habitacional de 40 fogos para Jovens em S. Marçal - aguarda contratação de financiamento pela CMO para lançamento do concurso público de EOP;



- Edifício de Habitação Alto da Montanha -64 fogos + Equipamento a definir - Projeto Base de arquitetura concluído e aprovado em 2013, estando prevista a continuação do projeto Execução em 2014;
- Renovação Urbana do Casal do Deserto - 228 fogos, comércio e serviços-, o Estudo prévio do Projeto de Loteamento está concluído e aprovado pela CMO;
- Empreendimento da Quinta das Acácias – 27 fogos para jovens, projeto base homologado pelo IHRU. Projeto de Execução concluído, e em fase de certificação em 2013 aguarda disponibilidade de verbas para lançamento de concurso de EOP;
- Empreendimento da Quinta dos Aciprestes – 12 fogos mais Equipamento social a definir - Projeto de execução concluído em 2012, aguardando-se disponibilidade de verba para início do concurso público de EOP foi objeto de pré formulação de candidatura ao Programa “Reabilitar para Arrendar” em 2013;
- Empreendimento do Parque da Junça – 16 fogos e comércio – Projeto de execução concluído aguardando-se disponibilidade de verba para início do concurso público de EOP. Foi objeto de pré formulação de candidatura ao Programa “Reabilitar para Arrendar” em 2013;
- Unidade Residencial do Palácio Restani - 30 fogos e Centro de Dia. Concluiu-se em 2012 o Projeto Base de arquitetura para futura adjudicação de concurso construção/conceção;
- Empreendimento do Pátio dos Cavaleiros – 20 fogos e comércio – A proposta de alteração do alvará de Loteamento repondo a versão original foi já aprovada pela CMO em 2013. Foram adjudicados os projetos de arquitetura lotes 10 e 11 em 2013 que se encontram em curso;
- Empreendimento do Rossio de Porto Salvo - 20 Fogos – Foi concluído e aprovado pela CMO o Estudo Prévio, estando previsto para 2014 a realização do Projeto Base;
- Terra do Penedo - 24 Fogos, foi laborado o Estudo Prévio que se encontra em aprovação pela CMO.

Lamentavelmente, a adjudicação dos projetados CDH's em Tercena e Leceia - 160 fogos teve de ser anulada, por insolvência do seu promotor – a empresa FDO, Construções – em consequência, não só da conjuntura económica recessiva do país, mas também da ausência de decisão tempestiva do IHRU para o necessário financiamento.

No domínio da **manutenção e requalificação** dos edifícios do parque habitacional municipal, fogos, espaços públicos e equipamentos, sendo um objetivo continuado, foi concretizado com um grau de satisfação muito bom que ronda os 90%.

O número de **intervenções em fogos ocupados**, em 2013, foi de **mais de 1.750 reparações das quais mais de 350 com carácter urgente**, sendo o tempo médio de 8,93 dias para tratamento técnico interno da DPRH, antes do envio aos empreiteiros para reparação.

Quanto á reparação de fogos devolutos destinados a novas atribuições, alcançou-se uma taxa de realização de 91% dos pedidos efetuados pela DGS, com um custo médio unitário de 4.729 € por fogo, o que constitui uma diminuição de 17% face ao ano 2010 resultante do esforço das equipas para a diminuição de custos.

Prevê-se, no entanto, que esta situação possa vir a regredir em 2014, face mais uma vez, ao contexto negativo que atravessamos com desemprego alto, o que leva ao aumento significativo do vandalismo sobre os fogos devolutos para roubo de metais para venda com o aumento de custos públicos inerentes.

Destaca-se deste conjunto de intervenções:

- Reabilitação de fachadas de 9 Edifícios do Alto dos Barronhos – 1ª Fase da obra concluída. Início da 2ª Fase que está também em fase de conclusão;
- Reabilitação de fachadas de 5 Edifícios do Bº do Pombal – EOP adjudicada em 2013 a aguardar autorização da ACT para remoção de Fibrocimentos;
- Reabilitação de fogo T3 para instalação de Casa de Transição para pessoas sem – abrigo, no Bairro dos Corações a gerir pelo IDEQ./DASD;
- Realização do Projeto de Segurança Contra Incêndios na Creche do Bº do Pombal. Conclusão /Aprovação e implementação deste no equipamento;
- Reabilitação de mais de 116 fogos devolutos e execução de 41 reparações pontuais de espaços de equipamento social e educacional nos bairros municipais bem como e adaptação de 6 fogos para deficientes;
- Certificação energética mais 55 fogos do parque habitacional, em 2013, estando já certificados cerca de 559 fogos, 16 % do Parque Habitacional Municipal;
- Desenvolvimento dos trabalhos de Manutenção e Reparação corrente de fogos ocupados em todo o parque habitacional a pedido dos moradores tendo sido realizados em 2013 mais de 1.750 trabalhos (70%) dos solicitados em 2013 abrangendo 729 fogos o equivalente a 21% do PHM.

Relativamente à **Gestão Social** das famílias residentes no parque habitacional, tem sido feita de uma forma efetiva e eficaz, traduzida no aumento significativo do número de **atendimentos da DGS, que foi de 6.676**, em 2013

O número de pedidos de habitação registados no Observatório, em 2013, foi de 249, dos quais resultaram a realização de **mais de 230 visitas domiciliárias** para validação das situações. Este valor apresenta um equilíbrio faces aos valores do ano transato, facto que se atribui á alteração de procedimentos aprovada, que se traduz essencialmente na não obrigatoriedade de visita domiciliária a todos os pedidos de habitação como até aqui acontecia, sendo estas substituídas por **entrevistas sociais**.



Atualmente o número total de pedidos de habitação é de 6.084, dos quais **2.329 pedidos** se encontram na situação de **“ativos”**. Nas 3.755 situações consideradas **“inativas”**, estão incluídos todos os **realojamentos realizados** desde o início do programa - **846**.

O tempo médio utilizado pela DGS para realizar a atribuição de fogos, durante este ano, baixou para pouco mais de 8 dias uteis.

Em 2013 foram **atribuídos 131 fogos** municipais, devidamente reparados pela DPRH e em condições de atribuição. Destes, foram atribuídos em regime de arrendamento, 83 fogos a novos agregados familiares carenciados registados no âmbito do Programa Observatório. Os restantes 48 fogos foram atribuídos para reajustamentos tipológicos dentro do parque e desdobramentos, no âmbito da regular gestão das famílias e das habitações.

A par da resposta às carências habitacionais, foi feito um trabalho continuado de **acompanhamento dos arrendatários**, na organização e dinamização dos processos de agregação, e concretizados, com sucesso, projetos diversos de **intervenção social com as populações dos bairros Municipais**, nomeadamente a realização do programa de Verão **“mexe-te nas férias”**.

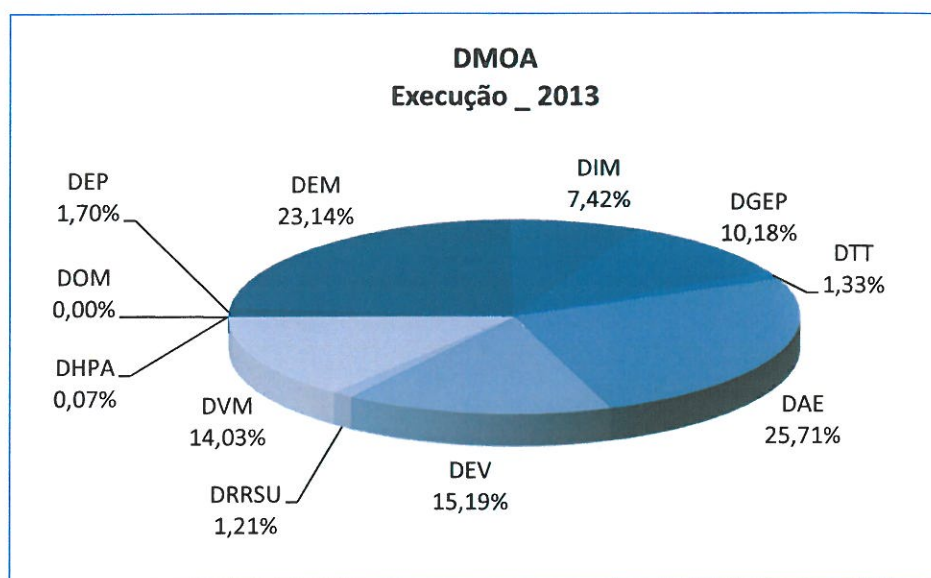
O Departamento de Habitação obteve, em Outubro de 2013 a confirmação e renovação pela APCER do seu **Sistema de Gestão da Qualidade NP ISO 9001- 2008**, com a colaboração do DGO.

Os objetivos operacionais delineados no âmbito do Plano Estratégico Municipal para o D.H. tiveram um grau de cumprimento que considero bom, apesar da conjuntura financeira nacional desfavorável, cujos constrangimentos afetaram significativamente a reabilitação do PHM bem como a promoção da construção de novos fogos, limitando a capacidade de resposta do Município às necessidades de habitação, acrescidas também pelo contexto de crescente desemprego do país.

Outros fatores que têm levantado dificuldades no funcionamento dos serviços são as sucessivas inovações e intermináveis alterações legislativas. De entre estas merece particular destaque a Lei 8/2012 – **“Lei dos Compromissos”** – cuja implementação, para além das restrições financeiras, veio introduzir grandes entropias nos procedimentos relativos aos processos de adjudicação, fazendo aumentar significativamente os respetivos prazos, gerando alguma frustração nas equipas.

No entanto, fruto da experiência que vai resultando, procedeu-se à reformulação de alguns procedimentos e metodologias implementadas, recentrando-as e focalizando-as numa melhor eficiência na prossecução dos objetivos do serviço, dentro das incertezas de contexto externo e interno.

Direção Municipal de Obras e Ambiente



Direção Municipal de Obras e Ambiente

A Direção Municipal de Obras e Ambiente tem por missão garantir a qualidade de vida no concelho, nos domínios das obras, equipamentos, trânsito e transportes e da gestão ambiental; engloba o Departamento de Obras Municipais (DOM) e o Departamento de Ambiente e Equipamento (DAE) os quais contribuem de forma determinante para o bom desempenho da DMOA na missão que lhe é confiada.

Esta Direção Municipal, por força da sua intensa atividade operacional, representa cerca de 49% do universo de funcionários da Câmara Municipal de Oeiras, com cerca de 900 funcionários distribuídos pelas diferentes categorias. A componente operacional é muito significativa (82%) quando comparada com as restantes componentes técnicas e administrativas.

Em termos de resultados financeiros, foi atribuído à DMOA, um orçamento no valor de €44.462.736,77, tendo sido obtida uma taxa de realização no que ao cabimento diz respeito de 68,42% do valor atribuído inicialmente a que corresponde o valor de €28.875.725,04 (estes dados foram fornecidos pelos balancetes DMPGFP).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Durante o Ano de 2013 esta Direção Municipal fez um esforço de concentração de espaços e pessoas, de modo a tornar os serviços mais operacionais e reduzir os custos de gestão. Neste sentido as secretarias do DOM e do DAE foram agrupadas passando a haver uma única secretaria da Direção Municipal, igualmente passou a haver um único estaleiro de obras para todas as unidades orgânicas da DMOA. Também as oficinas municipais no Espargal têm vindo a ser redimensionadas, demolindo-se edifícios obsoletos e reabilitando-se outros, melhorando o estacionamento para todo o parque de viaturas e dando melhores condições aos trabalhadores.

Neste relatório importa destacar entre outras:

- A dedicação dos serviços da DMOA ao projeto das Novas Oficinas Municipais: projeto e adjudicação da empreitada conseguidos em tempo record;
- As diversas reconversões de edifícios municipais, realizadas por empreitada e por administração direta (DTSI no Lagar de Vinho, instalações da DRRSU, Adaptações no Ed. Atrium, nas Oficinas do Espargal, no Mercado de Algés, etc.);
- Construção do parque de caixas de Queijas;
- Lançamento record da empreitada “Relocalização e regularização da linha de água afluenta à ribeira da Outurela e alteração da VLN entre a rotunda 2 e a rotunda 3”;
- Reordenamento do Largo Henrique Paiva Couceiro, em Oeiras.

No que respeita aos diferentes procedimentos que decorreram pela DMOA, no ano de 2013, foram desenvolvidos cerca de 803 procedimentos sendo que 716 corresponderam a fornecimentos e 87 empreitadas. Das empreitadas, os procedimentos concursais desenrolaram-se exclusivamente pela DMOA. Os procedimentos para aquisição de bens e serviços correram pela DCP, embora os elementos instrutórios tenham sido elaborados na DMOA (preparação e validação de peças, emissão de RI, elaboração de fichas de contratação).

Departamento de Obras Municipais

O DOM tem por missão promover a construção, conservação e reabilitação das edificações e infraestruturas municipais, bem como garantir as condições para a existência de elevados níveis de segurança e prevenção rodoviárias.

O DOM, com mais de 100 funcionários distribuídos pelas suas unidades orgânicas (DEP, DEM, DIM, DGEP e DTT), teve uma realização financeira global de €10.941.224,46. Este valor poderia ter sido superado caso não tivessem ocorrido alguns condicionalismos resultantes dos cortes orçamentais que provocaram atrasos na adjudicação e realização de algumas empreitadas.

Divisão de Estudos e Projectos

Tendo em conta as competências atribuídas, à Divisão de Estudos e Projectos, de conceção, promoção e controlo da execução dos projetos no DOM, e no que respeita à atividade desenvolvida, destacam-se os seguintes projetos em 2013:

Desenvolveram-se e concluíram-se os seguintes Projetos, Estudos e Planos

- 2 Requalificações de Escolas - Edificado (projetos internos): EB1 Sylvia Philips e B1 António Rebelo de Andrade;
- 3 Requalificações Escolas - Espaços Exteriores (projetos internos): EB1 Sto. António de Tercena, EB1 Jorge Mineiro e EB1 Amélia Vieira Luis;
- 2 Novos equipamentos (projetos externos): As Novas Oficinas Municipais em Vila Fria – projeto de relevante importância dadas as precárias condições das oficinas atuais, Novas Instalações dos Serviços Técnicos em Vila Fria (ambos totalizando o valor de 418.200€ estando previsto realizar em 2013: 313.650€, mas apenas se pagaram 125.460€);
- Diversas Requalificações de Equipamento (projetos internos e externos), destacando-se os seguintes: Reconversão e Ampliação do Edifício 51 da Fábrica da Pólvora de Barcarena (total 54.888,759, Requalificações diversas no Palácio Marquês de Pombal, Projeto da Adega do Palácio do Marquês 2ª fase, Instalações do DTSI no Lagar de Vinho, Readaptação do espaço a sul do aterro de Vila Fria para instalações da DRRSU, Adaptações no Ed. Atrium, Requalificações diversas nas Oficinas do Espargal, Remodelações parciais no Mercado de Algés;
- 6 Arquitetura Paisagista e Espaço Público (projetos internos): Intervenção paisagística rotunda Baden Powell em Caxias, Requalificação paisagística envolvente ao CROAMO, Parque de estacionamento no fim da Av. de Portugal em Carnaxide, Implantação de Floreiras no Passeio Marítimo/Praia de Stº Amaro, Requalificação Paisagística do Loteamento da Rua da Torre em Oeiras, Caminho de acesso às Instalações da Associação “Nova Morada”, em Paço de Arcos;
- 2 Novas rotundas: Acesso às novas Instalações das Oficinas em Vila Fria e Miraflores;
- Diversos projetos específicos de Especialidade (internos): 11 Fundações e estrutura, 13 Estabilidade de muros, 7 Redes Drenagem águas pluviais (com destaque para Rede de drenagem na EN 250, Barcarena e Rede de Distribuição de Água para Rega Parque dos Poetas/Parque das Perdizes, 11 Redes prediais de águas e 10 de esgotos;
- Elaboração de 64 PPGRCD's internos.



15 Assistências Técnicas de obras que concluíram em 2013 (com projetos DEP)

EB1 Dionísio dos Santos Matias, requalificação cozinha e refeitório em Paço de Arcos, EB1 Sylvia Philips - remodelação da copa, EB1 Amélia Vieira Luís inserção de telheiro, Adega do Palácio do Marquês 2ª fase, Sala de Jantar do Palácio Marquês de Pombal, Instalações do DTSI no Lagar de Vinho, CROAMO - Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Oeiras e requalificação paisagística na sua envolvente, Mercado de Algés - Remodelação parcial, Alterações Instalação no Ed. Atrium e Bar, Oficinas do Espargal – Requalificações, Parque de Caixas de Queijas, Estacionamento Poente da estação do SATUO Paço de Arcos, Integração paisagística rotunda da Vida, Rede de drenagem na EN 250.

Destacam-se também Projetos e Estudos desenvolvidos (sem conclusão), nomeadamente:

Escolas: Remodelação das Instalações sanitárias de 5 EB1, Projetos de Remodelação total da EB Visconde de Leceia e EB1 Gil Vicente remodelação.

Edificado: Edifício Fórum (futuro Edifício Sede da CMO) (custo total do projeto 1.495.865€ dos quais estava previsto realizar em 2013: 299.173€ e foi efetivamente realizado 224.379,68€) trata-se de um projeto de relevante importância porquanto permitirá que no futuro se centralizem num só edifício a esmagadora maioria dos serviços da Câmara, Requalificações diversas do Palácio Marquês de Pombal e conjunto arquitetónico, Pólo de Formação da CMO na Casa da Malta, Requalificação das instalações da Secção da DEV de Caxias, Novo Pavilhão e Reabilitação de todas as instalações do Estaleiro de Porto Salvo, Remodelações das esquadras da PSP de Carnaxide e de Oeiras.

Arquitetura Paisagista, Espaço Público Arruamentos: Estacionamento de apoio à Oficinas Municipais e Requalificação paisagística do aterro de Vila Fria, Projeto da passagem Pedonal sobre a linha de comboio na Terrugem (na sequência do Orçamento Participativo), Requalificação do estacionamento e entrada da Adega do Marquês de Pombal, Parque Recreativo de Linda-a-Velha, Requalificação do Quintal Desportivo de Carnaxide, Requalificação interior de quarteirão Passeio Augusto Abelaira, Estabilização de Talude na Estrada do Cacém, Requalificação Praceta Almirante Sousa Dias, Intervenção paisagística na rotunda Miratejo Paço de Arcos, Alargamento da Estrada da Medrosa, Restruturação do acesso viário aos viveiros municipais na FPB.

Outros Estudos e acompanhamentos diversos em curso: Estudos p/ Plano de Ciclovias para Oeiras, Estudos de atenuação de impacto acústico, Integração do grupo Oeiras XXI+, Estudo Geológico e geotécnico para o futuro Edifício Fórum, projetos de Sinalética, etc.

Assistências Técnicas de 2 obras (em curso): Novas Oficinas Municipais em Vila Fria (lançamento concurso obra), Intervenção Paisagística da Rotunda Baden Powell em Caxias.

A DEP continua a dar apoio à DMOA nas vertentes de elaboração de projetos de especialidade e emissão de pareceres relativamente a Estabilidade, Águas, Drenagem, Medições e Orçamentos e PPGRCD - Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição. Encontra-se a ampliar a sua atuação com a de elaboração de PPGRCD para outros serviços da CMO que não têm essa valência.

No tocante às GOP, o financiamento inicial definido foi 1.120.029€, tendo sido reduzido para 1.046.079€ (96,8% da dotação final de 2012); a taxa de compromisso foi de 69% e a realização total foi de 36,8%. Esta fraca realização deveu-se a 2 projetos de grande peso financeiro que avançaram de forma mais lenta que o previsto e a necessidade de não comprometer novas verbas por questão de restrições financeiras. Estes valores não são representativos do trabalho desenvolvido na Divisão porquanto os projetos internos correspondem à maioria dos projetos desenvolvidos mas esse investimento não vem refletido nestes números.

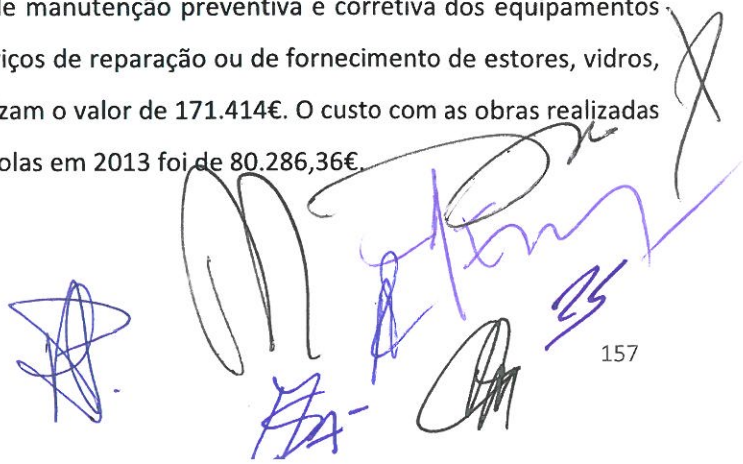
Divisão de Equipamentos Municipais

Tendo em conta as competências da Divisão de Equipamentos Municipais, no que respeita à construção e conservação de equipamentos municipais, durante o ano 2013, dos diversos objetivos previstos no plano de atividades, destacam-se as seguintes intervenções desenvolvidas nos diferentes sectores da DEM:

Setor das Escolas

No setor escolas em 2013 foram realizadas obras de em 8 escolas do Ensino Básico e Jardim-de-infância do Concelho no valor 380.900 €. Tendo em conta a conjuntura financeira do ano de 2013, os restantes procedimentos foram adiados para 2014.

A DEM providenciou ainda a manutenção dos edifícios escolares do Ensino Básico e Jardim-de-infância do Concelho tendo-se respondido a 649 pedidos de intervenção da DE, no âmbito da manutenção dos equipamentos escolares. Dentro desta manutenção incluem-se ações de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos instalados (cozinha, elevadores, alarmes) bem como serviços de reparação ou de fornecimento de estores, vidros, serralharias, iluminação, onde os custos associados totalizam o valor de 171.414€. O custo com as obras realizadas por Administração Direta incluindo mão-de-obra, nas escolas em 2013 foi de 80.286,36€.



Sector de Edifícios

Neste sector, destacam-se:

- O lançamento e proposta de adjudicação da obra das **Novas Instalações das Oficinas Municipais** que em 2014 representará um investimento de 4.734.349,74€;
- A conclusão da empreitada do **Novo Canil Municipal (CROAMO)** inaugurada em Abril 2013. Esta obra teve uma duração de 7 meses e representou um investimento total, incluindo os arranjos exteriores de 370.002,85€;
- O desenvolvimento da obra do **Parque dos Poetas (2ª e última fase)**. Em 2013, esta obra teve uma realização física de apenas 2.242.233,79€, resultante de condicionalismos vários, na sua maioria por parte do consorcio Artemisia/Edifer que conduziram a que este solicita-se a prorrogação de prazo até 31 de Outubro de 2014. Em Fevereiro 2013 foi inaugurada a Fase 2B cujo investimento correspondeu a cerca de 4.574.000€;
- Obras de **conservação e requalificação dos edifícios** que integram o **património municipal**, ou, sob administração do Município onde se destacam:
 - A **recuperação do Complexo do Palácio Marquês de Pombal** cujo investimento em 2013 foi de cerca de 410.700 € sendo que 89.000€ corresponderam a intervenções por administração direta. Das várias obras executadas destacam-se:
 - A Recuperação da **Adega do Palácio Marquês de Pombal** realizada em 2 fases sendo que a 1ª fase da intervenção foi realizada no final de 2012, por administração direta e a 2ª Fase que decorreu durante o 1º semestre 2013 foi realizada por administração direta e com recurso a procedimentos no exterior;
 - A Recuperação da **Sala de Jantar do Palácio**;
 - A Instalação do **Datacenter e do DTSI no Lagar do Vinho**.

Foram realizadas ainda outras intervenções como a pintura do Salão Nobre, das salas V.01 a V05 e refeitório, a limpeza da cobertura e impermeabilização de caleiras e terraço.

- A **requalificação de Equipamentos Municipais**, realizada por empreitadas ou por administração direta. Neste âmbito foram realizados vários procedimentos por empreitada no valor total de 569.440,83 €. Das várias obras realizadas é de destacar a **Requalificação do Mercado de Algés** realizada nos meses de Julho e Agosto 2013 e que significou um investimento de 255.256,84€. É ainda de realçar o investimento realizado nas **Oficinas Municipais** para reorganização do espaço dotando o mesmo de novos balneários e nova área de refeitório o que significou em 2013 um investimento de 104.782,10 € dos quais cerca de 19.000 € corresponderam a obras realizadas por administração direta;
- No que respeita aos pedidos realizados à DEM, em 2013 foram recebidos 2848 pedidos (mais 27% que em 2012), tendo-se executado 1997 intervenções (cerca de 71% do total das solicitações). Foram anulados 152 pedidos repetidos e ficaram sem seguimento 654. No total, em 2013, na satisfação de serviços internos foram gastos em mão-de-obra e bens e serviços 430.916 €;

- A manutenção e instalação de equipamento diverso no sector Eletromecânico a cargo do Município, onde se destacam os seguintes custos:

Manutenção Mercados	50.195,81 €
Manutenção Fontes	186.969,88 €
Manutenção Equipamentos Hoteleiros	62.502,54 €
Manutenção AC, Extintores, Bombas, RMMC, AC Data Center, Tecn. Resp Instalações	90.741,80 €
Manutenção Escolas	36.100,23 €
Manutenção Elevadores (sem escolas)	32.360,17 €

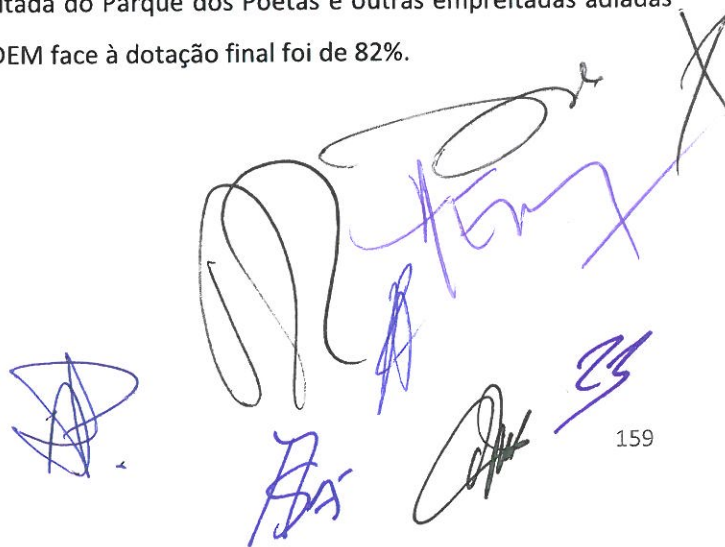
Além destas atividades principais destacam-se ainda a elaboração de orçamentos e a execução de obras coercivas no âmbito dos processos de notificação.

Em termos gerais, a DEM em 2013 realizou 538 novos procedimentos no valor de 3.121.392,72 € dos quais 1.750.171,89 € corresponderam a 47 empreitadas sendo os restantes relativos a 466 novas aquisições de bens e de serviços e 25 contratos em curso.

O acompanhamento e fiscalização das obras/intervenções, foi realizado internamente com cinco engenheiros civis, dois engenheiros eletrotécnicos e um engenheiro mecânico apoiado por 5 assistentes técnicos, excetuando-se a obra do Parque dos Poetas com Fiscalização Externa no valor de 196.185 €.

Tendo em conta os constrangimentos orçamentais a dotação da DEM foi reduzida 22% de 27.994.137,00€ para 23.510.838,48 € (menos 4.483.298,52 €).

Em termos das GOP, a realização financeira global foi de 5.386.794,31 € o que corresponde a 27% da dotação inicial. Efetivamente contabilizando os cortes realizados no valor de 4.483.298,52 €, e os procedimentos que não tiveram execução por constrangimentos vários, (empreitada do Parque dos Poetas e outras empreitadas adiadas para 2014 no valor de -13.302.981,63 €) a execução da DEM face à dotação final foi de 82%.



Divisão de Infra-estruturas Municipais

A DIM tem por missão assegurar a construção, conservação e reabilitação de infraestruturas e obras conexas no concelho de Oeiras.

As atividades desenvolvidas resultam, quer das orientações transmitidas pelo executivo, quer de sugestões propostas.

Tendo em conta as competências atribuídas, à DIM, da atividade desenvolvida durante o ano de 2013, destaca-se o seguinte:

- Construção do parque de caixas de Queijas;
- Instalação de ilhas ecológicas e execução de encaixes de contentores;
- Estabilização de taludes e reconstrução de muros de contenção de ribeiras;
- Beneficiação geral de arruamentos, nomeadamente pavimentos, passeios, drenagens e espaços exteriores, num total de 7 empreitadas;
- Conservação e manutenção de pavimentos, num total de 10 empreitadas;
- Melhoria das condições de acessibilidade;
- Acompanhamento na elaboração com recurso ao exterior de projetos relativos a conservação/manutenção de pontes e viadutos e rede viária;
- Construção de coletor pluvial e muro em gabiões na Rua Joaquim de Sousa em Barcarena;
- Instalação de fossa estanque para recolha de águas residuais no Parque de Caixas;
- Retificação de troço canalizado da linha de água junto ao crematório de Barcarena;
- Relocalização e regularização da linha de água afluyente à ribeira da Outurela e alteração da VLN entre a rotunda 2 e a rotunda 3;
- Estabilização de taludes nas traseiras da Rua da Eira, em Algés;
- Integração paisagística da rotunda junto ao cemitério de Carnaxide “A Vida”, em Carnaxide;
- Intervenções em troços canalizados de ribeiras, sendo 1 empreitada e 1 aquisição de serviços;
- Reordenamento do Largo Henrique Paiva Couceiro, em Oeiras;
- Integração paisagística da rotunda “Baden Powell”, em Caxias;
- Execução de caminho pedonal no parque das Perdizes, em Paço de Arcos.

Os meios utilizados, para atingir os objetivos, foram:

- A abertura de procedimentos de concursos para execução das respectivas empreitadas e fornecimentos;
- As intervenções por administração direta.

Dadas as restrições orçamentais e os atrasos processuais motivados pela Lei 8/2012 não foi possível garantir o planeamento, pois superiormente não foram autorizados ou foram sendo “travados” os lançamentos de inúmeros processos de concurso.

A fiscalização das obras foi efetuada através de meios internos, com 5 técnicos superiores de engenharia civil e 1 de engenharia geológica e apenas com recurso ao exterior no caso do acompanhamento ambiental e de algumas coordenações de segurança e saúde.

Pela análise das obras e outros procedimentos que foram concluídos ou iniciados no ano de 2013, julgamos que os objetivos a que nos propusemos, aquando da elaboração das GOP, foram cumpridos, tendo em conta o, já referido, constrangimento orçamental, sendo a taxa de realização de 46%, para um valor de cabimentos de 2.378.540 € e de compromissos de 2.205.751 €.

Em termos gerais, esta divisão promoveu 44 procedimentos no valor de 1.906.496 € dos quais 31 foram empreitadas, sendo os restantes prestação ou aquisições de bens e de serviços.

Quanto às obras por administração direta foram promovidas 436 intervenções, num total de €137.383,94.

Divisão de Gestão do Espaço Público

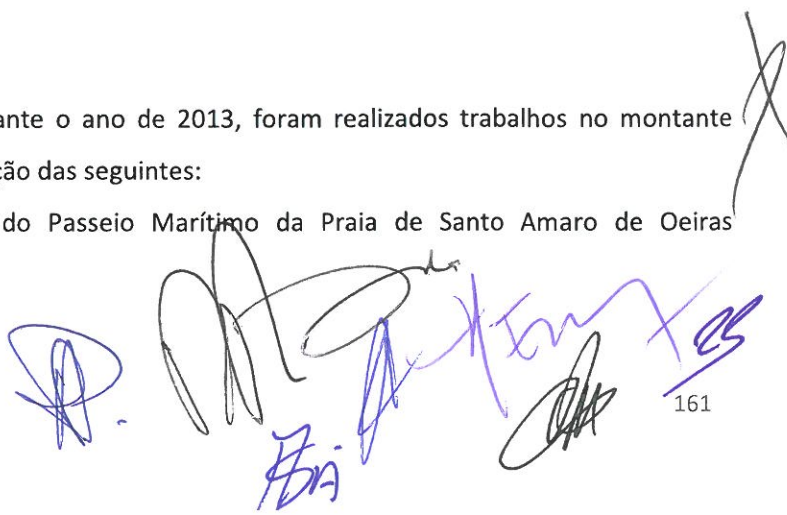
A missão da DGEP é gerir o Espaço Público no respeito à ocupação da via pública e do subsolo, assegurando a articulação de todas as intervenções no mesmo, bem como promover o bom estado da Iluminação Pública e Decorativa e a execução e atualização do Plano de Iluminação do Concelho.

No que concerne à ocupação do espaço público, na DGEP foram recebidos 425 pedidos de concessionárias e 126 pedidos de particulares, num total de 551 pedidos para abertura de vala, reserva de estacionamento, passagem de cabos, etc.

Foram pavimentados 4,57 km de faixa de rodagem, executados por terceiros, como obrigação de disfarce de vala, numa mais-valia de € 27.437,00.

Quanto à Iluminação Pública e a Decorativa durante o ano de 2013, foram realizados trabalhos no montante global de € 332.169,86 (c/IVA), destaca-se a execução das seguintes:

- Reforço Estrutural das Torres de Iluminação do Passeio Marítimo da Praia de Santo Amaro de Oeiras (Proc.067/DOM/DGEP/12);



161

- Infraestrutura de Telecomunicações Privativa da Câmara Municipal de Oeiras – Ligação entre Data Center da C.M.O. e Palácio do Marquês de Pombal (Proc. 105/DEM/DGEP/12);
- Remodelação e Reforço da Iluminação Pública em Diversos Locais da Freguesia de Oeiras (Proc. 09/DGEP/DGEP/12);
- Rede de Iluminação do Passeio das Perdizes em Paco de Arcos (Proc. 052/DOM/DGEP/13);
- Execução de Ramal de Energia Permanente para o Parque das Caixas, em Queijas (Proc. 029/DGEP/13);
- Remodelação do Sistema de Iluminação Pública e do Sistema Semafórico em Prol da Eficiência Energética (Proc. 057/DOM/DGEP/11);

Ainda, foram propostas 26 ações com vista à implementação de medidas de poupança, quer na iluminação pública com na decorativa, sem investimento e uma poupança anual de € 88.374,54.

Dos 46 processos de aquisição, no montante global de € 82.121,19 (c/ IVA) destaca-se:

- Apoio e Alojamento aptos ao alojamento de Redes de Telecomunicações – Concurso Público para concessão de Meios (sem encargos financeiros). Irá permitir um encaixe financeiro de cerca de € 1.000.000,00/ano

Em termos das GOP, a realização financeira global foi de € 3.772.110,00 (dotação final), correspondente a uma taxa de realização de 76,21% (relativa ao realizado total).

Divisão de Trânsito e Transportes

A Divisão de Trânsito e Transportes tem como Missão “Elaborar e executar projetos de intervenção nas áreas do Trânsito e dos Transportes, contribuindo para o ordenamento da circulação e para a segurança rodoviária”.

No ano de 2013 a Divisão desenvolveu, entre outros, os seguintes projetos:

- Projeto de Reordenamento do Largo Henrique Paiva Couceiro, em Oeiras;
- Alterações geométricas e pintura de Sinalização rodoviária no Largo Marquês de Pombal e na Rua Desembargador Faria, em Oeiras;
- Alteração dos sentidos de trânsito nas Ruas Mouzinho Albuquerque, João de Deus, Álvaro António dos Santos e Dr. Neves Elyseu, na Freguesia de Santo Amaro de Oeiras.

Ao nível das obras por Administração Direta destaca-se:

- A manutenção regular da Sinalização no Concelho;
- A implementação de lugares reservados na via pública;
- A implementação de pilaretes impeditivos de estacionamento ilegal.

Foram igualmente executadas, através de empreitadas genéricas, as seguintes intervenções:

- Pintura de novas passadeiras de peões e repintura de existentes em diversas localizações do Concelho;
- Implementação de sinalização semafórica em quatro novas localizações e reformulação de duas previamente existentes;
- Colocação de sinalização vertical em vários locais;
- Pintura de sinalização horizontal em diversos locais;
- Implementação de pilaretes e balizadores em diversas localizações.

No que se refere à semaforização, foi assegurada a manutenção dos equipamentos existentes, além da introdução de alterações nos tempos de ciclo, com vista a uma melhoria do desempenho das intersecções e da fluidez.

Igualmente da responsabilidade desta Divisão foi a gestão corrente do serviço de carreiras urbanas Oeiras COMBUS.

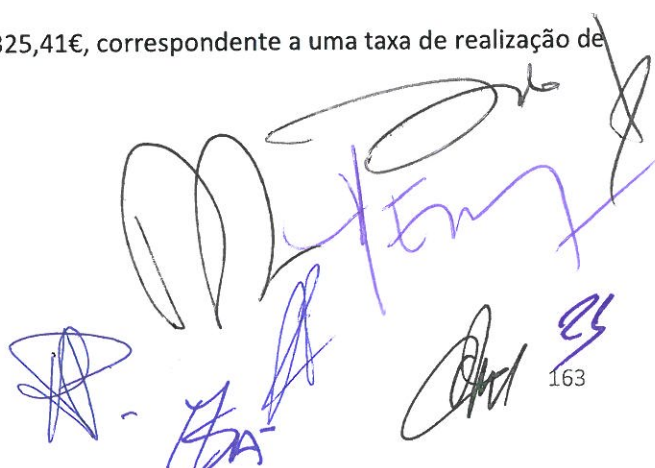
Refira-se ainda que a Divisão promoveu a articulação com os diversos operadores privados de Transporte Coletivo para resolução de questões operacionais, bem como à colocação de 6 novos abrigos de passageiros em paragens do Concelho.

Em 2013, a DTT recebeu, 1471 solicitações externas, tendo, durante este período de tempo, conseguido responder a 1103, correspondentes a 75% da totalidade.

Em termos gerais, a DTT promoveu 9 procedimentos no valor aproximado de 530.000€ dos quais 3 foram empreitadas, sendo o restante prestação ou aquisições de bens e de serviços.

Relativamente às obras por administração direta, foram executadas, 2039 intervenções representando um investimento total de 46.854,15€.

Em termos das GOP, a realização financeira global foi de 572.325,41€, correspondente a uma taxa de realização de 71%.



163

Departamento de Ambiente e Equipamento

O DAE tem por missão conceber os meios e promover as medidas de proteção do ambiente, através da sensibilização ambiental, da gestão e manutenção dos espaços verdes, da gestão dos resíduos e dos respetivos sistemas de deposição, bem como, dos serviços de limpeza, higienização e manutenção do espaço público, a gestão dos parques de viaturas e máquinas e a gestão dos cemitérios e armazéns.

A atividade desenvolvida pelo DAE enquanto UO com conteúdo e funções atribuídas, centra-se essencialmente num conjunto de tarefas transversais e comuns a todas as Divisões que compõem organicamente o Departamento - área administrativa, aquisição de bens e serviços, gestão de armazéns – e por outro lado nas atividades que, pela sua especificidade, não se encaixam em nenhuma das suas UO, nomeadamente toda a atividade de promoção e sensibilização ambiental, onde temos vindo a dar continuidade aos projetos de ocupação de tempos livres em atividades de promoção da cidadania ambiental ativa, com ênfase no sentimento de pertença e respeito pelos espaços públicos comuns, na prestação de informação e sensibilização ambiental porta-a-porta, dinamização de eventos e atividades ambientais de ar livre que promovam o envolvimento dos cidadãos aos espaços verdes municipais, ecossistemas ribeirinhos, costeiros e um maior conhecimento da biodiversidade local. Na prossecução das inúmeras atividades e tarefas associadas à sua missão, o DAE, contou com um efetivo de cerca de 740 funcionários distribuídos pelas suas unidades orgânicas (DAE, DEV, DHPA, DRRSU e DVM) e uma realização financeira global de €13.357.276,35 (81.37%).

Este valor poderia ter sido superado e ter chegado a níveis de realização acima dos 90%, caso não tivessem ocorrido alguns condicionalismos resultantes de cortes e cativações orçamentais que provocaram atrasos na adjudicação e realização de algumas aquisições de bens e serviços.

No decorrer de 2013, na **área administrativa**, temos a considerar como situações de registo:

- A renovação da Certificação de Qualidade do Serviço Administrativo do DAE na norma NP EN ISO 9001:2008.

Resumo da atividade realizada no decorrer de 2013:

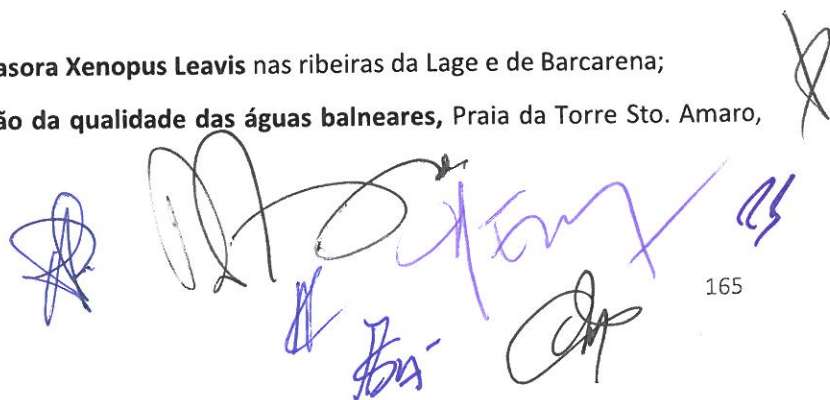
- Documentos entrados na SA/DAE (c/registo em base de dados – emails, sgd's) – 8.489;
- Ofícios/resposta a munícipes e entidades (em papel) – 3.254;
- Registo de informações de todas as UO do DAE – 809;
- Pedidos de Recolha de Verdes e Monos (Callcenter) – 7.346;
- Emails recebidos, reencaminhados e respondidos (dae@dae) – 19.649;
- Armazém – gestão de mais de 3.000 itens e fornecimento de 5.668 requisições;
- Reprografia – 278.116 cópias.

Atividade nos Cemitérios Municipais

- Durante o ano de 2013 foram realizados 604 funerais e apurada uma receita de 317.493.71€, 572 em Oeiras e 32 em Carnaxide, efetuadas cerca de 679 aberturas de sepultura para exumação de ossadas, lavagem e sua trasladação, dentro e para fora dos Cemitérios Municipais;
- Foi renovada a certificação do sistema de gestão da qualidade do serviço prestado pelos Cemitérios Municipais pela APCER.

Em matéria de **educação ambiental**, realizaram-se cerca de **798 atividades** com o envolvimento de **20.523 participantes**:

- **Programa de Educação Ambiental nas Escolas 2012/13** – 494 atividades, envolvidos 12.905 alunos, professores e auxiliares de educação;
- **“Jovens em Movimento”** – 512 Jovens e monitores em ações de limpeza e manutenção de ruas, praias e jardins. Distribuídos 7.306 comunicados porta-a-porta, com informação sobre resíduos e espaços verdes e 4.643 materiais de divulgação ambiental;
- **Eco-Conselheiros** – 141 ações de informação e sensibilização ambiental no comércio, empresas e escolas;
- **Bairro Limpo** – 6 Bairros Municipais e 35 Jovens participantes, 11 Seniores e 11 monitores;
- **Compostagem Doméstica** – entregues 94 recipientes em moradias com jardim, escolas e empresas (cerca de 1.626 moradias participantes até final de 2013);
- **14 Eventos e Comemoração de Dias Ambientais Temáticos** – 6.646 participantes. Plano Estratégico Arborização/Comemoração da Primavera e do Outono - 208 voluntários de empresas, escolas e munícipes; 503 participantes no Dia Mundial do Ambiente; 495 participantes no dia da Biodiversidade, dia da criança e dia do Animal; 215 participantes em Jogos ambientais temáticos nos jardins municipais; 135 participantes na Semana Europeia da Sustentabilidade Energética; 600 participantes na campanha troca de resíduos do Optimus Alive; 800 participantes no Greenfest; 1190 participantes nas atividades ambientais da Marginal sem carros; 2500 participantes na Feira Ambiental de Natal;
- **Centro de Procriação e Preservação de Espécies Ribeirinhas de Oeiras** – Após relatório realizado pelo ISPA sobre a diversidade de espécies existentes nas ribeiras, não se considerou prioritário desenvolver projetos neste âmbito;
- **Centro de Interpretação Ambiental do Passeio Ribeirinho da Fábrica da Pólvora de Barcarena** – Realizada análise técnica para potenciar a utilização de espaços para apoio a atividades de sensibilização e educação ambiental;
- **Apoio à campanha de controlo da espécie invasora *Xenopus Leavis*** nas ribeiras da Lage e de Barcarena;
- **Acompanhamento, monitorização e divulgação da qualidade das águas balneares**, Praia da Torre Sto. Amaro, Paço de Arcos e Caxias;



- **Projeto Óleo Valor;** Proposta de otimização do sistema de recolha seletiva da rede municipal de oleões em análise. Recolha de Óleos Alimentares Usados: **541 Kg do sector doméstico;**
- **Projeto Boas Práticas Ambientais nos Serviços Municipais** – Distribuídos cestos para separação de papel e embalagens nos novos espaços municipais; Análise de nova empresa para recolha seletiva de consumíveis de informática. Articulação com a Tratolixo para cedência de recipientes da Ecopilhas para equipar os edifícios municipais;
- **Campanhas Resíduos e Limpeza Urbana** – Elaborados 51 comunicados distribuídos porta-a-porta em 7.306 habitações; Apoio à campanha da TetraPak “Sim é no Amarelo” com a distribuição de materiais informativos pelas escolas do concelho. Apoio à campanha de recolha seletiva de capsulas de café DolceGusto, com a conversão de 12.500 cápsulas em 5 bancos de jardim reciclados, para o Parque das Perdizes. Atualização de informação no site municipal;
- **Divulgação Projetos Ambientais:** Elaborados 61 artigos para divulgação na imprensa municipal. Divulgadas 5ª e 6ª edição da Newsletter do Ambiente;
- Foi renovada a certificação do sistema de gestão da qualidade do serviço prestado pelo Núcleo de Sensibilização e Promoção Ambiental pela APCER.

Projetos DAE/OEINERGE:

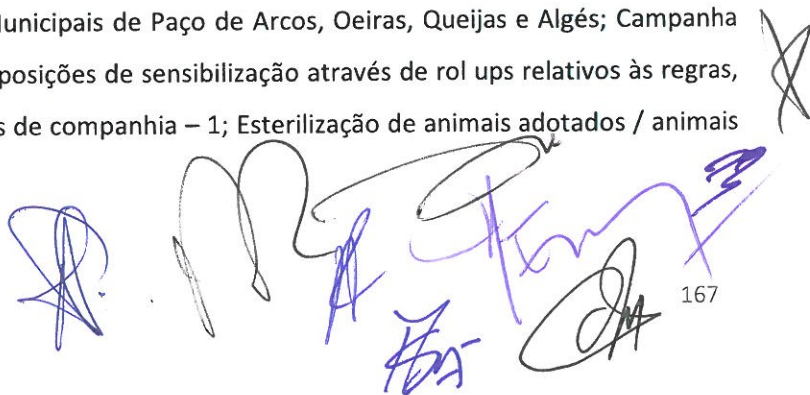
- **Conhecer para Poupar** - atualização do sistema de registo, monitorização e gestão dos consumos de energia dos edifícios, equipamentos e instalações da Câmara. Foi efetuado a recolha, registo e análise dos dados referentes ao consumo de eletricidade (kWh) de 66 registos municipais e a análise comparativa entre os consumos obtidos no ano de 2011, face aos consumos obtidos em 2012;
- **Pacto de Autarcas** - As medidas a executar, estão condicionadas por diversos fatores, pelo que a sua implementação ainda não foi possível. Contudo, foram realizadas diversas ações, como participação em eventos nacionais e europeus (Semana Europeia da Sustentabilidade), ações de sensibilização em escolas entre outras, com o objetivo de sensibilizar e influenciar a população para os objetivos do Pacto de Autarcas. O relatório de progresso a apresentar em 2014 viu-se fortemente condicionado pelo atraso, ou inexistência, de feedback por parte de alguns interlocutores ao grupo de trabalho;
- **Campanha Europeia DISPLAY em Escolas** - promoção da eficiência energética a nível local através da divulgação do desempenho energético e ambiental dos edifícios, ao nível das emissões de CO2, dos consumos de água e de energia, sob a forma de uma “Etiqueta Energética DISPLAY”. Em 2013 foram realizadas 30 ações de sensibilização, com o envolvimento de cerca de 900 alunos/docentes;
- **Certificação do Parque Habitacional Municipal** - até à presente data já foram certificados 555 fogos de habitação municipal e um espaço comercial, num universo de cerca de 4500;

- **Projeto Família Oeiras Ecológica IV** - fomentar a alteração de comportamentos e o despertar de uma sensibilização para as temáticas da gestão de resíduos, gestão e consumo de energia e água, mobilidade sustentável, gestão de espaços verdes e consumo sustentável nas famílias do município. Em 2013 foi efetuada a 3ª edição desta iniciativa desenvolvida num período de 10 meses e com a participação de mais 50 famílias residentes em Oeiras. Arranque da 4ª edição em setembro de 2013, contabilizando-se a participação total de 200 famílias;
- **Programa de Educação Ambiental (PEA)** - realização de atividades junto da comunidade escolar, na temática da gestão energética e energias sustentáveis, concursos, comemorações de dias temáticos, sessão de abertura e sessão de encerramento do PEA. No ano letivo de 2012/2013 foram realizadas 66 ações de educação e sensibilizados cerca de 1500 alunos/docentes;
- **Outros** - Campeonato Intermunicipal Energy Game; Campanha troca de resíduos; Celebração dos Dias Europeus do Sol; Celebração Dia Mundial da Criança; Optimus Alive 2013; Festas de Oeiras; Marginal sem Carros – Semana Europeia da Mobilidade; Green Festival Estoril; Feira Ambiental de Natal de Oeiras.

Principais atividades desenvolvidas pelo Serviço Veterinário e de Saúde Pública:

Nesta área de intervenção e ainda que não constitua atividade no âmbito das nossas competências, não podemos deixar de registar com elevado agrado, a conclusão do **Novo Canil Municipal (CROAMO)** cujo início de funções veio, finalmente, proporcionar as condições básicas e essenciais de funcionamento, há muito desejadas:

- Vistorias higieno-sanitárias aos estabelecimentos de restauração e ou bebidas não sedentário, instalados no recinto de festas e eventos – 7 eventos / festas vistoriados;
- Vistorias a circos – 1;
- Vistorias a lojas de animais – 2;
- Vistorias a talhos / peixarias – 29;
- Vistorias a cantinas escolares – 14;
- Vistorias de insalubridade – 14;
- Deslocações efetuadas para averiguar reclamações relacionadas com animais – 190;
- Plano de vigilância da Gripe Aviária: execução de ação de rastreio em capoeiras domésticas – 1;
- Gestão do Canil Municipal - Captura de animais errantes, sequestro de animais agressores e agredidos, identificação eletrónica, vacinação anti-rábica, Restituição de animais aos donos ; Campanhas de adoção (Divulgação das fotos dos animais disponíveis para adoção no site e facebook municipais); Afixação das fotos dos animais disponíveis para adoção nos Mercados Municipais de Paço de Arcos, Oeiras, Queijas e Algés; Campanha de adoção de animais no Jardim de Oeiras – 4; Exposições de sensibilização através de rol ups relativos às regras, responsabilidades e cuidados a ter com os animais de companhia – 1; Esterilização de animais adotados / animais



pertencentes a munícipes comprovadamente carenciados/ RED colónias gatos; Apoio a eventos sobre a temática animal e Comemoração do Dia do Animal; Plano de controlo da população de pombos;

- Controlo de Pragas;
- Parceria com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – 11 trabalhadores comunitários;
- Projeto de Apoio ao Animal de Oeiras – PROJAAO.

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de 6.112.555,80€, correspondente a uma taxa de realização de 94.85%.

Divisão de Espaços Verdes

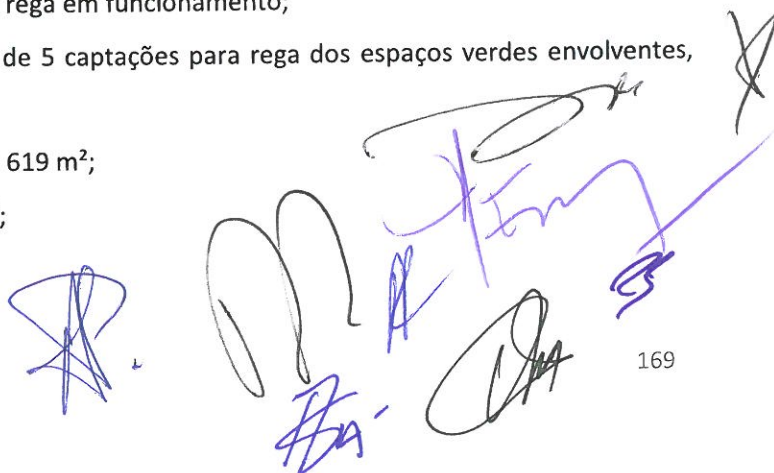
A Divisão de Espaços Verdes tem por missão contribuir para a qualidade ambiental, através da promoção e manutenção dos espaços verdes.

Durante o ano de 2013, em regime de **Administração Direta**, registaram-se seguintes atividades:

Projetos concluídos

- Projeto de requalificação de EJR Cesário Verde em Carnaxide;
- Projeto de Parque Fitness no Jardim das Tílias em Linda-a-Velha;
- Projeto de EJR no loteamento Cabanas Golf em Barcarena;
- Requalificação de Talude Vítor Duarte Pedroso em Algés;
- Projeto de requalificação do EJR Jardim dos Incensos em Algés;
- Proposta de plantação de árvores em Santo Amaro de Oeiras 2ª e 3ª fase;
- Projeto de requalificação EJR Central Elevatória em Linda-a-Velha;
- Projeto de requalificação de EJR Guerra Junqueiro em Barcarena;
- Projeto de requalificação de EJR Movimento das Forças Armadas em Barcarena;
- Requalificação de EJR Cesário Verde;
- Requalificação de talude Vítor Duarte Pedroso;
- Plantação de árvores em Santo Amaro de Oeiras;
- Espaços exteriores da Habitação de custos controlados – Quinta das Acácias/ Carnaxide (solicitado pelo DH);
- Parque das Perdizes/ Paço de Arcos;
- Proposta para limpeza de caminhos de acesso à Serra de Carnaxide;

- Alteração ao projeto - Espaços exteriores da Habitação de custos controlados – Quinta das Acácias/ Carnaxide (solicitado pelo DH);
- Replantação dos espaços adjacentes à Rua da Mãe de Água/ Oeiras;
- Largo Henrique de Paiva Couceiro - Requalificação Paisagística;
- Avenida Edmundo Lima Bastos - Proposta de Espaço Ajardinado;
- Rua Oeiras do Piauí - Substituição de Choupos - Plano de Plantação de Tílias;
- Área Plano da Quinta das Palmeiras | zona 4D e 5B - Rua Carlos Mardel e Rua Dr. José Carlos Moreira - Requalificação Paisagística;
- Loteamento na Fábrica da Pólvora (Alv. Lot. 13/2001) - Requalificação Paisagística;
- Rua José Leite de Vasconcelos – Quinta do Torneiro - Requalificação Paisagística;
- Loteamento Galega Sul (Alv. Lot. 6/2007) - Proposta de Espaço Ajardinado;
- Avenida Conde de São Januário - Requalificação Paisagística;
- Rua Manuel da Silva Moreira Rato - Requalificação Paisagística;
- Rua Firmino Rebelo - Requalificação Paisagística;
- Rua Luciano Cordeiro - Substituição de Choupos;
- Rua Oeiras do Piauí - Substituição de Sóforas – Plano de Plantação de Tílias;
- Loteamento na Medrosa (Alv. Lot. 11/2001 e 5/2008) - Requalificação Paisagística;
- Projeto de execução do Parque de Recreio e Lazer do Alto da Terrugem;
- Acompanhamento de empreitadas de pavimentos e negativos para rede de água na urbanização alto da Terrugem;
- Requalificação de Quinta de Santa Marta (Algés) (acompanhamento de trabalhos de voluntariado promovidos pelo Colégio da Sagrada Família);
- Plano de Plantações arbóreo-arbustivas no talude da Rua Cesário Verde (Urbanização Praxis – Queijas);
- Conclusão dos arranjos exteriores da Urbanização Alto da Terrugem - Transplante de oliveiras;
- Aquisição do equipamento do Projeto-piloto de gestão centralizada de rega SAMCLA, em Carnaxide;
- Aquisição do sistema de gestão centralizada de rega SAMCLA para o Parque das Perdizes e Praça das Cidades, em Paço de Arcos, para controlo centralizado de uma área de 28 000 m²;
- Monitorização de sistemas de gestão centralizada de rega em funcionamento;
- Proposta e execução da expansão da rede de água de 5 captações para rega dos espaços verdes envolventes, num total de:
 - Captação do Parque dos Poetas, em Oeiras – 7 619 m²;
 - Captação do Murganhal, em Caxias – 2 000 m²;



- Captação do Jardim da Bica, em Carnaxide – 3 929 m²;
- Captação do Parque Urbano de Miraflores - 330 m²;
- Captação da Av. Bombeiros Voluntários de Algés - 365 m².
- Largo Henrique Paiva Couceiro, em Oeiras;
- Av. Edmundo Lima Bastos, em Carnaxide;
- Ajardinamento do Lago do Palácio Anjos, em Algés;
- Av. Bombeiros Voluntários de Algés, junto do Mercado;
- Talude da Rua Vítor Duarte Pedroso, em Algés;
- Rua Artur Lobo Ávila (frente supermercado Polisuper), em Cacilhas de Oeiras;
- Rua Piauí de Oeiras, em Oeiras;
- Limpeza do talude na Estrada da Ribeira da Lage, em Cacilhas de Oeiras;
- Cortina Arbórea da Urbanização Cabanas Golf, em Barcarena.

Projetos em cursos

- Parque Urbano de Queijas – alteração ao projeto;
- Análise e levantamento do Parque Municipal de Oeiras;
- Plano Municipal de Arborização;
- Plano Estratégico dos Corredores Verdes;
- Proposta de aproveitamento de água do PP 1ª fase para rega do Parque das Perdizes, Urbanização do Puxa Feixe e Praça das Cidades;
- Plano da Água – Instalação de caudalímetros nos sistemas de captação existentes.

Apreciação de projetos de espaços exteriores e urbanizações/particulares, apreciação de projetos de outras Unidades Orgânicas e Coordenação de projetos externos

Planos concluídos

- Apoio á JFPA na Obra de requalificação de EJR Bairro J. Pimenta;
- Apoio á JFC na Obra de requalificação EJR Cesário Verde;
- Apoio á JFLV na Obra de requalificação EJR Central Elevatória;
- Obra de requalificação de EJR Casal do Lameiro (empresa de manutenção de EJR);
- Apoio á JFB na Obra de requalificação de EJR Guerra Junqueiro;
- Apoio á JFB na Obra de requalificação de EJR Movimento das Forças Armadas

Obras concluídas

- Corredor Verde da Ribeira de Outurela e integração de Hortas comunitárias;
- Parque das Perdizes/ Paço de Arcos;
- Requalificação de espaço junto à antiga Praça de Touros de Algés;
- Plantações nos espaços adjacentes à Rua da Mãe de Água/ Oeiras;
- Ajardinamento junto da Ribeira da Outurela em Carnaxide;
- Realização de caminho na Quinta da formiga em Algés;
- Ajardinamento na Rua da Mãe de água em Oeiras;
- Ajardinamento de canteiro na Rua da Piscina em Miraflores;
- Construção de Hortas junto da Ribeira da Outurela em Carnaxide;
- Arrumação de materiais no antigo aterro de Laveiras;
- Arrumação de materiais no estaleiro de Porto Salvo;
- Ajardinamento do Parque das Perdizes;
- Reparação na escada e caminhos da Quinta Real de Caxias;
- Limpeza e desmatção no recinto da Escola da Rua Sofia de Carvalho em Algés;
- Limpeza e desmatção de espaço na Rua das Escolas na Quinta do Marquês.

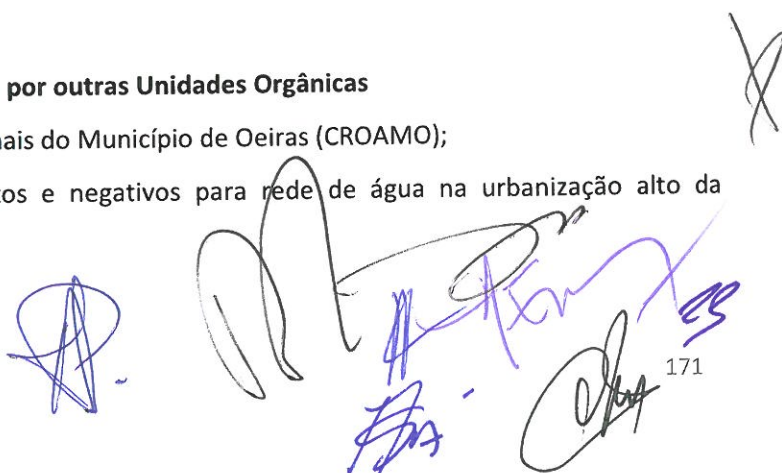
Acompanhamento de obras de espaços exteriores de urbanizações

Concluídas

- Construção nova est. Elevatória JM Algés Sanest;
- Instalação de emissário no J Qta Real de Caxias- Sanest;
- Urbanização do Alto da Colina alv 5/04;
- Rotundas no Tagus Park;
- Centros geriátricos de Porto Salvo e Laveiras;
- Acompanhamento obras urb alv 1/98 Porto Salvo;
- Urbanização em Talaíde (Sabido);
- Acompanhamento do processo da obra de implantação da ponte pedonal sobre ribeira das Parreiras Talaide (CMC).

Acompanhamento de obras realizadas/cordenadas por outras Unidades Orgânicas

- Áreas verdes do Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Oeiras (CROAMO);
- Acompanhamento de empreitadas de pavimentos e negativos para rede de água na urbanização alto da Terrugem.



Manutenção de Espaços Verdes

Os espaços verdes municipais tratados continuam a aumentar anualmente, existindo em 2013 cerca de 236 há, dos quais 10 ha estão a ser mantidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades (Quinta da Fonte, Lagoas Park ou Arquiparque). Os 226 ha de espaços verdes que não estão sob protocolo, cerca de 37ha, foram mantidos por Administração Direta (Jardins Históricos e de Carater Patrimonial) com o recurso a cerca de 50 jardineiros e os restantes 189 há foram mantidos através de contratos de prestação de serviços externos. A contratação de serviços externos para manutenção dos espaços verdes representou, em 2013, foi efetuada através da celebração de **9 contratos de manutenção com um orçamento anual de 3 318 400,52€.**

Em curso

- 2ª Fase B do Parque dos Poetas;
- Escola EB1 de Porto Salvo;
- Promax.

No âmbito dos contratos de manutenção de espaços verdes, foram efetuadas várias intervenções

Beneficiação de paliçadas

- Rua Junção do Bem, em Oeiras - Beneficiação de paliçadas.

Expansão dos ramais de captação

- Jardim dos Arcos e Viaduto do Espargal, em Oeiras;
- Av. Bombeiros Voluntários de Algés, em Algés;
- Av. de Portugal, em Carnaxide.

Beneficiações Instalação de sistema de rega

- Av. de Portugal, em Carnaxide;
- Urbanização Puxa Feixe, em Oeiras;
- Rua Artur Cupertino Miranda, em Oeiras;
- Alª Calouste Gulbenkian, em Paço de Arcos.

No âmbito os trabalhos de **manutenção e gestão do património arbóreo**, realizaram-se no ano de 2012 um total de **5.273 intervenções por administração direta** (plantações, podas, remoções, transplantes, rebaixamento de cepos, etc.) tendo sido **plantadas 537 árvores no âmbito do Plano Municipal de Arborização.**

A área da **Produção** engloba a parte da Gestão de **viveiros municipais** e os trabalhos relativos à gestão e produção da **vinha e do vinho Conde de Oeiras**

- Plantações árvores (obras) – 458;
- Plantação árvores-87;
- Poda de formação-1750;
- Poda de árvores-1079;
- Poda de palmeira-152;
- Poda de arbustos-4;
- Remoção de árvores-132;
- Rebaixamento cepos-12;
- Transplante árvores-11;
- Traçar Lenha-10;
- Cortar Mato-5;
- Nº Acções-3692.

No que diz respeito à **Gestão de viveiros**, produziram-se **66.944 plantas**, adquiriram-se 3.146 e forneceram-se 70.096

Gestão e produção da vinha e do vinho Conde de Oeiras

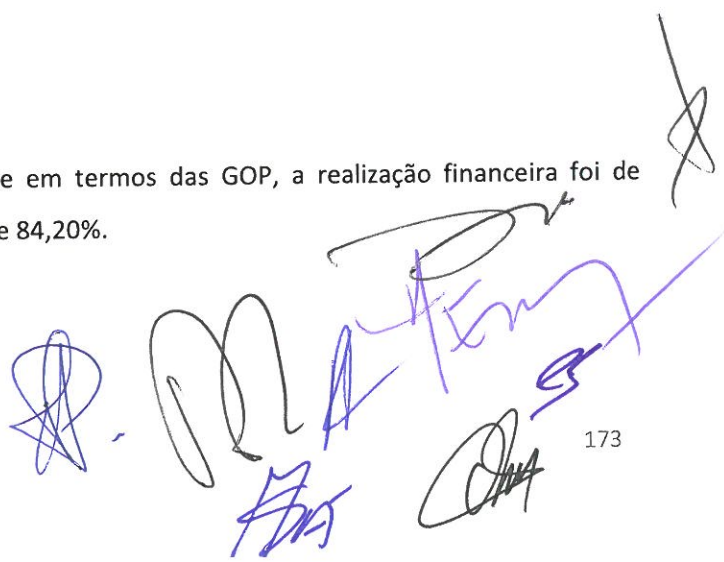
Uvas

- Uvas brancas – 59.000 kg
- Uvas tintas – 13.500 kg

Vinho

- Vinho Licoroso Branco Apto a Carcavelos – 40.650
- Vinho Licoroso Tinto Apto a Carcavelos – 7.700
- Vinho Branco Apto a IGP Lisboa-5.300
- Vinho Tinto Apto a IGP Lisboa-2.800

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de 3.597.961,04€, correspondente a uma taxa de realização de 84,20%.



Divisão de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

A Divisão de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos tem por missão promover a qualidade do ambiente urbano através da gestão e recolha de todos os resíduos urbanos, promovendo o seu transporte a destino adequado.

Em 2013 destacam-se os seguintes números:

- **Recolha de Resíduos Urbanos: 63.281 ton de RU (3.887ton de Papel; 1.937ton de Embalagens; 2.319ton de Vidro; 445ton de RUB e 54.694 ton de Indiferenciados);**
- Execução média diária de 21 circuitos de recolha de resíduos indiferenciados, num total anual de **6.307 circuitos;**
- Taxa média anual de execução dos circuitos de recolha indiferenciada de 99%;
- Execução média diária de 13 circuitos de recolha seletiva, num total anual de **3.876 circuitos;**
- Taxa média anual de execução dos circuitos de recolha seletiva de 95%;
- Produção de resíduos urbanos per capita de **1,01 Kg/hab.dia;**
- **Taxa de Recolha Seletiva de 13,6%;**
- Inexistência de cargas com resíduos seletivos contaminados;
- O número de habitantes servidos por um conjunto completo de ecopontos (papelão, embalão e vidro) é de **328 hab/ecoponto;**
- A acessibilidade do serviço de recolha seletiva de resíduos é de 98% (percentagem de alojamentos com serviço de recolha seletiva);
- Otimização dos circuitos de recolha seletiva de embalagens nas freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada;
- **Alteração dos sistemas de deposição de resíduos** porta-a-porta na urbanização Quinta do Marquês, Oeiras (colocação de contentores e ecopontos de grande capacidade), na Figueirinha (instalação de ilhas ecológicas – 29 unidades), Tercena na Rua Odette Saint Maurice e envolventes (colocação de contentores e ecopontos de grande capacidade), Av. Da República, Rua Carlos Mardel e Rua Quinta das Palmeiras em Nova Oeiras (colocação de contentores de grande capacidade), Rua Leitão de Barros em Queijas (colocação de contentores e ecopontos de grande capacidade) e Rua Paul Harris (colocação de contentores de grande capacidade);
- **N.º de equipamentos lavados: 5.375**, dos quais 639 ilhas ecológicas/moloks foram lavados com recurso a uma empresa externa, em regime de prestações de serviços;
- **Reparação de 2.463 equipamentos;**
- Foram rececionados **1.300 pedidos de intervenção** de munícipes e de empresas do Concelho;
- Foram apresentadas **1.219 reclamações;**
- Foi renovada a certificação pela APCER do sistema de gestão da qualidade do serviço de recolha de resíduos urbanos.

Para dar resposta ao DL n.º 194/2099, iniciou-se a implementação do sistema integrado de gestão do ambiente e de segurança no trabalho de acordo com as normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

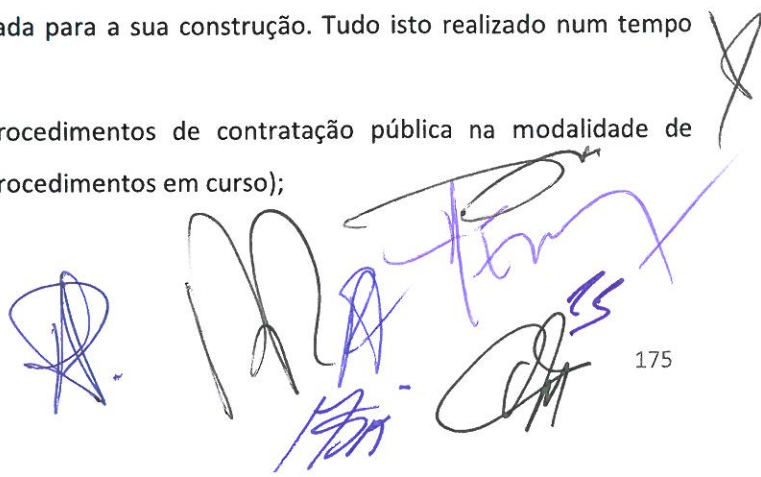
Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de 228.926,87€, correspondente a uma taxa de realização de 54,33%.

Divisão de Viaturas e Máquinas

A Divisão de Viaturas e Máquinas tem por missão a gestão de toda a frota municipal pelo que se encontra direta ou indiretamente relacionada com grande parte da atividade exercida por este Município.

No decorrer de 2013, há a considerar como situações de registo:

- A renovação da Certificação de Qualidade do Serviço Administrativo do DAE na norma NP EN ISO 9001:2008;
- Início do processo do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS) que visa a integração da certificação acima referida com outras duas, de importância estratégica fundamental para esta U.O., a Certificação em Ambiente (ISO 14001) e Segurança e saúde no Trabalho (OHSAS 18001);
- Início de nova auditoria energética à Frota Municipal a fim de proceder ao acompanhamento do Plano de Racionalização Energética implementado nesta U.O., tendo o resultado uma redução de cerca de 30% no consumo de combustível face à última auditoria realizada;
- Consolidação do processo de Gestão de Stocks de Armazém com a consequente redução do imobilizado em linha com o objetivo da área financeira da CMO;
- Cooperação com diversas U.O. da CMO em inúmeras atividades estratégicas do Município (ex.: Palácio do Marques, Estaleiro de Porto Salvo, Demolições de Edifícios nas Oficinas Municipais, Parque das Perdizes (macro modelação, transplantes);
- U.O. responsável pela reorganização das diversas áreas laborais existentes nas Oficinas Municipais com o objetivo de criar/melhorar/otimizar valências ali sediadas, bem como na preparação de infraestruturas para rececionar outras áreas que serão deslocalizadas do antigo edifício dos Serviços Técnicos desta Câmara Municipal;
- Contribuiu significativamente na elaboração do projeto das novas oficinas municipais, tendo inclusive estado no Júri quer do projeto de arquitetura quer na empreitada para a sua construção. Tudo isto realizado num tempo considerado record;
- Continuação do processo de massificação dos procedimentos de contratação pública na modalidade de fornecimento contínuo (atualmente com mais de 60 procedimentos em curso);



- Consolidação das medidas de redução do tempo de imobilização e de custos de manutenção da frota Municipal, iniciadas em 2011;
- Consolidação da ferramenta de gestão partilhada de viaturas;
- Desmaterialização e simplificação dos processos da DVM por via dos sistemas informáticos de Gestão de Manutenção (MAXIMO), Documental (SGD) e da Qualidade (SGQ), principalmente através da migração do MAXIMO para a sua versão mais recente;
- O Setor de transportes foi responsável pela gestão de:
 - - 12.358 Ordens de serviço relativas a pedidos de autocarros, pool, motoristas, HelpDesk, máquinas, etc.;
 - - 258 Alugueres de máquinas e viaturas por via de fornecimentos contínuos;
 - Satisfação do Serviço Prestado pela Pool no ano de 2013 foi de 96,96%.
- O Setor de manutenção foi responsável pela gestão de 6.482 ordens de trabalho com uma taxa de realização de 86,10%:
 - - Manutenção corretiva – 4.586;
 - - Manutenção preventiva – 1.570;
 - - Manutenção preventiva condução – 2;
 - - Cosméticos – 94;
 - - Melhorias – 224.
- Satisfação do Serviço Prestado pelo HelpDesk e Sector de Transportes ao Cliente interno foi de 97%;
- A disponibilidade do número de viaturas para recolha e transporte de resíduos urbanos definidos pela U.O. competente foi de 99%;
- Contudo as metas definidas para a redução de custos com a nível energético e ambiental, com a subcontratação de serviços e com a manutenção da Frota Municipal não foram atingidos, conforme espelhados nos documentos estratégicos, nomeadamente o PDE e o relatório trimestral de gestão do Sistema de Qualidade;
- Custos de Administração Direta – **1.234.775,07€**

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de 3.397192,39€, correspondente a uma taxa de realização de 65%.

Divisão de Higiene Pública e Abastecimento

A Divisão de Higiene Pública e Abastecimento tem por missão assegurar as condições de salubridade dos espaços públicos, proporcionando uma adequada qualidade ambiental urbana, a gestão de mercados e feiras, bem como a intervenção em situações de calamidade pública, em articulação com as forças de segurança pública do Concelho.

Para dar cumprimento à sua missão, a DHPA desenvolve várias atividades para garantir uma melhoria da qualidade ambiental do espaço público urbano, das quais se apresentam:

Recolha de resíduos de limpeza – 959.140,00 Kg de resíduos de limpeza, que inclui a varredura manual, a varredura mecânica, a limpeza e manutenção de linhas de água e praias e as desmatações, assim como a recolha seletiva em Queijas.

Recolha de Resíduos Verdes (inclui as podas efetuadas pela DEV) – **3.104.700,00 Kg**

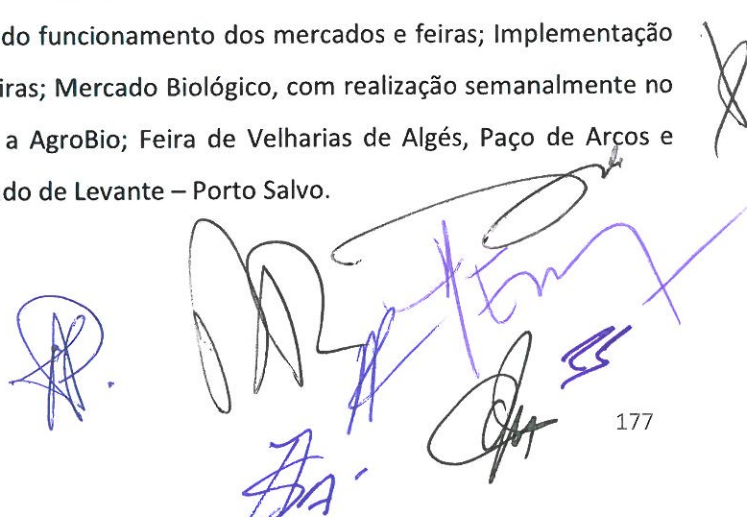
Recolha de monos – 2.847.300,00 kg

Carregadores: serviço de transporte de materiais, quer para festividades do Concelho, quer para transporte interno da CMO.

Apoio a eventos e festividades, no que diz respeito a cedência de equipamentos, limpeza e varredura dos espaços. Para assegurar o apoio a grandes eventos (ex: Meia Maratona, Optimus Alive, Portugal Open, Festas do Concelho, Corrida do Tejo, Maratona de Lisboa etc.) o trabalho foi realizado por administração direta com os recursos disponíveis nesta Unidade Orgânica.

Mercados e Feiras Municipais:

Dinamização dos Mercados Municipais com a realização de diversas ações (feira de voluntariado, feira de vinhais, feira do gourmet/produtos regionais); Gestão corrente do funcionamento dos mercados e feiras; Implementação do sistema de qualidade nos Mercados Municipais e Feiras; Mercado Biológico, com realização semanalmente no Jardim Municipal de Oeiras e Algés, em parceria com a AgroBio; Feira de Velharias de Algés, Paço de Arcos e Oeiras; Mercado de 2.ª Mão realizado em Oeiras; Mercado de Levante – Porto Salvo.



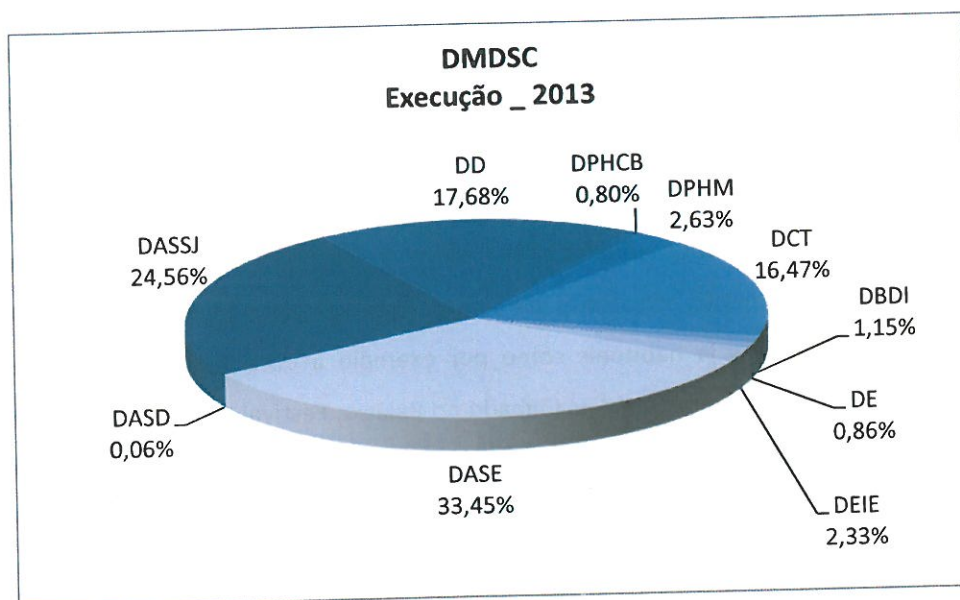
Rececionados cerca de 10.144 pedidos de intervenção de munícipes através do Call Center do Ambiente (N.º Verde 800 201 205), via e-mail e através da plataforma “O meu Bairro”, sendo que a grande maioria dos pedidos (7.903) referem-se à recolha de monos, verdes, entulhos e outros pedidos e os restantes 2.241 pedidos estavam relacionados com a limpeza de arruamentos, sarjetas, sumidouros, ervas em passeios, desmatações de terrenos e limpeza de praias e ribeiras.

Para o desenvolvimento das atividades, a DHPA contou em 2013 com um orçamento total de 49.500,00,00€ (correntes: 15.500,00€, capital: 34.000,00€), com uma equipa de trabalho constituída por 255 funcionários divididos por 247 assistentes operacionais, 3 assistentes técnicos, 5 técnicos superiores e 1 Chefe de divisão) e cerca de 33 viaturas (ligeiras e pesadas), 1 máquina de grande porte e cerca de 45 máquinas de pequeno porte.

Os custos das diversas atividades desenvolvidas em 2013, exceto valor das descargas na Tratolixo, importaram na quantia de 2.242.496,81€, dos quais 2.129.506,23€ correspondem ao valor de mão-de-obra em trabalho normal, 8.123,94€ ao valor da mão-de-obra em trabalho extraordinário e 104.866,64€ aos custos com Viaturas e Máquinas.

As receitas das atividades desenvolvidas por esta unidade orgânica resumem-se essencialmente aos Abastecimento (mercados e feiras) e à recolha de monos e verdes, totalizando 216.823,93€. Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de 20.640,25€, correspondente a uma taxa de realização de 41,70%.

Direção Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural



Direção Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural

Durante o ano de 2013 foi dada continuidade às atribuições da DMDSC nas áreas da ação social, educação, cultura, património histórico, turismo e desporto, através da manutenção e criação de um conjunto de projetos e ações que dão corpo aos objetivos estratégicos da CMO, sendo de destacar o da promoção da construção, manutenção e requalificação do equipamento e infraestruturas, o do reforço das redes de cooperação para promoção da coesão social e o do desenvolvimento da interação entre a escola e a comunidade.

Nesta linha, entre outras ações, merecem destaque a entrada em funcionamento do Sistema de Gestão de Refeições e de Prolongamento de Horário – plataforma desenvolvida ao abrigo do Projecto RISE, acessível a todos os pais e encarregados de educação dos 10 agrupamentos de escolas do concelho que resultou na eliminação definitiva da utilização das senhas em papel, ainda, as parcerias estabelecidas no âmbito da Educação e da ciência, como o Projeto “Aqui há Ciência” que visa a melhoria das aprendizagens dos conteúdos científicos através do ensino experimental junto de crianças do pré-escolar e de alunos do 1.º CEB das EB1/JI do Alto de Algés e da

EB1/JI de Porto Salvo, no âmbito de uma parceria com o Instituto Gulbenkian de Ciência e com o Instituto superior Técnico e com cofinanciamento do QREN.

Também de referir, na matéria da Ação Social, a continuidade no investimento no Fundo de Emergência Social (FES) e o eminente crescimento no domínio da Responsabilidade Social Corporativa, possibilitada pelo dinamismo do tecido empresarial concelhio, que tem representado um valioso contributo para o funcionamento das instituições sociais locais no âmbito do programa “Oeiras Solidária”.

No domínio cultural e desportivo, também os grandes eventos continuam a marcar no Concelho e com o cunho da CMO enquanto entidade parceira de eleição para acolher grandes provas e momentos de cultura e lazer, que proporcionam aos munícipes e todos aqueles que visitam o Concelho, um vasto leque de opções que têm contribuído para o desenvolvimento económico de Oeiras, especialmente ao nível da dinamização do comércio local. Assim além das iniciativas já habituais como por exemplo a Corrida do Tejo, programação de caráter artístico, patrimonial e literário para as famílias (Sábado no Palácio, Festival Oeiras a ler), exposições regulares no CAMB ou Palácio do Egípto, destacamos a nova ação em colaboração direta com outras unidades orgânicas da CMO, o “Há prova em Oeiras” , que visou a promoção do património material e imaterial do Palácio do Mq. De Pombal e do Vinho de Carcavelos.

Elementos específicos sobre a atividade da DMDSC são apresentados no âmbito dos Departamentos que a compõem.

Departamento de Acção Social e Desporto

O DASD tem tido a preocupação de conferir qualidade, eficiência e eficácia à sua intervenção, assegurando o cumprimento dos seus objetivos e a satisfação dos seus clientes. Para tal, para além de procurar responder às necessidades e expectativas identificadas, tem tentado fazê-lo mediante a observância rigorosa dos procedimentos superiormente definidos, o uso racional dos recursos e a adoção de uma perspetiva de transversalidade e de complementaridade na atuação das unidades orgânicas que o compõem. Neste âmbito, salienta-se em 2013 a avaliação da satisfação dos clientes (participantes e parceiros) das atividades desenvolvidas e/ou serviços disponibilizados pela DD e DASSJ, assim como a elaboração de instrumentos de planeamento, consubstanciados em diagnósticos sectoriais que nos permitiram, nomeadamente, a elaboração do Plano Estratégico Municipal para a Pessoa Idosa e do Plano Municipal para a Deficiência e a colaboração no Diagnóstico Social de Oeiras.

Ressalva-se, ainda, a Responsabilidade Social Corporativa, possibilitada pelo dinamismo do tecido empresarial concelhio, que tem representado um valioso contributo para o funcionamento das instituições sociais locais. Com efeito, o trabalho desenvolvido no âmbito do programa “Oeiras Solidária”, no ano de 2013, traduziu-se num total de 73 apoios concedidos por empresas a projetos desenvolvidos por entidades sociais locais. No que à concessão de donativos financeiros respeita, verifica-se por parte das empresas a atribuição de um valor que corresponde a 24.490,00€.

Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude

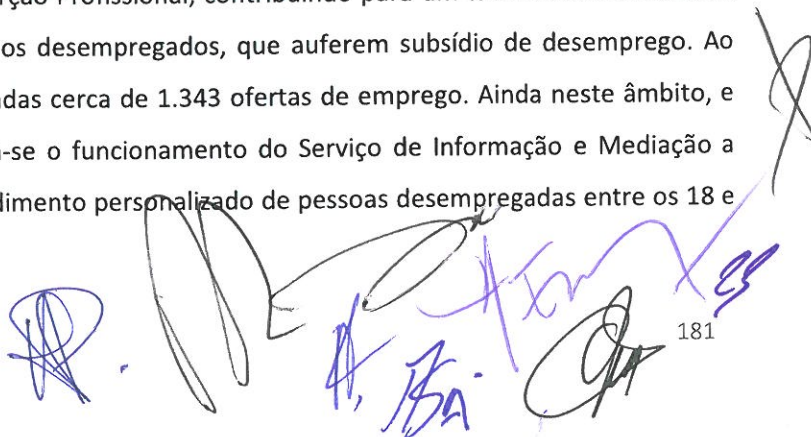
Implementado desde Março de 2012, o Fundo de Emergência Social (FES) manteve-se, em 2013, como uma das medidas de política social em destaque na DASSJ, visando disponibilizar um apoio extraordinário a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e económica, desde que não integrados nas respostas disponibilizadas pelos serviços de apoio social.

Os apoios financeiros atribuídos são da responsabilidade da CMO, contando o FES, para a sua concretização, com a participação das Uniões de Freguesia/Juntas de Freguesia e de doze IPSS do Concelho, enquanto parceiras executantes da medida.

Relativamente à execução da medida no ano transato, salientam-se os seguintes elementos:

- Foram analisados 360 processos (dos quais 300 foram deferidos e 60 indeferidos);
- Foram apoiadas 9.141 pessoas, num montante global que ascende a 159.529,49€;
- As despesas com rendas de habitação têm reunido o maior número de pedidos de apoio, seguindo-se os pedidos de aquisição de cabazes de alimentos e, ainda, as prestações habitacionais.

Ainda no âmbito do apoio às populações mais vulneráveis, destaca-se, igualmente, o atendimento nas várias unidades especializadas (Gabinetes de Inserção Profissional, Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, Casa das Culturas e Equipa de Emergência e Apoio Social), a cerca de 55.000 indivíduos. Deste, cerca de 85% referem-se a atendimentos dos Gabinetes de Inserção Profissional, contribuindo para um tão elevado número as apresentações quinzenais a que estão obrigados os desempregados, que auferem subsídio de desemprego. Ao longo do ano foram, ainda, neste âmbito, negociadas cerca de 1.343 ofertas de emprego. Ainda neste âmbito, e fruto do contexto socioeconómico atual, ressalva-se o funcionamento do Serviço de Informação e Mediação a Pessoas Empreendedoras, que consiste num atendimento personalizado de pessoas desempregadas entre os 18 e



os 64 anos de idade, que pretendam desenvolver atividade empresarial por conta própria e que, em 2013, possibilitou o financiamento de dois negócios locais.

Na área do envelhecimento, o Município apoia não só a atividade e projetos da rede solidária, como implementa projetos que respondem, por um lado, às necessidades dos mais idosos e/ou dependentes, por outro, que apostam no envelhecimento ativo dos não dependentes.

No que concerne aos serviços vocacionados para os idosos mais dependentes, salienta-se a continuidade do Serviço de Teleassistência Domiciliária e do Serviço “Oeiras Está Lá. Neste contexto realça-se, igualmente, o crescimento da medida de comparticipação em medicamentos que, podendo potencialmente abranger mais de 10.000 munícipes (pensionistas com mais de 65 anos e abrangidos pelo regime especial de comparticipação), orçou para a edilidade, em 2013, em 364.566,66€, representando um acréscimo de 13% face ao período homólogo do ano anterior, e permitiu a comparticipação de 91.260 receitas. Destaca-se, ainda, com o objetivo de combater o isolamento e a exclusão social, a continuidade do programa de Turismo Sénior.

De ressaltar, ainda, o funcionamento, desde Junho de 2013, do Gabinete Cuidar Melhor de Oeiras, que visa contribuir para a inclusão e promoção dos direitos das pessoas com demência, bem como para o apoio e valorização dos familiares e profissionais que lhes prestam cuidados, através de uma intervenção pluridisciplinar, personalizada e de proximidade. Desde a sua entrada em funcionamento foram acompanhados 64 utentes, realizaram-se 83 atendimentos, 9 consultas de apoio jurídico e um workshop para 13 familiares subordinado ao tema “Relações Interpessoais – Cuidador/Pessoa com Demência”.

Na área da deficiência, manteve-se em funcionamento o Serviço de Transporte Adaptado que prestou serviço a 17 utentes, o Serviço de Informação e Mediação a Pessoas com Deficiência e suas famílias (SIM-PD) e, na área do emprego e formação profissional, a atribuição de bolsas de estágio a 15 alunos.

Realça-se, ainda, de forma transversal, o apoio prestado às entidades locais, através da Plataforma de Apoio às Organizações Sociais (PAOS). Este apoio visa contribuir para a sustentabilidade e qualidade das respostas sociais prestadas, e para uma cada vez maior adequabilidade dos serviços que disponibilizam às reais necessidades das famílias. Através de apoios diversificados (consubstanciados em comparticipações financeiras, cedências de espaços, disponibilização de apoio técnico e logístico e dinamização da Rede Social local), o Município de Oeiras, através da DASSJ, contribui em larga medida para a criação e sustentabilidade de respostas diversificadas e

inovadoras disponibilizadas pelas organizações sociais locais, muitas delas localizadas em Bairros Municipais e que beneficiam diretamente as comunidades que ali se localizam.

Núcleo da Juventude

Neste domínio merece realce o desenvolvimento de projetos ao nível de ocupação de tempos livres, como o programa Tempo Jovem que proporcionou a 250 jovens diferentes o contacto com o mundo do trabalho autárquico e institucional do Município e da atividade profissional de entidades externas, particularmente, IPSS, Juntas de Freguesia e Associações Juvenis. Salienta-se, igualmente, o projeto Mexe-te nas Férias, que compreende 422 participantes em regime de colónia de férias.

Destaca-se, ainda, a dinamização da Rede de Juventude, mormente nas pausas letivas, com a efetivação de iniciativas tão diversas como campeonato de futebol, peddy paper, ateliers de artes plásticas, visitas exteriores a diversos, entre outras.

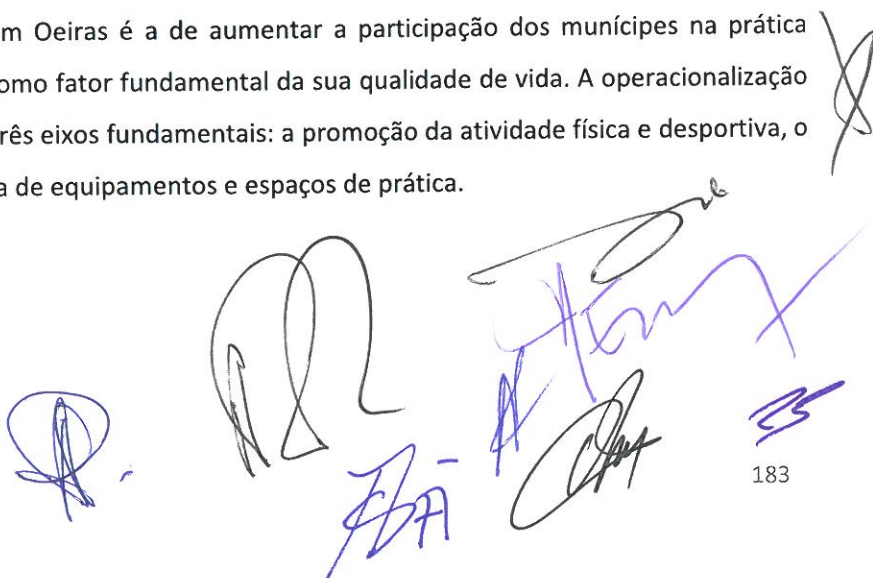
Na vertente da formação, foi operacionalizado um curso ao nível do empreendedorismo e vários workshops de técnicas para procura de emprego e atitude comportamental, alimentação saudável e promoção de estilos de vida saudáveis, este último enquadrado no Tour Agarra a Vida, projeto que envolveu oito escolas do Concelho, proporcionando formação em sala a 235 jovens.

Realça-se, identicamente, o apoio ao associativismo e o desenvolvimento de ações de animação ligadas à música e à arte, nomeadamente, o apoio aos planos anuais dos organismos juvenis sedeados no Concelho e a efetivação de mais uma edição do Oeiras Band Sessions, concurso que dá oportunidade às bandas do Concelhos para apresentação dos seus trabalhos musicais, facultando à banda vencedora a possibilidade de apresentação em palco no festival Optimus Alive e a utilização, durante um ano, de uma sala de ensaio Band Box.

Em 2013, a execução orçamental da DASSJ foi de 86,24%.

Divisão de Desporto

A prioridade maior da ação do Desporto em Oeiras é a de aumentar a participação dos munícipes na prática regular de atividades físicas e desportivas, como fator fundamental da sua qualidade de vida. A operacionalização deste desígnio passa pela concretização de três eixos fundamentais: a promoção da atividade física e desportiva, o apoio ao associativismo desportivo e a oferta de equipamentos e espaços de prática.



Destacamos, em 2013, a continuidade dos programas de promoção de modalidades 31º Trofeu CMO Corrida das Localidades e o 15º Circuito de Xadrez Oeiras, os eventos de grande participação, como Mexa-se na Marginal, a Corrida do Tejo ou a corrida Marginal à Noite, onde o limite de inscrições foi atingido um mês antes da prova. Também de sublinhar o crescimento do Programa de Atividade Física Sénior 55+, que atingiu os 1.000 utentes que regularmente praticam diversas atividades em todas as freguesias do Município.

Salienta-se ainda, a mudança da designação do “Estoril Open” para “Portugal Open-Oeiras”. Este facto, não só reforçou a relevância deste evento no panorama nacional, mas sobretudo aumentou exponencialmente a projeção de Oeiras no panorama internacional.

Ao nível do Associativismo Desportivo, foi iniciado um novo processo de candidatura a financiamento Municipal, que permitiu a caracterização dos clubes do concelho. Destaca-se o valor de 10.000 praticantes envolvidos pelos clubes e o facto de 66% destes praticantes terem 18 ou menos anos. Em modalidades, o futebol de 11 surge em primeiro lugar em número de praticantes, seguido do fitness e atletismo.

Em 2013 a DD viu renovada a Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade.

A execução orçamental da DD, em 2013, foi de 94,2%.

Departamento de Património Histórico, Cultura e Bibliotecas

O DPHCB, cuja missão visa “promover o desenvolvimento cultural, museológico, patrimonial e turístico do município” tem encontrado paulatinamente, através do trabalho global levado a cabo pelas divisões que o integram, um caminho estruturado na prossecução das suas atribuições e objetivos de desenvolvimento nos domínios que o constituem.

Cumprindo as suas atribuições nas áreas do Património Histórico, da Cultura, das Bibliotecas e do Turismo, o Departamento, a par da sua atividade corrente, centrou-se na consolidação de estratégias de trabalho e implementação de novas dinâmicas no domínio da promoção das áreas de intervenção das divisões que o constituem, manutenção dos instrumentos de gestão implementados sobretudo no domínio dos processos internos.

No ano de 2013, o DPHCB acompanhou diretamente três eventos: o “Há Prova em Oeiras”, que visou a promoção do património material e imaterial associado ao Palácio Marquês de Pombal e ao Vinho de Carcavelos “Conde de Oeiras”, o “Festival Oeiras a Ler”, realizado em parceria com as DBDI e que promoveu o trabalho de fundo das bibliotecas numa nova abordagem de contacto e aproximação à população e ainda as Festas do Concelho 2013.

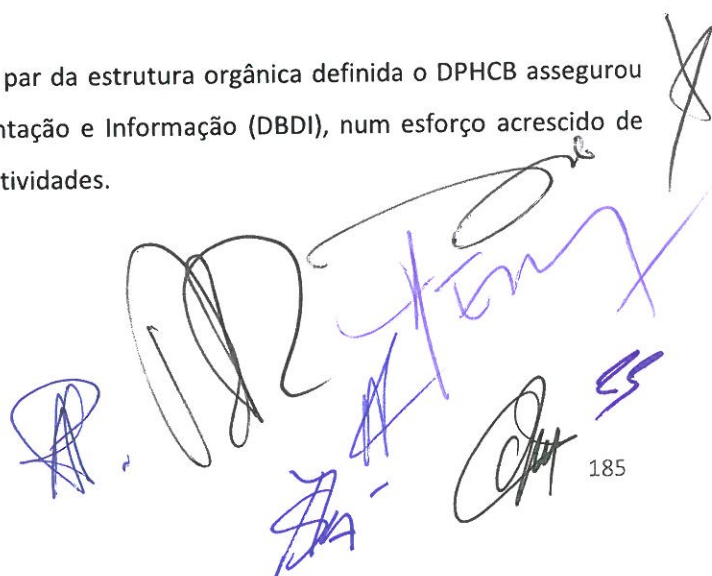
No ano em apreço, o DPHCB, no conjunto das suas três Unidades Orgânicas (DPHM, DCT e DBDI) executou aproximadamente 81,2% do orçamento disponível, equivalendo a €1.797.130,11.

No âmbito do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO), diretamente dependente do Diretor do DPHCB, foi dada continuidade à realização do inventário sistemático do património arqueológico móvel em depósito no CEACO, num total de cerca de 80.000 peças, e do respetivo desenho de materiais arqueológicos, destinados a ilustrar trabalhos de investigação ou de divulgação. Deu-se ainda continuidade à preparação da edição do Vol.20 da publicação Estudos Arqueológicos de Oeiras.

Considerando-se as visitas guiadas uma das principais linhas de atuação do CEACO, foram efetuadas 32 visitas, num total de cerca de 900 pessoas, ao povoado pré-histórico de Leceia e respetiva exposição monográfica e exposição de Arqueologia do Concelho de Oeiras, ambas situadas na Fábrica da Pólvora de Barcarena.

Na colaboração com outras entidades, destaca-se o acompanhamento arqueológico das obras de “remodelação das redes domésticas e pluviais do sistema de esgotos de Algés”, de Fevereiro a Outubro de 2013, a pedido dos SMAS/Oeiras e a participação do CEACO na “Festa da Arqueologia”, organizada no Museu Arqueológico do Carmo, pela Associação dos Arqueólogos Portugueses no âmbito das comemorações dos seus 150 anos. Manteve-se ainda a colaboração estabelecida desde 2011, com a Câmara Municipal de Cascais, e com o Centro de História de Além-Mar, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa no âmbito do Projeto de Arqueologia Subaquática do Forte de S. Julião da Barra.

Cumulativamente, no decorrer de todo o ano de 2013, a par da estrutura orgânica definida o DPHCB assegurou diretamente a chefia da Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação (DBDI), num esforço acrescido de gestão orçamental, recursos humanos e planeamento de atividades.



Divisão de Património Histórico e Museológico

A Divisão de Património Histórico e Museológico tem por missão desenvolver a política municipal para o património histórico e cultural, imóvel e imaterial, promovendo a sua participação e valorização.

Está assim incumbida de promover atividades no âmbito da valorização e divulgação do património histórico-cultural, em articulação com os demais serviços.

Foi dada continuidade às atividades fomentadas pela Comunidade Europeia e do Conselho da Europa na comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Dia Internacional dos Museus e das Jornadas Europeias do Património.

Das iniciativas promovidas pela DPHM para 2013 salientam-se: o programa “Aos Sábados no Palácio” Marquês de Pombal destinado às famílias, com atividades durante todos os meses ao longo do ano; o programa de visitas guiadas “À Descoberta do Património”, que pretende sensibilizar e cativar o público para o património do concelho, promovendo uma atitude mais ativa na sua defesa e proteção; o Curso Livre “Cores e Sons”, onde foi abordado o cruzamento entre a pintura e a música nos finais do séc. XIX a meados do séc. XX, e que contribuiu para o compromisso na divulgação da cultura e do património imaterial; Na Fábrica da Pólvora de Barcarena foram realizadas visitas e palestras sobre a temática da pólvora e do património industrial, em parceria com os congéneres da rede de estruturas que detém património similar, e que se prolongaram por todo o ano. De igual modo, foram realizadas atividades pedagógicas enquadradas no serviço educativo, e relacionadas com o Museu da Pólvora Negra.

Conforme previsto, e integrado nos programas definidos pela DPHM para 2013, foram realizadas 207 iniciativas, que por sua vez se desdobraram em diversas outras ações que decorrerem em simultâneo na mesma data, e com taxas de participação sempre superior à capacidade de oferta.

Assim, os programas de atividades definidos para esta divisão em 2013 foram cumpridos a 100%, embora isso não tivesse sido refletido na respetiva execução orçamental do final do ano.

Divisão Cultura e Turismo

Cabendo à DCT conceber e coordenar a execução das atividades culturais e turísticas do município, deve referir-se que 2013 se caracterizou pela contenção e racionalização de recursos. Ainda assim foi possível apresentar igual número de ações e de iniciativas que no ano imediatamente anterior, ações essas sempre balizadas pelo Plano de Desenvolvimento Estratégico.

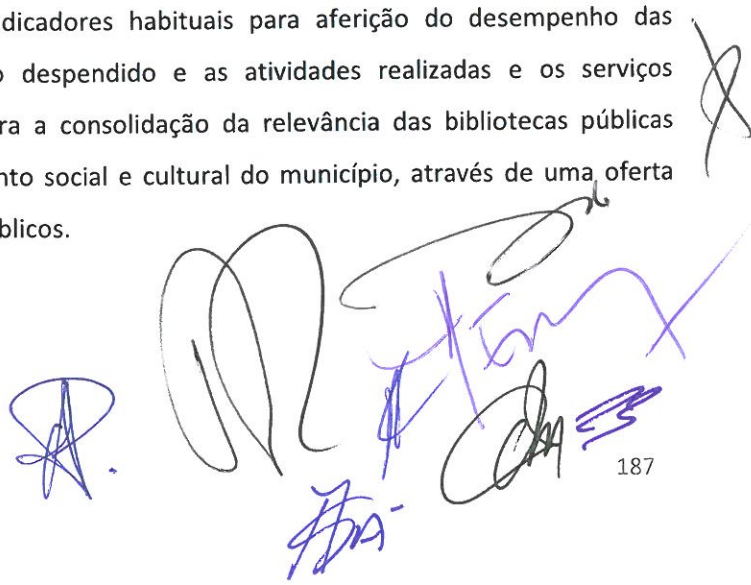
Procurou-se antes desenhar uma programação cultural determinada em aumentar a relevância da “cidade” nas novas geografias das “sociedades em rede”. Encarou-se portanto a Cultura, bem como o Turismo, como sendo dispositivos qualificantes, ora do lado do sistema, ora do lado da hospitalidade. Do lado do sistema porque se tentou assegurar a satisfação das necessidades culturais – que vão do Livro ao Teatro, ou da Música ao Cinema - e as do turismo, principalmente na área da animação e da promoção. Do lado da hospitalidade porque se incutiu, cada vez mais, o agregar da Cultura ao Turismo – e vice-versa - fazendo com que elas resultassem em pontos de encontro, em pontos de coesão.

A procura registada reflete as dinâmicas mencionadas, tendo-se realizado cerca de 435 ações nos mais diversos domínios (música, teatro, animação infantil, feiras e festas, cinema, exposições e serviço educativo, visitas guiadas, entre outras), que captaram uma afluência na ordem das 80.000 pessoas. Ao nível da informação turística, o Posto de Turismo de Oeiras localizado no Centro Cultural Palácio do Egito registou uma procura na ordem dos 6.500 visitantes, nacionais e internacionais.

Tanto na Cultura como no Turismo, ao longo de 2013, conjugaram-se opostos que concorrem para uma mesma finalidade. Micro e macro, ou público e privado souberam trabalhar em rede. Procurou-se igualmente manter um projeto autárquico com vocação de total serviço público, enfim, um projeto “para todos”.

Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação

Considerando as metas estabelecidas no PDE, os indicadores habituais para aferição do desempenho das bibliotecas públicas e a relação entre o orçamento despendido e as atividades realizadas e os serviços disponibilizados, conclui-se que a DBDI contribuiu para a consolidação da relevância das bibliotecas públicas municipais no contexto das políticas de desenvolvimento social e cultural do município, através de uma oferta diversificada de serviços e atividades para diferentes públicos.



Desenvolveram-se e consolidaram-se programas regulares e continuados para os JI e escolas (351 ações), para o público familiar (72 ações), para o público jovem e adulto (150 ações). Foi dada continuidade à aposta na formação na área da promoção da leitura e das literacias (58 ações), e desenvolvimento de programas de extensão bibliotecária e cultural em Estabelecimentos de Ensino (designadamente, através do projeto-piloto com o Agrupamento Aquilino Ribeiro), Centros de Dia, Juntas de Freguesia, Estabelecimentos Prisionais e no Porto de Recreio de Oeiras com o Espaço das Bibliotecas (12 ações).

Destaca-se, a realização do Festival Oeiras a Ler na 2ª fase B do Parque dos Poetas no dia 22 de Junho que pretendeu concentrar o trabalho de fundo e continuidade que as Bibliotecas Municipais têm desenvolvido na área da promoção da leitura e das literacias, numa iniciativa aberta à comunidade, que acolheu e promoveu propostas de contadores de histórias e diversos momentos de intervenção cultural, pedagógica e lúdica.

Salienta-se ainda a impossibilidade de adjudicação do fornecimento contínuo de documentos para o público adulto, o que contribuiu para a diminuição da estatística de empréstimo domiciliário pela dificuldade de renovação das coleções, com repercussões diretas na diminuição do nº de documentos em circulação: 122.654, menos 74.546 relativamente a 2012.

Dos demais indicadores tradicionais importa destacar o aumento do nº de entradas nas bibliotecas (341.227, mais 2.662 relativamente a 2012), o nº de novos leitores (2.008, menos 116 relativamente a 2012), o nº de dias de abertura ao público (291 em Oeiras, 270 em Carnaxide e 269 em Algés) e o nº de sessões nos PC's dos Sectores Multimédia (53.697).

Procedeu-se ainda à instalação e parametrização de um novo software de gestão integrado de bibliotecas - Koha - que além da poupança financeira para o município face à solução anterior, irá a curto prazo representar uma mais-valia dos serviços prestados aos utilizadores das bibliotecas municipais. De salientar que este processo foi totalmente efetuado com recurso internos, afetos à DBDI e à DIAS/DTSI.

Ao nível da requalificação e gestão do património de história local, destaca-se o desenvolvimento das ações preliminares para a implementação do projeto "Memórias de Oeiras- coleção Pombalina e obras do séc. XVII" (cofinanciado pela Fundação Calouste Gulbenkian).

No final do ano foi realizado o Inquérito Anual de Avaliação da Qualidade dos Serviços a uma amostra estratificada por faixas etárias de 474 utilizadores das 3 bibliotecas municipais. Através deste inquérito apurou-se um grau de satisfação com o atendimento e os serviços prestados de 4,0, numa escala de 1 a 5.

Em 2013 a DBDI viu renovada a Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e implementou uma nova ferramenta de controlo mensal - Carta de Serviços - que monitoriza os principais indicadores das Bibliotecas ao nível do atendimento, coleção, reclamações, inquérito anual e divulgação.

Departamento de Educação

No ano de 2013, o DE teve uma dotação de 4.373.546,00€ para o conjunto das três UO's que o compõem (Departamento, Divisão de Equipamentos e Infraestruturas da Educação, Divisão de Apoio Sócio Educativo) significando um decréscimo de 16% relativamente a 2012.

Nas 30 unidades de refeitório escolares de responsabilidade municipal, foram em média servidas 4 678 refeições/dia, correspondendo a uma média mensal de 93960 almoços.

Relativamente às atividades desenvolvidas, salientam-se:

Ações de Fiscalização e de Acompanhamento

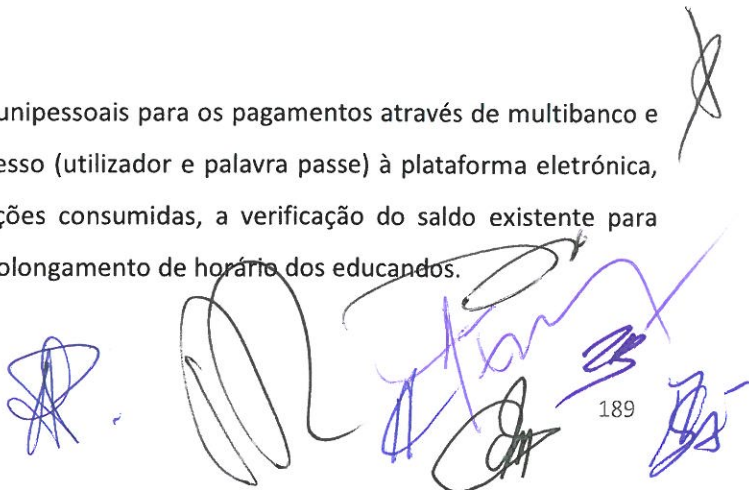
Foram realizadas no decurso do ano 2013, 330 ações de fiscalização e visitas de acompanhamento às unidades de refeitório, traduzindo-se num acompanhamento quotidiano aos estabelecimentos escolares, para aferir o cumprimento da prestação do serviço de fornecimento de refeições, no âmbito dos pré-requisitos impostos pelo HACCP e pelo Código de Boas Práticas aplicado à restauração coletiva.

Através do procedimento por Concurso Público Internacional procedeu-se à aquisição da prestação de serviços para a confeção de refeições aos Jardim-de-infância e às Escolas Básicas do 1º Ciclo da rede pública, na modalidade de fornecimento contínuo, para um período de 3 anos letivos (2013/14 e seguintes) ou até ao montante máximo de 4.724.040,18 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Destaca-se ainda a entrada em funcionamento do Sistema de Gestão de Refeições e de Prolongamento de Horário acessível a todos os pais e encarregados de educação dos 10 agrupamentos de escolas do concelho e a eliminação definitivamente a utilização das senhas em papel. Trata-se de uma aplicação informática de utilização fácil e intuitiva, acessível a partir de qualquer computador com acesso à Internet.

A disponibilização desta plataforma é desenvolvida ao abrigo do Projeto RISE (Rede Integrada de Serviços de Educação) que visa implementar ferramentas tecnológicas que otimizem os processos de ensino e gestão administrativa das escolas.

Para cada criança e/ou aluno, foram criadas referências unipessoais para os pagamentos através de multibanco e homebanking. Foram também criadas credenciais de acesso (utilizador e palavra passe) à plataforma eletrónica, que permitem efetuar o controlo do número de refeições consumidas, a verificação do saldo existente para consumo de refeições e para a utilização do serviço de prolongamento de horário dos educandos.



Serão abrangidos por esta medida, 5.000 crianças do pré-escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública que utilizam os refeitórios escolares de gestão municipal e as cerca de 400 crianças inscritas nos 7 serviços de prolongamento de horário de gestão municipal. O processo ficará concluído no mês de março de 2014.

O desenvolvimento de projetos na área da Educação continuou a merecer especial destaque em 2013, nomeadamente o Projeto “Aqui há Ciência” que visa a melhoria das aprendizagens dos conteúdos científicos através do ensino experimental junto de crianças do pré-escolar e de alunos do 1.º CEB das EB1/JI do Alto de Algés e da EB1/JI de Porto Salvo, no âmbito de uma parceria com o Instituto Gulbenkian de Ciência e com o Instituto superior Técnico e com cofinanciamento do QREN. Beneficiam diretamente deste Projeto 196 crianças do pré-escolar, 1006 alunos do 1.º CEB e 55 docentes. Este projeto tem sido muito bem recebido pelos professores e alunos, o número de docentes abrangido cresceu 100% e o de alunos 46%.

Deu-se continuidade ao trabalho da Orquestra Geração iniciado no âmbito do Projeto Orquestras Sinfónicas Juvenis que integra 60 alunos do 1.º e CEB do Agrupamento de Escolas Carnaxide-Portela. Manteve-se o apoio ao funcionamento do Projeto MUS-E de educação pela arte na EB1/JI Pedro Álvares Cabral do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro que abrange 88 crianças do pré-escolar e 77 alunos do 1.º CEB.

No âmbito da reorganização da rede escolar do concelho foi possível, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Carnaxide, terminar com o funcionamento em regime duplo da EB1 Sylvia Philips e Antero Basalisa, em Carnaxide, beneficiando desta medida cerca de 550 alunos. A otimização da capacidade instalada deste agrupamento foi melhorada através da integração de vários alunos foram na EBI Vieira da Silva.

Quanto às grandes intervenções no parque escolar da responsabilidade do Município destacam-se:

- Remodelação de cozinha e refeitório, pinturas salas e reparação cobertura na EB1 Dionísio dos Santos Matias;
- Adaptação da copa para serviço de refeições na EB1 Sylvia Philips
- Criação de 2 Salas de Aula adicionais em módulos pré-fabricados na EB1 Antero Basalisa;
- Remodelação profunda espaços exteriores na EB1/JI Sá de Miranda;
- Demolição de anexo, regulação do terreno, substituição de coletores, substituição telheiro na EB1/JI Amélia Vieira Luís.

Durante este ano foram recebidos cerca de 1800 pedidos de intervenção nos espaços escolares, por parte das escolas do concelho, em diversos domínios, aos quais foi dado o devido acompanhamento e encaminhamento pelo DE, em articulação com outras unidades orgânicas.

PDE – Plano de Desenvolvimento Estratégico

A partir das Orientações Politico-Estratégicas assumidas no Programa do Mandato e da identificação das necessidades e expectativas dos seus munícipes/ clientes e demais partes interessadas, definiu-se o Mapa Estratégico Corporativo do Município (ME) onde constam os Objetivos Estratégicos da autarquia. Com a consolidação do ME, foi possível construir o Balanced ScoreCard (BSC) do Município, o qual identifica, para cada objetivo, as Unidades Orgânicas que os devem concretizar, os indicadores aplicáveis na sua medição, as metas a atingir, bem como os projetos/iniciativas necessários à sua realização. O desdobramento destes objetivos prosseguiu com a elaboração dos Mapas Estratégicos das Direções Municipais criando condições para a medição e monitorização da sua performance ao longo do ano, de forma alinhada com os objetivos estabelecidos para o mandato. A partir dos Objetivos Operacionais definidos nos Mapas Estratégicos das Direções Municipais, foram identificadas as ações/projetos/iniciativas das respetivas Unidades Orgânicas (Departamentos e Divisões), construindo os respetivos Planos de Desenvolvimento Estratégico (PDE). Portanto, o PDE permite a monitorização, controlo e reporting da atividade desenvolvida pelos serviços.

As Orientações Estratégicas do Município para 2010/2013, foram:

OE 1	Espaço de valorização territorial
OE 2	Espaço de fruição ambientalmente sustentável
OE 3	Comunidade saudável e solidária
OE 4	Comunidade da educação, qualificação e cultura
OE 5	Espaço de conforto, mobilidade e segurança
OE 6	Cidade jovem, criativa e vibrante
OE 7	Melhor governância e mais cidadania
OE 8	Rede de informação, conhecimento e desenvolvimento económico
OE 9	Perspetiva Financeira
OE 10	Perspetiva Processos
OE 11	Perspetiva do Desenvolvimento Organizacional

No ano de 2010, este modelo era embrionário pelo que aferiu-se apenas a taxa média global de execução do PDE - 69%.

Nos anos seguintes, esta aferição fez-se por Orientação Estratégica e Objetivo Estratégico, tendo obtido no ano de 2011 uma taxa média de execução de 95%, no ano de 2012 foi de 100% e em 2013 foi de 99%.

Tabela comparativa 2011-2013 (grau de execução)

Ano	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6	OE 7	OE 8	OE 9	OE 10	OE 11	Grau Global
2011	79%	112%	106%	97%	111%	106%	90%	88%	67%	91%	101%	95%
2012	93%	95%	110%	98%	110%	100%	108%	103%	92%	103%	87%	100%
2013	81%	97%	104%	104%	112%	107%	89%	104%	87%	102%	99%	99%

1ª Orientação Estratégica - Espaço de valorização territorial

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
1.1	Disponibilizar território, infraestruturas e ambientes urbanos de excelência	1.1.1	Elaborar e monitorizar instrumentos de planeamento de territórios vocacionados para o acolhimento de novos tecidos urbanos e novas centralidades funcionais
		1.1.2	Promover Oeiras como cidade para habitar, trabalhar, circular e divertir-se
1.2	Promover a matriz de urbanidade de espaços da rede de aglomerados do Concelho	1.2.1	Elaborar estudos e projetos e execução de obras para a qualificação de espaços, infraestruturas e edificado em Bairros Municipais, AUGI e outras áreas residenciais descaracterizadas
1.3	Criar oportunidades diversificadas de Habitar	1.3.1	Disponibilizar fogos, para arrendamento e venda, destinados ao realojamento de famílias carenciadas e à fixação de jovens e populações ativas no Concelho
		1.3.2	Adquirir imóveis destinados à concretização do "Habitar Oeiras"

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
1.4	Promover a Construção, Manutenção e Requalificação do Equipamento e Infraestruturas	1.4.1	Elaborar estudos e projetos, executar obras e prestar apoio técnico e financeiro para instalação de serviços de utilidade pública e equipamentos coletivos
		1.4.2	Manter em bom estado os equipamentos e infraestruturas
		1.4.3	Apoiar a beneficiação e remodelação de infraestruturas e instalações desportivas
		1.4.4	Cumprir prazos de execução das obras
		1.4.5	Projetar e edificar novos equipamentos e infraestruturas
		1.4.6	Apoiar técnica e financeiramente a construção, manutenção, requalificação e reconversão de Respostas Sociais

2ª Orientação Estratégica - Espaço de fruição ambientalmente sustentável

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
2.1	Valorizar a Estrutura Verde do Concelho	2.1.1	Projetar e construir novos espaços verdes
		2.1.2	Manter em bom estado os espaços verdes
		2.1.3	Promover a Marca Conde de Oeiras
2.2	Valorizar o património cultural e artístico	2.2.1	Aplicar as ações do Plano de Salvaguarda do Património

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
2.3	Criar uma rede de espaços de património histórico, cultural, ambiental e paisagístico afectos a equipamentos e atividades de fruição coletiva	2.3.1	Elaborar estudos, instrumentos de gestão e projetos e execução de obras para a requalificação do património edificado, dos espaços de sociabilidade dos núcleos de formação histórica e da frente ribeirinha do Concelho
		2.3.2	Manter em bom estado os espaços de fruição coletiva
		2.3.3	Projetar e construir novos espaços de fruição coletiva
2.4	Assegurar a Qualidade do Espaço Público Urbano	2.4.1	Assegurar a higiene, limpeza e manutenção do espaço público
		2.4.2	Assegurar a remodelação e manutenção da Iluminação Pública
		2.4.3	Incrementar recolha de resíduos sólidos urbanos valorizáveis
		2.4.5	Incrementar a sensibilização ambiental

3ª Orientação Estratégica - Comunidade saudável e solidária

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
3.1	Promover comportamentos e estilos de vida saudáveis	3.1.1	Desenvolver e apoiar programas e iniciativas de educação para a saúde e promoção de estilos de vida saudáveis
		3.1.2	Dinamizar programas de promoção da prática generalizada de Desporto e da atividade física
		3.1.3	Organizar e apoiar Eventos Desportivos de dimensão nacional e internacional
3.2	Reforçar as redes de cooperação ativa entre os vários agentes e promover a coesão social	3.2.1	Assegurar a Gestão dos Bairros Municipais
		3.2.2	Fortalecer a qualificação dos agentes locais e as redes de cooperação social
		3.2.3	Elaborar e/ou manter atualizados os instrumentos de planeamento nas áreas da Ação Social e da Saúde

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
		3.2.4	Desenvolver e/ou reforçar respostas sociais de apoio à família (Infância, idosos, pessoas com necessidades especiais e situações de emergência social)
		3.2.5	Promover a intervenção comunitária de proximidade e o diálogo intercultural
		3.2.6	Desenvolver projetos de formação cívica, lúdicos e ocupacionais para a população juvenil
		3.2.7	Apoiar o desenvolvimento de medidas de integração socioprofissional de jovens e adultos ativos
		3.2.8	Melhorar gestão das atividades de apoio aos tempos livres dos jovens
		3.2.9	Apoiar o Associativismo Desportivo

4ª Orientação Estratégica - Comunidade da educação, qualificação e cultura

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
4.1	Promover o acesso à Cultura em todos os domínios e reforçar a identidade local	4.1.1	Implementar e gerir de forma sustentada uma rede de equipamentos culturais
		4.1.2	Adquirir, catalogar, disponibilizar e divulgar bens culturais
		4.1.3	Assegurar uma programação cultural regular, abrangente e diversificada
		4.1.4	Dinamizar os espaços públicos com atividades culturais
		4.1.5	Promover a procura dos equipamentos, dos bens e das atividades culturais
		4.1.6	Estabelecer uma rede de parcerias institucionais na área da cultura
4.2	Requalificar o Parque Escolar e Equipamentos de Valorização do Capital Humano	4.2.2	Requalificar escolas

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
4.3	Reforçar a Interação entre a escola e a comunidade	4.3.1	Concretizar Programa de Educação Ambiental Escolar
		4.3.2	Apoiar o funcionamento do Serviço de Refeitórios Escolares
		4.3.3	Executar a Ação Social escolar
		4.3.4	Apoiar o Acesso ao Ensino Superior
		4.3.5	Desenvolver a Rede Integrada de Serviços de Educação (Projeto "RISE")
		4.3.6	Desenvolver complementos educativos em inglês, música, expressões artísticas e desporto escolar
		4.3.7	Desenvolver projetos junto das Escolas
		4.3.8	Promover os Serviços de Apoio à Família nos JI's e EB1's

5ª Orientação Estratégica - Espaço de conforto, mobilidade e segurança

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
5.1	Oferecer infraestruturas rodoviárias hierarquizadas que otimizem as condições de acessibilidade e a mobilidade no Concelho	5.1.1	Elaborar estudos, instrumentos de gestão e projetos para a promoção da mobilidade urbana e da melhoria das condições de acessibilidade intra e inter municipal, em TI e TC
		5.1.2	Manter em bom estado as infraestruturas rodoviárias e de estacionamento
		5.1.3	Projetar e construir novas infraestruturas rodoviárias e de estacionamento
5.2	Assegurar a eficiência e eficácia da resposta na proteção civil	5.2.1	Melhorar caracterização de riscos, meios e planeamento

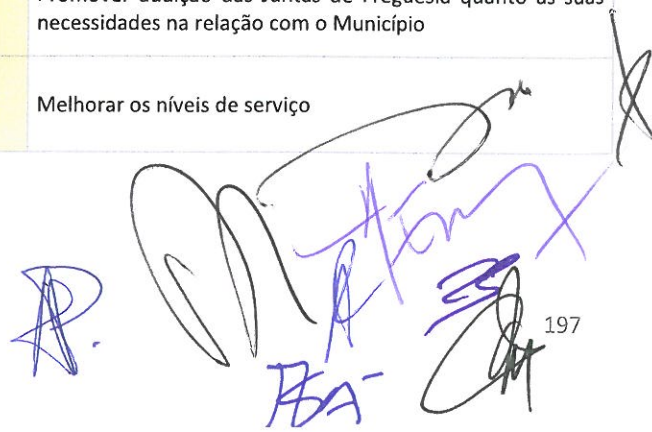
Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
		5.2.2	Incrementar articulação com entidades locais e regionais
		5.2.3	Incrementar sensibilização, informação, formação, exercícios e treinos
5.3	Aumentar a segurança, objetiva e subjetiva, e o bem-estar no Concelho	5.3.1	Incrementar ações de proximidade junto dos Municípios
		5.3.2	Incrementar eficácia das ações de fiscalização e vigilância
		5.3.3	Incrementar sensibilização e prevenção rodoviária e ambiental

6ª Orientação Estratégica - Cidade jovem, criativa e vibrante

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
6.1	Desenvolver e promover o Concelho como destino turístico de excelência	6.1.1	Monitorizar o Plano Estratégico do Turismo

7ª Orientação Estratégica - Melhor governância e mais cidadania

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
7.1	Assegurar satisfação dos Municípios e Partes Interessadas	7.1.1	Satisfazer clientes internos, externos e outras partes interessadas
		7.1.2	Promover o processo da Agenda 21 Local "Oeiras21+"
		7.1.3	Promover audição das Juntas de Freguesia quanto às suas necessidades na relação com o Município
		7.1.4	Melhorar os níveis de serviço



Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
		7.1.5	Descentralização de competências, recursos e cooperação entre o Município e as Juntas de Freguesia
7.2	Promover a participação do Município nas atividades da Autarquia	7.2.1	Identificar oportunidades de reforço da participação dos Municípios
7.3	Promover a Comunicação, Informação e Imagem Institucional	7.3.1	Dinamizar Plano de Comunicação Global
		7.3.2	Incrementar relações com os media
		7.3.3	Promover a imagem institucional
		7.3.4	Promover a melhoria das relações institucionais
		7.3.5	Melhorar transparência na relação com Município

8ª Orientação Estratégica - Rede de informação, conhecimento e desenvolvimento económico

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
8.1	Promover o desenvolvimento económico	8.1.2	Consolidar as dinâmicas empresariais
8.2	Acolher projetos inovadores e de grande relevância	8.2.1	Colaborar e proporcionar apoio técnico específico para a localização e instalação de atividades, equipamentos e empresas que constituam mais valias para o perfil de desenvolvimento do Concelho
		8.2.2	Gerir a informação espacial e de base estatística

9ª Orientação Estratégica - Financeira

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
9.1	Assegurar a sustentabilidade económica e o equilíbrio financeiro do Município	9.1.1	Planeamento económico-financeiro
		9.1.2	Controlar a execução orçamental
		9.1.3	Otimizar a receita e a despesa
		9.1.4	Acautelar níveis de liquidez adequados
		9.1.5	Assegurar boa execução orçamental
		9.1.6	Reduzir custos da atividade
		9.1.7	Contribuir para a melhoria da gestão das entidades com participação municipal
9.2	Promover a valorização e rentabilização do património	9.2.1	Inventariar, valorizar, controlar e rentabilizar o património

10ª Orientação Estratégica - Processos

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
10.1	Otimizar a gestão por processos	10.1.1	Melhorar a eficiência dos processos
		10.1.2	Aprofundar Sistema da Qualidade
		10.1.5	Conceber e aplicar manual de procedimentos
10.2	Melhorar o desempenho organizacional	10.2.1	Melhorar a performance das UOs e o desempenho dos colaboradores
		10.2.2	Promover o desenvolvimento e a consolidação do sistema de controlo interno
10.3	Fomentar uma cultura de sustentabilidade ambiental e de combate ao desperdício energético (PAESO)	10.3.1	Melhorar a sustentabilidade

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
		10.3.3	Reduzir os consumos de água municipais
		10.3.4	Incrementar a sensibilização ambiental
		10.3.5	Promover a eficiência energética

11ª Orientação Estratégica - Desenvolvimento Organizacional

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
11.1	Promover a qualificação e o reforço de competências dos colaboradores	11.1.1	Analisar e reforçar a competências dos Recursos Humanos
		11.1.2	Reforçar autonomia e criatividade dos colaboradores
11.2	Promover a satisfação e a motivação dos colaboradores	11.2.1	Reforçar motivação dos colaboradores
		11.2.2	Promover a responsabilidade social
11.3	Disponibilizar Sistema de Informação adequado, integrado, fiável e explorado	11.3.1	Assegurar que as TIC satisfazem necessidades dos utilizadores
		11.3.2	Melhorar eficiência no uso das TIC
		11.3.3	Proporcionar segurança das TIC
		11.3.4	Assegurar integração das aplicações

Em seguida apresenta-se o mapa de acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Estratégico referente à sua execução de Janeiro a Dezembro, onde constam as Ações / Projetos associadas a cada Objetivo Operacional.

Unidade Orgânica: Gabinete da Presidência

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.3.4.1 - Estabelecimento de contactos com outros Municípios, Associações de Municípios e com Municípios de outros Estados	Janeiro a Dezembro	Nº de contactos	A monitorizar	15	
7.3.4.2 - Organização de programas de visita/ acompanhamento de delegações dos municípios geminados que solicitem à CMO visitas técnicas ou de cortesia bem como organização de ações de formação feitas a pedido dos Municípios geminados	Janeiro a Dezembro	Nº de visitas organizadas	A monitorizar	2	
		Volume de formação realizada	A monitorizar	0	
		Tempo médio de resposta aos pedidos de realização de ações de formação	A monitorizar	0	
10.2.1.18 - Assegurar assessoria ao Presidente	Janeiro a Dezembro	Tempo médio de resposta para a marcação de audiências ao Presidente	A monitorizar	5	

Unidade Orgânica: Gabinete Municipal de Auditoria

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.2 - Desenvolver e atualizar metodologias de controle e outros inputs de modo a acrescentar valor à organização	Janeiro a Dezembro	N.º de ações	3	3	
9.1.7.1 - Contribuir para a melhoria da gestão das entidades com participação municipal	Janeiro a Dezembro	N.º de ações	4	3	
10.1.1.25 - Otimizar o desempenho organizacional do GMA num quadro de ética, transparência e eficiência	Janeiro a Dezembro	N.º de ações	6	9	
10.2.2.1 - Aumentar a capacidade operacional da atividade de controlo	Janeiro a Dezembro	Nº de ações	17	17	

Unidade Orgânica: Gabinete de Desenvolvimento Municipal

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.1.1.3 - Qualificação dos espaços urbanos - existentes e perspectivados no âmbito dos novos paradigmas de desenvolvimento das cidades - Revisão do PDM	Janeiro a Dezembro	Publicação em DR	31-12-2013		O Plano não foi publicado
1.1.2.1 - Promover Oeiras como cidade para habitar, trabalhar, circular e divertir-se.	Janeiro a Dezembro	% de população ativa a trabalhar e residir no concelho	Monitorização		Elaborado
7.1.2.1 - Promover o processo da Agenda 21 Local	Janeiro a Dezembro	N.º de pessoas envolvidas nas atividades/ano	50	97	
	Janeiro a Dezembro	N.º de atividades participativas desenvolvidas/ano	4		Realizou-se em 31 de Maio o Fórum Oeiras 21+
8.1.2.1 - Consolidar as dinâmicas empresariais	Janeiro a Dezembro	Índice de crescimento empresarial	Monitorização		Elaborado
8.2.2.1 - Gerir a informação espacial e de base estatística	Janeiro a Dezembro	Taxa de atualização da informação de base estatística	75%		100%

203

Unidade Orgânica: Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
	Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
10.1.1.17- Garantir a gestão do GCAJ	Janeiro a Dezembro	Taxa percentual de actos endoprocedimentais e processuais dentro dos prazos legais	80%	85%	
10.1.1.23 - Controlo e monitorização juntos dos serviços técnicos com vista à minimização dos tempos de resposta.	Janeiro a Dezembro	Processos de acidente pendentes resolvidos / N.º total de processos pendentes*100 (período temporal de 3 meses)	80%	85%	
10.2.1.22 - Resposta ao Tribunal de Contas, PGR, IGF (Sector do Controlo Tutelar Autárquico), Provedoria de Justiça e demais instâncias de tutela	Janeiro a Dezembro	Taxa percentual de respostas entregues em menos de 10 dias úteis	90%	95%	
10.2.1.23 - Elaboração, atualização e acompanhamento do procedimento administrativo de aprovação dos Regulamentos Municipais	Janeiro a Dezembro	Taxa percentual de intervenções em sede regulamentar	60%	75%	
10.2.1.24 - Elaboração de pareceres jurídicos solicitados ao GCAJ para efeitos internos e externos.	Janeiro a Dezembro	Percentagem do prazo de resposta em menos de 10 dias úteis, após se encontrarem reunidos todos os elementos factuais das UO consulentes de que depende a emissão dos pareceres.	80%	85%	
10.2.1.27 - Implementação do despacho interno 2/2012, de 28 de Agosto, alusivo à estrutura formal e material da parecerística saída do GCAJ, bem como das propostas elaboradas para a Câmara e Assembleia Municipal.	Janeiro a Dezembro	(Número de pareceres/sustentação jurídica, doutrinal, jurisprudencial e clareza) / (N.º total de pareceres emitidos) *100	80%	85%	

Unidade Orgânica: Gabinete de Comunicação

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.1 - Garantir a satisfação dos munícipes e partes interessadas	Janeiro a Dezembro	N.º de visitas ao Portal (ano)	540.000	39.701	
		N.º de Visitas à Loja Municipal (ano)	54.000	5.189	
7.1.1.26 - Avaliar a satisfação dos clientes internos (Quest.2)	Junho	Grau de satisfação	75%	75,6%	De acordo com a análise geral do relatório de satisfação dos clientes internos e partes interessadas, já validado pelo Sr. PCMO.
7.2.1.3 - Desenvolvimento da área do município no portal do município de Oeiras, aumentando as suas funcionalidades	Janeiro a Dezembro	N.º de funcionalidades	Monitorização	0	A área de serviços online e o Geoportal foram disponibilizados ao público a partir de 8 de Maio.
7.2.1.4 - Aumentar a visibilidade do Canal Oeiras - Canal Corporativo Municipal, alargando-o a outros locais, dos JEI - Jornais Eletrónicos e das Redes Sociais	Janeiro a Dezembro	N.º subscritores facebook (ano)	10.000	10.369	
		N.º de atualizações do JEI (ano)	500	35	

Unidade Orgânica: Gabinete de Comunicação (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.3.1.1 - Aplicação do Plano de Comunicação Externa	Janeiro a Dezembro	Nº de revisões do plano	Monitorização	1	Em aprovação o Plano de comunicação 2014.
		Tempo de resposta, desde a receção do pedido, devidamente instruídos, até à sua divulgação (dias, em média)	30	17	
7.3.1.2 - Editar publicações periódicas: Boletim Municipal Oeiras Atual, 30 dias, Oeiras em Revista e Páginas de Encontro	Janeiro	Tempo de resposta, desde a aprovação da edição até à sua divulgação (dias, em média)	4 (30 Dias) 8 OER, 6 BOA, 3 PE	3	
		N.º de publicações (ano)	26	1	Oeiras Atual; Páginas de Encontro.
7.3.1.3 - Editar Publicações não periódicas: livros, coletâneas, coleções e folhetos de cariz institucional	Janeiro a Dezembro	N.º de edições de livros	6	0	Não foram editados livros no mês de Dezembro.
7.3.1.4 - Publicidade nos meios de comunicação social	Janeiro a Dezembro	Nº potencial visualizações	Monitorização		Não foi colocada publicidade nos meios de comunicação social à exceção de anúncios obrigatórios.

Unidade Orgânica: Gabinete de Comunicação (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido
7.3.1.5 - Comunicação Urbana - Divulgação em mupis, outdoors, painéis, faixas, lonas, pendões, cinemas, rádios, meios de transporte ou outros meios que se venham a revelar mais adequados à adequada promoção da iniciativa	Janeiro a Dezembro	N.º de ações divulgadas (ano)	60	9	Exposição Noronha da Costa no CAMB; Campanha de Natal; Exposição Jaime Silva no CCPE; Peça de teatro A Casa do Fim da Linha; Peça Infantil Pim Pam Pum ; Musical Infantil Supergotinha; Campanha do Ambiente; SMAS; Oeiras Wifi.
7.3.1.6 - Comunicação Digital e multimédia - Inclui a promoção em todos os suportes municipais digitais, designadamente, portal, redes sociais, JEI, Canal Oeiras, etc., bem como a promoção através de televisão, rádio, internet;	Janeiro a Dezembro	N.º de ações divulgadas (ano)	365	53	Recolha de Lixo na quadra festiva; Feira Ambiental de Natal; À Conversa com Eurico Gonçalves, José Manuel de Vasconcelos e Jaime Silva; Masterclass; Reuniões Públicas de Câmara para 2014; Oeiras cria sete equipas de intervenção permanente.
7.3.1.7 - Campanhas de comunicação	Janeiro a Dezembro	N.º de campanhas desenvolvidas	12	1	Campanha de Natal.
7.3.2.1 - Articulação e Monitorização dos media	Janeiro a Dezembro	Taxa de cobertura dos media locais e regionais	Monitorização	100%	Foram efetuados 21 comunicados de imprensa no mês de Dezembro sendo que todos eles foram utilizados para a elaboração de notícia nos jornais locais e regionais.
7.3.3.1 - Comemorações, Ofertas e condecorações Municipais	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do planeamento	70%	100%	Foram satisfeitos todos os pedidos realizados no período em causa.

Unidade Orgânica: Gabinete de Comunicação (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.3.3.2 - Conceção, produção e disponibilização de imagens	Janeiro a Dezembro	N.º de produtos audiovisuais disponibilizados online	50	0	
	Janeiro a Dezembro	Tempo de resposta, desde a realização do trabalho, até à sua disponibilização (dias, em média)	3	3	Exposição Moinho das Marés; Páginas de Encontro; Brochura Turismo; Newsletter Infantil; Orçamento Participativo; Campanha de Natal; Oeiras Solidária; Livro da Freguesia de Queijas, entre outros;
7.3.3.3 - Representação institucional - Atribuição de patrocínios, apoio institucional e ofertas institucionais e protocolares	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do planeamento	75%		Registo diário das ofertas institucionais
10.1.1.1.1 - Estabelecer acordos de nível de serviços com algumas Unidades Orgânicas	Janeiro a Dezembro	Taxa de incumprimento do despacho sobre o prazo de fornecimento de informação	Monitorização	0%	Todos os pedidos entraram com uma antecedência de 60 dias.
11.1.1.1 - Reforçar competências e qualificações dos colaboradores	Janeiro a Dezembro	Taxa de reforço de competências	Monitorização		Têm decorrido ações inseridas no plano, com exceção de formação externa

Unidade Orgânica: Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.3.1 - Promover audição das juntas de freguesia quanto à aplicação informática para desmaterialização do processo de relatório de competências	Janeiro a Dezembro	% de Juntas de Freguesia envolvidas (que participam na audição)	50%	50%	Embora em 2013 se mantenha a audição às Juntas de Freguesia o tema altera ligeiramente e passa a ser sobre as dinâmicas das freguesias distribuídas em 4 fases. A primeira fase já está concluída (25%); a segunda respeita à análise dos relatórios (50%) e a terceira, a preparação o relatório preliminar ainda a decorrer.
7.1.5.1 - Controlo do investimento do município efetuado em intervenções de beneficiação nas freguesias no âmbito da delegação de competências	Janeiro a Dezembro	Taxa da execução financeira no âmbito da apresentação dos Relatórios Bimestrais - despesa de capital	75%	44,16	Foram entregues, analisados e aprovados a totalidade dos relatórios referentes ao 6º B/12, 1º B/ 13, 2º B/13, 3º B/13 e o 4º B/13; foram entregues e analisados os relatórios do 5º Bimestre; foram aprovados em reunião de Câmara;
	Janeiro a Dezembro	Taxa da execução financeira no âmbito da apresentação dos Relatórios Bimestrais - despesa de corrente	75%	89	Foram entregues, analisados e aprovados a totalidade dos relatórios referentes ao 6º B/12, 1º B/ 13, 2º B/13, 3º B/13 e o 4º B/13; foram entregues e analisados os relatórios do 5º Bimestre; foram aprovados em reunião de Câmara;
7.1.5.2 - Controlo do apoio do município cedido a iniciativas das Juntas de Freguesias, Paróquias e coletividades no âmbito das comemorações	Janeiro a Dezembro	Taxa dos apoios financeiros no âmbito da operacionalização das festividades, face ao montante da rubrica	90%	95%	Para 2013 apenas foi autorizado apoio logístico (dentro das condicionantes habituais), pelo que será apenas contabilizado o apoio logístico e o nº de iniciativas apoiadas. No momento estão a ser operacionalizados os pedidos de apoio. Das 38 iniciativas previstas ocorreram, até à data 53, o que ultrapassa o previsto.

Unidade Orgânica: **Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia** (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
	Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.5.3 - Controlo do município no que respeita ao acompanhamento da execução financeira e física	Janeiro a Dezembro	Tempo de resposta (desde a receção no GAJF até finalização da apreciação)	30 dias	6,9	A maioria dos relatórios do 5º bimestre foi entregue na semana do prazo estabelecido (8 de Novembro); nalguns casos foi necessário solicitar esclarecimentos. A média de dias de análise no GAJF é de 6,9.
10.1.1.6 - Melhorar a economia, eficiência e eficácia dos serviços prestados	Janeiro a Dezembro	Prazo de resposta a entidades externas relativamente a despachos do Sr. Presidente e informações dos Serviços	5 dias	2	O tempo decorrido entre a data do despacho e a comunicação à entidade é, em média, de 2 dias.
11.3.2.3 - Desmaterialização do modelo de Relatório de Delegação de Competências	Janeiro a Dezembro	Data da disponibilização da primeira parte da aplicação, para teste, às Juntas de Freguesia	Último dia de Julho	5 de Julho	Data da disponibilização da segunda parte da aplicação, para teste, às Juntas de Freguesia foi enviada antes da data prevista para o último dia de Julho de 2013

Unidade Orgânica: Departamento de Polícia Municipal e de Proteção Civil

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
5.2.1.1 - Atualizar os planos municipais	Janeiro a Dezembro	Taxa de atualização do levantamento de riscos/ Taxa de atualização do plano	1%	4%	
5.2.1.2 - Atribuição de subsídios às Associações de Bombeiros do concelho	Janeiro a Dezembro	Taxa de atribuição de subsídios	Monitorização	0 PD's	
5.2.1.3 - Criação de Equipas de Intervenção Permanente	Janeiro a Dezembro	Nº de equipas	Monitorização		A implementar em 2014 (equipas de 2 elementos por corporação)
5.2.2.1 - Promover um simulacro (concelho)	Janeiro a Dezembro	Número de corpos de bombeiros envolvidos	7	100%	Ação realizada dia 01 de Junho - Simulacro Semana da Proteção Civil e dia 09 de Outubro - Simulacro Taguspark
5.2.3.1 - Promover ações de prevenção e sensibilização de proteção civil	Janeiro a Dezembro	Taxa de crescimento das ações promovidas face ao ano anterior	1%	4%	
5.3.1.1 - Promover ações de policiamento de proximidade	Janeiro a Dezembro	Taxa de realização face ao ano anterior	1%	2%	

Unidade Orgânica: Departamento de Polícia Municipal e de Proteção Civil (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
5.3.1.2 - Promover ações de prevenção, de fiscalização e de sensibilização no espaço público urbano	Janeiro a Dezembro	Taxa de crescimento das ações preventivas e fiscalizadoras face ao ano anterior	1%	1%	Em 2013 foram promovidas 10 933 ações de prevenção e fiscalização e 391 ações de sensibilização, o que representa na sua totalidade um aumento de 5,31% face ao ano de 2012.
5.3.2.1 - Promover ações de prevenção e fiscalização	Janeiro a Dezembro	Taxa de realização face ao ano anterior	1%	1%	
5.3.2.2 - Aumentar o n.º horas afeto ao policiamento	Janeiro a Dezembro	Taxa de crescimento das ações promovidas face ao ano anterior	1%	2%	
5.3.3.1 - Promover ações de prevenção e sensibilização rodoviária e ambiental	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do plano de sensibilização rodoviária/ ambiental	85%	95%	
7.1.1.3 - Garantir a resposta às solicitações dos municípios	Janeiro a Dezembro	Nº de dias para resposta	9 dias/ 60 dias	5/48	
7.1.1.43 - Desencadear a instrução de processos de contraordenação	Janeiro a Dezembro	Taxa de processos iniciados	80%	100%	
7.1.1.44 - Concluir a instrução de processos de contraordenação	Janeiro a Dezembro	Taxa de processos concluídos	60%	92%	

Unidade Orgânica: Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.50 - Satisfazer clientes internos e outras partes interessadas	Outubro	Grau de satisfação dos clientes internos (técnicos de SIG)	80%	88% a)	O inquérito de avaliação da satisfação de clientes internos incluiu 8 questões com 5 níveis de classificação diferentes. 88% das respostas dadas são de clientes satisfeitos com o nível dos serviços prestados pelo GISG, correspondendo à seguinte classificação: 24% como "Bom", 41% como "Muito Bom" e "23% como "Excelente". Das restantes respostas, 11% classificaram as ações desenvolvidas pelo GISG como "Satisfaz" e 1% como "Não satisfaz".
10.2.1.19 - Responder com eficiência aos pedidos efetuados ao GISG	Janeiro a Dezembro	Garantir as respostas (esclarecimentos, disponibilização de informação existente), aos serviços e ao exterior, no prazo de 10 dias úteis.	90% dos pedidos	97%	Das 285 solicitações efetuadas ao GISG, 122 foram respondidas no próprio dia, 88 até 3 dias, 62 de 3 até 10 dias úteis e apenas 8 depois do prazo limite.
11.1.1.3 - Apoio aos utilizadores para a implementação do SIG	Janeiro a Dezembro	2 dias para agendamento de formação/ trabalho "on job" , após pedido, via email.	90% dos utilizadores	96%	Dos 23 pedidos efetuados, 13 foram respondidos no mesmo dia, 2 ao fim de um dia e 7 ao fim de 2 dias e 1 depois do prazo limite.
11.3.2.5 - Tratamento e disponibilização de temas geográficos (novos temas ou atualização).	Janeiro a Dezembro	20 dias úteis para tratamento e disponibilização, aos serviços, após receção no GISG.	Monitorização	100% b)	Foram disponibilizados 16 temas de informação estatística com representação geográfica todos antes do prazo limite.

Unidade Orgânica: Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido
11.3.2.6 - Implementação do SIG Municipal	Janeiro a Dezembro	2 dias úteis para promover a atualização de conteúdos no Geoportal/ Aplicações Web, após pedido via email.	90% dos pedidos	91%	Dos 34 conteúdos atualizados, 15 conteúdos foram-no no próprio dia, 16 conteúdos entre 1 e 2 dias e apenas 3 depois do prazo limite.

a) Questões do Inquérito de satisfação de clientes internos GSIG 2013 (% de clientes satisfeitos (classificação de "Bom"+"Muito Bom" + "Excelente"): 1. Cumprimento de prazos / Rapidez de resposta (85%); 2. Capacidade de resposta em situações imprevistas (visitas "informais" ao GSIG, pedidos de apoio fora de projetos, telefonemas,...) (88%); 3. Facilidade de contato com o dirigente do GSIG (88%); 4. Facilidade de contato com os colaboradores do GSIG (96%); 5. Qualidade da informação prestada (forma, clareza, rigor) (96%); 6. Atitude dos colaboradores (disponibilidade, proatividade, cortesia) (96%); 7. Modo de divulgação, pelo GSIG, de novos temas de informação geográfica disponíveis (72%); 8. Acompanhamento na elaboração de projetos (88%).

b) Listagem dos 16 temas e duração em dias: "Disponibilização de 3 variáveis dos Censos 2011 por subsecção estatística - BGRI", "Agrupamentos Escolares 2013-2014", "Toponímia" e "CAOP" (1 dia); "Zonas tarifárias transp. inter. AML" (2 dias), "Locais de voto" (3 dias) e "Circuito ou Espaço Ciclável" (4 dias); "Atualização dos limites administrativos" (5dias) e "Equipamentos desportivos" (7dias); "Movimentos Pendulares" e "Atualização do Circuito ou espaço ciclável" (9 dias); Arte Urbana", "Sítios Arqueológicos" e "ZPE _ Arqueologia Arte Urbana" (13 dias); "Atividades Económicas (14 dias) e "Contentores porta-a-porta" (15 dias).

Unidade Orgânica: **Divisão de Infra-estrutura e Administração de Sistemas**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.6 - Avaliar a satisfação dos clientes internos (Quest.2)	Junho	Grau de satisfação aferida através de questionário anual	80%	75%	Resultado do Inquérito realizado aos clientes internos em Julho de 2013. As questões realizadas foram relativas à "Inovação ao nível das infraestruturas tecnológicas", "Eficácia dos serviços de apoio informático ao utilizador", "Fiabilidade dos sistemas, equipamentos e redes de comunicação" e "Segurança da Informação". A DIAS obteve uma classificação de 3,75 valores numa escala de 0 a 5
7.2.1.1 - Garantir a disponibilidade da infraestrutura de suporte ao Site Institucional, MyNet e Intranet	Janeiro a Dezembro	Taxa de disponibilidade	99,5% (média anual)	99,90%	Não existiram situações de indisponibilidade no mês de Dezembro, tendo sido atingido uma média de 99,90% para o ano de 2013
9.1.5.1 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	75%	82,0%	Na gestão financeira das GOP da DIAS, durante o período em análise, foi alcançado o valor de 1.053.714,01 € para os compromissos para um valor total definido de 1.641.375,00 €, tendo sido preteridos projetos (dotação de escolas de quadros interativos) no valor de 356.197,48€
10.1.1.7 - Consolidar o modelo de gestão de contratação de bens e serviços TIC (definição de âmbitos, prazos, procedimentos, execução contratual, etc)	Janeiro a Dezembro	Nº de situações de descontinuidade contratual	2	0	Não existiram situações de descontinuidade contratual durante o ano de 2013

Unidade Orgânica: Divisão de Infra-estrutura e Administração de Sistemas (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido
10.2.1.2 - Assegurar Nível de Serviços relativo à disponibilidade da infraestrutura de comunicações de voz		Janeiro a Dezembro	Taxa de disponibilidade	99,5% (média anual)	99,93%
10.3.1.1 - Reduzir o consumo energético em equipamentos informáticos (de acordo com metas do PAESO)		Janeiro a Dezembro	Redução do consumo energético com equipamentos informáticos em MW	1,5MW	2,28
11.3.1.2 - Dotar novos locais com acesso WiFi		Janeiro a Dezembro	Nº de locais com acesso WiFi	6	100%
11.3.2.1 - Implementar metodologia de PTI - Preços de Transferência Interna como forma de custeio dos serviços solicitados ao DTSI/DIAS		Janeiro a Dezembro	Definição de novos fatores de custo de UO com custeio de STIC aferido	2 Fatores	100%
11.3.2.13 - Implementar metodologia de PTI - Definição de modelo de report superior dos custos DIAS por unidade orgânica com base nos fatores de custo aferidos		Janeiro a Dezembro	Data de concretização	31 de Dezembro	100%
11.3.3.1 - Garantir a segurança da informação mensalmente de acordo com o planeamento de cópias de segurança		Janeiro a Dezembro	Nº de reposições testadas com sucesso / Nº de reposições passíveis de serem testadas, através de média anual das aferições mensais	90%	100%
					Foram efetuadas com sucesso no mês de Dezembro os testes de reposição de 9 das cópias de segurança previstas, tendo sido atingido uma taxa de sucesso de 100% nos testes efetuados ao longo do ano de 2013

Unidade Orgânica: **Divisão de Sistemas de Informação**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.7 - Avaliar a satisfação dos clientes internos (Quest.2)	Junho	Grau de satisfação aferida através de questionário anual	80%	70%	Resultado do Inquérito realizado aos clientes internos em Julho de 2013. As questões realizadas foram: Inovação ao nível dos SI; Proactividade na implementação de soluções aplicacionais nos serviços; Adequação do Software aplicacional às necessidades do serviço; Apoio na utilização das soluções informáticas
7.2.1.2 - Disponibilização das plataformas aplicacionais de suporte aos serviços online no Site e Solução de Balcão Único	Abril a Dezembro	Taxa de disponibilidade aferida mensalmente	95% (média anual)	99,90%	Não existiram situações de indisponibilidade
9.1.5.2 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	75%	79,5%	Na gestão financeira das GOP da DSI durante o período em análise foi alcançado o valor de 686,496,04 € para os compromissos para um valor total definido de 863.031,00 €
9.1.6.2 - Renegociar 3 contratos de manutenção de SI	Janeiro a Dezembro	Índice de redução dos custos de manutenção	3%	4%	O processo de contratação pública e negociação com os fornecedores de serviços de manutenção durante 2013 teve como prioridade a redução de custos, tendo tido principal relevo as seguintes soluções: Contratação Serviços PEA (40952.01/41672.03); Contrato MicroStation (6016.5/6685); Contrato TicketNet (8610/8730).
10.1.1.8 - Implementar Modelo de Gestão de contratação de bens e serviços TIC (definição de âmbitos, prazos, procedimentos, execução contratual, etc.)	Janeiro a Dezembro	Nº de situações de descontinuidade contratual	2	0	Não existiram situações de descontinuidade contratual
10.1.1.24 - Implementação de Serviços Online	Janeiro a Dezembro	Data de concretização	31 de Dezembro	100%	A implementação dos serviços online foram concluídos e implementados com sucesso.

Unidade Orgânica: Divisão de Sistemas de Informação (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
11.3.1.1 - Implementar o ERP de acordo com o planejamento aprovado	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do planejamento de implementação do ERP	80%	80%	O planejamento definido permitiu a implementação da quase totalidade de tarefas e subprojectos formalizados, de que é exemplo a disponibilização da funcionalidade de gestão dos fundos disponíveis de forma eficiente
11.3.2.14 - Migração de Solução de Gestão de Bibliotecas para Software OpenSource	Janeiro a Dezembro	Data de concretização	31 de Dezembro	100%	Foi concluída e implementada com sucesso a nova solução de gestão das bibliotecas municipais recorrendo a solução Open Source e a equipa interna para suporte à migração técnica da solução.
11.3.2.15 - Implementar metodologia de PTI - Definição de modelo de report superior dos custos DSI por unidade orgânica com base nos fatores de custo aferidos	Janeiro a Dezembro	Data de concretização	31 de Dezembro	100%	Foi concluída a implementação de PTI - Preços de Transferência Interna, com o levantamento dos principais critérios de imputação, nomeadamente: Custos RH da DSI; Licenciamento de Software; Serviço de Manutenção; Consultoria e apoio em SI's.
11.3.4.1 - Integração das soluções Máximo/AIRC, Contabilidade de Custos; Máximo/NEXUS Gestão de equipas DVM	Janeiro a Dezembro	Nº de integrações realizadas	2	0	Não foram ainda desenvolvidos interfaces aplicativos. A dependência da dificuldade técnica de interfaceamento de solução e disponibilidade de agenda dos fornecedores dificulta a execução deste objetivo, que face à necessidade de novas funcionalidades e correção de anomalias operacionais, delegam o interfaceamento para tarefas de menor prioridade.

Unidade Orgânica: Departamento de Gestão de Recursos Humanos

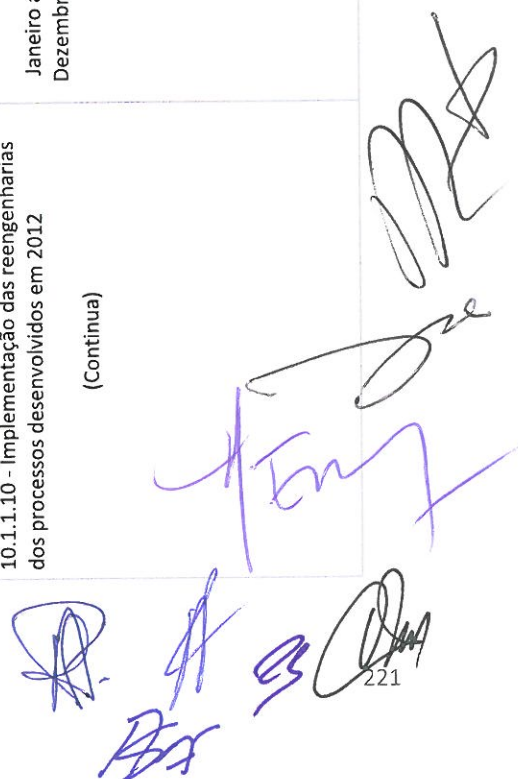
Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.8 - Avaliar a satisfação dos clientes internos	Janeiro a Dezembro	Taxa de satisfação	80%	86%	Para apurar a satisfação dos clientes internos (utentes do GSSPS), foi aplicado um questionário de caráter voluntário e anónimo, no período de 1 a 30 de Outubro. O tratamento estatístico dos dados, indica-nos que 86% estão muito satisfeitos com os serviços prestados pelo GSSPS. Este resultado supera em 6%, a meta proposta para 2013, pelo que, o objetivo foi superado.
9.1.5.3 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa de realização ao nível do compromisso orçamental	75%	99%	Tendo em conta que a maioria dos compromissos são plurianuais, verificou-se que no final do mês de Dezembro, a taxa de execução atingida é de 99%. Este resultado, reflete um adequado acompanhamento, entre o cumprimento do plano de atividades, e as despesas previstas.
10.1.1.9 - Redução dos dias perdidos por acidente de trabalho	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução dos dias perdidos	5%	0%	Em 2013 não se registou uma diminuição do número de dias perdidos por acidente de trabalho, em relação a 2012. Este facto está diretamente relacionado, com um aumento do número de A.T registados. Em 2012 foram registados 153 A.T e em 2013, 190.
10.2.1.20 - Assegurar a escolha, bem como a utilização efetiva e adequada dos EPI	Janeiro a Dezembro	Intervenção nos processos pré contratuais e outros	Monitorização	9 Visita 15 pareceres técnicos	Das 10 verificações a postos de trabalho programadas, foram realizadas 9. Foram emitidos pelo GSSPS 15 pareceres técnicos sobre EPI'S.

Unidade Orgânica: Departamento de Gestão de Recursos Humanos (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
11.2.2.2 - Realização dos programas Prevenir + e Acolher +	Janeiro a Dezembro	Taxa de realização dos dois programas	80%	89%	A monitorização dos programas do GSSPS, permitiu-nos acompanhar a realização das atividades previstas, mensalmente. A meta definida para a realização dos programas é de 80%, ao terminarmos o ano, apuramos uma taxa de realização de 89%, o que significa que conseguimos atingir os objetivos, tendo na maior parte das medidas de cada programa, atingido os 100%.
11.2.2.3 - Cumprir o Plano Anual de Medicina do Trabalho	Janeiro a Dezembro	Taxa de cobertura da consulta (convocados / presentes)	90%	100,0%	De acordo com o Plano Anual de Medicina do Trabalho para 2013, estava previsto serem consultados 1.100 trabalhadores. Até final de Dezembro realizaram consulta 1.130 trabalhadores, a que corresponde uma taxa de cobertura de 100%, tendo sido consultados mais 30 trabalhadores, do estabelecido no Plano anual de M.T. O objetivo foi superado.
11.2.2.4 - Assegurar visitas aos locais de trabalho no âmbito de HST, promovendo a resolução de não conformidade	Janeiro a Dezembro	Número de visitas realizadas	20	20	Na sequência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo GSSPS, com vista a averiguação das condições de trabalho e análise de riscos a que os trabalhadores estão expostos, estavam previstas 20 visitas para 2013. No final de Dezembro, foram realizadas 20 visitas programadas, pelo que, o objetivo foi atingido.
		Taxa de resolução das não conformidades	30%	56,0%	No início de 2013 estavam registadas 161 não conformidades, detetadas no decorrer de visitas a locais de trabalho. Para atingirmos a resolução de 30%, teriam de ser resolvidas 48 não conformidades. Até final de Dezembro, foram resolvidas 27, a que corresponde uma taxa de resolução de 56%. Este resultado, representa quase o dobro, da meta definida para 2013. Objetivo superado.

Unidade Orgânica: **Divisão de Recursos Humanos**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.5 - Avaliar a satisfação dos clientes internos (Quest.2)	Maio a Julho	Grau de satisfação aferida por questionário anual	80%	67%	Resultado apurado pelo DGO.
9.1.5.4 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	75%	91,74%	Valor calculado com incidência nos Compromissos /Financiamento Definido
10.1.1.10 - Implementação das reengenharias dos processos desenvolvidos em 2012 (Continua)	Janeiro a Dezembro	Data de implementação das propostas de reengenharia realizadas em 2012	31-07-2013	100%	1. Divulgado e implementado o REGULAMENTO DE DURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2013 (Disponível na intranet sitio da DRH). 2. Concluída a reengenharia do procedimento de atribuição e pagamento de gratificados aos Agentes de Polícia Municipal, tendo sido as respetivas conclusões e propostas submetidas a aprovação do Sr. Vereador que por sua vez solicitou a análise do DPMPC. 3. A proposta de melhoria relativa à Doença do Trabalhador resultou na criação, em parceria com a DSI, de uma aplicação informática que permitirá a monitorização e controlo do absentismo desta tipologia. Relativamente às propostas de adaptação do circuito documental e processual e divulgação de minutos tipo, apenas se poderá operacionalizar após disponibilização integral da referida aplicação.



Unidade Orgânica: Divisão de Recursos Humanos (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
(Continuação) 10.1.1.10 - Implementação das reengenharias dos processos desenvolvidos em 2012					4. A proposta de padronização de procedimentos relativamente às Contribuições Fiscais, Regimes de Proteção Social e ADSE, levaram à alteração da lista de códigos de remuneração atualmente utilizada, adequando-a ao enquadramento legal atualmente em vigor, e instituindo-se com alguma regularidade percursos de validação e confirmação de dados inseridos, assim como integração dos próprios trabalhadores no processo, solicitando a atualização dos seus dados pessoais, com o intuito de minimizar a margem de erros que se verificam e pugnar pelo cumprimento das imposições legais inerentes a este tipo de procedimento, designadamente no que diz respeito à fixação das remunerações que constituem base de incidência contributiva, quer para a CGA, quer para a Segurança Social, ADSE e IRS.
	Janeiro a Dezembro	Data de implementação das propostas de reengenharia realizadas em 2012	31-07-2013	100%	Todos os trabalhadores passíveis de avaliação foram avaliados. Relativamente às fases do Processo de avaliação encontram-se concluídas as 7 primeiras Fases - Efetuada a Autoavaliação, as propostas de avaliação e a harmonização preliminar das avaliações pelos DM, validadas as propostas de menção qualitativa de Relevante, Excelente e Inadequado, dado o conhecimento das avaliações após validação do CCA e homologação (88%). Até 30 de setembro foram concluídos 1238 fichas de avaliação, o que representa uma taxa de execução de 71%.
10.2.1.3 Assegurar a implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho dos Colaboradores (SIADAP 2 e 3)	Janeiro a Dezembro	Taxa de concretização do processo de avaliação (nº total de trabalhadores avaliados/Nº total de trabalhadores passíveis de avaliação)	100%	100,00%	
11.1.2.1 - Garantir a eficiente gestão da assiduidade	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do nº médio mensal de infrações por justificar e validar	3%	6,40%	Resultado apurado face à média de infrações por justificar no ano anterior.

Unidade Orgânica: **Divisão de Recursos Humanos** (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
11.2.1.1 - Promover iniciativas de team-building	Março a Outubro	Nº de ações realizadas	1	1	Ação de sensibilização "Papá dá Licença – Por uma Parentalidade Partilhada", ação realizada no mês de Abril que contou com a presença de 30 colaboradores
		Grau de reação dos participantes	80%	76,32%	Foi aplicado inquérito de satisfação tendo-se apurado a taxa média de 76,32%
	Janeiro a Dezembro	Grau de satisfação dos trabalhadores e dos dirigentes	80%	93,23%	Os inquéritos de satisfação são aplicados após três meses de afetação a outra U.O. Foram aplicados 25 Inquéritos com um grau de satisfação de 93,23%

Unidade Orgânica: Divisão de Formação e Valorização Profissional

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido
7.1.1.9 - Avaliar a satisfação dos clientes internos relativamente à formação (Quest. avaliação formação)	Janeiro a Dezembro		Grau de satisfação (% avaliação média igual ou superior a 4)	80%	90%
Em 2013 foram 40 ações de formação objeto de avaliação da satisfação. Foram analisados 493 questionários e 90 % das respostas referentes ao fator satisfação obtiveram um resultado igual ou superior a 4 (numa escala de 1-5), o que se traduziu numa média global de 4,46. O questionário de avaliação final apresenta 25 questões relativas à satisfação em relação aos conteúdos e métodos de ação, ao formador e às condições gerais do curso. Permite ainda avaliar a perceção dos formandos relativamente à aprendizagem e à relação entre a formação e o trabalho.					
9.1.5.5 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro		Taxa execução do compromisso	75%	69%
9.1.6.5 - Diminuição dos custos de execução do Plano de Formação	Janeiro a Dezembro		Índice de redução	2%	5%
10.1.1.11 - Regularizar a política de formação para os trabalhadores do Município de Oeiras	Janeiro a Outubro		Elaboração de Regulamento da Formação Profissional	31-Out-2013	100%
10.2.1.4 - Efetuar avaliação da eficácia das ações de formação com aplicação do modelo de avaliação da formação	Janeiro a Dezembro		Percentagem de ações integradas no plano de formação interna, avaliadas com o Modelo de Avaliação da Eficácia	50%	91%
(Continua)					
O valor hora médio anual pago em formação interna em 2013 saldou-se em 5,98 €, o que traduz um decréscimo de 5% face ao valor referência de 2012 (6,31 €). Acresce referir que para este cálculo foi retirado um volume de formação gratuita de 5 304 horas, referente a 22 ações frequentadas por 416 formandos.					
A proposta de regulamento foi aprovada na sessão de Câmara de 15 de Abril 2013.					
O modelo de avaliação da eficácia da formação implica a aplicação de 4 questionários, sendo o último (questionário de avaliação da eficácia), aplicado 2 meses após a formação.					

Unidade Orgânica: Divisão de Formação e Valorização Profissional (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
(Continuação)					
10.2.1.4 - Efetuar avaliação da eficácia das ações de formação com aplicação do modelo de avaliação da formação	Janeiro a Dezembro	Percentagem de ações integradas no plano de formação interna, avaliadas com o Modelo de Avaliação da Eficácia	50%	91%	Presentemente o modelo de avaliação da eficácia encontra-se a ser implementado em 43 ações de formação elegíveis para o efeito (foram excluídas 6 ações cuja duração é inferior a 6 horas e 4 ações não foram avaliadas). Para a finalização do processo de avaliação, 19 relatórios encontram-se concluídos; 13 ações estão em fase de receção de questionários e elaboração de relatórios, sendo que em relação a 9 ações ainda nos encontramos a aguardar o período de 2 meses para envio dos questionários. As restantes 2 ações irão ser concluídas em fevereiro de 2014.
10.3.1.2 Realização de ações de formação em sustentabilidade (Programa PAESO - Eco-Condução)	Janeiro a Dezembro	Nº de condutores abrangidos	100	109	Este resultado inclui os formandos que frequentaram: ações incluídas no Plano de Formação Interna sobre a Plataforma AnoGov, níveis inicial e avançado (29 formandos) e Sistema de Gestão Documental (9 formandos) e formação modular certificada sobre SHST e EPI's (15 formandos); formação de contínua de qualificação de motoristas de pesados de passageiros (8 formandos); formação contínua de qualificação de motoristas de pesados de mercadorias (30 formandos); Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (18 formandos)
11.1.1.4 - Realização de ações de formação "on the job"	Janeiro a Dezembro	Nº de formandos abrangidos	100	38	Em plano de formação, estavam previstas 7 ações, especificamente direcionadas para a temática da Eco Condução, mas devido aos constrangimentos orçamentais a realização das mesmas foi suspensa. No entanto e inserida na formação obrigatória para as ações de

Unidade Orgânica: Divisão de Formação e Valorização Profissional (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
(Continuação) 11.1.1.4 - Realização de ações de formação "on the job"	Janeiro a Dezembro	Nº de formandos abrangidos	100	38	Qualificação de Motoristas de Pesados de Mercadorias ou de Passageiros, foram ministrados módulos práticos de Eco Condução, pelo que poderemos considerar um volume de formação de 266 horas frequentadas por 38 formandos.
11.1.2.2 - Promoção da frequência de Formação Modular Certificada pelos trabalhadores (Continuação)	Janeiro a Dezembro	Volume de Formação (nº de horas)	2000	4 309	Devido aos cortes orçamentais, foi procurada alternativa junto de centros de formação certificados com formação financiada e efetuado um grande investimento nesta modalidade de formação, sem custos diretos para o Município, o que acabou por representar 33,5% do plano de formação interna, ultrapassando em muito a previsão inicial. Assim, foram executadas: 1 ação de formação modular certificada na área de SHST e EPI's, com a duração de 50 horas, para 15 formandos, em parceria com a entidade formadora certificada STIVIK; 1 ação de Gestão de Armazéns - Ambiente, Segurança e Higiene e Saúde no Trabalho, para 24 formandos com a duração de 25 horas; 1 ação Intervenção Pedagógica em Crianças com Necessidades Educativas Especiais, para 16 auxiliares de ação educativa, com a duração de 50 horas; Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, para 11 formandos e com a duração de 25 horas; teste de aferição de língua inglesa, 129 formandos com a duração de 2 horas; 1 ação de Ética e Deontologia Profissional, para 17 formandos com a duração de 25 horas; 2 ações de Primeiros Socorros, para 30 formandos com a

Unidade Orgânica: Divisão de Formação e Valorização Profissional (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
11.1.2.2 - Promoção da frequência de Formação Modular Certificada pelos trabalhadores (Continuação)	Janeiro a Dezembro	Volume de Formação (nº de horas)	2000	4 309	duração de 25 horas. 2 ações de língua inglesa, relações laborais (iniciação e desenvolvimento), para 42 formandos com a duração de 50 horas. As últimas ações foram realizadas em parceria com o Centro de Formação e Reabilitação Profissional de Alcoitão.
11.2.1.4 - Concretização do Plano de Formação	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do plano de formação	80%	100%	O plano de formação interno previa um volume de formação de 17000 horas, mas por força dos cortes orçamentais, sofreu uma redução de 7435 horas, o que representa um corte de 44% do planeado. Ou seja, é de 9565 horas o novo universo de horas previsto para efeitos do cálculo da taxa de execução do plano de formação. Foram realizadas até 30 de dezembro 12 838 horas, correspondentes a 793 participações de formandos, representando uma taxa de execução superior a 100%. Na medida do possível procurámos substituir algumas das ações canceladas por outras, sem custos para o Município, através do estabelecimento de parcerias com centros de formação do IEFP. Na modalidade de Formação Externa foram frequentadas 3 053 horas de formação, correspondentes a participações de 229 formandos. No global em 2013 foram frequentadas 15 891 horas de formação, que abrangeram 1022 formandos.
11.2.2.1 - Acolhimento de estagiários curriculares e profissionais	Janeiro a Dezembro	Nº de estagiários acolhidos	50 Estagiários	69	Conforme mapa de execução dos Estágios Curriculares 2013, foram acolhidos 69 Estágios curriculares: Ensino superior (36); Ensino Secundário (31) e Ensino Básico (2).

Unidade Orgânica: Departamento de Gestão Organizacional

Ação	Datas Previstas Início / Fim	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.4 - Avaliar a satisfação dos clientes internos (Quest.2)	01-06-2013 a 30-06-2013	Grau de satisfação aferida com um inquérito por questionário aplicado no mês de junho	80%	68%	Questionário aplicado aos dirigentes e coordenadores formais das várias unidades orgânicas. O DGO obteve uma média ligeiramente inferior à da DMADO (68% vs. 70%).
7.1.1.10 - Avaliação da satisfação dos munícipes com o serviço de atendimento ao público nos Postos de Atendimento (PAC's e PAM's) e no Núcleo de Atendimento Genérico (Quest. 1)	01-06-2013 a 30-06-2013	Grau de satisfação aferida com um inquérito por questionário aplicado no mês de junho	80%	84,4%	No inquérito foram colocadas questões relativamente à sinalética e conforto das instalações, à eficácia do atendimento, ao tempo de espera, à competência dos atendedores, etc. A questão sobre a amabilidade dos atendedores foi a melhor classificada em termos de média e de importância. Se levarmos em conta a importância atribuída pelos inquiridos, assinalamos a questão sobre a sinalética e conforto das instalações, com um valor de satisfação inferior à média. O Atendimento Geral obteve uma média de 89,6% e os Postos de Atendimento Municipal obtiveram 79,2%.
7.3.5.2 - Disponibilização de serviços no Portal dos Serviços Online	Janeiro a Dezembro	Nº de formalidades/serviços online disponíveis	Até 70 formalidades s/serviços online até 31 de julho	71	Até 31/12/2013, foram disponibilizadas 71 formalidades nos Serviços Online
7.3.5.3 - Redução dos encargos administrativos sobre o cidadão e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações, e outros atos permissivos - Licenciamento Zero (DL nº 48/2011, de 1 de Abril). Disponibilização de serviços no Balcão do Empreendedor (Bde)	Janeiro a Dezembro	Nº de formalidades/serviços disponíveis	Até 120 formalidades s/serviços online até 31 de julho	145	Até 31/12/2013, foram submetidas 146 formalidades no backoffice do Balcão do Empreendedor (Bde). Até essa data, foram aprovadas e publicadas no frontoffice do Bde, pela Agência para a Modernização Administrativa, 145 formalidades.

Unidade Orgânica: Departamento de Gestão Organizacional (continuação)

Ação	Datas Previstas Início / Fim	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.3.5.4 - Divulgação de conteúdos relativos aos projetos estruturantes da DMADO (Comunicação externa) em articulação com o Gabinete de Comunicação	Janeiro a Dezembro	Nº de comunicações externas anuais produzidas	10 Conteúdos externos	4	No mês de maio foi publicado um artigo: "Memórias da Linha" no Boletim Oeiras Atual. No mês de junho foram publicados dois artigos no Boletim Oeiras Atual: "Oeiras wi-fi" e "Reparação de equipamento informático". Na última edição do Oeiras Atual (dezembro) foi publicado um artigo sobre "O espólio do Palácio dos Arcos chega ao Arquivo Municipal".
9.1.6.6 - Otimização da contratação das atividades operacionais	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução de custos das atividades	1%	34,6%	Equipamento Fotocopiador: -24,3% (Em 2010, o valor contratual anual foi de 106.927,28€. Em 2011, renegociamos o valor contratual para 96.507,92€/ano e no ano de 2012 renegociamos o valor para 46.685,88€. Nestes últimos anos houve uma redução do número de cópias reproduzidas na ordem dos 38%); Segurança / Vigilância -19% (O valor inicial do contrato era de 34.057,05 € e após renegociação, a partir de 1 de Outubro, é de 27.782,29€); Limpeza das instalações: -85% (Em dezembro de 2012, não foi renovado o contrato com a empresa de limpeza "Euromex". A função de limpeza é totalmente assegurada pelos trabalhadores de limpeza do Município); Prestação de Serviços: -10,2% (Em Julho de 2011 iniciou-se um novo contrato com preços mais baixos que o anterior e racionalização na oferta de serviços de beberetes). Valor acumulado de redução: -34,6%

Unidade Orgânica: Departamento de Gestão Organizacional (continuação)

Ação	Datas Previstas Início / Fim	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
10.1.1.12 - Elaborar e aplicar o Manual de Gestão Documental (Plano de Classificação Documental; Regulamento Municipal do Arquivo; Regras de classificação, controle e circulação de documentos).	Janeiro a Dezembro	Data de Implementação	31-12-2013	—	Parte deste documento encontra-se em execução, o Plano de classificação está dependente da conclusão da MEF para ser iniciado, assim como a Portaria de Seleção e o Plano de preservação digital, o Regulamento do Arquivo Municipal aguarda para ser aprovado superiormente para ser enviado à Assembleia Municipal.
10.1.2.1 - Resposta/resolução de reclamações, legítimas e da exclusiva atribuição do Município	Janeiro a Dezembro	% Reclamações resolvidas / prazo (15 dias)	50%	52,2%	Até novembro foram rececionadas 1019 reclamações da responsabilidade do Município, sendo que 530 (52,0%) cumpriram o prazo de 15 dias para resposta. Em dezembro foram rececionadas 47 reclamações, das quais 26 (52,2%) cumpriram o prazo legal. Acumulado anual de 52,2%.
10.1.2.2 - SGQ - Coordenar o projeto do SGQ com vista à manutenção da certificação em articulação com as unidades orgânicas envolvidas	Janeiro a Dezembro	Realização de Auditoria de Acompanhamento durante o 2.º semestre	Decisão de Manutenção o de Certificação pelo organismo certificador	100%	A Auditoria Externa (Auditoria de 1.º Acompanhamento) ao Sistema de Gestão da Qualidade, foi realizada nos dias 28 e 29 de outubro de 2013, por uma Equipa Auditora da APCER - Associação Portuguesa de Certificação, da qual resultou a Manutenção da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade implementado no Município de Oeiras, tendo como referencial aplicável a norma NP EN ISO 9001:2008. Na auditoria não foram constatadas Não Conformidades, apenas 2 Áreas Sensíveis e 17 Oportunidades de Melhoria, tendo a Equipa Auditora identificado, no Relatório de Auditoria, vários Pontos Fortes do Sistema. Assim, o objetivo está concluído e foi cumprido.

Unidade Orgânica: Departamento de Gestão Organizacional (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
10.1.2.3 - SGQ - Coordenar e acompanhar a implementação no DAE do Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (OHSAS 18001) e Integração de Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança.	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do planejamento	80%	100%	Durante o mês de dezembro decorreram as seguintes atividades: Dia 19/12/2013 – sessão de trabalho no âmbito do projeto SIGQAS (Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança), em curso no DAE, na qual foi efetuada a análise global da documentação com os gestores do SIGQAS, bem como a análise global das interfaces com os interlocutores das unidades orgânicas envolvidas. Nesta data foi concluído e cumprido o planejamento - cronograma do projeto com a RTA consultoria. Este projeto tem continuidade prevista até 2015.
	Janeiro a Dezembro	Manter a rede disponível durante 99,5% (média anual)	Monitorização mensal	99,94%	No mês de dezembro o uptime foi de 100%. Acumulado anual de 99,94%.
10.2.1.1 - Monitorizar o Acordo de Nível de Serviço (OLA) estabelecido com o DTSI/DIAS	Janeiro a Dezembro	N.º ocorrências registadas - Até 5 ocorrências mensais nas três áreas cliente	Monitorização mensal	2,67	Até ao mês de novembro foram reportadas 31 ocorrências/avarias nas comunicações telefónicas. No mês de dezembro foi reportada 1 ocorrência/avaria. Média anual de 2,67

Unidade Orgânica: Direção Municipal de Planejamento e Gestão Financeira e Patrimonial

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.4.1 - Melhorar a capacidade de atendimento	Janeiro a Dezembro	Tempo de espera	< 3 min	01:50	Comparativamente com o mês de Novembro houve um acréscimo de 1:06s no tempo medio de espera dos Municípios
7.1.4.2 - Assegurar a satisfação de clientes internos	Outubro	Taxa de satisfação com base em inquérito	70%		
9.1.4.2 - Maximizar as Execuções Fiscais	Janeiro a Dezembro	Taxa recuperação dívida pendente	6% de 2005 a 2012	6,69%	Neste período, houve um decréscimo na recuperação da dívida pendente.
	Janeiro a Dezembro	Taxa de cobrança	25% de processos instaurados de 1/1/13 até 31/10/13	31,46%	Neste período, houve um acréscimo na cobrança.
9.1.4.3 - Gestão de tesouraria	Janeiro a Outubro	Implementar a possibilidade aos clientes/utentes de efetuarem os seus pagamentos por débito direto - Rendas (objetivo partilhado com DSI)	30-12-2013		

Unidade Orgânica: **Divisão de Plano e Orçamento**

Ação	Datas Previstas Início / Fim	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.27 - Dar resposta às entidades da Administração Central e divulgar documentos econômico-financeiros	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do planejamento e das datas chave regulamentares	95%	100%	Envio do Relatório e Conta de Gerência às entidades competentes após aprovação CM e AM. Entrega RCG por via eletrônica ao Tribunal de Contas. Resposta do 3º Trimestre de 2013. Reporte SIPART 2013.
7.1.1.28 - Produzir e disponibilizar informação de execução orçamental e financeira	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do planejamento e das datas chave estabelecidas internamente	95%	100%	Informação AM de Outubro e Novembro de 2013, Relatório de Execução Trimestral (3º Trimestre de 2013) e Situação Financeira Semanal.
9.1.1.1 - Elaborar documentos de planejamento estratégico e de gestão	Julho a Dezembro	Taxa de cumprimento do planejamento e das datas de elaboração dos documentos	100% em Dezembro	100%	GOP e Orçamento 2014 entregue e apresentado em reunião de câmara. Aprovado em 2 de Dezembro.
9.1.2.1 - Elaborar documentos de prestação de contas, adequados, fiáveis e em tempo	Janeiro a Abril	Taxa de cumprimento do planejamento e das datas de encerramento de contas	100% em Abril	100%	Relatório e Conta de Gerência aprovado em reunião de Câmara de 10/04/2013. Este ano acresceu um volume sobre a Contabilidade de Custos.
9.1.3.1 - Identificar e dinamizar apoios financeiros	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do planejamento estabelecido internamente	90%	93%	Elaboração do relatório de encerramento de projeto QREN "Orquestras Sinfónicas Juvenis"; submissão das fichas de contratação, com os respetivos elementos, do projeto RISE e efetuado o pedido de pagamento.

Unidade Orgânica: **Divisão de Gestão Financeira**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
9.1.2.2 - Validar informação contabilística trimestralmente	Janeiro a Dezembro	Cumprimento das datas de entrega dos relatórios/informação	Até ao final do mês seguinte ao trimestre a que respeita	A decorrer	
9.1.2.3 - Efetuar procedimentos contabilísticos de encerramento de ano e consolidação de contas	Janeiro a Abril	Cumprimento das datas de encerramento de contas	Encerrar final de Fevereiro; consolidação até 15 de Abril	Efetuada	
9.1.4.1 - Gestão de Cobranças	Janeiro a Dezembro	Prazo de emissão de execução de certidão de dívida	10 Dias após prazo de pagamento	Efetuada/a decorrer	Encontra-se a decorrer a recuperação dos cemitérios.
10.1.1.2 - Implementação da faturação eletrónica	Janeiro a Junho	Adaptação do modelo do fornecedor à realidade da Câmara	30-Jun	Efetuada	
	Julho a Dezembro	Implementação em 2 fornecedores	No prazo de 3 meses após adjudicação		A esta data mantemos três fornecedores a Melisauto, Servisan e Florindo Rodrigues
10.1.1.3 - Implementação e desenvolvimento da Contabilidade de Custos	Janeiro a Dezembro	Realização de 1 ação de formação / sensibilização	Dezembro	Efetuada	A sensibilização é efetuada numa base diária em contacto direto com o colaborador ou por telefone
	Janeiro a Dezembro	Elaboração de relatório de avaliação e perspectivas de evolução para 2013	Dezembro	Por efetuar	

Unidade Orgânica: **Divisão de Gestão Patrimonial**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
9.1.1.2 - Elaborar plano anual de aquisições de materiais de armazém	Setembro a Novembro	Data de conclusão	30-11-2013	100%	Elaboração da totalidade das listagens do plano anual de aquisições de materiais de armazém
9.1.3.2 - Gestão de carteira de seguros	Janeiro a Dezembro	Varição da despesa com a carteira de seguros	Poupança de 10%	14,03%	Verificou-se um aumento de 14,03% da despesa acumulada, face ao mesmo período do ano de 2012.
9.1.3.4 - Levantamento e regularização de contratos de água (sistemas de rega) e electricidade (mupies, abrigos de transportes públicos)	Janeiro a Dezembro	% de Contratos regularizados	Regularizar 90% dos contratos até 31-10-2013	100%	Levantamento da totalidade dos contadores dos mupies.
9.2.1.1 - Atualização do cadastro e inventário municipal	Janeiro a Dezembro	Nº de bairros sociais verificados	Verificação e atualização de 50% dos bairros sociais	90,13%	Verificadas e atualizadas 90,13% da totalidade das frações municipais inseridas em bairros de habitação social, correspondendo a 2.767 habitações.
	Janeiro a Dezembro	Nº de Direções Municipais c/ folhas de carga atualizadas	Atualização das folhas de carga de bens móveis referentes a 2 Direções Municipais DMDSC e DMPUH	10%	Atualizadas as folhas de carga de bens móveis das Direções Municipais DMDSC e DMPUH

Unidade Orgânica: **Divisão de Contratação Pública**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
9.1.3.5 - Implementar negociação de propostas	Janeiro a Dezembro	Nº de negociações e leilões	3	0	
10.1.1.4 - Integração GES/GCP/AnoGov	Janeiro a Dezembro	Data de conclusão	31-Dez	0	Fase de testes
10.1.5.13 - Elaboração de um guia do fornecedor	Janeiro a Setembro	Data de conclusão	30-Set	01-Abr	Concluído e aprovado. Entregue ao GC.
11.1.1.2 - Eventos de índole autárquica sobre Contratação Pública	Janeiro a Dezembro	Nº de eventos realizados	2	0	

Unidade Orgânica: **Divisão de Planejamento**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.1.1.1.1 - Elaborar Termos de Referência e Programa Base dos Planos de Urbanização para a Serra de Carnaxide e Clusters da Saúde e Educação e Zona Empresarial de Porto Salvo	Janeiro a Novembro	Taxa de execução da elaboração dos instrumentos de planeamento	100% do Projeto Plano/Estudo até 30 de Novembro 2013	65%	Salienta-se que a meta estabelecida é dia 30 de Novembro de 2014 e não de 2013.
1.3.2.1 - Identificar e Estudo de Potencialidades de Imóveis Destinados ao "Habitar Oeiras"	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução dos estudos / oportunidades	100% das oportunidades	80%	
8.2.1.1 - Apoio Técnico Específico para a Localização de Equipamentos e Atividades Económicas	Janeiro a Novembro	Tempo de resposta às solicitações de apoio técnico	2 Semanas	Cumprido	
8.2.1.3 - Programa e Acompanhamento da Conferência Internacional "9ª Urbaverde - Fórum das Cidades Sustentáveis"	Janeiro a Maio	Taxa de sucesso em função da adesão / Participações internas e externas	Monitorização	100%	
10.2.1.5 - Redução dos Tempos no Tratamento e Análise de Requerimentos	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do tempo de tratamento e análise de requerimentos face a 2012	Em 95% dos casos 17 dias	Em cumprimento	
10.2.1.6 - Redução do Número de Reclamações	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do número de reclamações face a 2012	1 reclamação por UO	Cumprido	
11.1.1.5 - Reforçar competências e qualificações dos colaboradores	Janeiro a Dezembro	Taxa de reforço de competências	Monitorização		

Unidade Orgânica: **Divisão de Estruturação Urbana**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.2.1.1 - Elaboração de 3 Estudos de Requalificação da Imagem Urbana de Áreas Residenciais - FASE II	Janeiro a Novembro	Taxa de execução dos estudos	100% dos 3 Estudos até 30 de Novembro 2013	13%	
10.2.1.7 - Redução dos Tempos no Tratamento e Análise de Requerimentos	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do tempo de tratamento e análise de requerimentos face a 2012	Em 95% dos casos 9 dias	3	
10.2.1.8 - Redução do Número de Reclamações	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do número de reclamações face a 2012	1 Reclamação por UO	Cumprido - zero reclamações	
11.1.1.14 - Reforçar competências e qualificações dos colaboradores	Janeiro a Dezembro	Taxa de reforço de competências	Monitorização		

Unidade Orgânica: Divisão de Licenciamentos e Apoio às Atividades Económicas

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
8.2.1.2 - Apoio Técnico Específico para a Instalação de Equipamentos e Atividades Económicas	Janeiro a Novembro	Tempo de resposta às solicitações de apoio técnico	1 Semana	Cumprido	
9.1.5.7 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do compromisso	75%	100%	
10.2.1.9 - Manutenção, Atualização e Disponibilização das Bases de Dados do Cadastro dos Estabelecimentos de Comércio, Indústria e Equipamentos Coletivos Privados	Janeiro a Dezembro	Prazo de atualização das bases de dados	21 dias	Cumprido	
10.2.1.10 - Redução dos Tempos no Tratamento e Análise de Requerimentos	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do tempo de tratamento e análise de requerimentos face a 2012	Em 95% dos casos 20 dias	Cumprido	
10.2.1.11 - Redução do Número de Reclamações	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do número de reclamações face a 2012	1 Reclamação por UO	Cumprido - zero reclamações	
11.1.1.6 - Reforçar competências e qualificações dos colaboradores	Janeiro a Dezembro	Taxa de reforço de competências	Monitorização	Cumprido	

Unidade Orgânica: **Divisão de Atendimento e Apoio Administrativo**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
9.1.5.8 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do compromisso	75%	8%	
10.1.1.26 - Registo do cadastro digital dos processos de obras particulares para simplificar e otimizar os processos de gestão documental e informativa	Janeiro a Novembro	N.º de falhas/ano. Consideram-se falhas a ausência de informação à introdução dos projetos de arquitetura	Conclusão do levantamento até 30 de Novembro	0	
10.2.1.12 - Redução dos Tempos no Tratamento e Análise de Requerimentos	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do tempo de tratamento e análise de requerimentos face a 2011	Em 85% dos casos 6 dias	2,08 dias	
10.2.1.13 - Redução do Número de Reclamações	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do número de reclamações face a 2011	2 reclamações por UO	Cumprido - zero reclamações	
11.1.1.7 - Reforçar competências e qualificações dos colaboradores	Janeiro a Dezembro	Taxa de reforço de competências	Monitorização	Cumprido	

Unidade Orgânica: Divisão de Acessibilidades e Mobilidade

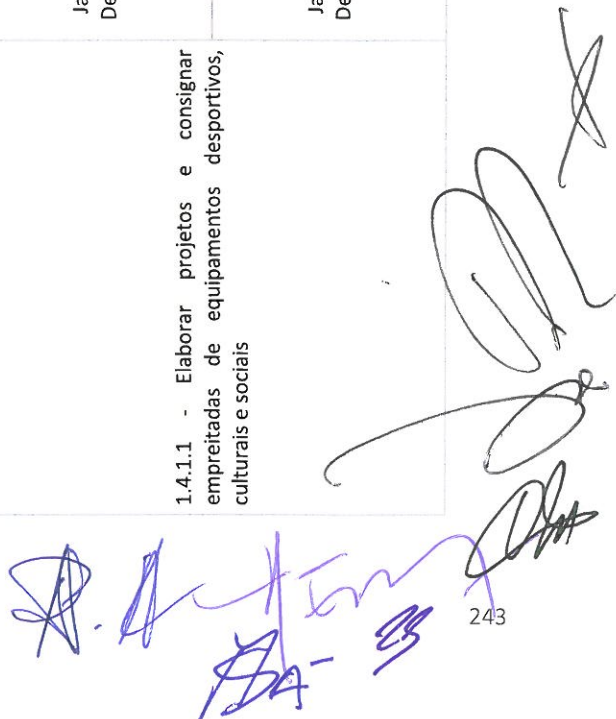
Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.1.1.2 - Elaborar Termos de Referência e Programa Base dos Planos de Urbanização para a Serra de Carnaxide e Clusters da Saúde e Educação e Zona Empresarial de Porto Salvo	Janeiro a Novembro	Taxa de execução da elaboração dos instrumentos de planeamento	100% do Projeto Plano/Estudo até 30 de Novembro 2013	50%	
5.1.1.1 - Elaboração e Acompanhamento do Estudo de Reordenamento Viário no Eixo CRIL / 117.1	Janeiro a Novembro	Taxa de execução dos estudos de reordenamento viário	Conclusão dos Estudos até 30 de Novembro 2013	50%	
9.1.5.9 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do compromisso	75%		
10.2.1.14 - Redução dos Tempos no Tratamento e Análise de Requerimentos	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do tempo de tratamento e análise de requerimentos face a 2012	Em 95% dos casos 17 dias	15 dias	
10.2.1.15 - Redução do Número de Reclamações	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução do número de reclamações face a 2012	1 Reclamação por UO	Cumprido - zero reclamações	
11.1.1.8 - Reforçar competências e qualificações dos colaboradores	Janeiro a Dezembro	Taxa de reforço de competências	Monitorização		

Unidade Orgânica: Departamento de Projectos Especiais

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.2.1.2 - Elaboração de Instrumentos de planeamento e Projectos de Loteamento para os Núcleos do Casal da Choca e Laje	Janeiro a Dezembro	Número de instrumentos de planeamento e/ou projetos de loteamento executados	Concluir 2 instrumentos de planeamento até 31 Dezembro 2013	100%	Concluído o Estudo Urbanístico Orientador da Zona Sul do Bairro do Casal da Choca e concluídos os projetos de loteamento do Artº 17 do Casal da Choca
1.2.1.3 - Execução de infraestruturas nas AUGI do Casal da Choca, Leceia e Laje	Janeiro a Dezembro	Número de Projectos de Infraestruturas executado	Concluir 2 Projectos de Infraestruturas até 31 Dezembro 2013	100%	Artº 10, 12 e 13 do Bairro do Casal da Choca; Artº 412 do Bairro do Casal da Choca
1.2.1.4 - Intervenção no Espaço Público: Leceia, Casal da Choca, Pedreira Italiana, CH Carnaxide, Baixa de Algés	Janeiro a Dezembro	Número de Projectos concluídos	Concluir 1 Projeto até 31 Dezembro 2013	100%	Requalificação do Largo da Pátria Nova em Carnaxide
	Janeiro a Dezembro	Número de consignações	Consignação de 1 empreitada até 31 Dezembro 2013	100%	Consignada a empreitada da reformulação da escada da Av. Sr. Jesus dos Navegantes em Paço de Arcos

Unidade Orgânica: Departamento de Projectos Especiais (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.3.1.3 - Elaborar projetos e consignar empreitadas para Habitação Jovem em Leão, Dafundo, Paço de Arcos, Oeiras, Barcarena e Carnaxide	Janeiro a Dezembro	Número de Projetos concluídos	Concluir 5 Projetos até 31 Dezembro 2013	100%	Edifício da Rua Cândido dos Reis nº 174 em Oeiras; Edifício do Largo da Pátria Nova nº 8 em Carnaxide; Edifício da Rua Costa Pinto, nº 176 em Paço Arcos; Edifício da Rua Marquês de Pombal, nº 21 em Oeiras; Edifício da Rua José Diogo da Silva, nº 4 em Oeiras
	Janeiro a Dezembro	Número de Consignações de empreitada	Consignação de 2 de empreitadas até 31 Dezembro 2013	100%	Edifício da Rua da Costa nº 7 a 9 em Oeiras; Edifício da Rua Costa Pinto, nº 196 em Paço Arcos
1.4.1.1 - Elaborar projetos e consignar empreitadas de equipamentos desportivos, culturais e sociais	Janeiro a Dezembro	Nº de projetos executados	Concluir 3 Projetos até 31 Dezembro 2013	100%	Academia nova atena Linda-a-Velha novas instalações; Polidesportivo Valejas encerramento periférico; Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide
	Janeiro a Dezembro	nº de empreitadas consignadas	Consignação de 3 empreitadas até 31 Dezembro 2013	100%	Recuperação do terraço da quinta do sales; readaptação do antigo edifício dos bombeiros de paço arcos - novas instalações do coração amarelo; Recuperação do Pavilhão Joaquim de Barros



Unidade Orgânica: Departamento de Projectos Especiais (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
2.3.1.4 - Restauro de imóveis de interesse patrimonial	Janeiro a Dezembro	Nº de projetos executados	Concluir 4 Projetos até 31 Dezembro 2013	100%	Recuperação da biblioteca operária oirense; Ponte da Ribeira da Lage; Capela do Palácio da Flor da Murta - Palácio da Quinta da Terrugem; Recuperação do Vitral de Almada Negreiros
	Janeiro a Dezembro	Nº de empreitadas consignadas	Consignação de 2 empreitadas até 31 Dezembro 2013	100%	Instalações do DPE no celeiro na quinta do palácio dos marqueses de pombal; Biblioteca Operária Oirense
9.1.5.10 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do compromisso	80%	66%	A verba atribuída ao DPE em GOP 2013 foi de € 6.617.873,00 sendo o valor de realização dos compromissos no período de 01-01-2013 a 18-12-2013 no montante de € 4.376.765,39 €

Unidade Orgânica: Departamento de Habitação

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.46 - SGQ - Promover e avaliar a resposta do DH a cidadãos e instituições no âmbito do SGQ. ISO 9001/2008	Janeiro a Dezembro	Avaliação da satisfação de clientes relativamente ao atendimento na SADH entre BOM e MBOM	> 85%	90%	Os questionários foram aplicados no decorrer do mês de Maio tendo-se concluído a sua avaliação.
		Gestão da fila de espera através do sistema de senhas	≤ 4 minutos	1,52 minutos	
		Prazo de atualização pela SADH da informação documental no SIDH como fator de encurtamento dos tempos de resposta aos pedidos e solicitações	<0,80 dias	0,52 dias	

Unidade Orgânica: Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
	Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.2.1.5 - SGQ - Conservação e manutenção de fogos	Janeiro a Dezembro	Taxa de reparação de Fogos Devolutos do P.H.M. Objetivo do SGQ	80%	91%	
	Janeiro a Dezembro	Tempo médio de reparação de fogos devolutos	110 dias	87,71 dias	
	Janeiro a Dezembro	Prazo médio Tratamento tec. Pedidos de reparações Fogos Ocupados até envio p/ obra, Objetivo do SGQ	<9 dias	8,93 dias	
1.2.1.6 - Equipamentos - Manutenção	Janeiro a Dezembro	Prazo médio tratamento técnico de pedidos de reparação dos Equipamentos instalados em Bairros Municipais até ao envio para obra	≤ 4 dias	2,94 dias	
1.2.1.7 - Reabilitação e Beneficiação Bº Municipais - Edifícios	Janeiro e Fevereiro	Prazo de elaboração projeto CE p. lançamento CEOP rep Fachadas Alto dos Barrinhos Fase II, e reab. Fachadas Qta Politeira Fase I	01-06-2013	100%	
1.3.1.1 - Promover Habitação Destinada a Jovens - 84 fogos	Janeiro a Dezembro	Data conclusão de projetos 1) Proj. Base do Alto da montanha 64 f. 2) Est. Prévio Rossio de Porto Salvo 20 f.	31-12-2013	100%	

Unidade Orgânica: Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.3.1.2 - Promover Habitação Destinada a famílias residentes casas degradadas ou sobrelotadas - 102 fogos	Janeiro a Dezembro	Data conclusão de projetos 1) Est. Prévio Terras Penedo 22 f. 2) Est. Prévio Loteam Leceia 80 f.	31-12-2013	100%	
9.1.5.11 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do compromisso	80%	81%	
10.3.5.1 - Promover a certificação energética fogos municipais	Janeiro a Dezembro	Percentagem de fogos municipais c/ processo completo pela DPRH para certificação energética	95%	100%	O universo passou de 150 para 200 processos de fogos, mais 55 fogos foram já certificados em 2013 pela OEINERGE encontrando-se certificados 539 fogos no total
11.1.1.9 - Reforçar competências e qualificações dos colaboradores	Janeiro a Dezembro	Taxa de reforço de competências	Monitorização	255 H	Nº de horas de formação



Unidade Orgânica: **Divisão de Gestão Social**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
3.2.1.1 - SGQ - Atribuição de fogos reparados às famílias com carência habitacional	Janeiro a Dezembro	Tempo médio de atribuição de fogos reparados	<13 dias úteis	8,88	
3.2.1.2 - SGQ - Combate ao incumprimento no pagamento das rendas de casa através da negociação de Planos de Pagamento da dívida	Janeiro a Dezembro	Taxa de planos de pagamento de dívida negociados face ao total de incumprimentos	>55%	67%	
3.2.1.4 - Promover a realização de estudos e análises técnicas sobre os moradores e seus comportamentos, nomeadamente apropriação dos espaços, caracterização de faixas etárias, de comportamentos sociais, etc.	Janeiro a Dezembro	Data de conclusão dos estudos	31-12-2013	31-12-2013	Foram realizados todos os estudos
		Grau de cumprimento do planeamento de realização dos estudos	85%	100%	Foram realizados todos os estudos
3.2.1.5 - Articulação com a DASD na promoção de atividades lúdicas e desportivas junto das camadas jovens e idosos da população residente em habitação municipal	Janeiro a Dezembro	Grau de satisfação dos participantes	85%	95%	A ação concluída em Agosto
		Tempo médio de elaboração das listas finais de candidatos após a data final da receção das inscrições	6 dias úteis	3 d.u.	Processo de seleção/ inscrição concluído
9.1.5.12 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do compromisso	70%	59%	
11.1.1.10 - Reforçar competências e qualificações dos colaboradores	Janeiro a Dezembro	Taxa de reforço de competências	Monitorização	78 H	Horas de formação

Unidade Orgânica: **Divisão de Estudos e Projectos**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.4.2.5 - Elaborar projetos de requalificação de equipamentos, incluindo projetos de especialidades	Janeiro a Dezembro	Desvio face ao planeado para Projetos de Requalificação	≤10%	3%	8 Concluídos, 3 em desenvolvimento, 1 suspenso por indicação superior
1.4.5.3 - Desenvolver projetos de novos edifícios municipais	Janeiro a Dezembro	Desvio face ao planeado outros edifícios	≤10%	3%	1 Em desenvolvimento, 1 em conclusão
2.1.1.2 - Projetar espaços verdes	Janeiro a Dezembro	Desvio face ao planeado de projetos de arquitetura paisagista	≤10%	1%	4 Concluídos, 1 em desenvolvimento, 2 aguarda diretrizes superiores, 1 a iniciar, 1 enviado para aprovação
2.3.4.1 - Desenvolver projetos de equipamentos de fruição coletiva	Janeiro a Dezembro	Desvio face ao planeado de projetos de equipamentos de fruição coletiva	≤10%	8%	2 Em desenvolvimento
4.2.2.2 - Desenvolver projetos de requalificação de Escolas	Janeiro a Dezembro	Desvio face ao planeado dos projetos de requalificação do parque escolar (edificado)	≤10%	21%	2 Concluídos, 2 em desenvolvimento
		Desvio face ao planeado de projetos de requalificação do parque escolar (espaço exterior)	≤10%	0%	Concluído
5.1.3.3 - Desenvolver Projetos Rodoviários	Janeiro a Dezembro	Desvio face ao planeado de projetos rodoviários	≤10%	15%	2 Concluídos, 1 enviado para aprovação, 2 a iniciar
7.1.1.11 - Garantir resposta a municípios e outras entidades externas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	100%	

249

Unidade Orgânica: Divisão de Estudos e Projectos (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.29 - Garantir resposta a outras unidades orgânicas no prazo de 15 dias úteis incluindo a elaboração de PPGRCD e emissão de pareceres (fase de projeto)	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	89%	
		Taxa de cumprimento dos prazos de resposta para a elaboração dos PPGRCDs	75%	75%	
9.1.5.13 - Assegurar boa execução orçamental DEP	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	50%	71%	Compromisso - 71% Realizado 38,87%
10.1.5.1 - Definir e Implementar o Plano de Riscos (N= medidas de tratamento de risco validadas a implementar pela DEP)	Janeiro a Dezembro	Taxa de Cumprimento do plano de implementação (N/Ntotal)	60%	65%	
10.3.1.3 - Concretizar as ações do PAESO afetas à DEP	01-01-2012 a 31-12-2014	Taxa de cumprimento do planeamento	75%	75%	1 Concluído, 1 em desenvolvimento

Unidade Orgânica: **Divisão de Equipamentos Municipais**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.4.2.1 - Requalificação de Equipamentos Municipais	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento das ações previstas de requalificação	75%	60%	Os procedimentos para requalificação de equipamento encontram-se na sua maioria executados. Por constrangimentos orçamentais existiram procedimentos adiados/anulados q transitaram para 2014.
1.4.2.8 - Manutenção de Equipamento Municipal Diverso (Fontes, Elevadores, Alarmes, AVAC, Incêndio)	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento das ações previstas de manutenção	75%	58%	Execução de contratos de manutenção do ano anterior nomeadamente cozinhas das escolas, AC's, fontes, extintores, Bombas e Furos e outras novas manutenções (Geradores, Portas automáticas e Fornecimento lâmpadas) cujos procedimentos estão em curso e n houve execução.
1.4.5.1 - Parque dos Poetas 2ª Fase	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do planeamento	75%	77%	Em Setembro foi aprovada nova prorrogação graciosa até Outubro 2014 desta obra.
1.4.5.2 - Construção de Outros Equipamentos Municipais	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do planeamento	75%	49%	Esta ação inclui o procedimento da obra do canal de Porto Salvo CROAMO já concluída e o lançamento da nova Secção de Limpeza Urbana de Algés cujo procedimento foi adiado para 2014.
4.2.2.1 - Requalificação de Equipamentos Escolares	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento das ações previstas de requalificação	75%	88%	Esta ação engloba as obras de requalificação nas escolas nomeadamente as intervenções de verão. Existem obras q n foi possível concluir durante a interrupção letiva do verão pelo q foram descabimentadas e adiadas para Junho 2014.
7.1.130 - Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	60%	72%	Na presente data ainda não esta concluído o fecho das intervenções em 2013 pelo valor apresentado corresponde ao do mês anterior.

Unidade Orgânica: Divisão de Equipamentos Municipais (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
9.1.5.14 - Assegurar boa execução orçamental DEM	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	50%	46%	A DEM em 2013 fica com um saldo de 8.122.408€ sendo que 5.885.860€ corresponde ao compromisso do Parque dos Poetas que transitou para 2014 e cerca de 1.500.000€ de obras em equipamentos municipais e escolas que foram adiadas para 2014.
10.1.5.2 - Definir e Implementar o Plano de Riscos (N= medidas de tratamento de risco validadas a implementar pela DEM)	Janeiro a Dezembro	Taxa de Cumprimento do plano de implementação (N/Ntotal)	60%	0%	Para 2013 estão previstas medidas q se mantêm do ano anterior e novas sendo q se aguarda a aprovação do PPGR.
10.3.1.4 - Concretizar as ações do PEASO afetas à DEM	01-01-2012 a 31-12-2014	Taxa de cumprimento do planeamento	75%	35%	Em GOS 2013 previu-se a avaliação energética de alguns equipamentos em articulação com o DAE e Oeinger. Foram realizadas 2 propostas para redução das faturas de eletricidade uma delas já validada pela Oeinger.

Unidade Orgânica: Divisão de Infra-estruturas Municipais

Ação	Datas Previstas	Avaliação			Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações	
1.4.2.2 - Construção de Diversos Arruamentos no Concelho	Janeiro a Novembro	Taxa de cumprimento do planeamento	75%	40,33%	A DIM sofreu um aumento de financiamento inicial, superior a 25%, o que se traduz numa diminuição do desempenho. Por outro lado não houve orientações superiores no sentido de avançarem algumas das empreitadas previstas, não sendo, por isso, possível atingir as metas.	
1.4.2.3 - Reparação/Manutenção de Coletores Pluviais	Janeiro a Novembro	Taxa de cumprimento do planeamento	75%	0,00%	A DIM sofreu um aumento de financiamento inicial, superior a 25%, o que se traduz numa diminuição do desempenho. Por outro lado não houve orientações superiores no sentido de avançarem algumas das empreitadas previstas, não sendo, por isso, possível atingir as metas.	
1.4.2.4 - Reparação/ Manutenção de obras de Arte - Pontes, Viadutos e Afins	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do planeamento	75%	52,18%	A DIM sofreu um aumento de financiamento inicial, superior a 25%, o que se traduz numa diminuição do desempenho. Por outro lado não houve orientações superiores no sentido de avançarem algumas das empreitadas previstas, não sendo, por isso, possível atingir as metas.	
2.3.2.1 - Requalificação de Espaços Públicos	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do planeamento	75%	37,97%	A DIM sofreu um aumento de financiamento inicial, superior a 25%, o que se traduz numa diminuição do desempenho. Por outro lado não houve orientações superiores no sentido de avançarem algumas das empreitadas previstas, não sendo, por isso, possível atingir as metas.	
5.1.2.1 - Reparação/Conservação de Arruamentos no Concelho	Janeiro a Dezembro	Desvios da execução da obra face ao previsto	75%	60,76%	A DIM sofreu um aumento de financiamento inicial, superior a 25%, o que se traduz numa diminuição do desempenho. Por outro lado não houve orientações superiores no sentido de avançarem algumas das empreitadas previstas, não sendo, por isso, possível atingir as metas.	

Unidade Orgânica: Divisão de Infra-estruturas Municipais (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.12 - Garantir resposta a municípios e outras entidades externas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Nº de falhas detetadas /Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	Até 12 Falhas ou Taxa de 75%		
7.1.1.31 - Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Nº de falhas detetadas /Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	Até 12 Falhas ou Taxa de 75%		
9.1.5.15 - Assegurar boa execução orçamental DIM	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	50%	47%	A DIM sofreu um aumento de financiamento inicial, superior a 25%, o que se traduz numa diminuição do desempenho. Por outro lado não houve orientações superiores no sentido de avançarem algumas das empenhadas previstas, não sendo, por isso, possível atingir as metas.
10.1.5.3 - Definir e Implementar o Plano de Riscos (N= medidas de tratamento de risco validadas a implementar pela DIM)	Janeiro a Dezembro	Taxa de Cumprimento do plano de implementação (N/Ntotal)	60%		

Unidade Orgânica: Divisão de Gestão do Espaço Público

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
2.4.2.1 - Iluminação Pública - Consumos - Apresentação de medidas de poupança	Janeiro a Dezembro	Apresentação de medidas	2	5	Desligação de luminárias; remoção de equipamentos IP; Redefinição de horário nos relógios astronômicos; alteração da titularidade de contador de energia; reutilização de equipamento de IP
2.4.2.2 - Iluminação Pública - remodelação e manutenção da rede de Iluminação Pública	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do planejamento de remodelação e manutenção	75%	67%	Não foram autorizadas empreitadas que iriam atingir a meta indicada.
7.1.1.17 - Garantir resposta a municípios e outras entidades externas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Nº de falhas detetadas /Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	Até 12 Falhas ou Taxa de 75%	0	Contagem em nº de falhas
7.1.1.32 - Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Nº de falhas detetadas /Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	Até 12 Falhas ou Taxa de 75%	0	Contagem em nº de falhas
9.1.5.16 - Assegurar boa execução orçamental DGEP	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	50%	95%	
10.1.5.4 - Definir e Implementar o Plano de Riscos (N= medidas de tratamento de risco validadas a implementar pela DGEP)	01-04-2011 a 31-12-2013	Taxa de Cumprimento do plano de implementação (N/Ntotal)	60%		Medidas a carecer da prévia intervenção de outra divisão.
10.3.1.5 - Concretizar as ações do PEASO afetas à DGEP	01-01-2011 a 31-12-2014	Taxa de cumprimento do planeamento	75%	66%	Não foram autorizadas empreitadas que iriam atingir a meta indicada.

Unidade Orgânica: Divisão de Trânsito e Transportes

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
	Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
5.1.3.1 - Intervenções em Espaço Público ao nível da Sinalização Rodoviária, Semaforização, Organização do Estacionamento e Acalmia de Tráfego	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do planeamento de obra	75%	85%	
5.1.3.2 - Projetos de Intervenção em Infraestruturas rodoviárias	Janeiro a Dezembro	Desvios da execução face ao planeamento de projeto	≤10%	0%	
7.1.1.18 - Garantir resposta a municípios e outras entidades externas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	73%	
7.1.1.38 - Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	74%	
9.1.5.17 - Assegurar boa execução orçamental DTT	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	50%	71%	Compromisso - 71,39% Realizado 55,11%
10.1.5.5 - Definir e Implementar o Plano de Riscos (N= medidas de tratamento de risco validadas a implementar pela DTT)	Abril a Dezembro	Taxa de Cumprimento do plano de implementação (N/Ntotal)	60%	0%	

Unidade Orgânica: Departamento de Ambiente e Equipamento

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
2.4.3.1 - SGQ - Consolidar Programa de Compostagem Doméstica	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	90%	100%	Concluído o processo de aquisição de 137 novos recipientes. Efetuada a entrega de 94 recipientes.
2.4.5.1 - SGQ - Consolidar Projeto Bairro Limpo	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	90%	100%	Realizada 1ª fase de atividades entre Fevereiro e Abril, com a participação de 4 equipas de jovens nos Bairros de Laveiras, Outurela, Pedreira Italiana e Alto da Loba. Experiência com uma equipa de sêniors da Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores, realizada entre Abril e Novembro. Finalizada 2ª fase das atividades, entre Outubro e Dezembro, com a participação de 5 equipas de jovens nos Bairros de Laveiras, Outurela, Pedreira Italiana, Alto da Loba e Portela de Carnaxide.
2.4.5.2 - SGQ - Consolidar Projeto Eco Conselheiros	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	90%	85%	Realizadas 6 ações de sensibilização ao comércio e 187 em escolas no âmbito do PEA (Jan a Mai 2013) Preparação de conteúdos de ações para o ano letivo 2013/14.
2.4.5.3 - SGQ - Organizar eventos e Campanhas de Promoção e Sensibilização Ambiental	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	90%	96%	Elaborado plano de eventos ambientais para o ano 2013. Realizadas algumas das atividades previstas da Comemoração do Dia Mundial da Floresta. Comemorado Dia da Terra, Dia da Biodiversidade, Dia da Criança, Dia Mundial do Ambiente, Semana Europeia da Sustentabilidade Energética, Realizados jogos ambientais na Feira de Oeiras. Participação do DAE e Oeinger no Alive. Realizada Semana Europeia da Mobilidade. Apoio ao Dia do Animal. Realizada Feira Ambiental de Natal. Elaborados 51 comunicados, distribuídos porta-a-porta em 7.306 habitações.

Unidade Orgânica: Departamento de Ambiente e Equipamento (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
3.2.8.1 - SGQ - Consolidar Projeto Jovens em Movimento	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	90%	100%	Equipa anual em atividade. Campanha de Verão 2013 concluída
4.3.1.1 - SGQ - Renovar e consolidar Programa de Educação Ambiental para as Escolas	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	90%	98%	Realizadas no total 470 atividades sendo 225 dinamizadas pelos monitores da CMO; 26 oficinas de ambiente, 118 ações de sensibilização e 81 visitas de estudo. 8 Reuniões Eco-Escolas. 7 Visitas de apoio técnico sobre separação de resíduos. 4 Sessões de esclarecimento sobre resíduos para professores e auxiliares. 1 ação de sensibilização sobre compostagem para professores. Realizada Festa do Ambiente. Elaborada e Aprovada Proposta de atividades PEA 2013/14. Realizada Sessão de apresentação aos docentes e distribuídos materiais de divulgação por todos os estabelecimentos de ensino. Atividades 2013/14 realizadas: 1 ação em sala e 2 visitas de estudo.
7.1.1.13 - Garantir resposta a municípios e outras entidades externas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	99,50%	Em base de dados apurou-se os seguintes resultados: 1148 respondidos dentro do prazo e 6 fora do prazo, num total de 1154
7.1.1.33 - Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	99,70%	Em base de dados apurou-se os seguintes resultados: 604 respondidos dentro do prazo e 2 fora do prazo, num total de 606
7.1.1.47 - SGQ- Garantir a resposta ao município no prazo inferior ou igual a 4 dias úteis após a receção das unidades orgânicas	Janeiro a Dezembro	(N.º de Respostas dentro do prazo / N.º total de pedidos) *100	85%	99,69%	Em base de dados apurou-se os seguintes resultados: 637 respondidos dentro do prazo e 2 fora do prazo, num total de 639

Unidade Orgânica: Departamento de Ambiente e Equipamento (continuação)

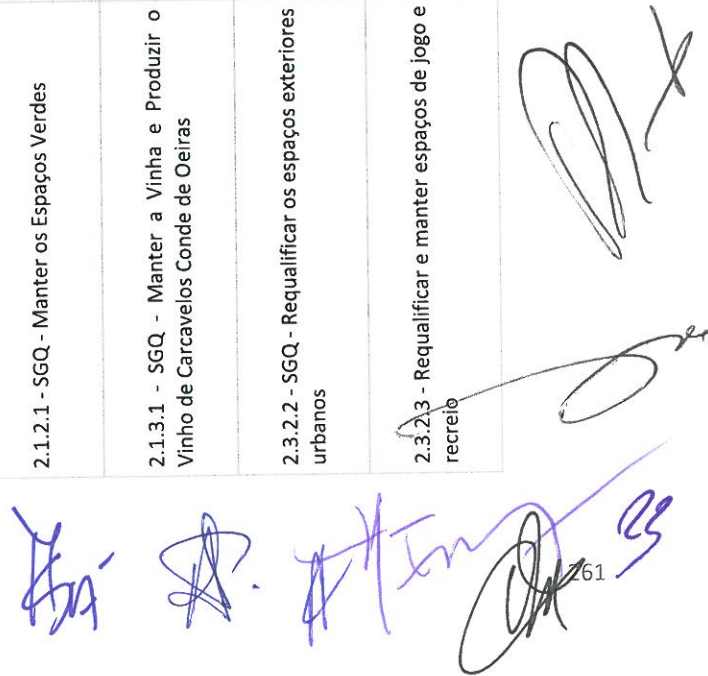
Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.48 - SGQ - Alertar os serviços para a demora nas respostas aos municípios/serviços, enviando emails com informação das reclamações/pedidos sem resposta, quinzenalmente, para os dirigentes dos serviços do DAE	Abril a Dezembro	N.º de emails enviados	18	18	Enviados 12 emails informativos nos dias 1 e 15 de abril, 6 e 20 de Maio e 3 e 17 junho, 1 e 15 de Julho, 5 e 19 de agosto, 2 e 16 setembro, 7 e 21 outubro, 4 e 18 novembro, 2 e 16 Dezembro
		Percentagem de emails enviados nas 1ª e 3ª Segundas-feiras do mês	95%	100%	
7.1.1.49 - SGQ- Avaliação da satisfação dos municípios com o Serviço de Cemitérios	01-06-2013 a 30-06-2013	Grau de satisfação aferido com um inquérito por questionário aplicado no mês de junho	75%		
9.1.5.18 - Assegurar boa execução orçamental DAE	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	75%	97%	Compromisso - 96,77% Realizado 94,18%
10.1.2.4 - Implementação do Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (OHSAS 18001) e Integração de Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança.	Maio a Dezembro	Taxa de cumprimento do planeamento	80%		
10.1.5.6 - Definir e Implementar o Plano de Riscos (N= medidas de tratamento de risco validadas a implementar pelo DAE)		Data de conclusão do plano de riscos			
	Janeiro a Dezembro	Taxa de Cumprimento do plano de implementação (N/Ntotal)	60%		

Unidade Orgânica: Departamento de Ambiente e Equipamento (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido
10.2.1.25 - SGQ- Manutenção dos stocks atualizados de forma a que as existências sejam coincidentes com a aplicação GES.	Janeiro a Dezembro	Percentagem de correlação (verificação por inspeção mensal de amostra aleatória de 40 itens)	100%	100%	Evidências em ficheiro excel, dias 26/2, 2/4,6/5, 3/6, 2/7, 2/8, 2/9, 1/10, 4/11 e 3 Dez.
10.2.1.26 - SGQ -Assegurar uma boa prestação dos serviços operativos dos cemitérios	Abril a Dezembro	N.º de reclamações (mensal)	≤ 2	0	
10.3.1.6 - Concretizar as ações do PEASO afetas ao DAE	01-01-2011 a 31-12-2014	Taxa de cumprimento do planeamento	75%	100%	
10.3.4.2 - Alargar Projeto Oeiras Família Ecológica	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	75%	100%	
11.1.1.11 - Assegurar o cumprimento do Plano de Formação	Janeiro a Dezembro	Taxa de Cumprimento do plano de implementação	75%		
11.3.2.4 - Implementar sistema de gestão de reclamações	Janeiro a Dezembro	Taxa de Cumprimento do plano de implementação	75%		

Unidade Orgânica: **Divisão de Espaços Verdes**

Designação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.4.4.1 - Cumprir prazos de execução das obras DEV	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos	90%	100%	
2.1.1.1 - Projetar e construir e novos Espaços Verdes	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do planeamento	75%	91%	
2.1.1.3 - Executar o Plano Municipal de Arborização	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do planeamento	75%	100%	
2.1.2.1 - SGQ - Manter os Espaços Verdes	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do planeamento	80%	96%	
2.1.3.1 - SGQ - Manter a Vinha e Produzir o Vinho de Carcavelos Conde de Oeiras	01-01-2011 a 31-12-2014	Taxa de execução do planeamento	80%	100%	
2.3.2.2 - SGQ - Requalificar os espaços exteriores urbanos	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do planeamento	80%	80%	
2.3.2.3 - Requalificar e manter espaços de jogo e recreio	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do planeamento	75%	88%	



Unidade Orgânica: Divisão de Espaços Verdes (continuação)

Designação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido
7.1.1.15 - Garantir resposta a munícipes e outras entidades externas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	83%	Em base de dados apurou-se os seguintes resultados: 1991 respondidos dentro do prazo e 409 fora do prazo, num total de 2400
7.1.1.34 - Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	84,90%	Em base de dados apurou-se os seguintes resultados: 479 respondidos dentro do prazo e 85 fora do prazo, num total de 564
9.1.5.19 - Assegurar boa execução orçamental DEV	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	75%	97%	Compromisso - 96,66% Realizado 83,84%
10.1.5.7 - Definir e Implementar o Plano de Riscos (N= medidas de tratamento de risco validadas a implementar pela DEV)		Data de conclusão do plano de riscos		31-dez-13	
	Janeiro a Dezembro	Taxa de Cumprimento do plano de implementação (N/Nitotal)	60%	100%	
10.3.3.2 - Redução do Consumo de Água para Rega	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução do planeado (a monitorizar)	50%	79%	
11.1.1.12 - Assegurar o cumprimento do Plano de Formação em Higiene e Segurança no Trabalho	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento	75%	100%	

Unidade Orgânica: **Divisão de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos**

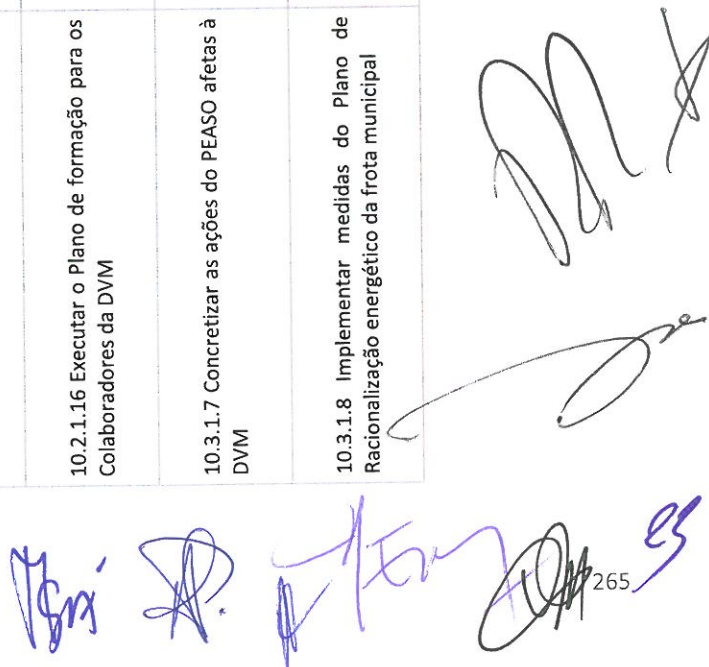
Designação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.4.2.11 - Garantir a manutenção dos equipamentos de deposição	01-01-2013 a 30-04-2013	Data de conclusão do plano de manutenção preventiva	30-04-2013	40%	
	Maio a Dezembro	Taxa de cumprimento do plano de manutenção preventiva	90%	0%	
2.4.1.2 - SGQ - Cumprir os circuitos de recolha de resíduos indiferenciados	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução dos circuitos programados	95%	100%	Circuitos programados: 493; Circuitos realizados: 493
2.4.3.2 - SGQ - Cumprir os circuitos de recolha seletiva	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução dos circuitos programados	85%	96%	Circuitos programados: 297; Circuitos realizados: 286,5
7.1.1.14 - SGQ - Garantir resposta a munícipes e outras entidades externas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	97,50%	Em base de dados apurou-se os seguintes resultados: 1189 respondidos dentro do prazo e 30 fora do prazo, num total de 1219
7.1.1.35 - Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	96,00%	Em base de dados apurou-se os seguintes resultados: 121 respondidos dentro do prazo e 5 fora do prazo, num total de 126
9.1.5.20 - Assegurar boa execução orçamental DRRSU	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	75%	67%	Compromisso - 66,63% Realizado - 54,41%
10.1.5.8 - Definir e Implementar o Plano de Riscos (N= medidas de tratamento de risco validadas a implementar pela DRRSU)	01-01-2013 a 30-04-2013	Data de conclusão do plano de riscos	30-04-2013	100%	
	01-05-2013 a 31-12-2013	Taxa de Cumprimento do plano de implementação (N/Ntotal)	60%	100%	

Unidade Orgânica: Divisão de Viaturas e Máquinas

Designação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.36 - SGQ - Garantir a Satisfação do Serviço Prestado pelo HelpDesk e Sector de Transportes ao Cliente interno	Janeiro a Dezembro	Índice de Satisfação	90%	97%	
9.1.5.21 - Assegurar boa execução orçamental DVM	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	75%	76%	Compromisso 76,07% Realizado 64,64%
9.1.6.7 - Diminuição dos custos com a manutenção da Frota Municipal	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução custos com a manutenção da frota [(custos da manutenção da frota de 2012 - custos da manutenção da frota de 2013)/(custos da manutenção da frota de 2012)*100	3%	-7%	Verificou-se um aumento da despesa de 6,86% de custos com manutenção comparando os custos em período homólogo de 2012. Esta realidade prende-se com a ausência na renovação da frota da CMO por questões financeiras.
9.1.6.8 - Diminuição de custos com a subcontratação de serviços	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução custos com a subcontratação: [(custos de subcontratação de 2012 - custos da subcontratação de 2013)/(custos de subcontratação de 2012)*100	3%	-121%	Verificou-se um aumento de 121,28% de custos com a subcontratação comparando os custos em período homólogo, estando os mesmos relacionados com o aumento do número de trabalhos existentes antes de um período eleitoral.
9.1.6.9 Diminuição de custos com o nível energético e ambiental	Janeiro a Dezembro	Taxa de redução custos com combustíveis: [(custos com combustíveis de 2012 - custos com combustíveis de 2013)/(custos com combustíveis de 2012)*100	3%	-15%	Verificou-se um aumento de 14,69% de custos com combustíveis comparando os custos em período homólogo de 2012. Esta realidade prende-se com o aumento da atividade fruto das eleições que se verificaram no ano transato.
10.1.1.18 SGQ - Garantir a disponibilidade do número de viaturas para recolha e transporte de resíduos urbanos definidos pela U.O. Competente	01-01-2011 a 31-12-2013	Taxa de disponibilidade (acumulado ao ano) (razão entre o número de viaturas disponibilizadas para a realização do serviço / o número de viaturas necessárias para a realização do mesmo)	Monitorizar	99%	

Unidade Orgânica: Divisão de Viaturas e Máquinas (continuação)

Designação	Datas Previstas	Avaliação			Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
10.1.1.22 - SGQ - Garantir a realização dos Pedidos de Trabalho	01-01-2011 a 31-12-2013	Taxa de Concretização das Necessidades/Solicitações (acumulado ao ano)	90%	86%		
10.1.5.9 - Assegurar/otimizar o manual de procedimentos da DVM	Janeiro a Dezembro	Data de entrega	31-12-2013	Concluído		
10.1.5.10 Definir e Implementar o Plano de Riscos (N= medidas de tratamento de risco validadas a implementar pela DVM)	Janeiro a Dezembro	Taxa de Cumprimento do plano de implementação (N/Ntotal)	60%	100%		Este indicador encontra-se suspenso por orientações superiores pelo que não poderá se monitorizado.
10.2.1.16 Executar o Plano de formação para os Colaboradores da DVM	Janeiro a Dezembro	Taxa de Cumprimento do plano de implementação	100%	45%		
10.3.1.7 Concretizar as ações do PEASO afetas à DVM	01-01-2011 a 31-12-2014	Taxa de cumprimento do planeamento	15%	7%		
10.3.1.8 Implementar medidas do Plano de Racionalização energético da frota municipal	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução	15%	15%		



Unidade Orgânica: Divisão de Higiene Pública e Abastecimento

Designação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
	Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.4.2.9 - Manutenção de Equipamento Municipal nos Mercados (câmaras frigoríficas, máquinas de gelo)	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento das ações previstas de manutenção	100%	100%	Atividade continua
1.4.2.10 - SGQ - Garantir o controlo metroológico de todos os EMM identificados no âmbito das atividades da unidade orgânica	Janeiro a Dezembro	Evidência de verificação/ calibração dos EMM / plano anual de verificação/ calibração*100	100%	100%	Atividade continua
2.1.2.2 - SGQ - Revisão do Plano de Intervenção nas Linhas de Água do Concelho	01-01-2013 a 31-03-2013	Data de conclusão da Revisão do Plano	31-03-2013		Manteve-se o plano do ano anterior
2.1.2.3 - SGQ - Intervenção nas Linhas de água do Concelho	Janeiro a Dezembro	Kms realizados/kms totais previstos no plano anual de intervenção 2013	75%	100%	Atividade continua
2.4.1.3 - Revisão do Plano de Limpeza e Manutenção do Espaço Público	01-01-2013 a 30-06-2013	Data de conclusão da Revisão do Plano	31-06-2012	100%	Planeamento e monitorização realizado o âmbito do SGQ
2.4.1.4 - SGQ - Cumprir os planos de higiene, limpeza e manutenção do espaço público	Janeiro a Dezembro	Realizar verificações por amostragem ao cumprimento do planeamento	12	100%	Atividade continua
2.4.1.5 - SGQ - Cumprir os circuitos de recolha de monos e resíduos verdes	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução dos circuitos programados	75%	100%	Atividade continua

Unidade Orgânica: Divisão de Higiene Pública e Abastecimento (continuação)

Designação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
2.4.1.6 - SGQ - Desmatção de terrenos municipais e beiradas de todo o Concelho	Dezembro	Amostragem aleatória (planeado versus realizado)	75% do planeado	100%	Atividade continua
7.1.1.16 - SGQ - Garantir resposta a municípios e outras entidades externas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	93,80%	Em base de dados apurou-se os seguintes resultados: 2102 respondidos dentro do prazo e 139 fora do prazo, num total de 2241
7.1.1.17 - SGQ - Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%	93,50%	Em base de dados apurou-se os seguintes resultados: 288 respondidos dentro do prazo e 20 fora do prazo, num total de 308
9.1.5.22 - SGQ - Assegurar boa execução orçamental DHPA	Janeiro a Dezembro	Taxa execução do compromisso	75%	86%	Compromisso - 85,67% Realizado 45,11%
10.1.1.19 - SGQ - Gestão de Consumos da DHPA: viaturas, consumíveis, MPP e EPI's	Janeiro a Dezembro	Apresentação trimestral de Relatório por área de atividade	4%	100%	
10.1.1.20 - SGQ -Assegurar transporte de bens móveis e despejos judiciais	Janeiro a Dezembro	Amostragem aleatória (planeado vs realizado)	90% do planeado	95%	
10.1.1.21 - SGQ - Gestão corrente dos mercados municipais e feiras	Janeiro a Dezembro	Apresentação trimestral de Relatório por área de atividade	90%	95%	

Unidade Orgânica: Divisão de Higiene Pública e Abastecimento (continuação)

Designação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido
10.1.5.11 - SGQ - Revisão do Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Janeiro a Março	Data de conclusão da Revisão do plano de riscos	31-03-2012	Adiado	
10.1.5.12 - SGQ - Implementação e monitorização do Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Janeiro a Dezembro	Grau de implementação do plano	75%	Adiado	
11.1.1.13 - SGQ - Assegurar o cumprimento do Plano de Formação	Janeiro a Dezembro	Taxa de cumprimento	75%	100%	Atividade continua
11.3.2.11 - SGQ - Redefinição e inserção dos circuitos de varredura mecânica em SIG	01-01-2013 a 30-06-2013	Apresentação dos circuitos de Varredura Mecânica	90% dos circuitos	100%	Circuitos de varredura mecânica definidos e inseridos no Quantum Gis
11.3.2.12 - SGQ - Desenvolvimento de uma base de dados de planeamento e controlo das atividades desenvolvidas na DHPA	Janeiro a Dezembro	Evidência de trabalho realizado	50%	15%	

Unidade Orgânica: Departamento de Ação Social e Desporto

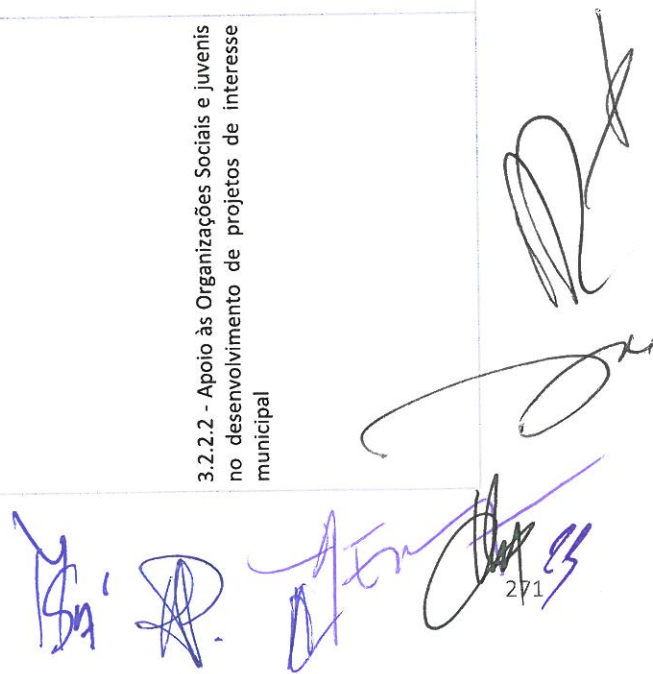
Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
3.2.2.1 - Programa de Iniciativa Municipal Oeiras Solidária	Janeiro a Dezembro	N.º de apoios concedidos por empresas	60 Apoios	73	Plano aprovado pela Câmara em reunião de 24 de Abril de 2013. Vigência = 3 anos (2013 a 2015) = 100%/3 = 33% ano
3.2.3.1 - Execução de Planos e Cartas na área do Desenvolvimento Social	Janeiro a Dezembro	Execução das ações do Plano Municipal para a Deficiência (%)	33%	29%	Das 15 medidas proposta por este plano ao nível externo, pretendem-se realizar em 2013, seis ações: Formação de agentes sociais em IG; Manual de procedimentos/ Protocolo VGD; Ações de sensibilização no âmbito da saúde sexual e reprodutiva; Ações de sensibilização no âmbito da VGD; Formação de Técnicos da área da VGD; Aprofundamento do diagnóstico de género. Destas, realizaram-se apenas três: 1. Formação de agentes sociais em IG; Realizou-se no primeiro trimestre de 2013; 2. Manual de procedimentos/ Protocolo VGD: A constituição da Rede, que dará origem a este protocolo, foi formalmente aprovada na reunião de CLAS de 11 de Julho de 2013; 3. Ações de sensibilização no âmbito da saúde sexual e reprodutiva: Realizaram-se, no âmbito do Projeto "Educação Pelos Pares", ano letivo 2012/2013, 257 alunos e 13 professores, de 12 turmas pertencentes a 5 escolas. No presente ano letivo estão envolvidas 5 escolas e 22 turmas.
		Execução das ações da vertente externa do PMIG (%)	40%	20%	
		Execução das ações do PEMPI (%)	33%	27%	Plano aprovado pela Câmara em reunião de 24 de Abril de 2013. Vigência = 3 anos (2013 a 2015) = 100%/3 = 33% ano

Unidade Orgânica: Departamento de Ação Social e Desporto (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
7.1.1.19 - Avaliação da satisfação dos clientes (participantes) do DASD: conceção de questionários e avaliação de resultados	Janeiro a Dezembro	Data de conclusão da avaliação	Entre 15 e 20 de Dezembro	Relatório entregue	Informação n.º 88/DASD/2013 de 10 de Dezembro
7.1.1.41 - Avaliação da satisfação dos clientes (parceiros) do DASD: conceção de questionários e avaliação de resultados	Janeiro a Dezembro	Data de conclusão da avaliação	Entre 15 e 20 de Dezembro	Relatório entregue	Informação n.º 88/DASD/2013 de 10 de Dezembro

Unidade Orgânica: **Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.4.6.1 - Plataforma de Apoio às Organizações Sociais: Participação financeira às IPSS para construção ou remodelação de equipamentos sociais.	Janeiro a Dezembro	Execução do orçamento disponível para esta finalidade (obras)	80%	82,85	
3.1.1.1 - Programas de Promoção de Estilos de Vida Saudáveis	Janeiro a Dezembro	N.º de abrangidos	1850	1972	Ano letivo 2012/2013: Projeto "Eu Passo (240 alunos +11 professores); Crescer a Brincar (470+22); Projeto "Vamos Cuidar do Corpo" (30+2); Projeto "Educação Pelos Pares" (257+13) = 1045 participantes. Ano letivo 2013/2014: Projeto "Eu Passo (240+10); Crescer a Brincar (470+22); Projeto "Educação Pelos Pares" (180+5) = 927 participantes.
3.1.1.2 - Programas de Prevenção de Comportamentos de Risco	Janeiro a Dezembro	Taxa mensal de resposta do Chat#	100%	100%	
3.2.2.2 - Apoio às Organizações Sociais e juvenis no desenvolvimento de projetos de interesse municipal	Janeiro a Dezembro	Execução do orçamento disponível para esta finalidade (protocolos e manutenção de atividades)	80%	89,60	
		Execução do orçamento disponível para esta finalidade (projetos específicos)	80%	99,05	
		Execução do orçamento disponível para esta finalidade (organismos juvenis)	80%	95%	
		N.º de projetos monitorizados	4	0	



Unidade Orgânica: Divisão de Acção Social, Saúde e Juventude (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido
3.2.2.3 - Projeto "Oeiras, Município Saudável" (Rede Portuguesa e Rede Europeia de Cidades Saudáveis)	Janeiro a Dezembro	N.º de ações realizadas em parceria com outros municípios	8 Ações	4	
3.2.2.4 - Funcionamento de órgãos municipais	Janeiro a Dezembro	Taxa mensal de resposta aos pedidos de parecer solicitados ao CLAS	100%	100%	Em 2013 foi solicitada a emissão de dois pareceres: PCAAC (Março) e validação do CLDS (Julho).
3.2.4.1 - Programas e Projetos dirigidos à Infância e à família	Janeiro a Dezembro	Taxa de realização das tarefas inerentes à participação da CMO no âmbito da Comissão Alargada da CPCJ	100%	100%	
3.2.4.2 - Programas e Projetos dirigidos à População Idosa e dependente	Janeiro a Dezembro	Taxa de realização dos Programas de Turismo Sénior	100%	100%	
		Taxa mensal de resposta dos serviços Oeiras Está Lá e Teleassistência	100%	100%	
3.2.4.3 - Programas e Projetos dirigidos à População Portadora de Deficiência	Janeiro a Dezembro	Nº de beneficiários do Projeto "Praia acessível"	420	475	Julho e Agosto. Além dos utilizadores das cadeiras foram registados 2632 utentes que beneficiaram do espaço reservado pelo Projeto e dos restantes meios de apoio disponibilizados pelo mesmo.
		Taxa mensal de resposta do Gabinete Sim_PD	100%	100%	

Unidade Orgânica: **Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude (continuação)**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
3.2.4.4 - Atendimento social e intervenção em situações de Emergência Social	Janeiro a Dezembro	Tempo médio decorrido entre a recepção de solicitações/ sinalizações de situações de emergência social, diagnóstico e apresentação de proposta de intervenção	2 dias úteis	1,76	
3.2.5.1 - Programas e projetos de intervenção comunitária e de proximidade	Janeiro a Dezembro	Taxa de realização de ações programadas para o CCAL	100%	193%	Previstas: 27 ações; Realizadas: 52 ações.
3.2.5.2 - Programas e projetos de intervenção junto da população Imigrante	Janeiro a Dezembro	Taxa mensal de resposta aos pedidos de atendimento dos CLAI	100%	100%	
		Taxa de realização das ações programadas para a Casa das Culturas	100%	108%	Previstas: 35 ações; Realizadas: 38 ações.







Unidade Orgânica: Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
3.2.6.1 - Programas e projetos de ocupação de tempos livres e formação da população juvenil e de voluntariado	Janeiro a Dezembro	Taxa de realização das ações de OTL e formação dirigidas à Juventude	100%	96,40	
		Taxa de realização das ações programadas para o BLVO	100%	175%	Previstas: 4 ações; Realizadas: 7 ações.
		Nº de utilizadores dos Espaços da Rede de Juventude	8000	8646	Atividades de Carnaval, Páscoa, Maus Tratos, Verão (32 atividades), Netsénior (12 turmas), Bizâncio, Capoeira, Vinhais, Dia Internacional da Juventude (skate e graffiti) e utilizadores dos espaços da Rede de Juventude.
3.2.6.2 - Programas e projetos de animação dirigidos à população juvenil	Janeiro a Dezembro	Taxa de realização das ações de animação programadas	100%	117%	Previstas: 35 ações; Realizadas: 41 ações.
3.2.6.5 - Projeto "Mexe-te nas Férias"	Julho a Agosto	Nº de participantes integrados no programa	420	425	Julho e Agosto.

Unidade Orgânica: Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
3.2.7.1 - Programa de Orientação Escolar e Profissional	Janeiro a Dezembro	Taxa de resposta no âmbito da Orientação Escolar e Profissional	100%	100%	
3.2.7.2 - Programas de promoção da inserção profissional e de emprego protegido	Janeiro a Dezembro	Nº de ofertas de trabalho negociadas no âmbito do GIP	1200	1343	
7.1.1.42 - Assegurar a satisfação dos clientes (participantes e parceiros) nos eventos e projetos	Janeiro a Dezembro	Grau de satisfação dos clientes	≥ 4	3,82	Avaliação da satisfação dos projetos: FES/ Parceiros (4 valores); BLVO/ Parceiros (3,82 valores); BLVO/ Participantes (3,63 valores).

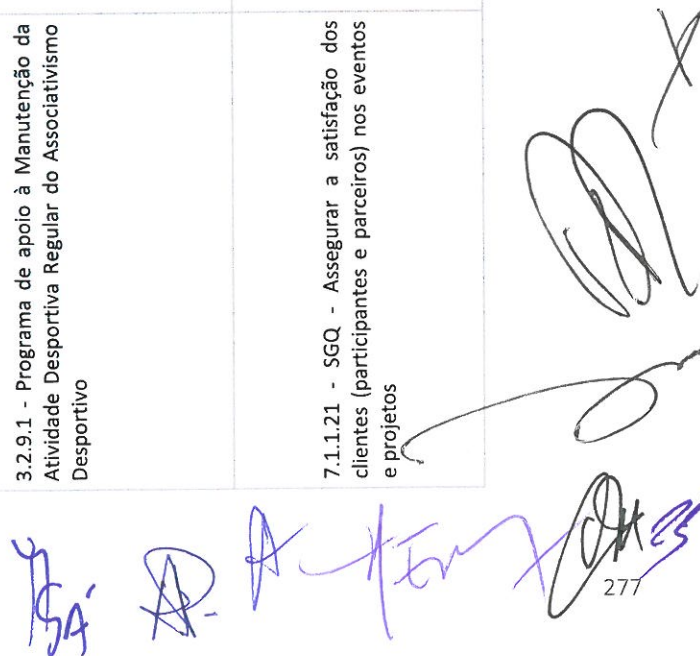
275

Unidade Orgânica: **Divisão de Desporto**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.4.3.2 - Requalificação de Equipamentos Desportivos	Maior a Dezembro	Instalação de equipamentos de manutenção (P/R)	1 Circuito	0	Não concretizado por razões orçamentais.
3.1.1.4 - Programas de Promoção da Atividade Física e da Adoção de Estilos de Vida Saudáveis	Janeiro a Dezembro	Nº de entidades parceiras do Conselho de Oeiras	15 Parceiros	15	
3.1.1.5 - Publicações Técnicas, Estudos e Projetos em Parcerias Científicas	Setembro a Dezembro	Data entrega do relatório final de atualização da Carta do Desporto	Até 30 de Junho de 2013	Dezembro 2013.	
3.1.2.1 - Programas de Promoção e Desenvolvimento de Modalidades Desportivas	Janeiro a Dezembro	Nº de Provas do Programa de Promoção do Atletismo	14 Provas	14	
3.1.3.1 - Organização de Eventos de Promoção Desportiva	Janeiro a Dezembro	Varição de entidades parceiras nos eventos Mexa-se na Marginal, Marginal `Noite, Triatlo do Ambiente, Corrida do Tejo e Marginal sem Carros, face a 2012.	De 74 para 82 entidades	90	
3.2.6.3 - Projeto "Mexa-te nas Férias"	Julho a Agosto	Nº de atividades desportivas integradas no programa	15 Atividades desportivas e 1 ação de promoção do espírito desportivo.	16	

Unidade Orgânica: **Divisão de Desporto** (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
3.2.6.4 - Projeto "Jovens com Valores"	Janeiro a Dezembro	Nº de atividades desportivas e de promoção do espírito desportivo integradas no programa	15 Atividades desportiva e 1 ação de promoção do espírito desportivo.	15	
		% Execução do orçamento disponível para esta finalidade (PROMAD)	80%	90%	
3.2.9.1 - Programa de apoio à Manutenção da Atividade Desportiva Regular do Associativismo Desportivo	Janeiro a Dezembro	N.º de projetos monitorizados	3	0	
7.1.1.21 - SGQ - Assegurar a satisfação dos clientes (participantes e parceiros) nos eventos e projetos	Janeiro a Dezembro	Grau de satisfação dos clientes	≥ 4	4,25	Avaliação da satisfação dos projetos "Mexa-se na Marginal"/ Parceiros (4,13 valores), "Marginal à Noite"/ Participantes (4,20 valores) e Travessia António Bessone Basto/ Participantes (4,42 valores).

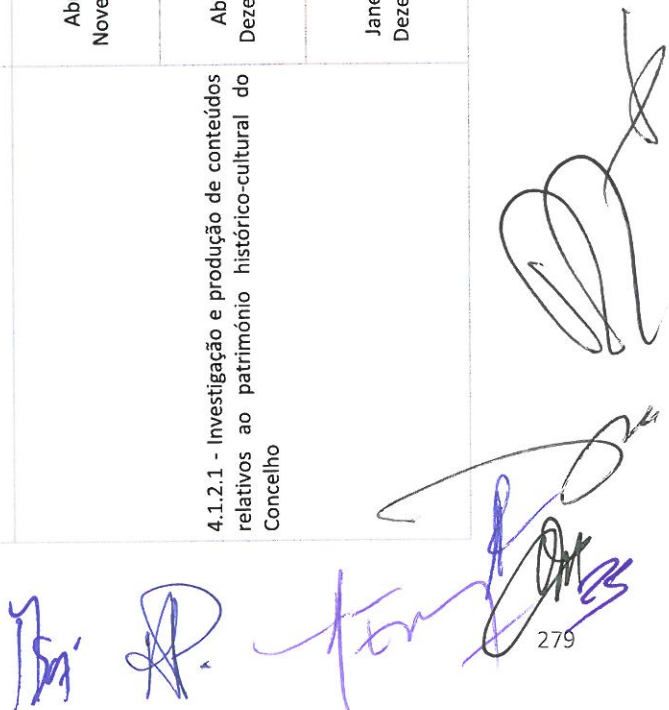


Unidade Orgânica: Departamento de Patrimônio Histórico, Cultura e Bibliotecas

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido
4.1.1.1 - Implementação de modelo integrado de gestão de instalações geridas pelas Unidades Orgânicas (Artifax, Manutenção, GES, TAX)	Jan. - Dez.		% de ações relacionadas com manutenção inseridas na aplicação	75% Pedidos de reparação	70%
			% de ações relacionadas com reservas de auditórios (DBDI e DCT) inseridas na aplicação	90% Pedidos de auditórios	70%
4.1.5.2 - Divulgação da atividade cultural para atração e fidelização de públicos	Jan. - Abril		Prazo apresentação de plano interno de ofertas de serviços para público infantil/familiar	<15 Abril	10-abr
	Maio - Dez.		% Cumprimento do plano de promoção das ações para público infantil/familiar	100%	100%
10.1.1.13 - Implementação de ferramentas de gestão para sistematização de dados sobre a atividade da UO	Jan.- Dez.		Nº de iniciativas do plano anual de atividades com aplicação das ferramentas de gestão	5 Iniciativas	5 Iniciativas

Unidade Orgânica: **Divisão de Património Histórico e Museológico**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
2.2.1.1 - Ações de recuperação de património histórico	2º Trimestre	Prazo conclusão da obra de recuperação da Cabeça do Cão e Fonte de Neptuno	30-Jun	100%	
	Jan-Dez	Prazo conclusão das obras dos dois projetos de recuperação a lançar	3 Meses após adjudicação	-	
	Jan-Jun	Prazo conclusão da obra do Restauro do Monumento "Presença do Soldado Português em África"	30 Jun.	100%	
4.1.2.1 - Investigação e produção de conteúdos relativos ao património histórico-cultural do Concelho	Abril a Novembro	Nº de subtemas investigados sobre o quotidiano do século XVIII em Oeiras	3 Subtemas	3	
	Abril a Dezembro	Prazo de elaboração de trabalhos escritos e apresentação ao público generalista de cada subtema	Até 31-12-2013	30-dez	
	Janeiro a Dezembro	Nº temas investigação Monofolhas do MPN para 2012	4	4	

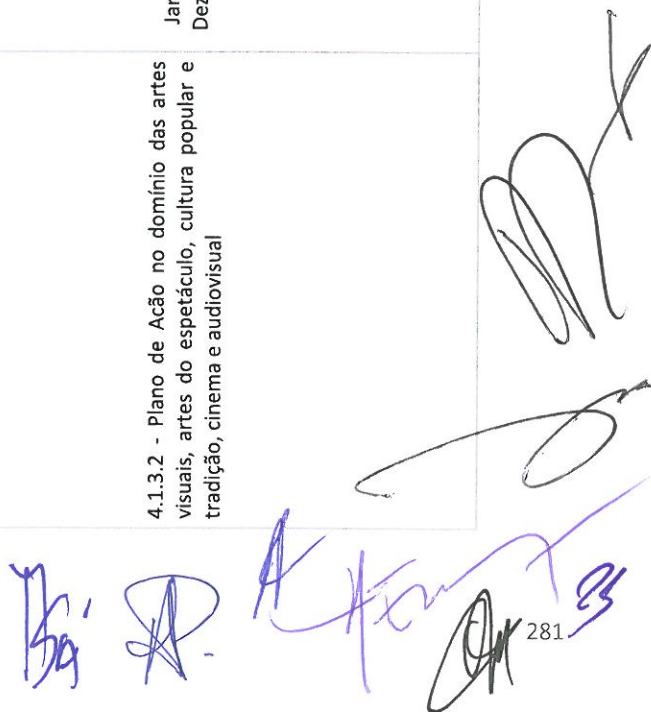


Unidade Orgânica: **Divisão de Patrimônio Histórico e Museológico** (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
4.1.3.1 - Ações de promoção e divulgação do Patrimônio	Janeiro a Dezembro	Nº de Seminários de acordo com o plano de atividades	3	3	
4.1.4.1 - Ações de dinamização de espaços patrimoniais	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução das ações de dinamização do Patrimônio Histórico-Cultural	95%	95%	
		Taxa de participação nas iniciativas com inscrição	75%	95%	
7.1.1.22 - Assegurar a satisfação dos participantes nos eventos e projetos	Janeiro a Dezembro	Grau de satisfação	≥ 4,5	4,7	
9.1.5.25 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	Taxa de execução	97% de taxa de cabimento e 60% de compromissos	98%	100% Cabimentos, 96% de compromissos

Unidade Orgânica: Divisão de Cultura e Turismo

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
4.1.1.2 - Planejamento, gestão e manutenção de equipamentos culturais	Janeiro a Dezembro	Grau cumprimento programação anual prevista para Galerias	90%	100%	
		Grau cumprimento Programação Serviço Educativo	90%	100%	
		Data de conclusão da programação cultural (por semestre)	1º Semestre até 31-1-2013 e 2º semestre até 30-05-2013	10/jan/2013 10/jan/2013	
4.1.3.2 - Plano de Ação no domínio das artes visuais, artes do espetáculo, cultura popular e tradição, cinema e audiovisual	Janeiro a Dezembro	Grau cumprimento da programação cultural	95%	100%	
		Taxa de participação em eventos com bilheteira	65%	63,80%	



Unidade Orgânica: Divisão de Cultura e Turismo (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
4.1.6.2 - Estabelecimento de parceria com os agentes culturais para o desenvolvimento do conceito de programação cultural em rede	Janeiro a Abril	Prazo de apresentação proposta de sistema de partilha e difusão de informação dos agentes culturais do concelho.	30 de Abril	30-04-2013	
	Maio a Outubro	Prazo implementação do sistema de partilha e difusão de informação dos agentes culturais do concelho.	Até 31 de Out.	26-10-2013	
6.1.1.1 - Participação em feiras, eventos e ações turísticas	Janeiro a Dezembro	Prazo elaboração de plano de ação para o turismo e turismo gastronómico.	Final do 1º quadri-mestre	30-abr	
		% Realização ações do plano	90% das ações do plano	70%	
7.1.1.23 - Assegurar a satisfação dos participantes nos eventos e projetos	Janeiro a Dezembro	Grau de satisfação	≥ 4	4	
9.1.5.26 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro	% De execução	90% taxa de cabimento e 75% de compro-missos	91,65% e 89,65%	

Unidade Orgânica: Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
4.1.1.3 - SGQ - Gestão de equipamentos, instalações e serviços da Rede de Bibliotecas Municipais	Janeiro a Dezembro	Varição nº de empréstimos na RBMO (base: 105.776)	Aumento 3%	5%	
		Varição nº sessões nos Espaços Multimédia (base: 56.794)	Aumento 3%	12%	
4.1.1.6 - Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares	Janeiro a Dezembro	Nº de ações formativas	10	5	
		% de documentos tratados face ao nº. de documentos recebidos para tratamento técnico	50%	100%	
4.1.2.3 - SGQ - Gestão e qualificação das coleções da RBMO	Janeiro a Dezembro	Tempo decorrido entre a receção de documentos e a disponibilização ao público	Até 4 dias úteis após a receção dos documentos	4	
		% de realização de novos registos bibliográficos referentes a ofertas	70%	70%	



Unidade Orgânica: Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
4.1.2.4 - Disponibilização da informação produzida pela imprensa local e regional	Janeiro a Dezembro	Grau de satisfação nas respostas aos pedidos de informação	≥ 4	4	
		Nº de registos enquadrados na nova estrutura do X-arq.	200/mês	200	
4.1.3.3 - SGQ - Desenvolvimento e consolidação da programação regular e continuada para JI e escolas, público familiar e públicos jovem e adulto	Janeiro a Dezembro	Média de participantes	25	25	
		Nº de ações para JI e escolas	350	371	
		Nº de ações para público familiar	60	72	
		Nº de ações para públicos jovens e adulto	90	150	
		Grau de satisfação	≥ 4	4	
4.1.3.6 - SGQ - Desenvolvimento e consolidação de programas formativos na área da promoção e mediação da leitura e das literacias	Janeiro a Dezembro	Média de participantes	15	13	
		Nº de ações	40	56	
		Grau de satisfação	≥ 4,4	4,7	

Unidade Orgânica: Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido
4.1.4.2 - Desenvolvimento de programas de extensão bibliotecária e cultural	Janeiro a Dezembro		Média de participantes	15	147
			Nº de ações	10	12
			Grau de satisfação	≥ 4	4,7
4.1.6.3 - Consolidação e alargamento da rede de parcerias	Janeiro a Dezembro		Nº de novas parcerias	2	0
7.1.1.24 - SGQ - Aplicação de inquérito de avaliação dos serviços aos utilizadores da RBMO	Janeiro a Dezembro		Grau de satisfação	≥ 4,2	4
9.1.5.27 - Assegurar a boa execução orçamental	Janeiro a Dezembro		Taxa de execução	95% de taxa de cabimento e 85% de compromissos	Cab.: 67,08 % Comp: 66,69 %







Unidade Orgânica: Departamento de Educação

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.4.6.5 - Apetrechamento das EB1 e JI	Março a Setembro	Taxa execução face ao planeado (tendo por base o compromisso)	80%	41%	
1.4.6.6 - Criação e carregamento da base de dados das infraestruturas e equipamentos educativos (Pré-Escolar e 1º Ciclo)	Janeiro a Dezembro	% de estabelecimentos inseridos na base de dados	100%	25%	
4.3.2.1 - Controlo de qualidade do serviço de refeitórios escolares de gestão municipal	Janeiro a Dezembro	% de ações de inspeção e de visitas de acompanhamento -(30 ações previstas)	85%	93%	Jan - 24 ações; Fev - 24 ações; Mar - 30 ações; Abr - 24 ações; Maio - 27 ações; Junho - 15 ações; Julho - 34 ações; Agosto - 0 ações; Setembro - 41 ações; Outubro - 37 ações; Novembro - 29 ações; Dezembro - 21 ações
4.3.2.2 - Apoio ao funcionamento dos refeitórios escolares de gestão não municipal	Janeiro a Agosto	% de comparticipação (R/P)	90%	108%	
4.3.3.1 - Atribuição de subsídios no âmbito da Ação social escolar (posicionamento dos alunos por escalão do ASE, refeições, livros e material escolar e transportes escolares)	Março a Julho	% de auditorias a Agrupamentos Escolares	≥ 25% dos Agrupamentos existentes		
4.3.4.1 - Atribuição de bolsas de estudo ao abrigo dos programas de geminação com outros municípios (cumprimento de pré-requisitos))	Janeiro a Dezembro	Taxa de bolsas atribuídas (Nº bolsas atribuídas / Nº bolas previstas)	90%	68%	

Unidade Orgânica: Departamento de Educação (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
4.3.4.2 - Atribuição de bolsas de estudo a alunos residentes no concelho (cumprimento de pré-requisitos))	Janeiro a Dezembro	Taxa de bolsas atribuídas (Nº bolsas atribuídas / Nº bolas previstas)	90%	90%	
4.3.4.3 - Atribuição de bolsas de estudo a colaboradores do município (cumprimento de pré-requisitos))	Janeiro a Dezembro	Taxa de bolsas atribuídas (Nº bolsas atribuídas / Nº bolas previstas)	90%	95%	
4.3.5.1 - Criação de sistemas de gestão dos espaços educativos e dos serviços prestados na escola	Janeiro a Setembro	Nº de atualizações de conteúdos do Portal da Educação	400 Atualizações	659	Jan - 38 atualizações; Fev - 31 atualizações; Mar - 53 atualizações; Abr - 16 atualizações; Maio - 54 atualizações; Junho - 191 atualizações; Julho - 115 atualizações; Agosto - 35 atualizações; Setembro - 112 atualizações; Outubro - 78 atualizações; Novembro - 43 atualizações; Dezembro - 5 atualizações
4.3.6.1 - Monitorização dos serviços prestados pelas entidades contratadas, em articulação com os Agrupamentos	Janeiro a Dezembro	Nº de ações de Monitorização (reuniões de coordenação com os agrupamentos/escolas, empresa, conferência de taxas de assiduidade e absentismo)	85 Ações	20	
4.3.7.1 - Promoção de projetos de iniciativa municipal	Janeiro a Dezembro	Nº de escolas abrangidas	20 Escolas	32	
4.3.7.2 - Monitorização de projetos de iniciativa municipal	Janeiro a Dezembro	Nº de ações de monitorização (reuniões, visitas de acompanhamento e relatórios)	25 Ações	45	

Unidade Orgânica: Departamento de Educação (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
4.3.8.1 - Apoio ao funcionamento dos Centros de Tempos Livres	Fevereiro a Agosto	% de CTLs monitorizados (universo de 29)	75%	100%	
4.3.8.2 - Desenvolvimento dos serviços de prolongamento de horário nos JI's	Janeiro a Novembro	Grau de satisfação dos Encarregados de Educação	≥ 4		
7.1.1.45 - Aplicação de inquérito de satisfação aos parceiros do DE	Janeiro a Dezembro	Grau de satisfação dos parceiros	≥ 4		

Entidade Empresarial Municipal: **Oeiras Viva, E.E.M.**

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.1.OV.1 - Desenvolvimento do centro de atividades náuticas	2013	Jan-13	Dez-13	100%	
1.4.OV.1 - Otimização do número de lugares	2013	Jan-13	Dez-13	100%	
3.1.OV.1 - Escola de Vela (Ensino de Vela)	2013	Jan-13	Dez-13	100%	
3.1.OV.2 - Escola de Vela (Vela Adaptada)	2013	Jan-13	Dez-13	100%	
3.1.OV.3 - Programa "Férias Vivas" - programa de ocupação de tempos livres em períodos de pausa escolar (Natal, Páscoa e Verão)	2013	Mar-13	Dez-13	100%	
6.1.OV.1 - Criação de base de dados de informação de infraestruturas náuticas do concelho	2013	Jan-13	Dez-13	100%	
6.2.OV.1 - Promoção de eventos de desporto náutico nacionais e internacionais	2013	Jan-13	Dez-13	100%	
8.1.OV.1 - Promoção e divulgação externa do Porto de Recreio	2013	Jan-13	Dez-13	100%	
10.3.OV.1 - Candidatura e execução de atividades formativas do plano da Bandeira Azul	2013	Mar-13	Nov-13	100%	

Entidade Empresarial Municipal: Parques Tejo, E.E.M.

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
	Início / Fim	Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
1.4.PT.1 - Abertura de Concursos em Concessão para a Conção, Construção e Exploração dos Parques para Residentes em: Linda-a-Velha - Lg. Pirâmide	2011 a 2021	Concurso de Empreitada Parque Pirâmide - 100%	20%	2%	Aguarda aprovação do projeto pela CMO
1.4.PT.1 - Promover a Construção e Exploração do Parque de Estacionamento Navegantes em Paço de Arcos	Abril	Construção - 90% Aprovação de regulamentos pela CMO - 10%	100%	100%	
1.4.PT.1 - Promover a Construção e Exploração do Parque de Estacionamento Luciano Cordeiro em Paço de Arcos	Setembro	Construção - 90% Aprovação de regulamentos pela CMO - 10%	100%	100%	
5.1.PT.3 - Alargamento das ZEDL's de Miraflores e Paço de Arcos	2013	Aprovação CMO - 20% Aquisição Parquímetros - 50% Implementação - 30%	100%	50%	
7.3.PT.1 - Novo Site da Empresa	2013	Conclusão - 100%	100%	90%	Em desenvolvimento
7.3.PT.2 - Otimizar o processo de atribuição do Dístico de Residente	Acção Continuada	Diminuição das reclamações - 100%	100%	100%	Em atualização
7.3.PT.4 - Formação técnica e comportamental dos Agentes de Fiscalização	Acção Continuada	Análise de formação a desenvolver - 20% Realização da Formação - 80%	100%	100%	Em desenvolvimento

Entidade Empresarial Municipal: Parques Tejo, E.E.M. (continuação)

Ação	Datas Previstas	Avaliação		Desempenho	
		Indicador	Meta	Resultado Obtido	Observações
9.1.PT.1 - Aumentar a capacidade de autofinanciamento da Empresa	Ação Continuada	Apuramento trimestral	100%	100%	Em desenvolvimento
10.1.PT.1 - Consolidar/desenvolver a Contabilidade Analítica	Ação Continuada	Analisar a Contabilidade Analítica - 80% Ajustar ou manter o modelo atual - 20%	100%	70%	Em desenvolvimento
10.1.PT.1 - Aquisição de reboque de viaturas	Março a Agosto	Aquisição do Reboque - 80% Legalização - 20%	100%	100%	
10.2.PT.1 - Cooperação com as entidades de Autoridade Pública do Concelho	Ação Continuada	Desenvolver mensalmente cooperação com as Entidades de Autoridade Pública - 8,33%	100%	100%	Em desenvolvimento

SA

